

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DANIELLA LAGO ALVES BATISTA DE OLIVEIRA EUSTÁQUIO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ETFRN (1968-1998) E A GESTÃO DA
PROFESSORA LUZIA VIEIRA DE FRANÇA**

NATAL (RN)

2024

DANIELLA LAGO ALVES BATISTA DE OLIVEIRA EUSTÁQUIO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ETFRN (1968-1998) E A DA GESTÃO DA
PROFESSORA LUZIA VIEIRA DE FRANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação Profissional.

Orientadora: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Coorientador¹: Joaquim António de Sousa Pintassilgo

NATAL (RN)

2024

¹ Coorientação aprovada em Colegiado, conforme Portaria nº. 1097/2021-Reitoria/IFRN. Portanto, tem-se o Instituto Federal do Rio Grande do Norte sendo o proponente da pesquisa e a Universidade de Lisboa como coparticipante.

FICHA CATALOGRÁFICA

E91h Eustáquio, Daniella Lago Alves Batista de Oliveira.
História e memória da ETFRN (1968-1998) e a gestão da professora
Luzia Vieira de França / Daniella Lago Alves Batista de Oliveira
Eustáquio. – 2024.
365 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Educação) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-
Graduação em Educação Tecnológica, Natal, RN, 2024.
Orientadora: Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento

1. História 2. Memória 3. Escola Técnica Federal do Rio Grande do
Norte 4. Gênero. 5. Gestão I. Nascimento, Francinaide de Lima Silva
II. Título

CDU: 377(09):930.2

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira CRB15/294
Biblioteca Arnaldo Arsênio de Azevedo – IFRN/ Campus Mossoró

DANIELLA LAGO ALVES BATISTA DE OLIVEIRA EUSTÁQUIO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ETFRN (1968-1998) E A GESTÃO DA
PROFESSORA LUZIA VIEIRA DE FRANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte, em cumprimento às exigências legais como
requisito à obtenção do título de Doutora em
Educação Profissional.

Tese apresentada e aprovada em 22/ agosto/2024, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO**
Data: 21/10/2024 12:12:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinado por: **Joaquim António de Sousa
Pintassilgo**
Num. de Identificação: 04872338
Data: 2024.10.23 11:06:49+01'00'

Prof. Dr^a. Francinaide de Lima Silva Nascimento – Presidente/Orientadora
IFRN



Prof^o. Dr^o. Joaquim António de Sousa Pintassilgo – Coorientador
Universidade de Lisboa

Documento assinado digitalmente
 **ILANE FERREIRA CAVALCANTE**
Data: 21/10/2024 17:31:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ilane Ferreira Cavalcante – Titular Interno
IFRN

Assinado de forma digital por
**ANTONIA FRANCIMAR DA
SILVA:81325568449**
Dados: 2024.10.23 08:48:00 -03'00'

Prof^a. Dr^a. Antonia Francimar da Silva – Titular Interno
IFRN

Documento assinado digitalmente
 **AVELINO ALDO DE LIMA NETO**
Data: 21/10/2024 11:14:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr^o. Avelino Aldo de Lima Neto – Suplente Interno - IFRN

Documento assinado digitalmente
 **CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO**
Data: 21/10/2024 16:01:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr^o. Charliton José dos Santos Machado – Titular Externo
UFPB

Documento assinado digitalmente
 **AZEMAR DOS SANTOS SOARES JUNIOR**
Data: 21/10/2024 16:06:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr^o. Azemar dos Santos Soares Júnior – Titular Externo - UFRN



Documento assinado digitalmente
SARA RAPHAELA MACHADO DE AMORIM
Data: 21/10/2024 16:29:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Sara Raphaela Machado de Amorim – Suplente Externo - UERN

Dedico esta tese aos meus pais, Jaira e Edson. Ao meu marido, Hugo, e ao meu filho, Davi, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos de alegria e nos desafios.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todas as energias desse Universo, que me auxiliaram e me deram ânimo ao longo de todo esse processo de estudos.

À Profa. Dr^a. Francinaide de Lima Silva Nascimento, minha orientadora, agradeço pela serenidade na condução e pelo acolhimento nos momentos difíceis, que tornaram o processo fluido e possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa com qualidade.

Ao meu coorientador, Joaquim António de Sousa Pintassilgo, pela disponibilidade e pelas orientações quando necessárias.

Aos meus pais, Jaira Lago Alves de Oliveira e Edson Batista de Oliveira, agradeço pelo incentivo constante aos meus estudos. De forma singela, demonstraram preocupação ao perguntar como estava o doutorado e se tudo estava se encaminhando bem, além das palavras de apoio, sempre me dizendo que estavam rezando para que tudo desse certo.

Ao meu esposo, Hugo Mozer Barros Eustáquio, agradeço por ser meu suporte em diversos momentos, auxiliando-me nas leituras após a formulação das ideias, sugerindo modificações no texto e compartilhando as atividades cotidianas para que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

Ao meu filho, Davi Lago Oliveira Barros Eustáquio, pela paciência nos momentos em que precisei me ausentar para estudar ou levá-lo comigo às aulas, que se transformaram em passeios lúdicos. No trajeto até a sala de aula, fazíamos pausas para admirar os painéis temáticos de Newton Navarro presentes nas rampas do IFRN, *Campus* Natal-Central, os grafites nas escadarias e as árvores, podadas de forma a parecerem animais, trazendo leveza e encanto a essas caminhadas.

Às amigas Ivana Lúcia da Silva e Gilmara Catarine Dantas Costa, pelo apoio e pela escuta nos momentos de aflição durante a escrita, que resultaram em parcerias de ideias, no compartilhamento de leituras e na produção de artigos acadêmicos.

Aos familiares, tios, tias, primos e primas, pelo apoio e incentivo ao meu sucesso.

Em especial, ao meu tio Antônio Emanuel Lago Alves, professor da UFRN e engenheiro civil aposentado, com quem conversei durante a pesquisa sobre a estrutura predial da ETFRN. Ele contribuiu para a construção da fachada principal (voltada para a Avenida Senador Salgado Filho) e do muro de arrimo que cerca as laterais da instituição, ambos preservados até os dias de hoje.

Aos servidores do Arquivo Geral do IFRN, *Campus* Natal-Central, especialmente a Arilene Medeiros, pela gentileza e pelo auxílio na obtenção de fontes.

Aos entrevistados da pesquisa, Marcondes Mundim, Mariz Fernandes, Thelma Rabelo, Pablo Capistrano e Graça Baracho, pela disponibilidade para as gravações e pela concessão de fontes.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, que sempre esteve disponível para esclarecimentos dos trâmites acadêmicos.

À Coordenação de Video Produções do IFRN, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD), em especial aos servidores Glácio Gley Menezes de Souza e Josenildo Rufino da Costa, pela disponibilidade de tempo e orientação durante as gravações das entrevistas.

Ao sobrinho da professora Luzia Vieira de França, Ricardo França, que facilitou o contato e viabilizou o encontro para a entrevista.

Aos professores da banca examinadora, pela leitura cuidadosa e pelas valiosas orientações para melhorar o texto.

À professora Luzia Vieira de França, *in memoriam*, que em vida nos permitiu o encontro e o registro de sua narrativa.

Muito obrigada!

"Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar" (DAVIS, Angela. 2018, p. 45).

RESUMO

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), no período de 1968 a 1998, se destacou como referência no desenvolvimento institucional da Educação Profissional norte-rio-grandense e no Brasil. Dentro desse contexto, a Professora Luzia Vieira de França atuou por 21 anos na Escola, incluindo seis anos de gestão. Investigou-se a gestão da diretora Luzia na construção da história da ETFRN e nos processos democráticos da instituição. O objetivo geral foi a exploração da biografia acadêmica e profissional da Professora Luzia Vieira de França, enquanto os objetivos específicos abordaram a transformação da institucionalidade da ETFRN, a relação entre o processo de redemocratização política, aliado à participação da comunidade escolar na escolha da Direção, e a análise das contribuições da gestora para o desenvolvimento institucional. Para compreender a perspectiva historiográfica, a pesquisa recorreu a reflexões presentes nos trabalhos de Magalhães (2005), Chartier (1990), Sandano, Lombardi, Saviani e Nascimento (2021). No contexto da História Cultural, foram utilizadas as contribuições de Pesavento (2005), Rioux e Sirinelli (1998), e Burke (2005). No que diz respeito às questões relacionadas a gênero, a pesquisa se baseou nas leituras de Bourdieu (2012, 2014), Perrot (2005, 2007), Soihet (2013), Pedro (2013), e Scott (1995, 2005, 2012). Em relação aos conceitos de memória e história, a pesquisa embasou-se nas obras de Pollak (1989), Bosi (1994), Halbwachs (1990), Le Goff (1990), e Bloch (2001). A metodologia adotada incluiu a análise documental de materiais físicos no Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal Central e materiais digitais na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com a realização de levantamento de fotografias, documentos escolares e periódicos. Na análise iconográfica, a pesquisa se ancorou nos conceitos desenvolvidos por Ciavatta (2002, 2015, 2023), Kossoy (2012), Napolitano (2008), e Susan Sontag (1981). No que concerne à análise dos periódicos e à utilização dos arquivos, foram utilizados os trabalhos de Luca (2005), Leite (2015), Zicman (2012), Aróstegui (2006), e Barros (2005). No contexto dos processos de democratização, foram fundamentadas nas obras de Fausto (2022), Trindade (2010), e Werneck Vianna (1986). Foram realizadas entrevistas com ex-diretores da ETFRN e servidores-egressos, com transcrições e análises baseadas em teorias de Foucault (1979; 1992; 1999; 2008), Bardin (2016) e Bakhtin (2006), dentre outros. A análise é tanto quantitativa quanto qualitativa, dividida em três categorias-temáticas: ETFRN, gênero e gestão. A Professora Luzia Vieira de França marcou a história da instituição, que hoje é pós-centenária, ao tornar-se a primeira mulher a ocupar a posição de máxima direção após 21 administrações lideradas por homens. No entanto, ela foi sucedida por outro homem, e desde então a instituição teve mais oito gestores, sob diferentes designações de CEFET e IFRN. Diante disso, destaca-se o fato de que apenas uma única administração feminina foi efetivamente concretizada, ocorrida mediante ao primeiro processo eleitoral democrático, com a participação de eleitores do ramo estudantil e de servidores institucionais nos idos dos anos 1980. Essa análise destaca a persistência dos desequilíbrios de gênero na atualidade e a urgência de promover políticas de inclusão para oferecer às mulheres oportunidades significativas de contribuição e de liderança na esfera educacional.

Palavras-chave: história; memória; gênero; gestão; Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The Federal Technical School of Rio Grande do Norte (ETFRN), from 1968 to 1998, stood out as a reference in the institutional development of Professional Education in Rio Grande do Norte and in Brazil. Within this context, teacher Luzia Vieira de França worked for 21 years at the School, including six years of management. Director Luzia's management in the construction of ETFRN's history and the institution's democratic processes was investigated. The general objective was to explore the academic and professional biography of teacher Luzia Vieira de França, while the specific objectives addressed the transformation of ETFRN's institutionality, the relationship between the process of political redemocratization, combined with the participation of the school community in choosing the management, and the analysis of the manager's contributions to institutional development. To understand the historiographical perspective, the research used reflections present in the works of Magalhães (2005), Chartier (1990), Sandano, Lombardi, Saviani and Nascimento (2021). In the context of Cultural History, the contributions of Pesavento (2005), Rioux and Sirinelli (1998), and Burke (2005) were used. With regard to issues related to gender, the research was based on the readings of Bourdieu (2012, 2014), Perrot (2005, 2007), Soihet (2013), Pedro (2013), and Scott (1995, 2005, 2012). Regarding the concepts of memory and history, the research was based on the works of Pollak (1989), Bosi (1994), Halbwachs (1990), Le Goff (1990), and Bloch (2001). The methodology adopted included documentary analysis of physical materials in the General Archive of IFRN - Campus Natal Central and digital materials in the Digital Hemeroteca of the National Library, with a survey of photographs, school documents and periodicals. In the iconographic analysis, the research was anchored in the concepts developed by Ciavatta (2002, 2015, 2023), Kossoy (2012), Napolitano (2008), and Susan Sontag (1981). Regarding the analysis of periodicals and the use of files, the works of Luca (2005), Leite (2015), Zicman (2012), Aróstegui (2006), and Barros (2005) were used. In the context of democratization processes, they were based on the works of Fausto (2022), Trindade (2010), and Werneck Vianna (1986). Interviews were carried out with former ETFRN directors and employees, with transcriptions and analyzes based on theories by Foucault (1979; 1992; 1999; 2008), Bardin (2016) and Bakhtin (2006), among others. The analysis is both quantitative and qualitative, divided into three thematic categories: ETFRN, gender and management. Luzia Vieira de França marked the history of the institution, which is now post-centenary, by becoming the first woman to occupy the top management position after 21 administrations led by men. However, she was succeeded by another man, and since then the institution has had eight more managers, under different names of CEFET and IFRN. In view of this, it stands out that only a single female administration was effectively implemented, which occurred through the first democratic electoral process, with the participation of student voters and institutional employees in the 1980s. This analysis highlights the persistence current gender imbalances and the urgency of promoting inclusion policies to offer women significant opportunities for contribution and leadership in the educational sphere.

Keywords: history; memory; gender; management; Federal Technical School of Rio Grande do Norte.

RESUMEN

La Escuela Técnica Federal de Rio Grande do Norte (ETFRN), de 1968 a 1998, se destacó como referencia en el desarrollo institucional de la Educación Profesional en el Norte de Rio Grande do Norte en Brasil. En ese contexto, la profesora Luzia Vieira de França pasó 21 años en la Escuela, incluidos seis años de gestión. Investigamos la gestión de la directora Luzia en la construcción de la historia de la ETFRN y de los procesos democráticos de la institución. El objetivo general fue explorar la biografía académica y profesional de la profesora Luzia Vieira de França, mientras que los objetivos específicos abordan la transformación de la institucionalidad de la ETFRN, la relación entre el proceso de redemocratización política, combinado con la participación de la comunidad escolar en la Escuela. de Gestión, y analizar los aportes del directivo al desarrollo institucional. Para comprender la perspectiva historiográfica, la investigación examina las reflexiones presentes en las obras de Magalhães (2005), Chartier (1990), Sandano, Lombardi, Saviani y Nascimento (2021). En el contexto de la Historia Cultural se utilizaron los aportes de Pesavento (2005), Rioux y Sirinelli (1998) y Burke (2005). No es que pretenda respetar las cuestiones relacionadas con el género, la investigación se basa en las lecturas de Bourdieu (2012, 2014), Perrot (2005, 2007), Soihet (2013), Pedro (2013) y Scott (1995, 2005, 2012). En relación a los conceptos de memoria e historia, la investigación se basa en los trabajos de Pollak (1989), Bosi (1994), Halbwachs (1990), Le Goff (1990) y Bloch (2001). La metodología adoptada incluye análisis documental de materiales físicos del Archivo General del IFRN – Campus Central de Natal y materiales digitales de los Periódicos Digitales de la Biblioteca Nacional, con producción de fotografías, documentos escolares y periódicos. En el análisis iconográfico, la investigación se centra en los conceptos desarrollados por Ciavatta (2002, 2015, 2023), Kossoy (2012), Napolitano (2008) y Susan Sontag (1981). En cuanto al análisis de publicaciones periódicas y el uso de archivos, se utilizaron los trabajos de Luca (2005), Leite (2015), Zicman (2012), Aróstegui (2006) y Barros (2005). En el contexto de los procesos de democratización, se basaron en los trabajos de Fausto (2022), Trindade (2010) y Werneck Vianna (1986). Se realizaron entrevistas a exdirectores y ex empleados de la ETFRN, con transcripciones y análisis basados en teorías de Foucault (1979; 1992; 1999; 2008), Bardin (2016) y Bakhtin (2006), entre otros. El análisis es tanto cuantitativo como cualitativo, dividido en tres categorías temáticas: ETFRN, género y gestión. La profesora Luzia Vieira de França marcó la historia de la institución, ya poscentenaria, al convertirse en la primera mujer en ocupar un puesto de alta dirección después de 21 administraciones lideradas por hombres. Sin embargo, fue reemplazada por otro hombre y desde entonces la institución ha tenido ocho gerentes más, bajo diferentes nombres de CEFET e IFRN. Ante esto, se destaca que solo se implementó efectivamente una única administración femenina, lo cual se dio a través del primer proceso electoral democrático, con la participación de votantes estudiantiles y empleados institucionales en la década de 1980. Este análisis resalta la persistencia de los actuales desequilibrios de género. Urgencia de impulsar políticas de inclusión para ofrecer a las mujeres oportunidades significativas de aporte y liderazgo en el ámbito educativo.

Palabras clave: historia; memoria; género; gestión; Escuela Técnica Federal de Rio Grande do Norte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fundação das Escolas de Aprendizes Artífices (1910)	27
Figura 2	Fachada do prédio em novembro de 1984 (atualmente, lateral do <i>Campus</i> Natal-Central do IFRN)	28
Figura 3	Portaria para denominação ETFRN (1968)	29
Figura 4	A alegria da aprovação.	33
Figura 5	Entrevista com o Professor Marcondes Mundim Guimarães (15/09/2022), na sala 136, da Pró-Reitoria de Pesquisa (IFRN)	59
Figura 6	Entrevista com a Professora Luzia Vieira de França (14/10/2022), no Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal- Zona Leste (EaD)	59
Figura 7	Entrevista com o Professor Francisco das Chagas de Mariz Fernandes (28/02/2023), no Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal- Zona Leste (EaD)	60
Figura 8	Entrevista com a Professora Thelma Rabelo (12/05/2023), no Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal- Zona Leste (EaD)	61
Figura 9	Entrevista com o Professor Pablo Capistrano (28/06/2023), no Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal- Zona Leste (EaD)	61
Figura 10	Entrevista com a Professora Maria das Graças Baracho (15/09/2023), no Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal- Zona Leste (EaD)	62
Figura 11	Registro da Portaria nº. 207/80-GD/ETFRN que regulamentava a criação do Arquivo Institucional	70
Figura 12	Recursos para a piscina e laboratórios (1979)	74
Figura 13	Inauguração da Sala dos Professores pelo Diretor Marcondes Mundim, em 29 de setembro de 1979	75
Figura 14	Nota: Inauguração da sala dos professores	75
Figura 15	Fachada da lateral do pavimento de sala de aulas da ETFRN	76
Figura 16	Pórtico de entrada na Avenida Senador Salgado Filho (1972)	77
Figura 17	Finalização da construção do bloco principal de aulas (1966)	78
Figura 18	Fotografia panorâmica da ETFRN na década de 1980	79
Figura 19	Nota sobre arborização (1980)	79

Figura 20	Reforma nos laboratórios de Eletrotécnica (março/1985)	81
Figura 21	ETFRN colabora com o Estado	83
Figura 22	Intercomplementaridade com as escolas de Natal	83
Figura 23	Construção da piscina (1979)	85
Figura 24	Trecho do discurso do Profº. Marcondes Mundim na inauguração da piscina (1980)	86
Figura 25	A ETFRN contribui para o desenvolvimento do país.	87
Figura 26	ETFRN empossa novo Conselho Técnico Consultivo (1982)	88
Figura 27	Alterações na estrutura organizacional (1985)	90
Figura 28	Escola Industrial vai reunir pais de alunos	93
Figura 29	Mulheres na ETFRN	93
Figura 30	Escola Técnica será mista no próximo ano	96
Figura 31	Memória da ETFRN. A presença feminina na escola	97
Figura 32	Mulheres ganham mais uma. Vão para a ETF	98
Figura 33	Escola Técnica quebra tabu no Rio Grande do Norte	99
Figura 34	Imagem da notícia “Mais de 600 mulheres inscritas na antiga escola só de homens”	101
Figura 35	Mais de 600 mulheres inscritas na antiga Escola só de homens	101
Figura 36	Eis o listão dos aprovados na Escola Técnica Federal	103
Figura 37	Marcondes Mundim é reconduzido para direção da ETFRN	104
Figura 38	ETFRN ocupa cargos no alto escalão da Nova República	105
Figura 39	Luzia de França assume direção da ETFRN até 87	106
Figura 40	Nota sobre a nova Direção da ETFRN (1985)	107
Figura 41	Denunciado "casuísmo" na sucessão da ETFRN	112
Figura 42	Eleição para escolha da nova direção	113
Figura 43	Conselho Consultivo na escolha dos representantes	114
Figura 44	Debate entre os candidatos à Diretoria da ETFRN promovido pela ASETFRN e pelo Grêmio Estudantil Djalma Maranhão. Locais: Sala de Projeções I e campo de futebol	116

Figura 45	Votação para escolha do Diretor da ETFRN	118
Figura 46	Nomeada	118
Figura 47	Nº 96 - 30 de janeiro de 1987	119
Figura 48	Convite para posse da Professora Luzia (1987)	121
Figura 49	Diretora toma posse	122
Figura 50	Posse da Diretora Luzia Vieira de França, em 13 de maio de 1987	124
Figura 51	Conclusão de Cursos 1986.2	126
Figura 52	Discurso de posse do Prof. Marcondes como Diretor (1983)	138
Figura 53	Autoridades civis e militares convidados (1983)	138
Figura 54	Debate promovido pelo Grêmio (1986)	141
Figura 55	Laboratório de Estradas (1988)	148
Figura 56	Laboratório de Geologia e Mineração (1988)	148
Figura 57	Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira (1985)	149
Figura 58	Plano de Ação Integrada (1979)	179
Figura 59	Terreno cedido para a construção da UNED/Currais Novos (1988)	195
Figura 60	Diretora Luzia Vieira de França, professor Francisco Mariz e o Prefeito de Currais Novos, José Dantas, no Gabinete da direção geral (1988)	196
Figura 61	Inauguração do Laboratório de Estradas (1988)	199
Figura 62	Construção dos Laboratórios	199
Figura 63	Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira (antes e depois da construção)	200
Figura 64	Reunião sobre a instalação do Conselho Superior da ETFRN, em abril de 1988, no Gabinete da Direção Geral	203
Figura 65	Construção da piscina (antes e depois)	205
Figura 66	Desfile de Abertura X Jogos Internos da ETFRN (24/05/1985), no Ginásio de esportes	206
Figura 67	Linha do tempo referente à trajetória profissional da Professora Luzia	207
Figura 68	Diploma de Odontologia de Luzia Vieira de França, em 1955	211

Figura 69	Ficha funcional da Professora Luzia Vieira de França	215
Figura 70	Diploma do Curso de Técnica de Ensino/MEC-I	216
Figura 71	Designação da Professora Luzia ao exercício de Direção da ETFRN (1987)	219
Figura 72	Galeria de Diretores na Sala da Direção Geral do IFRN, <i>Campus Natal-Central</i> (2023).	223
Figura 73	Fotografia da Professora Luzia na Galeria de Diretores (IFRN/ <i>Campus Natal-Central</i> , 2023)	224
Figura 74	Demonstrativo dos materiais pesquisados	242
Figura 75	Ementário de Legislação do Ensino, volume 1, publicado em Junho de 1989	253
Figura 76	Folder de divulgação dos Cursos Técnicos da ETFRN	256
Figura 77	Professores da ETFRN colam grau às 20 horas	261
Figura 78	ETFRN. Alunos e mestres retomam suas atividades após dois meses de greve	275
Figura 79	Pacote FHC. Falta de recursos compromete funcionamento da ETFRN	276
Figura 80	Construção do pavimento do bloco principal (1966)	280
Figura 81	Maquete (1971)	280
Figura 82	Quadras descobertas (1972)	281
Figura 83	Pórtico de entrada (1972)	281
Figura 84	Início da construção do ginásio (1973)	282
Figura 85	Construção do ginásio (1973)	282
Figura 86	Término da construção do ginásio (novembro de 1975)	283
Figura 87	Estudantes no Ginásio (1979)	283
Figura 88	Construção do campo de futebol (1971)	284
Figura 89	Construção da piscina (1979)	284
Figura 90	Fachada do prédio da ETFRN (1984)	285
Figura 91	Construção do Laboratório de Estradas (1988)	286
Figura 92	Construção do Auditório (1988)	286

Figura 93	Reunião Pedagógica conduzida pela Professora Luzia Vieira, no DPAD	287
Figura 94	Reunião do diretor Marcondes Mundim, dezembro de 1979, Gabinete da direção geral	287
Figura 95	Inauguração da sala dos professores em 23 de setembro de 1979	288
Figura 96	Encerramento do Projeto Caxias com visita às instalações da ETFRN (1979)	289
Figura 97	Inauguração do Clube do Leitor, na área de lazer da ETFRN (1985)	289
Figura 98	Sequência de fotografias tiradas durante o período da campanha para a Direção (1986)	290
Figura 99	Debates entre os candidatos à Direção da ETFRN, como parte do processo eleitoral de 1987	291
Figura 100	Cerimônia de posse da Diretora Luzia Vieira de França para o mandato de quatro anos, de 1987 a 1991. Data: 13/05/1987. Local: Delegacia do Ministério da Educação no Rio Grande do Norte (DEMEC/RN)	292
Figura 101	Diversas atividades solenes realizadas durante a gestão de Luzia Vieira	296
Figura 102	Visita do secretário da SESG (Secretaria de Ensino de Segundo Grau), João Azevedo nas dependências da ETFRN, em companhia da professora Luzia Vieira França e Venâncio Nogueira de Farias, em março de 1988	300
Figura 103	Atividades diversas no exercício como Diretora da ETFRN	302
Figura 104	Assinatura de convênio da ETFRN com o Departamento de Relações Empresariais (Ano: 1988. Local: Gabinete da Direção)	304
Figura 105	Entrevista para o jornal local durante a Cerimônia de Colação de Grau dos alunos (1988)	305
Figura 106	Encerramento do curso para Secretárias Escolares, em maio de 1989, na Sala de aula da ETFRN	305
Figura 107	Reunião da Diretora Luzia Vieira de França com pais de alunos, na Sala de Projeções (1988)	306
Figura 108	Comemoração Natalina dos funcionários da EMBRATEL, em dezembro de 1985, na Área de Lazer da ETFRN	307
Figura 109	Sequência de fotos que retratam a eleição do representante docente junto ao Conselho Consultivo de Professores (CCP),	308

debate entre os candidatos e entrevista coletiva junto ao CCP, em março de 1986

Figura 110	Instalação do Conselho Superior da ETFRN, em abril de 1988, no Gabinete da Direção Geral	310
Figura 111	Assinatura de convênio ETFRN com a Empresa SPERB, em abril de 1988, no gabinete da Direção Geral	311
Figura 112	Assinatura de convênio entre a ETFRN e a Fundação SESP, em junho de 1988, no gabinete da Direção Geral	312
Figura 113	Reunião com a Diretora Luzia Vieira de França, o professor Francisco Mariz e o Prefeito de Currais Novos, José Dantas, para discutir o terreno destinado à construção da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da ETFRN, na cidade de Currais Novos (RN), ocorrida em 1988, no gabinete da Direção Geral	313
Figura 114	I CONET (Congresso Internacional de Educação Tecnológica), realizado em setembro de 1989, em João Pessoa (PB)	316
Figura 115	Encerramento do Curso de Sobrevivência nas Selvas, realizado em dezembro de 1989, na sala de projeções	316
Figura 116	Inauguração do Laboratório de Estradas, em 18 de outubro de 1989	317
Figura 117	Encerramento do Curso de Especialização em Administração Escolar, em 12 de junho de 1990, no Miniauditório da ETFRN	318
Figura 118	Participação da Professora Luzia Vieira de França no II CONET (Congresso Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) e estande da ETFRN, realizado em setembro de 1990, em Salvador (BA)	319
Figura 119	Reunião do Conselho de Dirigentes das Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), no período de 09 e 10 de maio de 1991, no Hotel Vila do Mar, Natal (RN)	320
Figura 120	Visita às instalações da ETFRN do Secretário do MEC, João Manoel Peil, em 09 de maio de 1991	321
Figura 121	Sequência de fotografias sobre a solenidade de posse do Diretor da ETFRN, Francisco Das Chagas De Mariz Fernandes, em 13 de maio de 1991, no Auditório Pedro Silveira e Sá Leitão	324
Figura 122	Solenidade de transmissão de cargo: posse do professor Francisco Mariz	328

- Figura 123** Entrevista com a Professora Luzia Vieira de França, outubro de 2022 **332**
- Figura 124** Último registro da entrevista, realizada em 14 de outubro de 2022, no estacionamento do IFRN, *Campus* Natal-Central **339**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Leis e diretrizes da Educação Profissional Nacional	31
Quadro 2	Períodos de institucionalidades	34
Quadro 3	Demonstrativo das publicações com recorte temático sobre ETFRN	37
Quadro 4	Informações sobre acervos documentais	50
Quadro 5	Informações sobre as fotografias coletadas	51
Quadro 6	Informações sobre os periódicos consultados	55
Quadro 7	Informações descritivas das entrevistas	63
Quadro 8	Alterações da estrutura organizacional da ETFRN (1985)	90
Quadro 9	Sequência sobre as mudanças dos processos para sucessão da Diretoria	108
Quadro 10	Diretores da ETFRN: períodos de gestão e forma de acesso ao cargo	138
Quadro 11	Primeira prévia das eleições para Direção (1986)	140
Quadro 12	Segunda prévia das eleições para Direção (1986)	142
Quadro 13	Aquisições de equipamentos e informatização da ETFRN	144
Quadro 14	Demonstrativo da análise quantitativa	157
Quadro 15	Cronograma das Gestões, durante o período de 1909 a 2024	220
Quadro 16	Ações a serem desenvolvidas na tríplice programação proposta no Plano de Ação (1984-1987)	246
Quadro 17	Reconstituição histórica e identitária da instituição	271

LISTA DE SIGLAS

ANDEF	Associação Nacional para o Desporto e Educação Física
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCP	Curso de Coordenação Pedagógica
CEFET-RN	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CEP	Centro de Estudos Pessoal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COAGRI	Coordenação de Ensino Agrícola
COEP	Coordenadoria de Orientação Educacional e Pedagógica
CONET	Congresso Internacional de Educação Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COPES	Comissão Permanente de Seleção
COPLAN	Coordenação de Planejamento
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CTE	Curso de Técnica de Ensino
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEMEC/RN	Delegacia do Ministério da Educação no Rio Grande do Norte
DPAD	Departamento de Pedagogia e Apoio Didático
EaD	Educação a Distância
EIFRN	Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte
ETFRN	Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

JERNs	Jogos Escolares do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PRODES	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PSECD	Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca
SEMTEC	Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESG	Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SIAFI	Sistema Integrado de Apropriação e Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Acompanhamento de Gastos com Pessoal
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
ZL	Zona Leste

SUMÁRIO

1. POR QUE ESCREVO ESSA HISTÓRIA?	24
1.1 CONFIGURANDO O OBJETO DE ESTUDO	24
1.2 ESTADO DA ARTE	36
1.3 DELINEAMENTOS DA PESQUISA	47
1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	49
1.4.1 Localizando fontes de investigação	49
1.4.2 Fontes iconográficas	51
1.4.3 Coleta de periódicos	55
1.4.4 Configurando os participantes da pesquisa	57
1.5 O DESENHO DA TESE	63
2. AS MULHERES, O PODER, A HISTÓRIA	65
2.1 ETFRN, A ESTRUTURA	73
2.2 A INSERÇÃO DO FEMININO NA ETFRN: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS LOCAIS	92
3. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ETFRN	129
3.1 SOB O SIGNO DE NOVOS TEMPOS: UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA	129
3.2 A ÉGIDE DA LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO	144
3.3 DITOS E INTERDITOS: O QUE REVELAM OS SUJEITOS DESSA HISTÓRIA	150
3.3.1 Memórias da ETFRN	161
3.3.2 Perspectivas de Gênero	168
3.3.3 Histórias da Gestão	177
4. MUITO ALÉM DA SALA DE AULA: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA PROFESSORA E DIRETORA LUZIA VIEIRA DE FRANÇA	194
4.1 PERFIL BIOGRÁFICO DE LUZIA VIEIRA DE FRANÇA	208
4.2 MEMÓRIAS DA DIRETORA	227

5. “UMA GESTÃO REALMENTE MINHA”	241
5.1 O PLANO DE ATUAÇÃO DE LUZIA VIEIRA DE FRANÇA (1985-1987; 1987-1991)	243
5.2 OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E A EMERGÊNCIA DAS LICENCIATURAS	260
5.3 REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR	263
5.4 DILEMAS EM FOCO: A EXPANSÃO INSTITUCIONAL E OS RISCOS DE ESTADUALIZAÇÃO	270
5.5 CADERNO DE IMAGENS	279
5.5.1 Construção da ETFRN (décadas 1960 e 1970)	279
5.5.2 Atividades da gestão relacionadas à Professora Luzia Vieira de França	286
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	333
REFERÊNCIAS	339
ANEXOS	
ANEXO I - QUESTÕES PARA OS GESTORES E A GESTORA	358
ANEXO II - QUESTÕES PARA OS ALUNOS EGRESSOS	360
ANEXO III - QUESTÕES PARA OS SERVIDORES E AS SERVIDORAS	362
ANEXO IV - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA PARA A REITORIA (RESOLUÇÃO Nº31/2016-CONSUP/IFRN, DE 20/05/2016)	364
ANEXO V - GRÁFICO SOBRE A FORÇA DE TRABALHO POR SEXO (CONFORME RELATÓRIO DE GESTÃO 2022)	365

1 POR QUE ESCREVO ESSA HISTÓRIA?

Empoderar uma mulher é empoderar uma comunidade.
(Michelle Obama)

1.1 CONFIGURANDO O OBJETO DE ESTUDO

Na graduação em Letras, concluída em 2005 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), fui aluna-pesquisadora, que enfrentou a falta de recursos financeiros. No entanto, contei com o apoio do Professor Humberto Hermenegildo de Araújo, que incentivou nosso grupo e nos orientou no caminho da pesquisa em acervo. Na época, íamos ao Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, localizado no centro da capital, Natal. Foi lá que tive meu primeiro contato com a escritora potiguar Palmyra Wanderley, percebendo um diferencial notável: poucas mulheres escreviam nas primeiras páginas dos jornais locais na década de 20. Palmyra, jovem e já reconhecida, publicou livros e era admirada por sua criatividade escrita literária. Mal sabia que estudar Palmyra me abriria as portas para discussões sobre gênero.

Anos depois, sob orientação da Professora Ana Laudelina, concluí meu mestrado em 2015, na UFRN, pelo Programa de Pesquisa em Ciências Sociais, transformando a dissertação "Palmyra Wanderley, a Cigarra dos Trópicos: imaginários culturais e mapa onírico em 'Roseira Brava' (1965)" em um livro homônimo. A partir das descobertas nas leituras acadêmicas sobre gênero, história e memória, decidi explorar o âmbito da educação profissional, onde atuo como docente desde 2009 no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Em 2020, durante o segundo semestre, busquei expandir meus horizontes acadêmicos ao cursar disciplinas relacionadas à minha base teórica. A oportunidade surgiu ao ser aceita como aluna especial no Programa de Pós-Educação em Educação Profissional (PPgEP) do IFRN, mediante análise de uma carta de intenções conforme solicitado naquele edital. Optei por me matricular na disciplina "História da Educação Profissional," ministrada no início de 2021.1, em formato remoto, devido à pandemia de Covid-19.

As aulas proporcionaram diálogos enriquecedores sobre a Educação Profissional no Brasil, abordando periodização, propósitos, mudanças e permanências. Concomitantemente às aulas, já havia iniciado a organização do projeto de pesquisa para uma futura seleção. A disciplina desempenhou um papel fundamental ao contribuir para aprimorar minhas ideias.

Quando o edital para alunos regulares foi aberto, preparei todos os documentos necessários para a inscrição, enfrentei as etapas de seleção, incluindo prova, entrevista e análise curricular e, finalmente, obtive aprovação para ingressar no doutoramento.

Nas primeiras reuniões de orientação, sob a condução da Professora Francinaide Nascimento, ajustamos a proposta de pesquisa, focando na história da instituição e na ruptura de gênero com a professora Luzia Vieira de França, primeira e única diretora da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Luzia foi a primeira a ser eleita por voto da comunidade escolar, rompendo com uma sucessão masculina na gestão. Após o término de sua administração, homens retomaram o comando, aspecto intrigante para abordar em minha pesquisa sobre história, memória, gênero, processo democrático e poder.

A história do IFRN (identidade institucional atual) começou em 23 de setembro de 1909, com o Decreto nº. 7.566, quando o então Presidente Nilo Peçanha determina a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio², entre as quais uma sediada em Natal, no Rio Grande do Norte (IFRN, 2022). Mudanças de políticas educacionais no Brasil resultaram em diversas denominações para a instituição³, que ocorreram desde o início da existência da Escola de Aprendizes Artífices até a denominação de Instituto Federal.

A escola foi instalada em janeiro de 1910 no antigo Hospital da Caridade Juvino Barreto, onde atualmente funciona a Casa do Estudante de Natal⁴. De acordo com Nesi (2020), em 1906, o governador Tavares de Lira fechou o referido hospital, conservando no prédio apenas uma única enfermaria, entregue aos cuidados de Sinfrônio Barreto⁵. No dia 1º de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices passou a funcionar no antigo prédio do

² De acordo com o Artº. 1º, do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

³ Ressaltamos que as mudanças políticas não mudaram apenas as denominações, mas as funções, os princípios e a própria institucionalidade. Lembremos que essa instituição começa reiterando uma dualidade estrutural da educação e vai, ao longo do tempo, construindo uma perspectiva de ruptura com esse *status quo*.

⁴ Informações disponíveis no Portal IFRN.

⁵ Sinfrônio Barreto nasceu em 1853, na cidade de Floresta, em Pernambuco, filho de Leandro Paes Barreto, um revolucionário praiano. Participou como voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai (1864–1870). Após retornar, ingressou no Seminário de Recife, transferindo-se posteriormente para o Seminário da Paraíba, mas não chegou a concluir os estudos eclesiásticos. Abandonou o seminário e mudou-se para Natal, onde foi morar com seu irmão, Juvino Barreto. Em Natal, Sinfrônio passou a viver em um pequeno cômodo sob a torre da Igreja de Santo Antônio (bairro Cidade Alta), dedicando-se com humildade e fervor ao cuidado dos pobres. Por quase vinte anos, presidiu o grupo Vicentino da Ribeira. Após a missa diária, caminhava a pé para visitar os necessitados, levando consolo, tratando feridas e distribuindo remédios e alimentos. Sinfrônio Barreto faleceu às 20h30 do dia 2 de outubro de 1919, na Travessa Juvino Barreto, em Natal. O dispensário da Rua Padre João Manuel o adotou como seu padroeiro natural e legítimo (Papo Cultura, 2024).

Hospital. Esse edifício⁶ foi construído em 1856 pelo presidente da Província Antônio Bernardo de Passos e permaneceu ocioso desde 1906 (Nesi, 2020).

O primeiro diretor da escola foi Sebastião Fernandes⁷. Em 17 de setembro de 1914, o prédio foi novamente desocupado, sofrendo então uma ampliação, vindo a abrigar o Batalhão Policial Militar (Nesi, 2020). Neste período, ocorreram importantes mudanças educacionais a fim de organizar a instrução e consolidar a arte da docência (Nesi, 2020).

Nessa perspectiva de organizar a formação de professores, em Natal (RN), entre 1908 e a década de 1920, ocorreu a Reforma do Ensino, pela Lei nº. 249/1907⁸ e Lei nº. 405/1916⁹ que fortaleceu a profissão docente. As leis e documentos revestiram o magistério de particularidades que o elevaram ao status de profissão (Morais; Lima Silva, 2009).

Ainda de acordo com o então Decreto no. 7.566, de 23 de setembro de 1909, caberia às Escolas de Aprendizes Artífices a oferta de oficinas de trabalho manual ou mecânico e dois cursos noturnos obrigatórios: primário, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; e de desenho, necessário ao exercício satisfatório do ofício:

⁶ Situado à rua Presidente Passos, no bairro de Cidade Alta, o edifício sede da nova escola havia sido restaurado no final do século XIX (Nesi, 2020).

⁷ No dia 04 de novembro de 1909, foi nomeado o primeiro diretor, Sebastião Fernandes de Oliveira. A gestão permaneceu até o dia 11 de maio de 1915, com o sucessor Silvino Bezerra Neto (1915-1918). Fatos importantes que aconteceram na gestão do Diretor Sebastião: em 24/12/1909, ocorreu a posse do 1º servidor administrativo, capitão Pedro Soares de Araújo Filho. Em 1º/01/1910, foi a instalação oficial da Escola, no prédio ocupado até o momento pela Casa do Estudante; além disso, iniciaram o funcionamento de 05 oficinas: marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria e funilaria. No dia 15/01/1910, aconteceram as posses do 1º professor, Abel Juvino Paes Barreto (Desenho), e a posse da primeira professora, Maria do Carmo Torres Navarro. Em 1914, o então Liceu Industrial foi transferido para o prédio da Avenida Rio Branco, nº 743, onde já havia funcionado a TV Universitária. (Fonte: AGENDA ETFRN, ETFRN: 78 anos. Seção “Retrospectiva”. Edição Especial, nº 141, 23 de setembro de 1987).

⁸ De acordo com Moraes e Lima Silva (2009, p. 270), no primeiro governo do Dr. Antonio José de Mello e Souza (1907-1908), devido à prevalência do pensamento político republicano na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ele recebeu autorização para reformar o sistema educacional (Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907). Essa reforma, focada principalmente no ensino primário, visava torná-lo mais abrangente e eficaz. Como resultado, a primeira medida materializada foi a elevação do primeiro grupo escolar de Natal, chamado Grupo Escolar “Augusto Severo”, por meio do Decreto n. 174, de 5 de março de 1908, tornando-se a primeira instituição primária no bairro da Ribeira, em Natal. Inicialmente, atendia aos alunos da Escola Normal de Natal, e devido a isso, o Decreto n. 198, de 10 de maio de 1909, o transformou em uma Escola Modelo, onde os alunos formados pela Escola Normal de Natal poderiam realizar práticas educacionais.

⁹ Vale destacar que foram tomadas outras medidas visando aprimorar a formação de professores e que foram implementadas no Rio Grande do Norte. É o caso da Lei n. 382, de 18 de novembro de 1915, que estabeleceu a organização do ensino em níveis primário, normal e profissional. Intelectuais da época como Manoel Dantas, Henrique Castriçano, Antônio José de Melo e Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros e Moisés Soares se reuniram e propuseram uma reforma educacional. Dessa reunião, surgiu a Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916, que foi sancionada pelo então Governador Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) (Morais; Lima Silva, 2009).

Figura 1 - Fundação das Escolas de Aprendizes Artífices (1910)



Fonte: <https://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>

Em 1914, a instituição foi transferida para a Avenida Rio Branco e permaneceu durante 53 anos. O prédio foi construído exclusivamente para o seu funcionamento. A mudança de denominação para Liceu Industrial de Natal integrou a reforma instituída pela Lei n.º 378, de 13/01/1937, do Ministério da Educação e Saúde, a quem as Escolas de Aprendizes Artífices estavam subordinadas desde 1930.

Nessas mesmas instalações da Avenida Rio Branco, em 1942, o Liceu recebe a denominação de Escola Industrial de Natal, passando a atuar, 20 anos depois, na oferta de cursos técnicos de nível médio, e transformando-se, em 1965, em Escola Industrial Federal. Em 1967, a escola passou a ocupar as novas instalações, na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol (*onde hoje funciona o Campus Natal-Central do IFRN*), recebendo, no ano seguinte, em 1968, a denominação de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (IFRN, 2022):

Figura 2 - Fachada do prédio em novembro de 1984
(atualmente, lateral¹⁰ do *Campus Natal-Central* do IFRN)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Para a construção, foi contratada a Construtora Joaquim Victor de Holanda¹¹ & Cia e da PLANARQ Arquitetos Associados, comandada por Dirceu Victor de Holanda e João Maurício de Miranda. Tiveram como dificuldade a retirada de posseiros da área e a adaptação do projeto arquitetônico às determinações do Ministério, pois tiveram que fazer adaptações no terreno. Contando com uma área coberta de 8.360 m², o edifício compreendia um bloco principal com 22 salas de aula, duas salas de desenho, auditório para 140 alunos, biblioteca, cozinha, refeitório, cantina, salas de administração e oficinas de Mecânica, Marcenaria e Artes Industriais (Medeiros, 2011).

Abaixo, conferimos o ofício circular nº 12/68, emitido em 1º de julho de 1968, endereçado ao Professor Arnóbio Pinto Fernandes¹², comunicando a mudança de

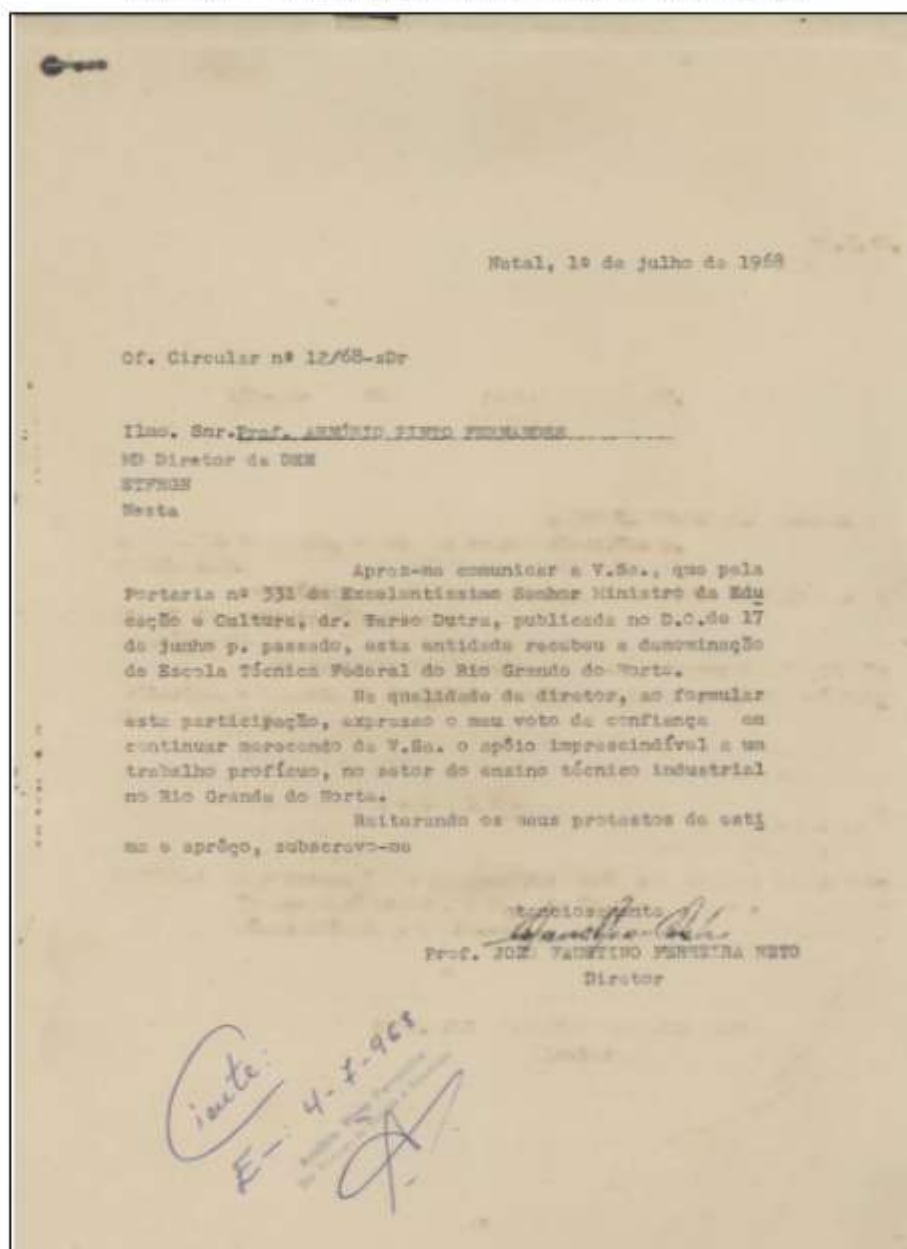
¹⁰ Avenida Nevaldo Rocha, Tirol, Natal (RN).

¹¹ O empresário em questão foi um dos fundadores da FIERN, além de se destacar como construtor, industrial e político. Sua empresa foi responsável por diversas obras significativas, tais como os prédios do Grande Hotel e do Bandern na Ribeira, a Base Aérea de Parnamirim, a Vila Naval, o Quartel da Polícia Militar, o Ateneu Norte-rio-grandense e o 16º Regimento de Infantaria. Além de sua atuação no setor empresarial, ele também exerceu cargos públicos, tendo sido deputado estadual e prefeito de São Gonçalo do Amarante (FIERN, 2023).

¹² Professor de Geografia com formação em nível superior na Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes, onde obteve a licenciatura em Geografia em 1961, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi coordenador da Divisão de Cultura Geral entre 1967-1968 e Diretor da Divisão de Ensino e Educação da EIFRN/ETFRN (SILVA, 2012).

denominação de Escola Industrial do Rio Grande do Norte para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, através da portaria nº 331, assinada pelo Ministro da Educação e Cultura, Drº. Tarso Dutra¹³. O ofício é assinado pelo Profº. João Faustino Ferreira Neto¹⁴.

Figura 3 - Portaria para denominação ETFRN (1968)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - Campus Natal-Central

Em 1969, foi registrado um aumento de matrículas, depois da inauguração do novo prédio. Após a transferência do prédio, constatou-se uma mudança de percepção da sociedade

¹³ Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1967-1971, para assumir o cargo de Ministro da Educação e Cultura, no período de 1967 a 1969. Faleceu em 1983 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

¹⁴ A gestão como Diretor se deu no período de 22 de fevereiro de 1968 a 24 de março de 1971. Mais à frente, serão detalhadas outras informações do Professor João Faustino.

natalense em relação à Escola Industrial, vista até então como a escola para os meninos pobres. Constatava-se a presença mais efetiva da classe média na instituição, com o aumento dos cursos técnicos, dessa forma, um processo lento, mas contínuo de elitização da clientela escolar da ETFRN, como o demonstrava uma análise comparativa da caracterização socioeconômica dos alunos ingressantes entre 1974 e 1977 (Medeiros, 2011).

A partir de 1969, visando atender a uma política de diversificação do ensino técnico, foram implementados os cursos de: Edificações, Eletromecânica (que depois foi separado em Mecânica e Eletrotécnica), Geologia e Saneamento (Medeiros, 2011).

Intensificaram-se também os convênios de Intercomplementaridade nos cursos de 2º grau. Isso ocorria da seguinte maneira: a ETFRN ministrava a parte de formação profissionalizante do currículo aos alunos encaminhados pelos demais sistemas de ensino (Medeiros, 2011).

Os cursos em regime de Intercomplementaridade tinham alunos provenientes do Marista, Salesiano São José, Imaculada Conceição, Colégio das Neves, Escola Estadual Anísio Teixeira e Instituto Padre Monte¹⁵. Percebe-se que esse momento de crescimento da ETFRN e a implantação dos novos cursos técnicos resultaram no início de um processo de elitização da clientela escolar (Medeiros, 2011).

Sabe-se que, a rede escolar criada em 1909, objetivou a formação profissional para “desvalidos da sorte”, conforme é citado no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que determinava a criação nas capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

Portanto, a Instituição como a nossa foi criada para esses “desvalidos”, porém, com os anos, passava a atender um público mais abastado. Essa implicação, são criadas algumas hipóteses: estaria ocorrendo um processo de fechamento da instituição para a população mais pobre; seria um processo de empobrecimento da população de forma geral; seriam as mudanças na proposta de ensino da instituição, que estaria atraindo essa outra classe social; ou, os resultados de maior acesso desse alunado ao ensino superior, e cujo acesso estava cada vez mais afunilado? Essas hipóteses são somadas às mudanças do processo de seleção de exames como condicionante para ser estudante da Instituição, citado em Medeiros (2011).

A presença dos grupos carentes e intermediários (A, B e C) diminuiu de 74,6% para 65,2%.⁶³ Em 1978, esse índice baixou para 62,8%, e, no ano seguinte, atingira 58%, situação

¹⁵ Os quatro primeiros colégios citados são tradicionalmente voltados para a elite do Estado e, proporcionalmente, evidenciavam possível precarização do ensino nas escolas públicas naquele período.

que, segundo o Setor de Serviço Social refletia a necessidade de mudanças nos critérios de seleção de candidatos (Medeiros, 2011).

Com a Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, o Ministério da Educação promulgou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tornava como obrigatória a habilitação profissional no ensino secundário, a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino fundamental.

Assim como ocorreram as mudanças institucionais de Escola Industrial Federal para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), elencamos algumas mudanças políticas que moldaram a educação profissional nacional desse contexto, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Leis e diretrizes da Educação Profissional Nacional¹⁶

Ano	Leis e diretrizes	Objetivo
1968	Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968	Permissão da oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.
1971	Lei Federal nº 6.297, de 11 de dezembro de 1975	Definição de incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas.
1978	Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978	Transformação das Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).
1982	Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71	Retirada da obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.
1991	Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.
1994	Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.	Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Em 20 de dezembro de 1996, promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente

¹⁶ Há outras leis e diretrizes da Educação Profissional Nacional que são datadas após 2002. O recorte temporal apresentado no Quadro 1 foi atribuído ao período próximo da mudança de institucionalidade para ETFRN (1968-1998). Para mais informações, estão disponíveis no site <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/67731-leis-legislacao-e-atos-normativos-setec>.

		esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei nº 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio.
1998-2002	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico	Definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB nº 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002.

Fonte: Elaboração própria

No período de 1978, a educação no Brasil ainda seguia as diretrizes da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que havia reformulado o ensino de 1º e 2º graus (equivalentes ao ensino fundamental e médio). Essa lei foi a principal legislação educacional em vigor entre 1971 e 1996.

A partir de 1978, começaram a surgir críticas mais intensas à Lei nº 5.692/1971, principalmente em relação ao caráter profissionalizante do ensino médio, que muitos acreditavam não atender adequadamente às necessidades educacionais dos jovens, limitando sua preparação acadêmica para o ensino superior.

Essa crítica ganhou força nos anos 1980, culminando em diversas propostas de reforma, que resultaram na substituição dessa pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996.

Com a então mudança da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN) para a Escola Técnica Federal (ETFRN), em 1968, foram realizados diversos investimentos em obras e equipamentos, os quais foram proporcionados pelo MEC, através de programas específicos e transações comerciais com países do Leste Europeu (Medeiros, 2011).

O financiamento desses equipamentos, nacionais e importados, ocorreu pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), adquiridos com isenção do pagamento de taxas e melhoramentos dos Portos e da Marinha Mercante. Por sua vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) investira na construção das oficinas e laboratórios. Para o contexto socioeconômico, o Brasil havia feito um acordo com o Leste Europeu no sentido de receber equipamentos em troca do ressarcimento de débitos contraídos por aqueles países na compra do café nacional (Medeiros, 2011).

Além dessas mudanças, em 1975¹⁷, temos outro marco importante, a Instituição matricula, no curso de Edificações, a estudante Nelma Sueli Marinho de Bastos¹⁸, filha de pai militar transferido do Rio de Janeiro para Natal, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte decidira romper com a tradição, permitindo a inscrição de mulheres nos exames de seleção para ingresso nos seus cursos técnicos (Medeiros, 2011; Portal da Memória do IFRN, 2022; Diário de Natal, 1975):

Figura 4 - A alegria da aprovação.

139 MULHERES SÃO APROVADAS: ETFRN
Após quatro dias de espera, os alunos que se submeteram aos testes seletivos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte receberam a relação dos 500 aprovados, ontem às 9h30, no pátio daquele estabelecimento de ensino.
Quase mil alunos ficaram durante várias horas à espera dos resultados e quando finalmente saiu a divulgação alguns se abraçavam comemorando a aprovação, enquanto que outros saíam lamentando a falta de sorte. Um fato interessante nestes testes é que das 650 mulheres inscritas, 139 conseguiram ser aprovadas, superando o índice de aproveitamento dos homens (4ª página).

Fonte: Hemeroteca Digital. Periódico: Diário de Natal (1975), 4ª página, edição nº 09975

As informações destacadas na manchete do Diário de Natal (1975, pág. 4, edição nº 09975) revelam que naquele ano, cerca de mil alunos se inscreveram para o exame de admissão na ETFRN, que estava, pela primeira vez, aberto para o ingresso feminino. Notavelmente, 65% das inscrições para a seleção eram de mulheres, evidenciando o interesse delas para o ingresso na Escola. Na etapa de aprovação, esse índice diminuiu para 27,8% de mulheres aprovadas. Mesmo assim, consideramos esse resultado como avanço significativo, tendo em vista que foi a primeira vez que a seleção permitiu a participação do público feminino. Esses dados indicam demanda expressiva por parte das mulheres para estudar na Escola.

¹⁷ Coincidentemente, é nesse mesmo ano, que ficou decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Mulher, com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero, por meio de um plano de ação mundial, elaborado na Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada em 1975, na cidade do México (MARQUES, 2014).

¹⁸ É interessante esclarecer, no entanto, que antes da entrada da aluna Nelma, outras mulheres já haviam frequentado alguns cursos básicos oferecidos pela Escola em regime de intercomplementaridade, nos quais as candidatas cursavam apenas as disciplinas técnicas.

Conforme Medeiros (2011), a inserção de meninas nos cursos regulares da ETFRN se deu sem maiores dificuldades. Algumas adaptações de ordem logística tiveram que ser feitas para atender à nova clientela, como a ampliação dos banheiros¹⁹, por exemplo.

A possível naturalização desse processo de inserção das alunas na Escola se devia à frequência de mulheres nos cursos de intercomplementaridade, conforme explicado anteriormente. De qualquer modo, a influência da entrada das meninas nos cursos técnicos não passou despercebida. Os alunos mudaram as suas relações de tratamento e de cordialidade com as alunas (Medeiros, 2011)²⁰.

A seguir, demonstraremos a relação entre as mudanças de institucionalidade com seus respectivos fatos marcantes. Para isso, foi consultado o artigo de autoria de Oliveira, Pereira e Demoly, Costa (2020) que analisam as principais alterações do atual IFRN, entre 1910 e 2018. Eles identificaram suas fases e eventos marcantes ao longo da trajetória organizacional, analisando as principais estratégias implementadas e seus processos de formação. Os autores identificaram que esses processos ocorreram a partir de ações pautadas e foram adaptadas resultantes da organização dos governos e de seus dirigentes. Através dessa leitura, adaptamos ao nosso recorte temático (*em destaque*) no quadro abaixo:

Quadro 2 - Períodos de institucionalidades

Período	Institucionalidade	Fatos marcantes
1910-1937	Escola de Aprendizes Artífices	- Promulgação do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909; - Mudança da sede para o prédio da avenida Rio Branco
1937-1942	Liceu Industrial	- Reestruturação para ampliação do funcionamento da sede ²¹ .
1942 a 1968	Escola Industrial	- Promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial ²² .

¹⁹ Essa questão foi abordada pelo ex-Diretor Marcondes Mundim, na entrevista concedida no dia 15 de setembro de 2022.

²⁰ Ao considerarmos que a Educação Profissional tradicionalmente se concentra em cursos geralmente categorizados como "masculinos", observamos uma mudança ao longo dos anos nas dinâmicas, tanto em aspectos físicos, como na construção de instalações sanitárias femininas, quanto nas interações sociais entre os alunos, conforme mencionado no corpo do texto. Essa entrada tardia de alunas têm repercussões em nossa instituição, evidenciada da seguinte maneira: até o presente momento, contamos com um número menor de servidoras em comparação com servidores, conforme indicado no Relatório de Gestão de 2022 (ver anexo V).

²¹ Liceu Industrial de Natal integrou a reforma instituída pela Lei n.º 378, de 13/01/1937, do Ministério da Educação e Saúde, a quem as Escolas de Aprendizes Artífices estavam subordinadas desde 1930.

²² Conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, definiu que o ensino industrial fosse ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrangia o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

		- Transformação em Autarquia Federal²³; - Implementação dos cursos de 2º Grau²⁴.
1968 – 1999	<i>Escola Técnica Federal</i>	<i>Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);</i> - <i>Primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP);</i> - <i>Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico PROTEC.</i>
1999 – 2008	Centro Federal de Educação Tecnológica ²⁵	- Primeira fase da expansão da educação profissional; - Implementação dos cursos de nível superior.
2008 – atual	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	- Segunda e terceira fases da expansão da educação profissional; - Contingenciamento de recursos; - Aprovação da PEC 241 ou 55; - Reestruturação Administrativa; - Gestão centralizada na Reitoria.

Fonte: Elaborada pela autora e adaptado de Oliveira, Pereira, Demoly e Costa (2020)

A ETFRN deu início a uma reestruturação interna, em termos administrativos e pedagógicos, restringindo a sua autonomia como uma das Instituições de educação profissional que proporcionam ao estudante uma formação de caráter humanístico e técnico. A exemplo disso, para atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/96 e ao Decreto no 2.208/97, elaborou um documento que configurou o período de transição de 1998 a 2002, ou seja, uma adequação que resultou na certificação para os estudantes, em termos de separação do ensino médio da educação profissional (Pereira, 2010).

Foi quando em 1998, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte redefiniu a sua Proposta Curricular, a qual foi implementada em 1995, rompendo, assim, com a rigidez da estrutura dos cursos técnicos em nível médio, organizados em regime seriado semestral, voltados estritamente para a ocupação de postos específicos no mercado de trabalho (Pereira, 2010).

²³ No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (PORTAL MEC, 2022). A legislação vigente era a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a qual dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, entre outras providências.

²⁴ As normas de organização e funcionamento da escola média foram definidas pela Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968.

²⁵ A transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica começou em 1978, a partir da Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978.

Diante de diversas alterações e adaptações, começa o processo de implantação dos cursos técnicos e sua relação com as demandas do setor produtivo, a mudança do perfil do alunado e do corpo docente, o ingresso das mulheres nos cursos regulares, a inserção do técnico-estagiário no mercado de trabalho, até chegarmos nos esforços de implementação de um currículo voltado à preparação do técnico-cidadão ao longo da trajetória da rede de ensino (Medeiros, 2011).

Percebe-se que, com isso, houve necessidade de reformulações internas em consonância com as novas leis que a normatizam; da interiorização proposta pela expansão da rede federal de educação profissional; da formatação da gestão centralizada na Reitoria e da abrangência territorial de suas unidades educacionais no estado do Rio Grande do Norte (Oliveira, Pereira, Demoly, Costa, 2020)

Portanto, devemos considerar que a instituição não estava somente *sujeita aos, mas sujeita de* contextos dos períodos vivenciados, como também às normatizações que estabeleciam a sua formatação. Lembremos que essas mudanças passaram a instituir seus princípios de atuação. É assim que passaram a ser construídos os seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) a partir de um determinado momento, e muitas vezes, ao revés das determinações legais e instituídas.

1.2 ESTADO DA ARTE

Ainda em relação às mudanças e aos processos ocorridos durante a institucionalidade da ETFRN, é relevante mencionar que existem pesquisas anteriores que abordam e fundamentam essa questão. Por isso, a importância de consultá-las para demonstrar o conhecimento já produzido.

O pesquisador, ao utilizar a produção de conhecimento como orientação, verifica a relevância social e científica (Tozoni-Reis, 2010). Além disso, a capacidade de sistematizar esse conhecimento científico já produzido é uma maneira de o pesquisador se aproximar da problemática que deseja apreciar. Logo, o estado de conhecimento é o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto da pesquisa (Tozoni-Reis, 2010).

Para construir esse panorama da produção de conhecimento²⁶ foram acessados portais, revistas e repositórios institucionais²⁷, e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nessas páginas, há caixas de pesquisas como “busca” e o método utilizado foi Booleano, considerado um tipo de pesquisa que utiliza os operadores na combinação de palavras-chave²⁸. Utilizamos o operador AND para adição entre os termos. Foram utilizados como descritores²⁹: “ETFRN”, “Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte”, “História da Educação Profissional do Rio Grande do Norte” e “Luzia Vieira de França”³⁰. A análise dessa busca inicial contém 11 publicações que resultaram o perfil direcionado sobre a ETFRN, conforme o Quadro 3, construído com as informações dos trabalhos analisados:

Quadro 3 - Demonstrativo das publicações com recorte temático sobre ETFRN³¹

Gênero discursivo de publicação	Título	Ano	Autores	Descritores catalográficos ou palavras-chave	Local de pesquisa	Objetivo	Programa/ Instituição de ensino
E-book	A forja e a pena : técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte	2011	Arlene Lucena de Medeiros.	1. ETFRN - História. 2. CEFET - História. 3. IFRN - História	Portal Memoria Repositório Institucional do IFRN Link: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1061?show=full	Compreender, por meio de narrativas, a trajetória do IFRN, que começou como Escola de Aprendizizes Artífices de Natal.	Publicação: Editora do IFRN
Tese	Concepções de formação	2014	José Moisés	Educação profissional; Fo	Repositório Institucional	Analisar as concepções	PPGED - Doutorado

²⁶ Morosini e Fernandes (2014) têm trabalhado com o estado do conhecimento como uma matéria formativa e instrumental que favorece a leitura da realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica e formaliza a metodologia para desenvolvimento do percurso investigativo.

²⁷ Portais e revistas consultadas: Portal Memoria Repositório Institucional do IFRN; Repositório Institucional da UFRN; Revista Holos (IFRN); Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN); Revista Exitus (Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA); Revista de Gestão do Unilasalle.

²⁸ A busca booleana trata-se da aplicação da *Lógica de Boole* a um tipo de sistema de recuperação da informação, em que se combinam termos relacionados com auxílio de operadores lógicos, tendo sua aplicação em sistemas de busca na Internet (Saks, 2005).

²⁹ Vale ressaltar que os descritores são vocabulários estruturados e necessários para descrever, organizar e prover o acesso à informação; dessa forma, ajuda o pesquisador a refinar, expandir ou enriquecer suas pesquisas, proporcionando resultados mais objetivos (Castro, 2001).

³⁰ Não foram encontradas pesquisas que retratam a trajetória e/ou perfil profissional da Professora Luzia Vieira de França.

³¹ Por uma questão de organização do Quadro 03, os títulos encontrados seguem na ordem cronológica de publicação.

	profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN: especificidades e (des)continuidades.		Nunes da Silva.	mação profissional técnica de nível médio; Formação unilateral; Formação omnilateral	l da UFRN Link: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19585	de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a partir dos quatro projetos político-pedagógicos construídos no período de 1970 a 2010, abrangendo três institucionalidades: ETFRN (1970-1998), CEFET/RN (1999-2008) e IFRN (a partir de 2008)	em Educação da UFRN.
Tese	Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971)	2015	Francisco Carlos Oliveira de Sousa	Escolas profissionais; Formação profissional; Ensino técnico; Instituições escolares	Repositório Institucional da UFRN Link: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20575	Investigar a formação escolar profissional de jovens para o mundo do trabalho, realizada na instituição, cujas denominações, no recorte temporal delimitado (1909-1971), foram: Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Industrial Federal e Escola Técnica Federal do	PPGED - Doutorado em Educação da UFRN

						Rio Grande do Norte.	
Artigo	Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos – (ETFRN e CEFET-RN): entre o pensar e o fazer	2015	Ulisséia Ávila Pereira e Magna França	Proposta curricular. Projeto político-Pedagógico. ETFRN. CEFET-RN.	Revista Holos (IFRN) Link: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLO/article/view/3351	Analisar os documentos específicos e a legislação que nortearam as diretrizes à implementação da Proposta.	Programa em Educação da UFRN.
Artigo	Concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN: especificidades e (des)continuidades.	2015	José Moisés N. Silva; Antônio Cabral Neto	Educação profissional, Formação profissional técnica de nível médio, Formação unilateral, Formação omnilateral.	Revista Holos Link: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547288018	Analisar como se configuram as concepções de formação profissional adotadas nos PPPs, a partir das três institucionalidades: ETFRN (1970-1998), CEFET-RN (1999-2008) e IFRN (a partir de 2009).	Revista vinculada ao IFRN.
E-book	Conexões e desconexões: em 105 anos de educação profissional no Brasil	2017	Francisco das Chagas de Mariz Fernandes	1. Educação profissional – Brasil. 2. Educação profissional – História. 3. Educação profissional	Portal Memória Repositório Institucional do IFRN Link: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1491	Analisar a memória e registros da educação brasileira, especialmente quanto aos acontecimentos entre 1909 e 2014, no segmento da formação profissional.	Publicação: Editora do IFRN
Dissertação	Contextos político e educacional no Campus Natal – Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande	2017	Hugo Manso Júnior	1. Educação – Dissertação. 2. Educação Profissional - Dissertação. 3. Institutos Federais – Dissertação. 4. Contexto Político – Dissertação. 5. Contexto	Repositório Institucional da UFRN. Link: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24435?mode=full	Fazer um breve resgate histórico da educação profissional no Brasil; analisar os antecedentes da criação dos Institutos Federais e avaliar seus	Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN.

	do Norte: da ETFRN ao IFRN, passando pelo CEFET/RN			Educacional – Dissertação.		impactos no CNat-IFRN.	
Dissertação	A Unidade de Ensino Descentralizada da ETFRN em Mossoró – RN : contextualização histórica e práticas de formação	2017	Karla da Silva Queiroz.	Educação profissional. História das instituições escolares. ETFRN – Unidade de Ensino Descentralizada. Projeto Político Pedagógico – PPP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.	Portal Memória - Repositório Institucional 1 do IFRN Link: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1404?show=full	Analisar as práticas formativas desenvolvidas com a equipe técnico-pedagógica, os professores e os discentes na UNED/ETFRN em Mossoró, com o fim de concretizar as propostas do PPP dessa instituição.	Programa de Educação Profissional do IFRN.
Artigo	Implantação da UNED/ETFRN em Mossoró: a primeira expansão da educação profissional federal no Rio Grande do Norte	2017	Karla da S. Queiroz; Francisco das Chagas S. Souza	Educação Profissional, PROTEC, História das Instituições Escolares.	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN) Link: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEP/article/view/6329	Analisar a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC).	Programa Pós-graduação em Educação Profissional do IFRN.
Dissertação	A reforma da educação profissional dos anos 1990 e sua aplicação no currículo do Centro	2020	Ana Paula Marinho de Lima; Francisco das Chagas Silva	Reforma da Educação Profissional; Decreto nº 2.208/1997; PROEP; Currículo; CEFET/RN	Catálogo de Teses e Dissertações (trabalho anterior vinculado à Plataforma Sucupira)	Discutir acerca dos impactos da Reforma da Educação Profissional na década de 1990, no	Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a UERN, a

	Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte		Souza(orientador)		Link: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/detalhesDados/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&idTrabalho=32852254	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN).	UFERSA e o IFRN.
Artigo	História e memória: a doutrina de segurança nacional e a cultura da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985)	2020	Aline Cristina da Silva Lima; Olivia Moraes de Medeiros Neta	História oral. Memória. Ditadura militar. Doutrina de segurança nacional.	Revista Exitus (Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA)	Realizar uma discussão teórica acerca da história oral e memória relacionada a cultura da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte-ETFRN (1968-1985), durante a Ditadura Militar	Programa em Educação da UFRN.
Artigo	Processo de formação de estratégias: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte	2021	Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira; Yákara Vasconcelos Pereira; Karla Rosane do Amaral Demoly; João Henrique de Paiva Costa.	Administração estratégica. Mudança estratégica. Instituto Federal	Revista de Gestão do Unilasalle. Link: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/articulate/view/6230/pdf	Identificar suas fases e eventos marcantes ao longo da trajetória organizacional do IFRN, analisando as principais estratégias organizacionais implementadas e seus processos de formação	Revista de Gestão Unilasalle

Fonte: Elaborado pela autora em 2023.

Essas pesquisas revelam a evolução e as práticas da trajetória da educação profissional no contexto atual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). As análises sobre as concepções de formação profissional, os documentos orientadores, os impactos de reformas educacionais passadas e as práticas formativas evidenciam não apenas a história e os desafios enfrentados pela instituição como um todo, pois perpassam outras institucionalidades antecedentes como Escola de Artífices, Escola Técnica Federal e Centro Tecnológico do Rio Grande do Norte.

O e-book de Medeiros (2011) aborda a história da Escola Industrial de Natal e da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, utilizando narrativas e adotando um recorte histórico que se concentra nos principais marcos identificados por fontes orais. A autora apresenta uma cronologia linear e destaca os esforços institucionais e governamentais para estabelecer uma escola voltada para a assistência social e escolar primária de crianças carentes em sua fase inicial, evoluindo para um centro de referência no ensino profissionalizante de nível técnico a partir da década de 1960.

Temos também a tese de autoria de Silva (2014) que trata das concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O pesquisador discute essas concepções a partir dos quatro projetos político-pedagógicos construídos no período de 1970 a 2010, abrangendo três institucionalidades: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1970-1998), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (1999-2008) e IFRN (a partir de 2008). Em 2015, o pesquisador publicou um artigo, com o mesmo título da tese, junto ao seu orientador na Revista Holos³².

O trabalho de Sousa (2015) investiga a formação escolar profissional de jovens para o mundo do trabalho na instituição, que passou por diferentes denominações ao longo do período estudado (1909-1971), incluindo Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Industrial Federal e Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. A tese identifica três fases na história institucional: a primeira (1909-1942) abrange a criação da Escola de Aprendizes Artífices até o período do Liceu Industrial, focando a educação social, o ensino elementar de ofícios e a formação para a manutenção da ordem; a segunda (1942-1963) é considerada uma fase de transição, destacando a Escola Industrial de Natal, com cursos básicos do ginásio industrial e mudanças em direção às metas oficiais da instituição; a terceira (1963-1971) engloba a fase final da Escola Industrial, o período da

³² Publicação online do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) cujo objetivo é publicar artigos que contribuam para o estudo de temas interdisciplinares.

Escola Industrial Federal e o início da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, com a instituição de cursos técnicos, mudanças no corpo docente e discente, bem como na estrutura física. O autor conclui que, com as mudanças ocorridas, as contradições entre a formação oferecida pela escola e as necessidades do mercado de trabalho foram gradativamente eliminadas, ampliando as oportunidades de inserção profissional para os egressos.

Seguindo a proposição, conferimos em Silva e Cabral Neto (2015) sobre as concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN, discutindo-as a partir dos quatro Projetos Político Pedagógicos (PPPs) construídos no período de 1970 a 2010, abrangendo as três institucionalidades: ETFRN (1970-1998), CEFET-RN (1999-2008) e IFRN (a partir de 2009).

Eles confirmam que, nas três décadas em que o IFRN permaneceu sob a denominação de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), a Instituição ofertou sete cursos técnicos de nível médio, os quais foram: Estradas, Mineração, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Geologia e Saneamento, objetivando atender as demandas do mercado de trabalho decorrentes do modelo desenvolvimentista que se impôs ao país pelo Regime Civil-Militar, o qual requeria, prioritariamente, a formação de técnicos para o setor secundário da economia. Essa oferta de ensino atendia aos propósitos do capital e aos programas de desenvolvimento infraestrutural do Estado brasileiro.

Os autores apontam que, até 1994, a lógica de distribuição das disciplinas nas matrizes curriculares era a mesma: educação geral ministrada exclusivamente no início do curso e formação especial, com maior ênfase no final, como se fossem dois cursos distintos (ensino médio e técnico) em um, inclusive com objetivos diferentes. Ou seja, a composição das matrizes curriculares apontava mais para uma justaposição dos ensinamentos propedêutico e técnico do que para uma articulação entre eles, uma vez que as disciplinas de educação geral, ministradas em primeiro lugar, destinavam-se a propiciar ao educando os conhecimentos humanísticos para a continuidade de estudos, enquanto as de formação especial, veiculadas após aquelas, representavam o fim último dos cursos: a formação e a qualificação para ingresso no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Silva e Cabral Neto (2015), até 1994, a ETFRN ainda não possuía Projeto Político-Pedagógico. As ações acadêmicas da Instituição eram consolidadas em Organizações Didáticas – entre 1985 e 1994, os cursos técnicos na ETFRN eram regulamentados pela Organização Didática aprovada por meio da Portaria n. 5, de 14 de fevereiro de 1985, do Ministério da Educação (MEC). Para esse momento, a ETFRN

estabeleceu que “[...] os cursos técnicos regulares visavam proporcionar a formação de técnicos de nível médio para o setor secundário da economia” (ETFRN, 1985, p. 3).

Com a leitura do referido artigo (Silva; Cabral Neto, 2015), percebemos que os objetivos da ETFRN expressavam uma vinculação da Instituição aos setores produtivos da economia, de modo que sua função precípua era a formação e qualificação de profissionais para atender às necessidades do mercado de trabalho local e regional.

Dessa forma, os autores chegam à conclusão de que a institucionalidade ETFRN, no período de 1970 a 1994, assumiu como concepção de formação profissional técnica de nível médio, a formação unilateral, uma vez que expressava centralidade na dimensão laboral, ou seja, uma formação de caráter instrumental, especializada, para a ocupação de um posto específico e bem definido no mercado de trabalho (Silva; Cabral Neto, 2015).

Ainda em conformidade com a Lei n. 5.692/1971, as Escolas Técnicas deveriam oferecer aqueles cursos que estivessem em consonância com o mercado de trabalho local ou regional, e que teriam a tarefa de moldar, seja pela disciplina, seja pelo conteúdo do ensino, aquele profissional que melhor se ajustasse às necessidades empresariais.

Em 1995, a ETFRN implantou seu primeiro Projeto Político-Pedagógico, intitulado Proposta Curricular, o qual, construído coletivamente entre 1993 e 1994, visava aprimorar a qualidade da educação oferecida pela Instituição, no sentido de, por um lado, responder às novas demandas dos setores secundário e terciário da economia e da própria sociedade e, por outro, superar a dicotomia homem-cidadão e técnico-profissional, vinculando cidadania e tecnologia (Silva; Cabral Neto, 2015).

Os autores concluem que a Instituição assumiu como função social: produzir conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitam ao estudante um padrão de competência técnico-profissional para desenvolver tecnologias no processo produtivo e na prestação de serviços à população, atuar na pesquisa, e ampliar sua leitura de mundo, para interferir na sociedade e transformá-la. E que apesar de todo o esforço despendido coletivamente para a construção dessa Proposta Curricular, a ETFRN não teve tempo suficiente para reformulá-la/ajustá-la ou consolidá-la, sendo obrigada a interromper abruptamente a sua implementação em 1998, em consequência da reforma da educação profissional promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto n. 2.208/1997 (Silva; Cabral Neto, 2015).

Em continuidade às informações anteriores, temos o artigo de Pereira e França (2015) que trata da implementação da Proposta Curricular da Escola Técnica Federal do Rio Grande

do Norte no ano de 1995 e do Projeto Político-Pedagógico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte em 2005.

Segundo Fernandes (2017), as medidas de reforma educacional, que tornaram o ensino profissional obrigatório no ensino médio, fortaleceram as Escolas Técnicas Federais. Isso permitiu que essas escolas se tornassem referências em ensino médio público de excelência, com autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica. A integração entre disciplinas propedêuticas e técnicas se tornou mais evidente, e as mulheres tiveram a oportunidade de ingressar pela primeira vez em cursos técnicos de nível médio. Além disso, o ensino de artes fazia parte dos currículos, favorecendo uma formação integral dos profissionais formados pela ETFRN.

A dissertação de mestrado de Manso Júnior (2017) é resultado de uma pesquisa bibliográfica e análise documental que teve como objetivo analisar os contextos político e educacional no *Campus* Natal - Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (CNat-IFRN). O estudo se concentra na fase final da ditadura militar e na transição para a democracia como ponto de referência inicial. A dissertação abrange três instituições, desde a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) até o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), passando pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RN). Dessa forma, a pesquisa contribui para a preservação histórica da educação profissional no Brasil.

Também verificamos sobre o contexto da primeira expansão da Educação Profissional no Brasil, proposta durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), porém, somente concretizada no governo de Itamar Franco (1992-1995), que deu origem à Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), em 1995, quando iniciou seu funcionamento em Mossoró. Esse recorte é da dissertação de Queiroz (2017). A pesquisadora retrata que a UNED/ETFRN objetivava ampliar as possibilidades de oferta de ensino profissional na região em que estava instalada e promover uma formação do “Técnico Cidadão”, conforme estabelecido no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da ETFRN, posto em prática a partir de 1995. Ainda em 2017, Queiroz produziu o artigo, publicado na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, apresentando parte da pesquisa de mestrado.

Na dissertação de Lima (2020), foram discutidos os impactos da Reforma da Educação Profissional na década de 1990, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN). Para compreender como a Reforma da Educação Profissional dos anos 1990 foi aplicada no currículo do CEFET/RN, a autora analisou as implicações da

Reforma da Educação Profissional, da década de 1990, na proposta curricular do CEFET-RN. Essa dissertação é importante para a construção da produção de conhecimento dessa tese, pois se trata da institucionalidade posterior à ETFRN, além disso ainda compreende a temporalidade do nosso recorte de estudos.

No âmbito educacional, a ideologia da Ditadura Militar, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, teve um papel importante na legitimação dos governos militares e resultou em reformas em todas as modalidades e níveis de ensino. Essa questão é investigada pelas pesquisadoras Neta e Lima (2020). No caso da Educação Profissional, houve alterações no currículo e uma ênfase na rotina escolar, com regras, horários e disciplinação, aproximando-se do modelo tecnicista que conferia à escola uma atmosfera empresarial. Medeiros Neta e Lima (2020) realizaram uma discussão teórica sobre a história oral e a memória relacionadas à cultura escolar da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte-ETFRN (1968-1985) durante o período da Ditadura Militar.

Finalizamos com o estudo que analisa as principais mudanças estratégicas do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), entre 1910 e 2018. Oliveira, Pereira, Demoly e Costa (2020) buscaram identificar as fases e os eventos marcantes ao longo da trajetória organizacional, analisando as principais estratégias organizacionais implementadas e seus processos de formação. Eles concluíram que houve predominância da influência governamental nas ações estratégicas da organização da instituição.

Os estudos apresentados nesta seção, sejam eles artigos, dissertações, livros ou teses, foram relevantes para o entendimento dos processos que levaram à criação da ETFRN. Essas pesquisas são contribuições importantes para esta tese e ajudam a construir o conhecimento sobre o assunto. Ao destacar e descrever esses trabalhos, reconhecemos e registramos as pesquisas existentes, além de fornecer orientação para futuros pesquisadores sobre os estudos já realizados até o momento. Os resultados dessas pesquisas revelam a importância das mudanças ocorridas na instituição durante esse período e sua relevância para a configuração institucional atual, como o caso do IFRN. No entanto, observamos que não existem produções acadêmicas que abordem a temática da história da ETFRN sob a perspectiva da única gestão feminina no cargo máximo da Prof^a. Luzia Vieira de França.

1.3 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

Pela perspectiva historiográfica, há uma unidade temática de base, centrada na história das instituições educativas em seu sentido amplo: estruturas, espaços públicos, meios didáticos e pedagógicos, políticas e regulamentos, produtos, memórias, biografias. Isso faz com que integre a história das instituições educativas num quadro conceitual que serve e caracteriza basicamente a história da educação como história social e cultural (Magalhães, 2005).

É necessário que a temática das instituições educativas seja analisada, perspectivada, compreendida, explicada e organizada na forma de discurso científico e sob forma de arquivo, exposição e memória, na sua tríplice acepção: materialidade, representação, apropriação (Magalhães, 2005). Diante disso, há várias formas de construir a história das instituições educativas, desde inventariação e preservação de fontes, envolvendo estratégias de construção de identidades institucionais, estudos comparados, entre outros (Magalhães, 2005).

Magalhães (2005) conceitua que a história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas também é memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais arquivísticos, repositórios de recordações e representações verbais (orais ou escritas), emocionais, afetivas, fisiológicas, organizadas, em quadros biográficos e grupais, tomando por base referentes institucionais e sociocomunitários.

Portanto, o processo historiográfico das instituições educativas escolares envolve o meio sociocultural, (re)construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a sua identidade histórica. Envolve a preservação, a inventariação e o regresso criterioso às memórias, aos arquivos, aos documentos (Magalhães, 2005).

Desta maneira, o objetivo geral é analisar o protagonismo feminino representado pela diretora Luzia Vieira de França, na construção da história da ETFRN, diante do contexto de redemocratização no Brasil.

A ETFRN (1968-1998) se destacou pelo seu desenvolvimento institucional como referência na oferta de Educação Profissional em um contexto de transição política no Brasil. Como objetivos específicos, descrever o processo de transição da Escola Industrial Federal para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte); verificar como ocorreu o processo de redemocratização política que se estabelecia na sociedade brasileira e suas repercussões na

educação e na Instituição; correlacionar o período da construção institucional ETFRN (1968-1998) com a história de atuação da Prof^a. Luzia Vieira de França (1970-1991), em especial as gestões como Diretora: a primeira, na condição de substituição, 1985-1987; e, a segunda gestão por voto direto, no período de 1987-1991; analisar as contribuições da gestora Prof^a. Luzia Vieira de França em seu histórico profissional para o desenvolvimento institucional da ETFRN; compreender a percepção dos egressos desse período de ensino na ETFRN, por meio de entrevistas, a fim de explorar suas perspectivas e experiências em relação à gestão da diretora Luzia Vieira de França.

Diante dos 21 anos de atuação, a profa. Luzia de França esteve seis anos na gestão da ETFRN, período significativo que colaborou no planejamento e no desenvolvimento institucional. Esta tese tem as seguintes **questões de pesquisa**: quais foram as contribuições específicas da gestão da Professora Luzia Vieira de França na ETFRN, considerando seu papel como a única mulher a ocupar o posto de maior relevância até o presente momento? De que maneira sua atuação como docente e diretora influenciou a construção de princípios democráticos e a consolidação da identidade institucional da ETFRN, deixando um legado marcante em sua história e memória? Para alcançar o objetivo geral, a conexão entre a trajetória da ETFRN e a professora Luzia Vieira de França se torna necessário explorar a sua biografia acadêmica e profissional.

Para este momento, apresento de forma concisa a nossa compreensão da trajetória da Prof^a. Luzia Vieira, que desempenhou papel ativo na coordenação, supervisão e gestão, tanto ao assumir cargos de confiança em substituição ao Diretor, quanto eleita efetivamente para ocupar essa posição. Sua eleição, por meio de votação direta, a tornou a única mulher até o momento a ocupar o cargo de Diretora da Instituição, superando inúmeras dificuldades ao longo desse percurso. Dessa forma, ela demonstrou protagonismo feminino em espaços historicamente dominados por homens (Bourdieu, 2012).

A motivação para o desenvolvimento da presente pesquisa tem-se originado pelo ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPgEP), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, na Linha 3, História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, após inserção às aulas como aluna especial no Programa, na disciplina História da Educação Profissional. Ressalta-se a formação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestra em Ciências Sociais (UFRN), que durante o período de graduação e de Mestrado realizou pesquisas relacionadas à Memória, História Cultural e Feminismo. Essas experiências, junto com a

necessidade de realizar a formação em nível de doutoramento, incentivam-me a pesquisar sobre a história da ETFRN e a construção desse protagonismo feminino durante a gestão da professora Luzia Vieira de França.

A escolha desse tema de pesquisa se fez necessária devido à ausência de pesquisas que delimitem como objeto de estudo a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) em perspectiva historiográfica. Torna-se também necessária por se tratar de um período de transição política no país, com o afrouxamento da Ditadura Militar e a emergência da redemocratização com suas repercussões no contexto educacional. Tem-se a ETFRN em um momento de mudanças e ampliações de estrutura física, ampliação de ofertas e de perspectivas formativas destinadas à educação para o trabalho; na história da instituição, constata-se que é o período que possui o maior tempo de institucionalidade (*quase 30 anos*), o que permitiu uma construção identitária e sua consolidação. Além disso, um fator importante que ocorreu em 1975, o ingresso das mulheres em suas ofertas regulares, permitindo a coexistência entre estudantes dos sexos masculinos e femininos e a ascensão da Profa. Luzia Vieira ao cargo máximo da ETFRN.

1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi sustentada pela historiografia, bibliografia e pela análise de documentos coletados em acervos institucionais, bem como por meio de entrevistas. Portanto, caracterizou-se prioritariamente como uma abordagem qualitativa, pois envolveu a análise de diversas fontes e documentos, que podem apresentar diferentes aspectos e níveis de interpretação. Além disso, foi realizada uma revisão integrativa, considerando o conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado (Alves, 2014). Os dados estatísticos e/ou quantitativos foram utilizados secundariamente para obter uma visão geral da quantidade de documentos e acervos consultados.

1.4.1 Localizando fontes de investigação

A coleta de documentos institucionais, como plano de ação, ficha funcional, atas, relatórios de gestão e de atividades pedagógicas, documentos administrativos, ocorreu inicialmente, no Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central e setores de gestão de pessoas³³.

³³ A Carta de Anuência, assinada pelo Reitor do IFRN, Prof^o. José Arnóbio de Araújo Filho, autorizou o uso dos dados institucionais para essa pesquisa.

Compreendemos que o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas (Pollak, 1989). Para execução dessa etapa inicial, visitamos o Arquivo Geral do IFRN, localizado no *Campus* Natal-Central. Fizemos o agendamento com a arquivista responsável, Arilene Lucena de Medeiros. Para esse processo, seguimos o trabalho de arquivo: o conhecimento teórico e a prática na coleta dos acervos; a consulta de documentos e agrupamento das informações que convergem sobre a Prof^a Luzia Vieira de França e sua atuação no período da institucionalidade ETFRN. Abaixo, estão os dados iniciais coletados:

Quadro 4 - Informações sobre acervos documentais

Tipo de documento	Ano	Situação de atuação da Prof^a. Luzia Vieira de França	Informação adicional
Relatório de gestão	1979	Coordenadora de Supervisão Pedagógica: Luzia Vieira de França	---
Solicitação para capacitação docente	1986	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Relatório de gestão	1990	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Plano de Ação	1990	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Relatório de gestão	1981.2	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO: Profa. Luzia Vieira de França	Diretor: Marcondes Mundim Guimarães
Relatório de gestão	1982.1	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO: Profa. Luzia Vieira de França	Diretor: Marcondes Mundim Guimarães
Relatório de gestão	1982.2	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO: Profa. Luzia Vieira de França	Diretor: Marcondes Mundim Guimarães
Relatório Técnico-Administrativo do Programa EDUTECH/Convênio nº 079/87	maio/1988	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Calendário de Atividades	1990.1	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Ficha Funcional da Prof ^a . Luzia Vieira de França	1970-1991	Informações da servidora	---
Plano de Metas	1988/1991	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Sinopse Estatística	1977-1986	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Boletim Informativo	1969; 1977; 1979-1983; 1985	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO: Profa. Luzia Vieira de França	Diretor: Marcondes Mundim Guimarães
Agenda ETFRN (circular informativo interno)	1986-1991	Diretora: Luzia Vieira de França	---
Portaria do Conselho Superior	1987	Diretora: Luzia Vieira de França	---

Fonte: Elaborado pela autora

Através desse quadro, podemos observar que a Professora Luzia desempenhava consistentemente funções administrativas relacionadas às questões pedagógicas, trabalhando em estreita colaboração com a direção. Além desses documentos, existem outros que foram consultados como fontes secundárias, incluindo: a Portaria nº 331, citada no ofício circular nº 12/68, emitido em 1º de julho de 1968, que registra a mudança institucional da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN) para Escola Técnica Federal (ETFRN); o Regimento da ETFRN, elaborado em 1975; o Projeto de aperfeiçoamento do ensino do IFRN (1986); a Política e estratégias para o Ensino Técnico Industrial (1982); o Projeto de melhoria do Ensino Técnico Industrial, resultado de um acordo entre o MEC e o BIRD (1984-1987); a Planta de situação da ETFRN (1986); Relatórios de avaliação da gestão; entre outros.

1.4.2 Fontes iconográficas

Para continuidade da observação das fontes, seguiremos para as fotografias, pois são consideradas fontes históricas. Identificamos nas imagens informações preliminares como data, local, situação da atividade registrada, os sujeitos presentes na foto, a qualidade (colorida ou preto e branco; vertical ou horizontal), o registro do ambiente (espaços públicos ou privados). Essas situações servem para situar o “contexto de sua produção, de seu tempo, das condições político-sociais e educativas da época” (Ciavatta, 2002, p.46). Conseguimos coletar 235 fotos, que após análise, foram incorporadas à pesquisa, conforme a distribuição das fotografias encontradas pelos períodos da década de 1970 a 1990:

Quadro 5 - Informações sobre as fotografias coletadas

Local do acervo	Tipo de fonte	Temporalidade	Quantidade	Personagens principais
Acervo Geral do IFRN Natal-Central	Fotografias	Década de 1970	47	Diretora, alunos, professores
Acervo Geral do IFRN Natal-Central	Fotografias	Década de 1980	150	Diretora, alunos, professores
Acervo Geral do IFRN Natal-Central	Fotografias	Década de 1990	38	Diretora, alunos, professores

Fonte: Elaborado pela autora

Também foram feitas consultas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte³⁴, Biblioteca Nacional Digital do Brasil³⁵, Portal da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação e Cultura (SETEC/MEC), Portal da Memória do IFRN³⁶.

As fotos envolvem muitas questões, como: pontos de vista, escolhas de quem a produziu, escolha de quem as preservam, objetivos aos quais se destinavam quando foram produzidas, objetivos aos quais se destinavam quando foram preservadas (Barros, 2019). Nas fotografias aqui apresentadas, apareceram vários sujeitos e, como toda documentação, precisam ser reconhecidos, pois são os autores dos documentos, preservados no seu “espaço-tempo” (Ciavatta, 2015).

Nas fotografias, estão presentes diversos processos sociais ocultos. Ao utilizar a fotografia como fonte de pesquisa, é importante além dos dados básicos de identificação, contexto e análise dos aspectos formais, compreender os processos sociais que compõem a história real. Além disso, é essencial considerar a reconstrução da memória temporal relacionada a essas imagens. Do ponto de vista metodológico, não se trata apenas de descrevê-las, mas também de refletir e discutir o uso das imagens fotográficas na construção histórica (Ciavatta, 2023).

As fotografias têm a capacidade de reviver a memória de eventos passados. Elas podem ser utilizadas como estímulo em situações de entrevistas ou depoimentos, por exemplo. Além disso, as fontes visuais podem amplificar o “efeito de realidade”. As imagens carregam uma tensão entre evidência e representação. Em outras palavras, a representação visual é construída socialmente por um indivíduo, grupo social ou instituição, e evidencia um processo ou evento ocorrido, porém, é apenas o ponto de partida para um processo de interpretação que envolve múltiplas variáveis (Napolitano, 2008).

Como todo documento, deve ser analisado a partir de informações que sustentem a fotografia como fonte histórica; por isso, é de suma importância organizar a ficha técnica dessas fontes, identificando: origem, data, autoria, conteúdo referente, acervo, entre outros aspectos que sejam relevantes.

³⁴ Visitamos o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, em 2022.1; e, solicitamos formalmente acesso aos documentos relacionados com a temática sobre a ETFRN para consulta. No entanto, não recebemos resposta.

³⁵ Mais especificamente, no Portal Hemeroteca Digital, para acesso aos periódicos locais.

³⁶ Não foi possível realizar a visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), localizado na Cidade Alta, em Natal (RN), pois, naquele momento, ele se encontrava temporariamente fechado para atividades de pesquisa.

Da mesma forma, deve-se analisar as circunstâncias em que a fotografia foi produzida e o testemunho da experiência social que ela representa. É importante verificar se a imagem possui coerência histórica, ou seja, se está relacionada a um período específico. Além disso, é necessário compreender o conteúdo da imagem e avaliar o seu potencial informativo sobre um determinado evento (Napolitano, 2008).

Kossoy (2012) avalia as fotografias como meios de conhecimento da cena passada, em que são possíveis de serem empregadas como instrumento de investigação e interpretação da vida histórica. Para isso, confirma-se o exposto acima: é preciso identificá-las e situá-las no espaço, no tempo, quem foram seus autores; analisar se os conteúdos fotográficos são verdadeiros.

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. A fotografia é resultante da ação do homem (*o fotógrafo*) que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia (Kossoy, 2012).

Kossoy (2012, p.42) afirma que uma fotografia original é um “objeto-imagem”, como sendo um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido. Ele também afirma que um original fotográfico é uma fonte primária.

“Toda fotografia tem atrás de si uma história”, assim conceitua Kossoy (2012, p.47). Ao olharmos para as fotografias que retratam a ETFRN no período de 1968 a 1998, conseguimos refletir tanto sobre a existência da fotografia quanto a existência da instituição. Houve vários motivos na salvaguarda dessas fotografias para que elas existissem até os dias atuais: a motivação do registro; a materialização da fotografia em si; o armazenamento dessas fotografias.

O autor reitera que “toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade”. A ETFRN em sua estrutura administrativa já tinha um setor de comunicação social. Certamente, essa equipe ou um fotógrafo foi incumbido de retratar as atividades da gestão, os acontecimentos mais marcantes da instituição, como forma de documentar tais fatos como também para aproximar a comunidade interna (alunos) e externa (sociedade) a respeito do que estava sendo feito. Ou seja, esses registros foram produzidos “com uma finalidade documental”, portanto representam “um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico” (Kossoy, 2012, p.50).

Após realizar o levantamento e mapeamento da documentação fotográfica disponível no Arquivo Geral do IFRN, contabilizamos acervo significativo (além de outras fontes documentais, como relatórios, planos de gestão e portarias, que serão analisadas ao longo da pesquisa). Tivemos acesso às fotografias impressas e originais, o que nos permitiu estudar fotografias de época que foram preservadas e cuidadas ao longo dos anos.

Conforme Susan Sontag (1981), a fotografia pode se constituir como prova irrefutável de que certo evento ocorreu. É vista como meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo. Por isso, não utilizamos fotografias isoladas das demais fontes de pesquisa, e sim de forma associativa aos demais documentos.

Quando tivemos acesso a essas fotografias, elas já tinham um levantamento descritivo com anotações nos documentos matriz (*algumas delas aparecem atrás da foto, com carimbo, apresentando informações essenciais, seguindo uma padronização*). Havia também informações do local e dos personagens que apareciam nas imagens; e, estavam separadas por títulos de eventos e datas. Observamos também que as fotografias consultadas não possuíam dedicatórias, não tinham montagem nem informações específicas do fotógrafo. A maioria é o cenário da própria instituição (*pátio, locais de aula, construções em andamento, etc.*).

Foram poucas fotos que pareciam que os personagens estavam em pose manipulada (*como o caso das fotografias de rosto dos candidatos à Direção da ETFRN, durante a campanha eleitoral*). Geralmente, são fotos registradas/capturadas do momento real: pessoas andando, falando, momentos de inauguração de espaços, cerimônias de formatura ou de solenidades.

A textura da superfície do papel fotográfico é mate e, alguns, semi-mate. Todas estavam identificadas, com excelente estado de conservação e bem armazenadas em envelopes e/ou caixas.

Quanto ao local físico, apesar de alguns sinais de infiltração nas paredes do Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central, possui saldo positivo, tendo em vista as condições físicas do ambiente: é climatizado e segue as normas de organização em grandes estantes metálicas.

O Arquivo adquiriu essas fontes iconográficas pela própria instituição, mais especificamente pelo setor da Comunicação Social, o qual também participava desde o início na organização dos Boletins Informativos da ETFRN (*inclusive há fotos originais do Arquivo que já foram reproduzidas nesses Boletins*). A maioria das fotos pesquisadas estão agrupadas por anos e eventos importantes, que fazem parte de um conjunto de fotos. É a partir dessas

fotografias, que funcionam como demonstrativo da transformação estrutural que a Escola estava passando.

1.4.3 Coleta de periódicos

Arquivos e documentos disponíveis na esfera pública, como os periódicos do período em questão (1968-1998), foram catalogados e analisados a partir das pesquisas no Portal Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, que faz parte da Fundação Biblioteca Nacional. Através do método Booleano, foram utilizados operadores para combinar palavras-chave, marcadas entre aspas, como “ETFRN”, “Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte” e “Luzia Vieira de França”, além do uso dos operadores “ou” e “e” para a busca dos termos em conjunto, indicado no quadro abaixo:

Quadro 6 - Informações sobre os periódicos consultados

Local do acervo	Tipo de fonte	Nome do periódico	Temporalidade	Ocorrências	Qtd de notícias selecionadas	Assunto vinculado
Hemeroteca digital	Periódicos locais	Diário de Natal	1969-1989	1164	54 notícias	ETFRN
Hemeroteca digital	Periódicos locais	O Poti	1969-1987	476	19 notícias	ETFRN
Hemeroteca digital	Periódicos locais	Diário de Natal	1979-1987	61	56 notícias	Prof. Luzia Vieira de França

Fonte: Elaborado pela autora

Nos periódicos consultados, ao todo, foram encontradas 1.701 ocorrências de busca. Com a leitura e análise, foram selecionadas 129 notícias consideradas relevantes para a pesquisa. Conforme Luca (2005), é importante que o pesquisador se atente para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes. Pois, ao historicizar a fonte, requer analisar também as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação do que foi escolhido e por quê. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento.

Ao término desse trabalho de arquivo, somado com a consulta de documentos e de periódicos, a seleção dos materiais aconteceu com o agrupamento de informações e análise dos dados. É necessária a integração dos fatos em uma trama sequencial, cronológica, que em si mesma conteria sua própria lógica, sua própria inteligibilidade como curso da história. Sem

fatos, não poderia haver história, e sem documentos não poderia haver fatos (Aróstegui, 2006).

A pesquisa está inserida no campo da História Cultural, pois busca compreender a dimensão cultural de uma sociedade específica em um determinado período histórico. Nesse contexto, surgem diversas abordagens para analisar os objetos culturais envolvidos (Barros, 2005).

Outras abordagens circundam o conceito da História Cultural. Uma delas é que a história cultural se dedica à pesquisa e à representação de uma determinada cultura em um período e local específicos. Na história cultural, a cronologia não é tão relevante. Pode-se dizer que a proposta da História Cultural é decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, buscando compreender as formas discursivas e imagéticas pelas quais as pessoas expressam a si mesmas e o mundo (Pesavento, 2005).

Dessa forma, a história cultural investiga a transmissão dessas representações dentro do grupo, sendo essencial para compreender as sociedades do passado e do presente. Essa análise deve considerar o papel de personalidades marcantes, conhecidas como intermediários culturais, que podem estar relativamente anônimas ou esquecidas em meio a um grupo aparentemente homogêneo (Rioux; Sirinelli, 1998).

Além disso, a História Cultural é compreendida como uma perspectiva de análise histórica, que é parte indispensável do empreendimento histórico coletivo. Ela se interessa pelas práticas narrativas, que são as histórias que as pessoas de determinada cultura contam a si mesmas. Inclusive, as narrativas possuem uma força histórica por si só. A retórica, o enredo narrado e a ordem dos eventos nas histórias ajudam a definir uma identidade, a produzir imagens e a influenciar a percepção dos leitores ou ouvintes. Após serem ouvidas pelo pesquisador, as narrativas precisam ser escritas para incorporar essas visões e repeti-las de forma acrítica (Burke, 2005).

Há também o risco de romantizar o passado. É importante que aqueles que praticam a história cultural observem e descrevam o que veem, dando prioridade a isso. O historiador que busca reconstruir as representações de um grupo social concentra-se nas produções simbólicas desse grupo, especialmente nos discursos que são feitos. Portanto, a história cultural precisa constantemente transitar entre a experiência vivida e o discurso sobre essa experiência (Rioux; Sirinelli, 1998).

Outro conceito proposto é quando a vida é considerada como material para um possível trabalho por meio do processo de subjetivação, ou seja, das práticas narrativas. Podemos nos

constituir como sujeitos verdadeiros ao nos permitirmos ser objetos de conhecimento, estabelecendo uma relação de compreensão (Foucault, 2006).

E, para compreender as motivações das ações humanas em um determinado momento histórico, é necessário levar em consideração o sistema de valores, normas e crenças que são compartilhados, além da interpretação do passado e das representações da sociedade que eles possuem. Esses elementos influenciam a forma como eles se expressam e agem (Rioux; Sirinelli, 1998).

De acordo com o pensamento foucaultiano (2006), o cuidado de si é uma prática retrospectiva e complexa. Para isso, é fundamental dirigir o olhar para si mesmo e concentrar a atenção internamente. Segundo o teórico, a veracidade do discurso sobre o sujeito reside na capacidade de constituí-lo como objeto e estabelecer, dentro dele próprio, uma relação de autoconhecimento e decifração.

Chartier (1990) introduz os termos "práticas" e "representações" com a finalidade de investigar a interação entre os sujeitos envolvidos na produção e recepção cultural. A partir dessa dinâmica, os objetos culturais emergem como resultado, enquanto os indivíduos se movem entre dois extremos distintos: as práticas, que estão relacionadas aos processos de criação, e as representações, que estão relacionadas aos processos de observação. O objetivo fundamental é compreender como uma realidade cultural específica é construída, concebida e interpretada em diferentes contextos e momentos.

1.4.4 Configurando os participantes da pesquisa

Analizamos os objetos/documentos que nos serviram para a construção historiográfica da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), somados à compreensão dos sujeitos que foram produtores e receptores dessa instituição. Por isso, foram realizadas entrevistas com os diretores, alunos egressos e servidores do período da ETFRN para entendermos quais suas percepções de representação construída da instituição. A seguir, detalharemos como serão abordadas essas entrevistas.

Quanto ao método utilizado nas entrevistas³⁷, a população-alvo foi composta pelos gestores: um que antecedeu e o outro que precedeu a Direção comandada pela Prof^a. Luzia Vieira de França. No caso, o Prof^o. Marcondes Mundim Guimarães, diretor no período de 1979-1985 (*a prof^a Luzia Vieira de França, precisou substituí-lo, durante os anos de 1983 a*

³⁷ Ao final da tese, encontram-se os Anexos I e II com as questões feitas aos Diretores e aos alunos egressos. Após as entrevistas, foram feitas as análises das respostas para construção do texto acadêmico, mais especificamente no Capítulo 3.

1987); a própria professora Luzia Vieira de França, com a gestão de 1987 a 1991; e, o prof^o. Francisco das Chagas de Mariz Fernandes³⁸ (período de gestão: 1991-2000). Também foram selecionados alguns alunos egressos e servidores técnicos que foram entrevistados. A participação desses entrevistados³⁹ é importante para perceber os contextos educacionais, políticos e administrativos da ETFRN naquele momento.

Portanto, entre os entrevistados, como critério de inclusão, foram priorizados aqueles que tiveram relação de gestão administrativa da ETFRN, na condição de Diretores; e, para os alunos egressos, aqueles que estavam com matrícula ativa na ETFRN e na transição para o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN). Logo, para critério de exclusão, aqueles que não tiveram envolvimento na gestão administrativa nem na condição de aluno no recorte temporal.

Ao assinar o termo de consentimento, os entrevistados autorizaram o uso de imagens, áudio e identificação de nomes sem pseudônimos, garantindo assim a transparência e a autenticidade das informações apresentadas. Ao todo, foram 6 (seis) entrevistados. Essa quantidade de entrevistados foi pensada considerando as suas perspectivas de gestão e de alunado, partindo da importância de que seus relatos tragam mais informações sobre esse período, assim como foram analisados detalhadamente cada discurso transcrito.

Em face à pandemia da COVID-19, as entrevistas inicialmente foram pensadas para serem feitas de forma *on-line*, com o auxílio do *Google Meet*. Porém, com o avanço da vacinação, iniciamos as entrevistas de forma presencial, preservando o distanciamento e outros cuidados necessários. O primeiro entrevistado foi o Professor Marcondes Mundim, na Pró-Reitoria de Pesquisa do IFRN, no dia 15 de setembro de 2022:

³⁸ Verificamos que o Prof^o. Francisco Mariz atuou na condição de Coordenador de Planejamento (COPLAN), durante a gestão da Prof^a. Luzia Vieira. Observamos que muitos projetos foram elaborados e coordenados por ele. Nesse levantamento da trajetória biográfica-profissional que estamos fazendo sobre a Prof^a. Luzia, é importante verificar essas redes de relações que a circundam.

³⁹ O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através da Plataforma Brasil e foi aprovado em 27 de julho de 2022 (Número do Parecer: 5.546.957). A partir dessa aprovação, as entrevistas foram iniciadas.

Figura 5 - Entrevista com o Professor Marcondes Mundim Guimarães⁴⁰ (15/09/2022), na sala 136, da Pró-Reitoria de Pesquisa (IFRN)



Fonte: Própria autora

Figura 6 - Entrevista com a Professora Luzia Vieira de França⁴¹ (14/10/2022), no Estúdio do IFRN, Campus Natal- Zona Leste (EaD)



⁴⁰ Assumiu diversas funções de confiança na ETFRN, incluindo Diretor da Divisão de Administração, Chefe da Divisão de Administração, Chefe do Departamento de Ensino e Educação, Coordenador de Administração e Coordenador de Planejamento, culminando com o cargo de Diretor Geral. Posteriormente, afastou-se da direção da ETFRN para assumir o cargo de Secretário do Pessoal Civil da União no Ministério da Administração. Graduado em Matemática pela UFRN, também atuou como professor assistente na mesma universidade (PORTAL DA MEMÓRIA IFRN, 2024).

⁴¹ Nascida em 13 de dezembro de 1934, na cidade de Pau dos Ferros (RN), dentista por profissão, ingressou na ETFRN no ano de 1970 como professora de Ciências Biológicas, tendo exercido posteriormente as funções de Coordenadora de Supervisão Pedagógica e Apoio Didático e Chefe do Departamento de Ensino. Em 1985, assumiu, interinamente, a direção da ETFRN, em substituição a Marcondes Mundim Guimarães, que deixou o cargo para assumir uma função em Brasília. A profa. Luzia participou da primeira eleição por voto direto para a administração da Escola, sendo a única mulher a ter exercido o cargo máximo na história da instituição até o momento da pesquisa. Antes disso, Luzia Vieira também fez o Curso de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas do 2º Grau e foi professora do Ensino Médio do Estado, entre 1956 e 1970, além de ter sido professora de Psicologia e Pedagogia do Curso Normal Regional, em Pau dos Ferros (PORTAL DA MEMÓRIA IFRN, 2024).

Fonte: Própria autora

Figura 7 - Entrevista com o Professor Francisco das Chagas de Mariz Fernandes⁴² (28/02/2023), no no Estúdio do IFRN, *Campus Natal- Zona Leste (EaD)*



Fonte: Própria autora

Figura 8 - Entrevista com a Professora Thelma Rabelo⁴³ (12/05/2023), no Estúdio do IFRN, *Campus Natal- Zona Leste (EaD)*

⁴² Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1978), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (2016). Francisco das Chagas Mariz foi o diretor que ocupou o cargo por mais tempo na instituição. Ao todo, passou 14 anos nessa função. Durante a gestão da professora Luzia Vieira de França, ele exerceu a função de coordenador de planejamento, acumulando vasta experiência administrativa que beneficiou sua gestão como diretor da ETFRN. Foi na gestão do professor Mariz que foi implantada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada da instituição, localizada na cidade de Mossoró (RN).

⁴³ Thelma possui Mestrado em Psicologia pela UFRN e Doutorado em Ciências da Educação, especialidade em Sociologia da Educação, pela Universidade do Minho (Braga, Portugal). Ex-aluna no período da ETFRN, depois servidora pública da Instituição. Assessora de comunicação nas gestões dos diretores Marcondes Mundim e Luzia Vieira de França. Coordenava os periódicos de circulação interna com pautas sobre os acontecimentos administrativos e pedagógicos da ETFRN. Foi também professora efetiva do Curso de Segurança do Trabalho.



Fonte: Própria autora

Figura 9 - Entrevista com o Professor Pablo Capistrano⁴⁴ (28/06/2023), no Estúdio do IFRN, *Campus Natal- Zona Leste (EaD)*



Fonte: Própria autora

⁴⁴ Graduado em Filosofia e Direito pela UFRN, tem especialização e mestrado na área de Metafísica e é doutor em Literatura pela UFRN. Escritor, dramaturgo e professor de filosofia do IFRN, Campus Natal-Central. Ex-aluno e participante do Grêmio Estudantil da ETRN.

Figura 10 - Entrevista com a Professora Maria das Graças Baracho⁴⁵ (15/09/2023), no Estúdio do IFRN - *Campus Zona Leste* (EaD)



Fonte: Própria autora

A relação com os nomes e os contatos dos entrevistados apontados anteriormente foi solicitada na Gestão de Recursos Humanos da Reitoria do IFRN, já que estamos tratando de servidores aposentados e de alunos egressos, tendo em vista que esses dados ficam guardados nesse setor. Os participantes foram abordados de forma online, via *WhatsApp*, ou por contato telefônico, e foram convidados para participar da pesquisa mediante apresentação de sua natureza, seus objetivos, seus riscos e benefícios. O termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado inicialmente e os participantes poderiam aceitar ou não participar do estudo.

Durante toda a pesquisa, foram preconizados o agir ético da pesquisadora e a ação consciente e livre dos participantes, além dos demais aspectos descritos na Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013) e na Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), do Conselho Nacional de Saúde, que aprovaram diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos. Os entrevistados foram informados sobre o uso de dados que pudessem identificá-los e que, a qualquer momento, poderiam desistir de participar da pesquisa. A seguir, detalhamento dessas informações:

⁴⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1977), foi pedagoga contemporânea da gestão da Professora Luzia Vieira de França, atualmente, professora aposentada do IFRN. Maria das Graças Baracho possui mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, obtidos respectivamente em 1991 e 2016.

Quadro 7 - Informações descritivas das entrevistas

Entrevistados	Categoria de inclusão	Data	Local	Duração da entrevista
Marcondes Mundim	Diretor/aposentado	15/09/2022	Sala 136, da Pró-Reitoria de Pesquisa (IFRN)	1h 27min 53s
Luzia Vieira de França	Diretora/aposentada (<i>in memoriam</i>)	14/10/2022	Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal-Zona Leste (EaD)	1h 46 min 1s
Francisco das Chagas de Mariz Fernandes	Diretor/aposentado	28/02/2023	Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal-Zona Leste (EaD)	2h 19 min 53s
Thelma Maria Franco Rabelo Araújo Pereira	Servidora técnica-administrativa e docente/aposentada	12/05/2023	Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal-Zona Leste (EaD)	1h 51 min 22s
Pablo Moreno Paiva Capistrano	Egresso da ETFRN/ Servidor Docente	28/06/2023	Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal-Zona Leste (EaD)	1h 20 min 20s
Maria das Graças Baracho	Pedagoga e docente/ aposentada	15/09//2023	Estúdio do IFRN, <i>Campus</i> Natal-Zona Leste (EaD)	1h 27min 32s

Após o convite feito pelas pesquisadoras, os participantes da pesquisa se voluntariaram a colaborar e foram responsáveis pelos custos relacionados à sua participação. As entrevistas foram realizadas em dois locais, principalmente no Estúdio do IFRN, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD) com durações que variaram de 1h 20min a 2h 19min. Destacamos a diversidade de experiências e as trajetórias dos entrevistados, que contribuíram significativamente para o escopo da nossa pesquisa.

1.5 O DESENHO DA TESE

A tese se encontra dividida da seguinte maneira: essa introdução - “Por que escrevo essa história?” - que apresenta o tema, as mudanças de institucionalidades, panorama e análise da produção de conhecimento, biografia da Prof^a. Luzia Vieira de França, exposição da questão norteadora da pesquisa, objetivos e motivação da escolha do tema; e, o método de pesquisa para coleta de dados e para as entrevistas a serem realizadas - mais 04 capítulos. No segundo, intitulado “As mulheres, o poder, a história”, compreende-se a discussão embasada por vários autores sobre emergência da categoria gênero na historiografia associada às questões da inserção feminina no período da ETFRN. Na terceira seção, “Histórias e memórias da ETFRN”, trata dos signos que consolidaram a escola democrática, a partir da

análise documental, fotográfica e discursiva (através da análise das entrevistas). O quarto capítulo, intitulado “Muito além da sala de aula: a atuação profissional da Professora e Diretora Luzia Vieira de França”, aborda o perfil biográfico de Luzia Vieira de França e as memórias da Diretora (*quando eleita por votos*). E, no capítulo cinco, “Uma gestão realmente minha”, traçamos o plano de atuação de Luzia Vieira de França; como ocorreram os cursos de capacitação de professores e a emergência das licenciaturas; consequentemente, tratamos sobre a reestruturação curricular, a expansão institucional e os riscos de estadualização. Por último, chegamos às considerações, em que avaliamos e respondemos os enlaces da construção identitária da ETFRN no período de gestão da Professora Luzia Vieira.

Na seção dedicada ao Caderno de Imagens, realizamos uma reconstituição memorialística e fotográfica a partir das imagens coletadas no Arquivo Geral do IFRN - Campus Natal Central. Nessa abordagem, exploramos os espaços da ETFRN e destacamos a atuação da gestão da Professora Luzia Vieira. As fotografias foram incorporadas para enriquecer a narrativa visual e documentar esses espaços.

Como resultado da tese, será organizada uma exposição visual e permanente nas instalações atuais do IFRN, Campus Natal-Rio Branco, o qual se encontra sob a supervisão da Reitoria/IFRN. No futuro, essas instalações serão transformadas no Centro de Tecnologia e Cultura Luzia Vieira de França (CTC), com um projeto arquitetônico em tramitação nos Conselhos Superiores.

Além disso, em parceria com o IFRN, *Campus Natal-Zona Leste*, sob o apoio da Coordenação de Multimídias e Produções de Vídeo, gerido por Glacio Gley Menezes de Souza, também será produzido um vídeo-documentário sobre o recorte temático em questão. Este projeto será guiado pelo roteiro que está atualmente em discussão, incorporando trechos das entrevistas realizadas durante o processo de pesquisa, bem como as fotografias mais significativas.

CAPÍTULO 2

AS MULHERES, O PODER, A HISTÓRIA

Se uma mulher tem poder, porque é que é preciso disfarçar que tem poder?
(Chimamanda Ngozi Adichie)

Observa-se atualmente um processo de transformação em relação à visibilidade das mulheres nos espaços públicos e privados. Essa transformação é resultado de uma narrativa histórica em constante evolução. Durante um longo período, as mulheres foram submetidas a "silêncios impostos" e sufocadas por representações distorcidas, resultando na desvalorização de suas histórias e contribuições (Perrot, 2007).

O movimento das mulheres se entrelaça com dois outros movimentos: a emancipação e a liberação. Ao longo do tempo, esse movimento tem acompanhado a evolução do corpo e dos papéis desempenhados na esfera privada, buscando alcançar uma história das mulheres no espaço público. Para tornar as mulheres visíveis, foi necessário encontrar vestígios e iniciar um trabalho de memória. Dessa forma, surge o relato de uma história alternativa, revelando narrativas antes invisibilizadas (Perrot, 2007).

No campo da História, o silenciamento em relação às mulheres se deve ao déficit de conservação nos arquivos públicos, muitos desses destinados aos atos da administração e do poder. A maioria dos casos de arquivos privados (conservados nos depósitos públicos) são exclusivamente dos grandes homens, políticos, empresários e escritores. Os arquivos familiares, até recentemente, não haviam chamado uma atenção particular. Muitas vezes, a destruição era provocada por herdeiros indiferentes ou pelas próprias mulheres, por causa da autodesvalorização (Perrot, 2005)⁴⁶.

De acordo com Perrot (2007), em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio que envolvem as mulheres fazem parte da ordem das coisas. Uma segunda razão para o silêncio é a falta de fontes, como já citado. As mulheres deixaram poucos vestígios diretos, seja na forma de escritos ou materiais, pois seu acesso à escrita foi tardio. No que diz respeito aos observadores e cronistas, que foram em sua maioria do sexo masculino, a atenção que eles dedicaram às mulheres foi frequentemente reduzida ou moldada por estereótipos. Ao longo dos anos, as mulheres foram imaginadas e representadas em vez de serem elas próprias as autoras. Ou seja, o silêncio mais profundo é o que permeia o relato da história.

⁴⁶ Porém, o que se tem percebido é que, com os anos, as mulheres passaram a protagonizar descobertas, depósitos e publicações que multiplicaram obras de mulheres desejosas de torná-las visíveis como ato de justiça (Perrot, 2005).

Outro ponto é sobre o longo período de invisibilidade feminina na história. As formas atuais de abordar a história das mulheres revelam muito sobre o lugar delas na disciplina histórica. A história das mulheres ganhou impulso em 1970, isso ocorreu devido ao crescimento do feminismo, da antropologia e da história das mentalidades, incorporando contribuições da história social e das novas pesquisas sobre memória popular (Dauphin *et al*, 2001).

Ainda assim, algumas preocupações persistem em relação à fragilidade da história das mulheres. De acordo com Dauphin *et al*. (2001), isso ocorre em parte devido à complexidade das representações simbólicas de gênero ao longo do tempo, que demonstram como os papéis sexuais foram firmemente construídos para evitar a indiferenciação sexual. O reconhecimento da "questão das mulheres" amplia a necessidade de nomear, identificar e quantificar a presença das mulheres em diferentes contextos sociais e papéis de gênero.

É importante destacar que a inflexão do binômio - dominação masculina e opressão feminina - desafia a noção de papéis de gênero antagônicos e enfatiza a necessidade de equilíbrio entre os sexos na sociabilidade. As tarefas tradicionalmente associadas às mulheres são essenciais e não devem ser menosprezadas, enquanto muitas vezes as atividades consideradas masculinas contam com a contribuição das mulheres. No entanto, a hierarquização ainda persiste, com algumas funções sendo mais valorizadas do que outras, o que afeta o prestígio ligado a esses papéis (Dauphin *et al*, 2001).

Com base nessas concepções, cabe-nos abordar o ingresso das mulheres na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) e, principalmente, discutir sobre a trajetória da Professora Luzia Vieira de França. Por esse motivo, partimos dessas perguntas "por que falar dela(s)?" e "para que falar sobre ela(s)?", colocando essas mulheres nos seus lugares de importância na história da Escola. Bloch (2002) explica a importância de interrogar adequadamente os documentos a fim de que possam revelar seus significados. Essas questões orientam a análise e, consequentemente, melhor direcionam o texto retirado de um período distante. Conscientes disso, temos a intenção de relatar e registrar uma nova história - muitas vezes uma história que acaba sendo esquecida e não recebe o devido destaque.

Procuramos documentos no Arquivo Geral do IFRN, localizado no IFRN, *Campus Central* (Natal/RN); no Portal da Memória do IFRN; e, na Hemeroteca Digital⁴⁷. Nesses

⁴⁷ Luca (2008, p.131) considera que o ideal seria a consulta a uma hemeroteca, pois seria possível colocar lado a lado, exemplares de épocas e periódicos diversos. O pesquisador seria atraído pela variedade de formatos, cores e imagens. Apesar desse apelo visual, há preocupação na "leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear

espaços, coletamos e organizamos diversos documentos escolares, notícias e fotografias, a fim de construir uma narrativa dos acontecimentos no período que a Instituição se chamava ETFRN, ou seja, de 1968 a 1998.

Os arquivos foram sequenciados de acordo com os fatos a serem lembrados para este capítulo. Para isso, fizemos a catalogação desses arquivos para construção da história de inserção das mulheres na instituição e a culminância da única gestora, a qual tem um marco importante, seja de forma direta ou indireta para a inclusão de outras servidoras/professoras/alunas, que também fizeram/fazem parte da história dessa Instituição.

Assim, ao registrar essas memórias, estamos construindo a história de outras mulheres e combatendo a dispersão e o esquecimento. Além disso, ao escrever a história das mulheres, reconhecemos a importância de dar peso às relações de gênero nos acontecimentos e na evolução das sociedades (Perrot, 2005).

Já a consulta ao Portal da Memória do IFRN⁴⁸ foi importante para a construção do texto, no sentido de que nos auxiliou na consulta de fotos, acervos de áudio, cronologia e marcos importantes para a Instituição. O Portal foi criado em 2009, resultado do Projeto "CEFET-RN a caminho do Centenário". A organização do site foi iniciada em 2006 pela equipe de Comunicação Social do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus Natal-Central*.

Quanto ao trabalho de catalogação de notícias nos periódicos locais⁴⁹, pesquisados no portal da Hemeroteca Digital, a busca foi feita a partir da escolha de palavras-chaves, local e período de publicação. Nesses jornais, exploramos as notícias que fossem relacionadas aos avanços e às dificuldades da inserção feminina (seja para o alunado feminino como também a gestão feminina).

Na década de 1970, a prática historiográfica considerava os jornais pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. Porém, essa concepção foi aos poucos se alterando e alargando o campo de pesquisa (Luca, 2008).

Luca (2008, p.116) cita a obra *Teoria da História do Brasil* (1968), do historiador José Honório Rodrigues, o qual alerta que, embora tomasse o jornal como uma das "principais

dessas publicações de época que acabam por envolver o leitor/historiador no tempo pretérito que busca reconstruir".

⁴⁸ Link do Portal da Memória do IFRN: <https://centenario.ifrn.edu.br/>.

⁴⁹ Jornais consultados foram: *Diário de Natal*; *O Poti*; *Diário de Pernambuco*; *A ordem*; e, *Correio Brasiliense*.

fontes de informação, histórica", ponderava que "nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial", caracterizado como "mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso". Por isso, é importante "filtrá-lo através de uma crítica mais rigorosa".

Por isso, devemos pensar no periódico (gêneros e subgêneros que o comportam) como um produto que é resultado dos conflitos e interesses de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época (Leite, 2015).

Sabe-se que nem sempre o periódico divulga ou reflete toda a realidade do meio, pois os fatos e posições são selecionados, evidenciando-os ou ocultando-os conforme seus interesses (Leite, 2015). Apesar dessas questões, os periódicos são fontes para a compreensão da paisagem urbana e das representações sociais. A composição de um periódico é de caráter multifacetado, pois discute o social, em diferentes formatos de textos e de imagens; há diversidade de expectativas, posturas e nuances dos vários grupos sociais (Luca, 2008).

Assim, os jornais desempenham um papel importante como arquivos do cotidiano, registrando a memória dos eventos do dia a dia. Esse acompanhamento diário nos permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos e inseri-los em um contexto mais amplo (Zicman, 2012).

A imprensa se torna uma fonte confiável, onde a informação tem valor por si só. O jornal é o meio pelo qual podemos recuperar os fatos históricos e compreender seu significado. É essencial lembrar que toda imprensa atua no campo político-ideológico, portanto, é necessário analisar as principais características dos jornais. Cada jornal organiza os acontecimentos e as informações de acordo com sua perspectiva e filtro próprio, utilizando uma linguagem específica, que inclui a escolha de títulos, seleção de fotos, distribuição e localização das notícias (Zicman, 2012).

Para compreender os jornais, é recomendado o método de análise de conteúdo, indicado pela autora. Esse método envolve identificar os temas relevantes relacionados ao objeto de estudo, analisando a frequência de ocorrência desses termos nos textos analisados. Além disso, é importante verificar a orientação ou a tonalidade adotada pelo jornal em relação ao tema em estudo, ou seja, se apresenta uma visão positiva ou negativa (Zicman, 2012).

Conforme Barros (2022), é necessário realizar o tratamento historiográfico dos jornais para considerá-los como fontes históricas. Diversas questões podem ser levantadas nesse contexto, tais como: Qual é a natureza do jornal? Quais são seus propósitos? Que práticas

estão associadas a ele? A quais demandas ele atende? Como ele influencia a vida das pessoas na sociedade e na vida particular?

Levando em consideração que os jornais representam um meio de comunicação voltado para a audiência em massa, com a capacidade de abordar uma ampla gama de tópicos de interesse público, Barros (2022) identifica oito características que definem os jornais como uma modalidade específica de periódicos e uma forma única de mídia, transformando-os em fontes históricas extraordinárias: abrangência de assuntos; periodicidade; largo alcance; polifonia de textos; produção multiautoral; interação entre informação e discurso; busca de vários segmentos de leitores; efeito de realidade. Estas características destacam a importância dos jornais como fontes para a pesquisa histórica, uma vez que refletem não apenas os eventos do passado, mas também as perspectivas, opiniões e a cultura da época em que foram produzidos.

Em Capelato (1988, p.21), o periódico “constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”. A partir dessa afirmação, o historiador procura estudá-lo como “agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”. Considera-se aqui que seus produtores são “sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.

Além disso, atualmente há diversos estudos acadêmicos, que são resultados de consultas aos periódicos. Luca (2008) também ressalta a riqueza dessa fonte que resulta em suas múltiplas possibilidades de abordagem, dando dinamicidade à historiografia contemporânea brasileira.

Para averiguação dos acontecimentos internos, os Boletins Informativos também foram consultados paralelamente, a fim de que as informações fossem colaborativas aos periódicos locais pesquisados. Esses Boletins também fazem parte do Arquivo Geral do IFRN, *Campus* Natal-Central. O primeiro deles foi organizado em 1969, porém somente em novembro de 1979 aconteceu a circulação com maior detalhamento e frequência. Essa proposta de divulgação apareceu durante a gestão do Diretor Prof^o. Marcondes Mundim.

A visão do primeiro editorial era de que nenhuma instituição poderia se afirmar eficiente sem um mecanismo de comunicação. E, para isso, a fim de circular facilmente as informações do desempenho funcional foram lançados esses Boletins. Além disso, eles serviam para divulgar as atividades educacionais para a comunidade externa e veicular o fluxo de comunicação no plano interno da ETFRN, dessa forma, prestando conta do que se realizava no estabelecimento.

Naquele momento, a administração da ETFRN esperava que o Informativo tivesse longa vida (*foram catalogados para esta pesquisa: os Boletins Informativos, de 1969 até 1986; depois, estes passaram a ser chamar "Agenda ETFRN" na gestão da Professora Luzia Vieira, e circularam até 1991*), que fizesse parte do aprimoramento institucional, como também funcionasse como um "documento que no futuro servirá para contar o cotidiano da Escola"⁵⁰, como sendo uma forma de salvaguardar informações do funcionamento da Instituição (Boletim Informativo, nº5, 29/07/1980).

A partir desse percurso de fontes que fizemos, percebemos que elas podem fornecer informações variadas e, por isso, precisam ser verificadas. Conforme afirma Perrot (2007), as fontes fluem para o olhar daqueles que as buscam, e é esse olhar que constrói o relato que se torna a história. Portanto, para a construção deste capítulo, utilizamos fontes e narrativas com linguagens diferentes: periódicos locais (consultados graças ao site institucional, Hemeroteca Digital, onde esses materiais se encontram digitalizados); acervos escolares (no caso, foram os Boletins Informativos, Agenda ETFRN, portarias e fotografias, ambos impressos e encontrados no Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*).

Lembremos que o Arquivo Geral do IFRN funciona como um centro de memória, semelhante a lugares de aprendizagem, propício à produção do conhecimento histórico escolar, que foca nas questões locais. Assim, o espaço se torna um acervo documental, inserido no patrimônio escolar, possibilitando o diálogo com diferentes pesquisas que o utilizam para consultas (Oliveira, 2021).

Na ocasião, a Direção, preocupada com o registro documental da ETFRN, designou uma comissão responsável pelo levantamento e registro das fontes históricas por meio da Portaria nº 207/80-GD/ETFRN, de 23 de setembro de 1980. A comissão foi instituída com o objetivo de registrar fatos passados, visando posteriormente elaborar a história dos 70 anos de funcionamento da ETFRN:

Figura 11 - Registro da Portaria nº. 207/80-GD/ETFRN que regulamentava a criação do Arquivo Institucional

Portaria nº 207/80-GD/ETFRN	Natal(RN), 23-SET-1980.
O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que pesquisa histórica é fonte indispensável para que se possa interpretar a época em que se vive;	

⁵⁰ Atualmente, em 2022, a Instituição tem outros meios de comunicação por meio das mídias sociais e o portal oficial (<https://portal.ifrn.edu.br>), trazendo as notícias de todos os *campi*.

CONSIDERANDO

que é de relevante interesse para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte registrarmos fatos passados, para que se possa, depois, fazer a história dos seus 70 (setenta) anos de funcionamento, e para que não se torne esquecido o muito que a Escola fez pela educação e formação profissional de uma parcela da juventude brasileira,

R E S O L V E

Art. 1º - ESTABELECE, em anexo a esta Portaria, uma relação de providências endereçadas ao levantamento de dados, necessários à preservação da memória da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - DESIGNAR servidores para, sob a coordenação do Professor SEVERINO FERNANDES DE OLIVEIRA, Assessor de Ensino, se encarregarem da execução das tarefas inerentes à pesquisa referida.

Art. 3º - RECOMENDAR que os encarregados de cada item apresentem, até 5 de dezembro de 1980, relatório conclusivo das tarefas executadas.

PUBLIQUE-SE,
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

Prof. Marcondes M. Guimarães
Diretor

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central. Boletim Informativo, 24 de outubro de 1980, Ano I, nº11

É importante ressaltar que a política de boa preservação das fontes documentais contribui para a formação da memória educacional. Além dessa característica, o Arquivo Geral do IFRN nos possibilitou o acesso a essas fontes, permitindo assim o trabalho de catalogação e digitalização dos documentos. Consideramos que o Arquivo funciona como uma instituição receptora que se propõe guardar e cuidar de um determinado conjunto de fundos documentais proveniente de uma instituição (Barros, 2019); neste caso, os documentos da ETFRN.

O papel dos arquivos na instituição escolar é fundamental para ampliar a compreensão do documento escolar, conferindo maior visibilidade à cultura e às práticas educacionais. Ao historicizar uma instituição educativa em sua complexidade, é possível estabelecer um quadro espaço-temporal que reconheça suas ações socioculturais, materiais, simbólicas, organizacionais e antropológicas. Essa abordagem permite descobrir um sentido mais profundo para a instituição, proporcionando uma compreensão mais abrangente de sua trajetória (Magalhães, 2004, p. 169).

Os “lugares de memória” surgem e existem devido à ausência de uma memória espontânea, tornando-se necessário criar, manter, organizar e registrar arquivos, já que essas

operações não acontecem de forma natural. Além disso, a fragmentação da memória desperta a sensação de continuidade, como se esses espaços fossem indispensáveis justamente porque os meios espontâneos de preservação já não existem mais (Nora, 1993, p.7). No entanto, essa discussão não é comum em nossa instituição, resultando em lembranças vagas e superficiais das primeiras alunas ingressantes e da primeira e única gestora, sem o devido reconhecimento de seu valor.

Halbwachs (1990) afirma sobre a necessidade de uma comunidade afetiva. Para ele, não é suficiente reconstituir peça por peça um acontecimento do passado para ser lembrado. É preciso que a reconstrução opere a partir de dados comuns que se encontram tanto na memória individual quanto na memória coletiva, para que assim a lembrança possa ser reconhecida e reconstruída.

Destacamos em Bosi (1994, p. 55; p.413) as seguintes citações sobre memória: a primeira é que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, ideias de hoje, as experiências do passado” e que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Explícito isso, confirma-se que as memórias são tanto individuais como coletivas, já que o indivíduo está inserido no contexto social e cultural, relacionando-se com diversos grupos de convívio.

Reportamos aos conceitos de memória em Le Goff (1990). O autor afirma que a experiência individual e coletiva juntas tendem a mensurar a noção de duração e de tempo vivido. Já o tempo histórico encontra o tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta. Assim, a historiografia surge para sequenciar as novas leituras do passado, para reconstruir possíveis perdas, falhas de memória e revisões. O autor conceitua que a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.

Bloch (2001) afirma que a memória é uma das principais matérias-primas da história. As memórias individuais das mulheres (situamos a única gestão máxima da Prof^a. Luzia Vieira e as alunas ingressantes a partir de 1975) não foram acontecimentos arbitrários. Essas memórias compõem a memória coletiva e histórica da ETFRN, pois foram acontecimentos que romperam tradições, tornaram-se fatos decisivos, contemporâneos e públicos.

Pollak (1989) considera que a memória registrada através do uso de discursos oficiais possui a finalidade de que os fatos não caiam no esquecimento e ela passa pelos fenômenos de dominação, onde se tem a clivagem entre memória oficial e dominante *versus* memórias subterrâneas, das sombras, os “não-ditos” (memórias silenciadas). Para o autor, as memórias coletivas servem para salvaguardar acontecimentos, na tentativa de reforçar sentimentos de pertencimento a um grupo.

Le Goff (1990) condiciona que a memória faz parte do jogo do poder, pois autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, que obedecem aos interesses individuais ou coletivos. Diante disso, a história é a ciência do tempo, e, como todas as ciências, tem como norma a verdade.

Compreendemos também que esse movimento com o uso da memória oficial (*isso ocorre nos Boletins Informativos citados anteriormente, pois revelam as atividades de gestão da Escola em tela*) funciona para atender os ditames das instituições (ou do Estado), a fim de produzir memórias conforme seus interesses. São acervos admitidos pelo ponto de vista oficial como a guarda de fundos arquivísticos derivados da documentação institucional proveniente de demandas internas (Barros, 2019).

Por isso que as condições de produção do documento devem ser estudadas. Le Goff (1990) afirma que as estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história. Ou seja, estamos diante do poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação da memória.

O processo de redemocratização se inseriu aos poucos na ETFRN. Portanto, falaremos sobre a inserção de alunas no perfil educacional, rompendo com a tradição do alunado, o qual fora pensado desde o seu início para o público masculino (*essa mudança se deve a reforma do 2º grau profissionalizante e obrigatório, de acordo com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*⁵¹) e a primeira vez que a comunidade escolar seria consultada para eleger o diretor da ETFRN (*a escolha desse cargo somente acontecia através da lista tríplice, com aval do Ministério da Educação e da Presidência*).

Diante da proposta dessa análise, foram necessários o cruzamento e a confrontação de fontes, as quais serão expostas as narrativas que estavam silenciadas até o presente momento e nos servirão para preservar as conquistas democráticas e as ações de transparências na sociedade, alcançadas ao longo dos anos.

2.1 ETFRN, A ESTRUTURA

Antes de abordarmos a entrada do público feminino, foi descrita a estrutura da ETFRN, que passava por ampliações na época. Localizada na Avenida Salgado Filho, nº

⁵¹ Essa lei determinava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Tinha como objetivo “a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau”.

1559, bairro Tirol, cidade Natal, capital do Rio Grande do Norte, CEP 59015-000, a escola ocupava uma área de aproximadamente 90.000 m². Era considerada bem equipada, contando com laboratórios para aulas práticas, uma biblioteca, um estádio, ginásio e quadras esportivas, além de pistas de atletismo. Vale destacar que uma piscina olímpica estava em construção, o que complementaria o complexo esportivo.

De acordo com o Boletim Informativo da ETFRN, de circulação interna, ano I, de 01 de novembro de 1979, na última viagem a Brasília, o professor e Diretor Marcondes Mundim havia solicitado recursos para a conclusão da piscina assim como recursos para construção de seis laboratórios e um atelier, sala de projeção e som, conforme a nota abaixo:

Figura 12 - Recursos para a piscina e laboratórios (1979)

CONCLUSÃO DA PISCINA

Na última viagem que fez a Brasília, o Professor Marcondes Mundim Guimarães solicitou recursos para a conclusão dos serviços da piscina e teve garantia de que será atendido no próximo ano.

LABORATÓRIOS

Foram conseguidos recursos para serviços na área onde antigamente funcionava a Oficina de Artes Industriais, onde serão construídos seis laboratórios, um atelier, sala de projeção e som.

Também serão desocupadas para isso seis ou sete salas do 3º pavimento.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Boletim Informativo, Ano I, 1979

Recorremos a Luca (2008) sobre o ato de historicizar a fonte. É recomendado averiguar tudo que se dispõe, do que foi escolhido e por quê. Além disso, procuramos compreender as funções sociais desses impressos; localizamos a fonte escolhida numa série, ou seja, não foi analisado como objeto único e isolado. Quanto aos impressos, observamos o conteúdo e tentamos compreender quais as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, nesse caso, publicizando os recursos adquiridos.

Le Goff (1990, p.91) confirma que “nenhum documento é inocente”. Logo, é preciso ser analisado, afinal “todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo”.

Dessa maneira, destacamos a importância dos recursos para a construção de novos espaços na Escola e a prioridade da infraestrutura pela gestão. Além disso, a prestação de contas era comunicada à comunidade escolar através do Boletim Informativo (circular impresso interno), que não apenas informava sobre as atividades da Escola, mas também

justificava a busca por recursos, inclusive a ida do diretor à Brasília; logo, demonstrando a conexão entre a transparência na gestão e a captação de recursos.

Figura 13 - Inauguração da Sala dos Professores pelo Diretor Marcondes Mundim, em 29 de setembro de 1979⁵²



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Tomemos como exemplo, a fotografia da inauguração da Sala dos Professores (1979). Pela fotografia (Figura 11), participaram da solenidade o Diretor Marcondes (à frente), a Professora Luzia (no segundo plano, de vestido) e demais professores. De acordo com o Boletim Informativo da ETFRN, de circulação interna, ano I, de 01 de novembro de 1979, a proposta da sala dos professores seria proporcionar melhores condições de trabalho aos docentes. Com o espaço inaugurado, eles poderiam contar com um local acolhedor, onde se tinha uma ampla sala para exercer suas atividades e interações com os demais servidores:

Figura 14 - Nota: Inauguração da sala dos professores

A ETFRN está possibilitando grandes melhorias nas condições que sempre proporcionou aos seus professores, para desenvolver suas atividades diariamente. Com a inauguração da Sala de Professores, eles passaram a contar com um local bastante acolhedor, onde dispõem de uma ampla sala de estar para conversar, e um ambiente onde podem ler e realizar outras atividades extra-classe.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN. Boletim Informativo, Ano I, 1979.

⁵² Personagens que aparecem na foto, do primeiro a segundo plano, são: Diretor Marcondes Mundim Guimarães e professores Jairo Fabrício, Arimatéia Pereira, Diógenes Ramos de Lima, Magda Silva Nêry, Eleucia Bandeira Luz Monteiro Santos, Maria Emília, Luzia Vieira de França e outros.

Em relação ao espaço escolar, é o resultado do processo urbano de modernidade. As transformações dos espaços na ETFRN são frutos do projeto de remodelação e modernização. Ou seja, o espaço escolar reflete as finalidades da educação. Pois os estabelecimentos integram a expansão de seus espaços, para particularizar e atender o alunado. Isso reflete nas edificações escolares (Moreira, 2005).

A edificação escolar deveria ocupar um espaço próprio, definido como lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente, e ser portadora de uma identidade arquitetônica diferente dos demais prédios públicos e civis (Moreira, 2005). Dessa forma, a arquitetura deve estar aliada à configuração do espaço e às concepções pedagógicas da escola, incorporando uma dimensão simbólica e educativa.

Até nos dias atuais, o prédio que abrigou a ETFRN, hoje IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte)⁵³, possui efeito estético em seu traçado onde encontramos: arborização, fachada predial externa, prédio central (pavilhão de aulas), totalizando uma grande área de ocupação na região:

Figura 15 - Fachada da lateral do pavimento de sala de aulas da ETFRN



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

O prédio principal era composto de três pavimentos, as paredes eram de alvenaria em todas as dependências, a cobertura de telha de cimento e amianto, forro de laje monolítica de concreto armado, o piso apresentava-se de forma variada com tacos, cerâmica, mosaico e cimento. Essas descrições faziam parte do documento, encontrado no Arquivo Geral do

⁵³ Localização: Av. Sen. Salgado Filho, 1559 - Tirol, Natal (RN), CEP 59015-000.

IFRN, intitulado “Projeto de Melhoria do Ensino Técnico-Industrial, Acordo MEC-BIRD”, referente ao período de 1984 a 1987.

As fotografias a seguir ilustram o processo evolutivo de sua construção. As datas são aproximadas e foram fornecidas através de informações e arquivos do Arquivo Geral do IFRN, do *Campus Natal-Central*:

Figura 16 - Pórtico de entrada na Avenida Senador Salgado Filho (1972)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Figura 17 - Finalização da construção do bloco principal de aulas (1966)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Todas as mudanças estruturais que aconteciam conferidas nas fotografias - como, construção da piscina, laboratórios, biblioteca, auditório, entre outras reformas - particulariza as questões dos usos desses espaços que serviam para a coletividade e aprendizagem. É notório que essas mudanças trazem a concepção de que a arquitetura como espaço escolar possui uma dimensão educativa; pois, “o espaço não é neutro. Sempre educa” (FRAGO E ESCOLANO, 2001. p.75)⁵⁴. A seguir, apresentamos uma fotografia da extensão do espaço ocupado pela ETFRN:

⁵⁴ De acordo com Frago e Escolano (2001), a arquitetura escolar aborda diversos aspectos relacionados à organização de espaços educacionais. Ao projetar escolas, é importante considerar a arquitetura na promoção de ambientes propícios ao aprendizado, destacando a necessidade de atender às necessidades pedagógicas e às características dos usuários. Além disso, a evolução histórica da arquitetura escolar está associada à influência de diferentes correntes pedagógicas. Questões como a flexibilidade dos espaços e a integração com o entorno urbano também são consideradas para criar ambientes educacionais mais inclusivos e adaptáveis às demandas da sociedade.

Figura 18 - Fotografia panorâmica da ETFRN na década de 1980



Fonte: Acervo pessoal

Poderíamos nos questionar sobre os motivos pelos quais determinadas sociedades deixaram de construir espaços imponentes para promover a educação das novas gerações. Afinal, a instituição escolar ocupa um espaço físico que se transforma em um lugar por meio da ocupação e utilização pelos homens. Esse lugar específico possui características determinadas, para onde se vai, onde se permanece por determinadas horas e dias, e de onde se parte. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua transformação em lugar traz consigo uma vivência do território por aqueles que se relacionam com ele (Viñao Frago, 2005, p. 17).

Além dessas questões marcantes como a estética do prédio, a dimensão do espaço ocupado, destacamos também a necessidade de abrigar no terreno a arborização (que continua sendo referência de espaço verde nos dias atuais). No Boletim informativo, de 24 de junho de 1980, nº 02, já se tinha essa preocupação, foram plantadas 67 árvores na calçada da Escola (atualmente, as avenidas Nevaldo Rocha e Salgado Filho):

Figura 19 - Nota sobre arborização (1980)

Seis aberturas laterais foram feitas e 60 telhas de ventilação foram colocadas no Ginásio de Esportes, com a finalidade de melhorar o sistema de ventilação daquele local.
Já foi realizada a entrega de carteiras sócio-econômicas aos alunos ingressos em 1980.
Foram plantadas 67 árvores na calçada da Escola (Av. Bernardo Vieira e Salgado Filho).

Com bastante êxito, foram realizados junto às turmas concluintes sete cursos sobre Técnico de Nível Médio e suas relações de trabalho na Empresa.

Encontra-se em fase de conclusão a nova pintura dos diversos portões da Escola.

A Delegacia do MEC doou à Escola oito bureaux e seis mesas para máquina de escrever, que já se encontram servindo aos Departamentos de Ensino e de Administração.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Boletim informativo, de 24 de junho de 1980, nº 02

Além dessa imponência do espaço ocupado, suas instalações estão localizadas numa área central da cidade, que também passou por diversas transformações (a escola ficava em terreno não urbanizado, considerado um dos limites da cidade. É tanto que, por volta de 1947, localizava-se em frente à escola a empresa fabril chamada Guararapes, produção destinada à loja de departamentos Riachuelo; hoje, o espaço é um grande centro comercial, Midway, fundado em 2005. Hoje, o espaço é visto como lugar central da cidade do Natal/RN)⁵⁵, o que resultou numa região onde se tem o principal espaço urbano e comercial da capital.

Concordamos que a localização das escolas as torna únicas. As interações entre a população e as instituições escolares geram situações imprevistas que podem alterar, em nível local, os planos oficiais ou diretrizes de uma política educacional (Sandano; Lombardi; Saviani; Nascimento, 2021).

Em 1978, a ETFRN estaria próxima aos seus 2.500 alunos entre cursos seriados e estagiários dos sete cursos profissionalizantes, se constituindo “no maior e o melhor estabelecimento de ensino médio no Estado”. Para aquele ano, a Escola preparava para diversos mercados de trabalho, com uma média de 450 técnicos especializados em construções de estradas, edificações, saneamento, mecânica, eletrotécnica, geologia e mineração, os quais eram absorvidos pelas empresas locais e de outros Estados do país (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

Além disso, entre 1976 e 1977, na notícia do Diário de Natal (1978), é ressaltado que nos últimos 11 anos, o número de matrículas tinha atingido 19.700; com duas formaturas por ano; entre 1976 e julho de 1977; a ETFRN encaminhava para estágios, junto às empresas, 1.849 alunos. O texto também nos informa sobre o quantitativo da equipe: 256 servidores,

⁵⁵A Avenida Bernardo Vieira (atualmente conhecida como Avenida Nevaldo Rocha), por volta da década de 1970, não havia passado pelas modernizações e alargamentos que ocorreram posteriormente. A avenida ainda não estava rodeada por grandes áreas urbanizadas. Observamos nas fotografias que a ETFRN estava situada em uma área próxima às edificações que, no futuro, se tornaram representativas do poder local. Um exemplo disso é o prédio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

114 sendo do corpo docente, com a estrutura organizacional apoiada em dois setores: órgãos de Atividades-Meio e de Atividades-Fim (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

O primeiro setor relacionado às Atividades-Meio era composto pelos Departamentos Administrativo e de Pessoal, com diversas divisões que serviam de apoio à Administração Geral; enquanto Atividades-Fim era formada por dois Departamentos: o de Pedagogia e Apoio Didático (APDA) e do Ensino (DE), com seus diversos setores, que davam apoio às atividades do ensino (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

A Coordenadoria de Planejamento também é citada e funcionava em nível dos quatro departamentos, como órgão de assistência direta e imediata à direção geral, era responsável pela coordenação dos planos de trabalhos da Escola, bem como elaboração e controle orçamentário, contratos e convênios com outros estabelecimentos, controle do custo-aluno e demais dados estatísticos, dando ainda assessoramento administrativo aos órgãos da administração da Escola.

Quanto às atividades didáticas, o jornal informa que o setor de ensino da ETFRN tinha procurado se preparar mais para melhor servir a comunidade, preparando a juventude, no término do curso, para que cada aluno se sentisse apto ao exercício da profissão, e aqueles que desejassem prosseguir para os cursos de nível superior, o fariam sem maiores dificuldades.

Confirma-se também sobre as aulas práticas: estavam dispostas em oito laboratórios, bem equipados, de geologia, mecânica, edificações, solos, eletrotécnica, física, química e biologia. A exemplo dessa estrutura, abaixo segue a imagem da reforma do Laboratório de Estradas, em março de 1985:

Figura 20 - Reforma nos laboratórios de Eletrotécnica (março/1985)





Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

A ETFRN estava de acordo com a perspectiva de que essas remodelações do espaço escolar fossem organizadas para atender a proposta educacional, por isso os prédios escolares deveriam ser (*ou estavam sendo*) cuidadosamente planejados (Moreira, 2005).

Também havia o Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E) que encaminhava e acompanhava a trajetória do aluno durante o estágio junto às empresas, além do setor de assistência médico-odontológica para servir os alunos (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

Já o Departamento de Ensino era responsável pela execução do que era planejado no DPAD, desenvolvia cursos de intercomplementaridades junto a outros colégios. Estes cursos visavam ministrar habilitações parciais a alunos de 2º grau da rede de ensino pública e privada.

A exemplo disso, encontramos uma notícia no Boletim Informativo (01 de novembro de 1979, Ano I) sobre esse processo de intercomplementaridade. A Escola cedeu suas instalações físicas a instituições locais para realização de cursos. Esses cursos de intercomplementaridade, a Escola já oferecia aos Colégios Estaduais, através da Secretaria de Educação, a Direção da ETFRN havia encaminhado o ofício nº 679/79-GD/ETFRN, datado em 22 de agosto de 1979, ao Secretário de Educação oferecendo mais vagas para os Colégios Estaduais, no ano seguinte (1980):

Figura 21 - ETFRN colabora com o Estado

Sensível a todos os problemas educacionais que envolvem a comunidade Norte Riograndense, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte tem-se mantido na posição de vanguarda e de vigilância desses interesses, ora no encaminhamento e orientação sobre as decisões do ensino, ora cedendo suas instalações locais para a realização de cursos e outros certames.

A Escola não tem medido esforços no sentido do atendimento daqueles anseios, inclusive, em alguns casos, até com sacrifício de sua própria estrutura de funcionamento. Além dos cursos de intercomplementaridade que a Escola já está oferecendo aos Colégios Estaduais, através da Secretaria de Educação, a Direção da ETFRN encaminhou ofício (nº 679/79-GD/ETFRN, de 22/AGO/79) ao Secretário de Educação oferecendo mais vagas para os Colégios Estaduais, a partir do próximo ano.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central.
Boletim Informativo, 01 de novembro de 1979, Ano I

E, para atender a procura dos colégios particulares e da própria Secretaria Estadual de Educação e Cultura, a Escola tinha proposto oferecer a esses estabelecimentos a parte profissionalizante do ensino, em regime de intercomplementaridade, elaborando currículos de cursos profissionalizantes em nível de auxiliar técnico.

Segundo o Boletim Informativo, foram oferecidos os cursos de Auxiliar Técnico de Eletricidade; de Topógrafo de Estradas; Laboratorista de Solos e Pavimentação; Desenhista de Arquitetura; Desenhista de Instalações e Técnico e Desenhista Mecânico.

Foram firmados convênios com colégios como: Colégio Imaculada Conceição; Nossa Senhora das Neves; Salesiano; Marista; Maria Auxiliadora; Sagrada Família (colégios da rede particular); e, Anísio Teixeira e Presidente Kennedy, da Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Eram 633 alunos que faziam parte da educação geral do currículo no estabelecimento de origem e a parte de formação especial na ETFRN:

Figura 22 - Intercomplementaridade com as escolas de Natal

Atendendo à procura dos colégios particulares e da própria Secretaria Estadual de Educação e Cultura, a Escola se propôs a oferecer a esses estabelecimentos a parte profissionalizante do ensino, em regime de intercomplementaridade, elaborando currículos de cursos profissionalizantes a nível de auxiliar técnico.

Foram oferecidos, no corrente ano, os cursos de Auxiliar Técnico de Eletricidade; Auxiliar Técnico de Topógrafo de Estradas; Laboratorista de Solos e Pavimentação; Desenhista de Arquitetura; Desenhista de Instalações e Técnico e Desenhista Mecânico.

Neste segundo semestre foram firmados convênios com os colégios Imaculada Conceição, Nossa Senhora das Neves, Salesiano, Marista, Maria

Auxiliadora e Sagrada Família, da rede particular; e, Anísio Teixeira e Presidente Kennedy, da Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Atualmente são atendidos 633 ALUNOS, QUE FAZEM A PARTE DE EDUCAÇÃO GERAL DO CURRÍCULO no estabelecimento de origem e a parte de formação especial na Escola.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*. Boletim Informativo, 01 de novembro de 1979, Ano I

A Lei nº 5.692/71 fixava a elaboração do currículo do ensino de 2º grau, o qual determinava uma parte sendo profissionalizante, e a formação propedêutica que deveria prevalecer a educação geral, proporcionando a habilitação profissional de cada aluno.

Para atender a lei, as instituições precisavam utilizar os recursos humanos existentes, porém nem sempre isso era possível de acontecer, devido às limitações das escolas. Por isso, foram pensadas três soluções: a união dos pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas; a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de suprir as deficiências dos outros; ou, a organização de centros interescolares que reunissem serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos de ensino (*essas soluções estão disponíveis em BRASIL, Capítulo I, Art. 3º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971; e, Cunha, 2009*).

Executava-se também cursos de preparação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, em convênio com o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra), destinados a adultos que já exerciam profissões somente pela prática, sem nenhuma formação teórica. Esses cursos eram ministrados à noite num período que variava de 3 a 4 meses, dependendo do tipo do curso. Para aquele ano (1978), a ETFRN havia realizado 18 cursos para diversas especializações (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

A proposta da ETFRN não se limitava a dar instruções e especialização profissional, mas também educava e preparava os seus estudantes para o “convívio social ajustado”, conforme citado no Jornal Diário de Natal (1978, Edição 10458A(2), p.11). Em 1978, estava em execução um projeto de formação cívica, social, moral e religiosa, que tinha como objetivo conscientizar os estudantes dos seus direitos, deveres e responsabilidades diante da Escola. Para isso, os alunos tinham uma hora de palestra todos os dias, em todas as 60 turmas. As palestras tinham ilustrações alusivas a cada assunto, com a intenção de conscientizar o aluno da responsabilidade de sua participação como pessoa humana e como profissional na construção do mundo, para que cada um assumisse a verdadeira condição de cidadão (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

Também destacamos o parque esportivo, o qual ainda estava para completar a conclusão da piscina olímpica, que tinha como prazo até o final daquele ano. Isso proporcionaria aos alunos diversas práticas esportivas, inclusive anualmente já se promovia jogos internos entre os alunos dos diversos cursos (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11):

Figura 23 - Construção da piscina (1979)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Compreendemos que as fotografias preservam fragmentos do cotidiano. Os cenários se modificam, mas as fotografias (*quando preservadas*) sobrevivem ao tempo e às mudanças. Mostramos acima a imagem da construção da piscina e quando pronta. Essas fotografias atravessaram os tempos e, hoje, são vistas por outros olhos: daqueles que por ali passaram/participaram durante a construção; daqueles que na condição de aluno fizeram uso daquele espaço; e, daqueles que, atualmente, passam pela piscina e talvez nem imaginem quando ela foi pensada e construída.

Inaugurada em 26 de outubro de 1980, o discurso do Prof^o. Marcondes Mundim ressaltou a preocupação da Escola com a prática esportiva, na tentativa de “manter associado o ensino, a mente, a capacidade das mãos, que expressam no corpo o poder de criar e realizar”:

Figura 24 - Trecho do discurso do Prof^o. Marcondes Mundim na inauguração da piscina (1980)

“Neste momento, quando procedemos à inauguração da piscina da ETFRN, convém que ressaltamos a preocupação constante, de todos nós desta Escola, com a prática dos esportes, numa tentativa de sempre manter associada ao ensino, que desenvolve a mente, a capacidade das mãos, que expressam no corpo o poder de criar e realizar”

“Mas lutaram, e lutaram muitos os que queriam, como educadores, ver um parque esportivo completo.

Seria grande injustiça nesta hora esquecer nomes e pessoas que muito contribuíram para esta obra, hoje, pudesse ser oferecida a vocês.

Queremos lembrar o Prof. Arnaldo Arsênio de Azevedo, Ex-Diretor desta Escola, responsável pelo início das obras de construção desta piscina; queremos lembrar o Prof. Severino do Ramo de Brito que, por muito tempo, foi o responsável pela administração dos poucos recursos tão dificilmente alocados.

Não poderíamos, nesta mensagem, esquecer os nomes de dois amigos, dois companheiros de trabalho: os engenheiros Wellington Rubens da Câmara e Francisco das Chagas de Mariz Fernandes.

Eles realizaram em concreto o sonho de todos nós que fazemos a ETFRN”.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Boletim Informativo, 10 de novembro de 1980, nº12

Na parte da educação artística, a ETFRN, sob orientação do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, destacava o exercício do Canto Coral. O Coral Prof^a. Lourdes Guilherme era conhecido nacionalmente pelos Encontros Nacionais de Corais das Escolas Técnicas Federais, e, naquele período, havia conquistado o 1º lugar em Curitiba (1976) e 2º em João Pessoa (1977). Tinha também o Atelier de pintura, ginástica rítmica moderna, grupos folclóricos, banda marcial e musical, arte cênica e outras mais (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

O Departamento Administrativo, órgão de atividades-meio, responsável pela execução de importantes tarefas de apoio aos outros setores do estabelecimento, naquela época prosseguia com o projeto de arborização dos 90.000m² que a Escola ocupava. A princípio, havia o planejamento de plantar cerca de 300 árvores, com a intenção de tornar o ambiente de trabalho saudável, proporcionando também aos alunos maior área de lazer (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

Já o Departamento de Pessoal realizava cursos de treinamento e de aperfeiçoamento para os servidores. No ano anterior (1977), foram realizados oito cursos, nos quais haviam sido treinados 72 dos 142 servidores do setor técnico administrativo, através da própria escola e de outros órgãos de treinamento (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11).

Todas as informações com os avanços da ETFRN aqui descritas estão na reportagem, de página inteira, do Jornal Diário de Natal (1978), conforme a imagem abaixo:

Figura 25 - A ETFRN contribui para o desenvolvimento do país.

Localizada em uma área de 90.000m² na avenida Salgado Filho, muito bem aparelhada com oito laboratórios, biblioteca, estádio, ginásio e quadras de esportes, pistas de atletismo, inclusive com piscina olímpica, em



construção, que completará o parque esportivo e que estará concluída até o final deste ano, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, com 2.500 alunos entre os cursos seriados e estagiários dos sete cursos profissionalizantes, se constitui o maior e melhor estabelecimento de ensino médio no Estado. Atualmente a ETFRN prepara e entrega para os diversos mercados de trabalho uma média de 450 técnicos especializados em construções de estradas, edificações, saneamento, mecânica, eletrotécnica, geologia e mineração, os quais são absorvidos pelas empresas local e de outros Estados do país.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal, 1978, Edição 10458 (A)

Essas informações citadas no Diário de Natal são confirmadas em outro documento, intitulado “Projeto de Melhoria do Ensino Técnico-Industrial, Acordo MEC-BIRD”, referente ao período de 1984 a 1987, relatava sobre a estrutura da Escola que compreendia um órgão consultivo, quatro órgãos de direção superior, além do gabinete e Coordenadoria de Planejamento, que assessoram diretamente o Diretor da Escola no exercício de suas funções.

Os órgãos de direção superior, eram constituídos pelos Departamento de Ensino, Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, Departamento de Administração e Departamento Pessoal, a quem competia efetuar o planejamento, controle e avaliação dos trabalhos nas áreas específicas de sua atuação, conforme as diretrizes do Regimento Geral da Escola, na época:

A estrutura da Escola compreende um órgão consultivo, quatro órgãos de direção superior, além de um gabinete e uma Coordenadoria de Planejamento que assessoram diretamente o diretor da Escola no exercício de suas funções. Ao Conselho Técnico Consultivo “compete colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela boa execução da política educacional da Escola” (1975, p.3 do

Regimento). Aos órgãos de direção superior, constituídos pelos Departamentos de Ensino, Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, Departamento de Administração e Departamento de Pessoal, competem efetuar o planejamento, controle e avaliação dos trabalhos nas áreas específicas de sua atuação, conforme diretrizes do Regimento Geral da Escola, em anexo.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Documento “Projeto de Melhoria do Ensino Técnico-Industrial, Acordo MEC-BIRD” [1984 a 1987]

A ETFRN também tinha um Conselho Técnico Consultivo, formado por membros da comunidade, que funcionava sob a presidência do diretor geral da Escola. Esse Conselho tinha como competência colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade, além de zelar pela boa execução da política educacional da instituição (Diário de Natal, 1978, Edição 10458A(2), p.11)⁵⁶.

Figura 26 - ETFRN empossa novo Conselho Técnico Consultivo (1982)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*
Boletim Informativo, 22 de março de 1982, Ano I, nº36.

A solenidade contou com a presença de autoridades ligadas ao ensino, além de políticos, assessores, chefes de Departamentos e amigos da ETFRN. A sessão ocorreu no dia 11 de março de 1982, sob a presidência do Secretário de 1º e 2º graus do MEC, Prof. Antônio de Albuquerque Sousa Filho. A cerimônia empossava novos membros do Conselho Técnico

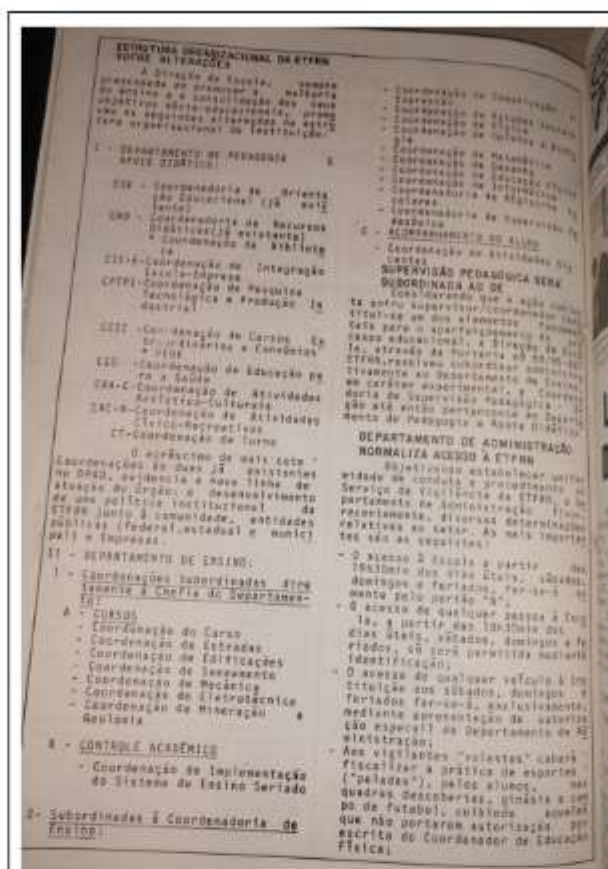
⁵⁶ A definição exposta também se encontra no Relatório de Gestão de 1976, tendo como Diretor, o Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo. Na 5ª página do documento, temos: “competem colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela boa execução da política educacional da escola”.

Consultivo da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: Marcelo Porto, Abelírio Vasconcelos, Flávio José Cavalcante, José Válter de Carvalho, Celina Maria Bezerra, Maria Selma Câmara, Emanuel de Lira, Luzia Vieira de França, Evandro Firmino, Francisco Jorge, Dinarte Guimarães, Irineu Elpídio, Kerginaldo Correia, Carmem Alves, Josué Gonçalves e Alcir Veras (Boletim Informativo, 22 de março de 1982, Ano I, nº36).

Em ato solene, a Professora Maria Emília Guedes Gonçalves leu as atas e o Diretor Marcondes Mundim empossou os conselheiros e ressaltou a importância decisiva da atuação do Conselho (Boletim Informativo, 22 de março de 1982, Ano I, nº36). Nessa solenidade, estavam diversas autoridades ligadas ao Ensino, entre elas: o então Deputado Federal João Faustino Ferreira Neto; o Secretário de 1º e 2º graus, Antônio de Albuquerque Sousa Filho; o Secretário de Educação do Estado, Professor Luís Eduardo Carneiro Costa; o Delegado Regional do MEC, Profº. Arnaldo Arsênio de Azevedo; Pró-Reitor de Graduação, Profº. Lauro Gonçalves Bezerra, representando o Reitor Diógenes da Cunha Lima; entre outros (Boletim Informativo, 22 de março de 1982, Ano I, nº36).

Inclusive, em 1985, encontramos a informação de que a Direção da Escola teria feito alterações na estrutura organizacional que resultaram no acréscimo de mais sete Coordenações às duas já existentes no DPAD (Departamento de Pedagogia e Apoio Didático). Essa alteração tinha como objetivo o desenvolvimento de uma política institucional da ETFRN junto à comunidade, entidades públicas (federal, estadual e municipal) e Empresas. Através da Portaria nº88/85-GD/ETFRN, subordinava a Coordenação de Supervisão Pedagógica ao Departamento de Ensino. Abaixo, segue o Boletim Informativo, 08/04/1985, Ano VI, nº 92 que formalizava essas alterações:

Figura 27 - Alterações na estrutura organizacional (1985)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - Campus Natal-Central
Boletim Informativo, 08/04/1985, Ano VI, nº 92

Diante dessas mudanças, as divisões na estrutura organizacional e suas respectivas subordinações ficavam dessa maneira:

Quadro 8 - Alterações da estrutura organizacional da ETFRN (1985)

Departamento de Pedagogia e Apoio Didático	COE - Coordenadoria de Orientação Educacional (<i>já existente</i>); CRD - Coordenadoria de Recursos Didáticos (<i>já existente</i>) e Coordenação da Biblioteca; CIE-E - Coordenação De Integração Escola-Empresa; CPTPI - Coordenação de Pesquisa Tecnológica e Produção Industrial; CCEC - Coordenação de Cursos Extraordinários ⁵⁷ e Convênios; Pebe (<i>Serviço Especial de Bolsas de Estudo</i>); CES - Coordenação de Educação à Saúde;
--	--

⁵⁷ Com base no Decreto-Lei nº 4073 de 1942, os cursos extraordinários eram categorizados em três modalidades distintas: cursos de continuação, cursos de aperfeiçoamento e cursos de especialização. Os cursos de continuação tinham como objetivo proporcionar qualificação profissional a jovens e adultos que não possuíam diplomas ou habilitações prévias. Por outro lado, os cursos de aperfeiçoamento tinham o propósito de ampliar os conhecimentos e habilidades de trabalhadores que já haviam concluído cursos de formação profissional em ambos os ciclos. Os cursos de especialização visavam ensinar habilidades específicas em uma área definida, destinando-se a trabalhadores já diplomados ou habilitados, bem como a professores que ministravam disciplinas de cultura técnica ou pedagógica em cursos de ensino industrial, e também a administradores de serviços relacionados ao ensino industrial (BRASIL, 2023).

	CAA-C - Coordenação de Atividades Artístico-Culturais; CAC-R - Coordenação de Atividades Cívico-Recreativas; CT - Coordenação de Turno.
Departamento de Ensino	A) CURSOS: Coordenação do Curso; Coordenação de Estradas; Coordenação de Edificações; Coordenação de Saneamento; Coordenação de Mecânica; Coordenação de Eletrotécnica; Coordenação de Mineração e Geologia. B) CONTROLE ACADÊMICO: Coordenação de Implementação do Sistema de Ensino Seriado. C) SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
Coordenadoria de Ensino	A) COORDENAÇÕES: Coordenação de Comunicação e Expressão; Coordenação de Estudos Sociais; Coordenação de Física; Coordenação de Química e Biologia; Coordenação de Matemática; Coordenação de Desenho; Coordenação de Educação Física; Coordenação de Informática; Coordenadoria de Registros Escolares; Coordenadoria de Supervisão Pedagógica; B) Acompanhamento do aluno: Coordenação de Atividades Discentes

Fonte: Elaboração própria

Lembremos que a ETFRN foi constituída como autarquia federal, criada pela Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-Lei 767, de 27 de agosto de 1969. A Escola continuou, durante todo seu tempo de institucionalidade, ministrando o ensino calcado nos ideais e fins da educação profissional, previstos nas legislações que fixaram suas diretrizes (*discussão apresentada no primeiro capítulo*), acompanhando as mudanças societárias necessárias.

A busca de informações sobre a instituição escolar, incluindo a estrutura dos departamentos, corpo discente, cursos oferecidos, localização e características arquitetônicas, desempenha um papel crucial na reconstrução de sua história. Esses elementos não apenas auxiliam na definição do perfil institucional, mas também fornecem indicações importantes sobre sua relevância social.

Para a reconstrução histórica das instituições escolares, é essencial reconhecer sua existência como entidades duradouras e caracterizá-las com base nos elementos fundamentais

que as constituem. Justino Pereira de Magalhães (2004, p. 133-169) apresenta um esquema ilustrativo das instituições escolares que abrange três aspectos: a materialidade (o que é estabelecido como estrutura física), a representação (o processo de institucionalização) e a apropriação (como a instituição é adotada e utilizada). Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente das instituições escolares ao longo do tempo, facilitando sua reconstrução histórica.

A materialidade se refere à presença física da escola (o que é instituído), englobando suas características arquitetônicas (o prédio) juntamente com seus equipamentos, incluindo o material didático, e sua estrutura organizacional. É considerada a "materialidade-contidente", o suporte físico das práticas educativas. A representação está relacionada ao significado atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, abrangendo a tradição (memórias), a bibliografia selecionada, o planejamento das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo e a disposição dos agentes responsáveis pelo funcionamento institucional. Pode ser entendida como a "materialidade-conteúdo", uma antecipação ideal do que deve constituir a atividade da instituição. Por fim, a apropriação corresponderia à "materialidade-conteúdo em ação", compreendendo as práticas pedagógicas em si, por meio das quais ocorrem as aprendizagens, entendidas como a incorporação do ideário pedagógico. Essa etapa define a identidade dos sujeitos e da instituição, bem como seus respectivos destinos de vida (Sandano; Lombardi; Saviani; Nascimento, 2021, p.50-51).

A descrição a respeito da estrutura da ETFRN tem como finalidade demonstrar a complexidade organizacional interna e a expressividade externa que a Escola apresentava ao contexto educacional (local e nacional). Diante do exposto sobre a importância e grandiosidade da instituição, é evidente que a decisão de ingresso das mulheres à educação profissional é um fato marcante e necessário para discussão, que será apontada a seguir.

2.2 A INSERÇÃO DO FEMININO NA ETFRN: ANÁLISE DOS PERIÓDICOS LOCAIS

Nessa seção, foi feita a cronologia que tematiza o ingresso das mulheres na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), no período de 1968 a 1998, utilizando as

fontes dos periódicos locais⁵⁸: Diário de Natal (1969-1989) e O Poti (1969-1987)⁵⁹; fotografias e Agenda ETFRN⁶⁰ (*estes foram consultados no Arquivo Geral do IFRN*). Também consultamos o Portal da Memória do IFRN. Essas fontes nos auxiliaram na proposta de escrita desse espaço.

Nos periódicos locais consultados, encontramos somente uma notícia que remete à institucionalidade da Escola Industrial, a qual antecede a Escola Técnica Federal. Ao fazer essa busca sobre a nomenclatura anterior, imaginávamos que tivesse impactado mais nas notícias locais, porém, não foi isso que aconteceu. Abaixo, uma convocação de reunião com os pais dos alunos para explicar os programas educativos implantados pela ETFRN:

Figura 28 - Escola Industrial vai reunir pais de alunos

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, através do seu setor de pesquisa e serviço social, vai reunir no próximo dia 29 (terça-feira), às 20 horas, os pais dos alunos que participarão dos cursos de Eletricidade Doméstica, Socorro da Urgência e Problemas da Adolescência. Segundo a direção da Escola, esse encontro tem o objetivo de incentivar o conhecimento e identificação cada vez maior dos pais com o programa educativo, implantando na ETFRN para a formação de seus filhos, estando também convidados os demais pais que desejarem participar das reuniões.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal, 1969. Edição 08430 (1)

Após esse jornal, datado 1969, e com o salto de alguns anos, aparece uma notícia, em 1973, o jornal Diário de Natal anuncia sobre a participação das mulheres na ETFRN. Para aquele momento, as alunas que estudavam na ETFRN faziam apenas a parte profissionalizante do ensino. A partir do convênio firmado com alguns colégios, as alunas do Colégio Salesiano São José assistiam as disciplinas profissionalizantes na ETFRN, conforme regia a reforma do ensino médio para o período (Lei nº 5.692/71). A parte propedêutica continuava sendo no Salesiano, segue o informativo:

Figura 29 - Mulheres na ETFRN

- Mulheres na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte?
Sim, atualmente várias moças estão estudando na ETFRN, na parte profissionalizante do ensino.

⁵⁸ A pesquisa dos periódicos locais foi possível a partir do site Hemeroteca Digital.

⁵⁹ Nos filtros utilizados na pesquisa, os descritores "ETFRN" (sigla e por extenso) e "Luzia Vieira de França" foram encontrados nos jornais "Diário de Pernambuco" (PE), "A Ordem" (RN) e "Correio Brasiliense" (DF), no recorte temporal do período da ETFRN, 1968 a 1998. No entanto, há poucas notificações relevantes para a pesquisa e, frequentemente, as informações apareciam repetidas. O objetivo de citar que a pesquisa também foi mencionada nesses periódicos é mostrar que as notícias ultrapassaram o âmbito local e que a Escola possuía visibilidade em outros estados.

⁶⁰ Informativo impresso, de circulação interna.

Através de um convênio firmado, algumas alunas do Colégio Salesiano São José estão assistindo aulas na Escola Técnica, mas somente na parte profissionalizante que exige a Reforma do Ensino. A parte acadêmica as estudantes continuam tendo no próprio Salesiano.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário do Natal, 1973, Edição 09622 (1)

As transições desses jornais refletem os resultados das transformações que ocorriam tanto no contexto local quanto nacional. Recordemos que várias mudanças educacionais apareceram no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, o que permitiu às mulheres maior participação e visibilidade. Lembremos ainda que o Brasil vivia sob um regime ditatorial que restringia liberdades, devido ao Golpe Militar de 1964 (Cunha, 2005).

Para recordar essas memórias, revisitamos e elencamos alguns pontos marcantes na luta das mulheres por crescimento e reconhecimento profissional, que resultou o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, como a conquista feminina do poder de decidir *se e quando* ser mãe⁶¹; a instituição do divórcio⁶² (e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos); acesso à educação, direito de voto⁶³ e de elegibilidade. Esses três últimos instrumentos foram considerados essenciais ao alcance da realização profissional e autossuficiência econômica (Soihet, 2013)⁶⁴.

Essas mudanças são também apontadas por Cavalcante (2011), sendo justificadas devido à ordem moral, com o enfraquecimento das normas religiosas; à ordem científica, com a descoberta de produtos anticoncepcionais; e, à ordem econômica, a partir das novas relações impostas pela sociedade industrial.

Procurando as reformas legislativas que definem a educação profissional às mulheres, encontramos dois decretos importantes para discussão. O primeiro aqui apontado é o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que regulamentava a Lei orgânica do ensino industrial.

⁶¹ Sendo possível com a disponibilização de métodos contraceptivos mais eficientes. De acordo com Cavalcante (2011), a pílula foi um fator de mudanças no comportamento da mulher, mas o processo não atingia todas as classes sociais.

⁶² No Brasil, a separação sem dissolução de vínculo (desquite) já existia desde 1942, previsto no artigo 315 do Código Civil. No mesmo ano de 1942, a Lei nº 4.529, de 30 de julho, regulamentou a anulação do casamento (CAVALCANTE, 2011). Somente em 26 de dezembro de 1977, com a criação da Lei nº 6.515, foram regulamentados os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos (Planalto, 2022).

⁶³ No governo de Getúlio Vargas, o Brasil reformulou o Código Eleitoral, através do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que estabeleceu no Brasil o voto secreto e o voto feminino (Planalto, 2022).

⁶⁴ Destacamos que a educação feminina foi considerada essencial para a emancipação das mulheres, a fim de que pudessem ter os mesmos meios para o exercício do trabalho e, com isso, obtivessem a mesma remuneração e direitos idênticos aos dos homens (Soihet, 2013).

Esse Decreto-Lei definia sobre o estabelecimento das bases de organização e de regime do ensino industrial. Destinava como ramo de ensino, de segundo grau, a preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca⁶⁵.

No Capítulo VI, "Das práticas educativas", em parágrafo único, era destinado às mulheres, que fossem lecionadas a educação doméstica, "essencialmente sobre o ensino dos misteres de administração do lar"⁶⁶.

Na seção seguinte, Título V, "Das providências para o desenvolvimento do ensino industrial", mais especificamente no Artº. 72, onde os poderes públicos deveriam providenciar, na medida conveniente, a instituição de estabelecimentos de ensino industrial para **frequência exclusivamente feminina**, e destinados à preparação para profissões a que se **dediquem principalmente as mulheres**⁶⁷ (*grifos nossos*).

Já no Decreto-Lei nº. 4.244, de 09 de abril de 1942, conhecida como Lei orgânica do ensino secundário, no Título III, "Do ensino secundário feminino", eram recomendadas as seguintes prescrições: a educação secundária das mulheres deveria ser feita em estabelecimentos de ensino de **exclusiva frequência feminina** (*grifo nosso*).

Nos casos de estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, a educação deveria ser ministrada em **classes exclusivamente femininas** (*grifo nosso*). Deveria também ser inclusa, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a **disciplina de economia doméstica** (*grifo nosso*). Segundo esse Decreto-Lei, essa orientação metodológica dos programas tinha como foco "a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar".

Apenas na Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, é que foi estabelecido o reconhecimento dos direitos das mulheres casadas em relação ao exercício de uma profissão lucrativa distinta da profissão de seus maridos. No Art. 246 desse estatuto, destaca-se que "**a mulher que exercer profissão lucrativa**, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa".

Essa afirmação representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das mulheres como profissionais independentes. A partir dessa legislação, às mulheres foi garantido o direito de exercerem livremente uma profissão remunerada e de realizar todas as

⁶⁵ Redação dada pelo Decreto-Lei no 8.680, de 1942.

⁶⁶ Incluído pela Lei no 28, de 1947.

⁶⁷ Renumerado pelo Decreto Lei no 8.680, de 1946.

atividades necessárias para o seu exercício, bem como de defender seus direitos relacionados a essa atividade.

Percebe-se que existe um descompasso temporal entre a lei e a sua execução de fato. Pois, no âmbito nacional, somente no período dos anos de 1970 a 1975, que ocorreu ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento, impactando o mercado de trabalho, consequentemente, aumentando a presença em diversos setores (Matos; Borelli, 2013).

No cenário local, por meados da década de 1970, a tradição do público masculino na ETFRN, desde sua fundação, foi quebrada. Não somente pela permissão do ingresso, por transferência, da aluna Nelma Suely ao curso regular de educação profissional; participação pelo regime intercomplementar⁶⁸ das alunas às disciplinas profissionalizantes; como também, nos cursos ofertados, não enquadraram em seus currículos a disciplina de economia doméstica que contemplasse ao alunado feminino, conforme solicitado no Decreto-Lei nº. 4.244, de 09 de abril de 1942, citado anteriormente.

O Conselho Administrativo da ETFRN, juntamente com a diretoria, confirmava que as mulheres poderiam fazer inscrições para os exames de seleção dos cursos técnicos. Essas mudanças faziam parte do processo de modernização do ensino, de acordo com o então diretor Arnaldo Arsênio em entrevista ao jornal:

Figura 30 - Escola Técnica será mista no próximo ano

As mulheres acabam de obter mais uma vitória, entre tantas conseguidas neste Ano Internacional da Mulher, agora podem ser alunas da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, acabando com uma tradição que vem desde a sua fundação no Estado.

A partir do próximo ano, segundo decisão adotada ontem pelo conselho administrativo da entidade e sua diretoria, as mulheres poderão fazer inscrições para os exames de seleção dos cursos técnicos (são 500 vagas) para homens e mulheres, pelo critério de classificação.

Para o diretor da Escola, professor Arnaldo Arsênio, “a participação do sexo feminino nos cursos da ETFRN é apenas um passo a mais no processo de sua modernização” (12ª página).

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário do Natal, 1975, Edição 09930

Constata-se que a presença feminina aumentou nas instituições de ensino, nos empregos formais, nas manifestações de rua. Os anos 1970 e 1980 foram o período de reconhecimento da existência de outras maneiras de ser uma mulher, para além das funções idealizadas de “esposa”, “mãe” e “dona de casa” (Pedro, 2013).

⁶⁸ Conforme a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Scott (1995) afirma que essas funções há muito tempo deixaram de ser as únicas identificações valorizadas da mulher na sociedade. Já há algumas décadas reconhece-se que as brasileiras ultrapassaram os espaços tradicionalmente reservados ao dito “sexo frágil” e passaram a desempenhar diversos papéis e funções.

A seção “Memória da ETFRN”, registrado no Boletim Informativo (nº 08, Ano I, 09 de setembro de 1980), fazia menção à presença feminina na escola. Além do mais, rememora que desde a criação da instituição, em 1909, até aquele momento, em 1974, o corpo discente dos cursos regulares era composto por apenas alunos do sexo masculino. Em 1975, foi registrada a primeira matrícula da aluna para o curso regular de Edificações:

Figura 31 - Memória da ETFRN. A presença feminina na escola

Desde a criação desta Escola Técnica Federal, nos idos de 1909, até o ano de 1974, compunha-se o seu corpo discente (cursos regulares) apenas de alunos do sexo masculino.

Só no primeiro semestre de 1975 é que foi registrada a primeira solicitação de matrícula de uma aluna, que se transferia do Centro Interescolar Ferreira Viana (RJ), para o curso regular de Edificações. A requerente, NELMA SUELI MARINHO DE BASTOS, teve o seu pedido atendido e foi matriculada, tornando-se a 1ª pessoa do sexo feminino a ter acesso a um dos cursos oferecidos pela Escola, tendo sido diplomada no primeiro semestre de 1976.

Neste mesmo ano e semestre a Escola deliberou romper com a tradição, permitindo a inscrição de candidatas aos Exames de Seleção que se avizinhavam.

Entre os 1.504 candidatos inscritos na época, estavam 607 do sexo feminino, das quais foram aprovadas 129 e matriculadas em seguida.

Chega 1976, e com ele a presença feminina, marcando uma nova (e melhor) fase na vida da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Boletim Informativo, nº 08, Ano I, 09 de setembro de 1980.

A aluna veio transferida do Centro Interescolar Ferreira Viana (RJ) e tornou-se a primeira pessoa do sexo feminino a ter acesso a um dos cursos oferecidos pela ETFRN, como aluna regular da Instituição, e sido diplomada no primeiro semestre de 1976. Foi necessário uma aluna vir “de fora” para reivindicar o seu espaço educacional, para que, naquele mesmo ano, a Escola deliberasse romper com a tradição e permitisse a inscrição de candidatas aos Exames de Seleção que se avizinhavam. Dos 1.504 candidatos inscritos na época, estavam 607 do sexo feminino, dos quais foram 129 aprovadas e matriculadas em seguida. Portanto, em 1976, a presença feminina marca uma nova fase da Escola.

A notícia do Diário do Natal (1975, Edição 09930 [2]) revela praticamente as mesmas informações da notícia encontrada no Boletim Informativo supracitado (nº 08, Ano I, 09 de setembro de 1980). Confirmando o que já fora dito em que a ETFRN contava com apenas *uma aluna do curso regular* e que a Escola estava entre as cinco que não adotavam a matrícula feminina.

Também é citado o regime de intercomplementaridade, o qual permitia o convênio entre a ETFRN e os colégios locais, proporcionando a presença de alunas nos laboratórios da Escola Técnica. O diretor, na entrevista, complementa que a presença das moças não acarretou prejuízo e constatou um clima de naturalidade e interesse por parte dos alunos.

Segundo o diretor Arnaldo Arsênio, isso mostra que a presença das moças já vinha sendo uma necessidade que a Escola decidiu suprir. Certamente, as moças aprovadas iriam se matricular em cursos regulares como Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento, Estradas, Geologia e Mineração, ofertados naquele momento:

Figura 32 - Mulheres ganham mais uma. Vão para a ETF

Uma tradição de vários anos será quebrada na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, a partir do próximo ano, segundo decisão conjunta da direção com o conselho administrativo da entidade: as mulheres poderão fazer inscrições para os exames de seleção dos cursos técnicos.

A decisão foi tomada no final da tarde de ontem e confirmada pelo diretor da Escola, professor Arnaldo Arsênio, explicando que embora não tenha constatado do edital a ser publicado hoje na imprensa local, a participação do sexo feminino nos cursos da ETFRN é apenas um passo a mais no processo de modernização da escola.

INSCRIÇÕES

Atualmente, em caráter oficial, a Escola Técnica conta apenas com uma aluna, transferida de outra escola técnica que, de acordo com a lei, tem direito à matrícula ou transferência, como é o caso. Ao contrário do que normalmente se pensa, a Escola Técnica do Rio Grande do Norte é apenas uma das cinco que ainda não adotam matrícula feminina.

De acordo com o edital, as inscrições deverão ser feitas, para ambos os sexos a partir de 16 de novembro, no período de 8 às 11 e de 14 às 17 horas, na sala nº 123 do bloco de arquibancadas do estádio de futebol da escola. Para 1976 a Escola Técnica dispõe de 500 vagas que deverão ser preenchidas mediante exame de seleção.

Explica o professor Arnaldo Arsênio que a ideia de adotar matrículas femininas, na Escola, já vinha sendo estudada há algum tempo, principalmente em consequência do regime de intercomplementaridade, que permite convênios entre a Escola e colégios locais, proporcionando a presença de alunas nos laboratórios da ETFRN.

“Nós observamos - disse - que o rendimento não sofreu o menor prejuízo com a presença de moças e até constatou um clima de muita naturalidade e interesse por parte dos alunos. Isso mostra que a presença das moças já vinha sendo uma necessidade que a Escola agora decidiu suprir”.

Com a realização dos exames de seleção, cujo programa e instruções já estão à disposição dos candidatos através da plaquete editada pela Escola, 500 novos alunos e alunas deverão entrar para os quadros da ETFRN, de acordo com as opções que farão no ato de inscrição para o exame seletivo.

CURSOS

Portanto, a partir do próximo ano, certamente diversas moças deverão cursar atividades como Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento, Estradas, Geologia e Mineração, pois são os setes cursos oferecidos pela Escola Técnica. A classificação será pelo sistema de média, ou seja, serão considerados aprovados os 500 primeiros colocados por ordem decrescente.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário do Natal, 1975, Edição 09930 [2]

A decisão também foi notícia no jornal Diário de Pernambuco (1975), com o título de que a Escola Técnica *quebra tabu* no Rio Grande do Norte, ressaltando a tradição de vários anos como uma escola com perfil de atendimento masculino. Chamamos a atenção quanto à escolha da expressão “quebrar tabu”. Leis anteriores à 5.692/71 não faziam referência à garantia de matrícula para o sexo feminino, mas legalmente também não as impediam. Essa instituição se manteria como escola voltada unicamente para a formação masculina até a metade dos anos de 1970 (Silva, 2012).

Então, a mudança da lei implicou também uma mudança social e educacional. Nesse caso, a instituição de classes mistas e a inserção de mulheres num ambiente marcadamente masculino foi de fato uma “quebra de tabu”, inclusive porque preparava as mulheres para a entrada em mercados a que antes elas não tinham acesso por falta de formação específica:

Figura 33 - Escola Técnica quebra tabu no Rio G. do Norte

Uma tradição de vários anos será quebrada na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, a partir do próximo ano, segundo decisão conjunta da direção com o Conselho Administrativo da entidade: as mulheres poderão fazer inscrições para os exames de seleção dos cursos técnicos.

A decisão foi tomada sábado e confirmada pelo diretor da escola, professor Arnaldo Arsênio, afirmando que embora tenha sido explicado no edital, a participação do sexo feminino nos cursos da ETFRN é um processo de modernização da escola.

Atualmente, a escola conta apenas com uma aluna, transferida de uma outra Escola Técnica que, de acordo com a lei, tem direito a matrícula ou transferência, como é o caso. A Escola Técnica do Rio Grande do Norte é uma das cinco que ainda não adotam matrícula feminina.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco (PE). Ano 1975. Edição 00297 [1]

Percebemos que a sociedade necessitava desse espaço e abertura para o perfil feminino na educação profissional local. Resultado disso é o demonstrativo descrito na próxima notícia.

De acordo com Matos e Borelli (2013), as mulheres precisaram assumir diversas “funções produtivas”, devido às necessidades variadas que as levaram para ocupar brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis.

No mercado laboral, elas assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas, como fiar, tecer, costurar, cuidar, servir. Ou seja, reproduziam no mercado de trabalho suas ocupações nos quadros domésticos. E quando ocuparam setores mais conservadores, enfrentaram dificuldades, pois eram tidos como tradicionalmente masculinos (Matos; Borelli, 2013).

De acordo com o jornal *O Poti* (ano 1975, Edição 02092 [2]), Marcelo Maia, responsável pelas relações públicas da ETFRN, esta resolução partiu do diretor Arnaldo Arsênio de Azevedo, quando constatou que, das 23 escolas existentes no Brasil, 20 já adotavam a matrícula de mulheres em seus cursos. No início, foram feitos os convênios a título de experiência, comprovando-se, depois de um ano, que em Natal não surgiram problemas com a resolução.

Ou seja, o que aconteceu com a mudança de papel do alunado, voltado agora para o público feminino, é igualmente como descrevem alguns teóricos: as alunas estavam passando por um processo de “reinvenção da mulher”, resultado das mudanças de seus papéis na família e na sociedade; além disso, conseguiram “brechas” a partir da matrícula da aluna do curso regular e das alunas que participavam no regime de intercomplementaridade da carga horária profissionalizante, assim ocorria a naturalização das mulheres no ambiente antes tipicamente masculino.

Portanto, a cronologia do nosso objeto de estudo neste capítulo (*nesse caso, sendo o espaço feminino conquistado na ETFRN*) dialoga com a teoria de que, pelo menos desde a década de 1970, as mulheres puderam vislumbrar uma profissão e obter o seu próprio sustento, pensando em horizontes de vida para além do casamento (Scott, 1995).

Naquela época não havia alunas na ETFRN, era normal surgirem certas reações inesperadas, como assobios sempre que algumas alunas de outros colégios iam vender ingressos de festas, fatos relatados pelo Jornal *O Poti* (ano 1975, Edição 02092[2]). Depois do convênio, a turma de alunos começava a se acostumar e a situação se normalizava, já que os estudantes passavam a ficar habituados com a frequência das mulheres na instituição, informa a notícia:

Figura 34 - Imagem da notícia “Mais de 600 mulheres inscritas na antiga escola só de homens”



Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal *O Poti*. Ano 1975. Edição 02092 (2)

Em janeiro de 1975, ocorreria o teste de seleção para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Esse exame tinha uma conotação diferente, pois, naquele momento, aproximadamente 600 mulheres se inscreviam para disputarem vagas com mais 1.600 alunos. Pela primeira vez, a ETFRN abria vagas para mulheres, a exemplo de outras Escolas Técnicas Federais do sul do país (Jornal *O Poti*. Ano 1975. Edição 02092 [2]):

Figura 35 - Mais de 600 mulheres inscritas na antiga Escola só de homens

O teste de seleção, que será realizado na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, nos dias 3, 4 e 5 de janeiro, terá uma conotação diferente. Desta vez, aproximadamente 600 mulheres se inscreveram, para disputarem vagas com mais de 1.600 alunos. Pela primeira vez, a Escola Técnica abre vagas para mulheres a exemplo de outras do sul do país. A frequência de alunas na Escola Técnica começou no ano passado, quando se firmaram convênios entre Escolas e vários colégios visam a intercomplementaridade de cursos de auxiliares técnicos, em desenhista de instalações elétricas, de instalações hidráulicas e torneiro mecânico. Segundo o sr. Marcelo Maia, relações públicas da ETFRN, esta resolução partiu do diretor Arnaldo Arsênio de Azevedo, quando constatou que, das 23 escolas existentes no Brasil, 20 já adotavam a matrícula de mulheres em seus cursos. De início foram feitos os convênios, a título de experiência, comprovando-se depois de um ano, que em Natal também não surgiram problemas com a resolução.

A época que não tinham mulheres na ETFRN, era normal surgirem certas reações inesperadas, como assovios sempre que algumas alunas de outros colégios iam vender ingressos de festas. "Depois que começou o convênio, a turma se acostumou e hoje a situação está normal, com todos os estudantes habituados com a frequência de mulheres".

Maria de Fátima Delgado, estudante do Centro de Ensino do 2º grau Anísio Teixeira, que está concluindo o 6º período de edificações, conta que a experiência foi muito válida porque sentiu-se valorizada logo que começou a frequentar a ETFRN, onde fez boas amizades com vários colegas, mas "não arranjei nenhum namorado".

Lúcia de Fátima Barros e Francisca de Fátima Pegado, colegas de classe de Maria de Fátima, concordaram que é muito importante as aulas com frequência de mulheres e homens. "A turma é muito bacana, a gente curte uma amizade muito legal. Se tivesse outra oportunidade desta, aceitaria tranquilamente".

Fonte: Hemeroteca Digital. Jornal *O Poti*. Ano 1975. Edição 02092 (2)

Conforme já apontado, a frequência de alunas na ETFRN começou em 1974, quando se firmaram convênios entre as Escolas e vários colégios da cidade. Esses convênios visavam a intercomplementaridade de cursos de auxiliares técnicos (*desenhista de arquitetura, desenhista de instalações elétricas, de instalações elétricas, de instalações hidráulicas e torneiro mecânico*) (Jornal *O Poti*. Ano 1975. Edição 02092 [2]).

É interessante apontar que as profissões voltadas para as mulheres estavam associadas às funções "ditas" como naturais, sendo elas maternais e domésticas (como foi o caso do Magistério⁶⁹). Eram trabalhos associados aos cuidados, consolo, em relação aos sujeitos como crianças, idosos, doentes e pobres (Perrot, 2005).

Porém, os cursos que eram ofertados na ETFRN não tinham como requisitos as qualificações consideradas naturais e relacionadas à feminilidade. Pelo contrário, talvez estivéssemos diante de um início da construção de isonomia para profissões de homens e de mulheres, como se estivéssemos diante de um produto da relação igualitária entre os sexos, a partir do momento que a Escola passa a dar abertura para uma educação mista, sem necessariamente ter que se adaptar para receber as alunas.

Tornava-se pública a relação dos aprovados e, pela primeira vez, as mulheres tiveram acesso a esse estabelecimento de ensino através do exame de seleção. Dentre as 650 mulheres inscritas, 139 obtiveram aprovação⁷⁰. A relação dos aprovados foi afixada no quadro de

⁶⁹ Chamada de "feminização do magistério", ocorreu entre 1835 e 1890. O magistério passou a ser visto como um campo por excelência de mulheres, apreciadas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças (Matos; Borelli, 2013).

⁷⁰ Informações retiradas do jornal *Diário de Natal*, 1976, Edição 09975 (1), p.1.

avisos da Escola, assim como a Rádio Poti e o Diário de Natal (1976) também haviam divulgado a relação completa dos aprovados:

Figura 36 - Eis o listão dos aprovados na Escola Técnica Federal

O resultado final do chamado mini-vestibular da Escola Técnica Federal, foi divulgado na manhã de ontem - um dia depois do prazo previsto - com 133 mulheres, entre os 500 aprovados.
Para as quinhentas vagas haviam 3.110 candidatos, dos quais 650 eram mulheres, que pela primeira vez tentavam acesso àquele estabelecimento de ensino.
Às 10:30 horas da manhã de ontem, a relação dos aprovados foi afixada no quadro de avisos da Escola, mas, alguns instantes antes, a Rádio Poti divulgava a relação completa dos candidatos, que publicamos na íntegra:
[Abaixo da notícia, seguiam os nomes dos aprovados]

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal, 1976, Edição 09975 (1), p.4
[Recorte]

Após essa exposição narrada pelos periódicos de como aconteceu a trajetória do ingresso do alunado feminino, relataremos também como ocorreu o caminho da única gestão feminina durante o período da ETFRN.

Portanto, para falarmos disso, iniciaremos com a gestão do professor Marcondes Mundim Guimarães que teve seu primeiro mandato na direção do estabelecimento escolar, em maio de 1979, por quatro anos (Medeiros, 2011).

Dando continuidade à gestão anterior, em 1983, ele foi reconduzido para mais um mandato de quatro anos como diretor da Escola Técnica Federal do RN (ETFRN), conforme Decreto do presidente João Figueiredo, de 14 de abril de 1983, publicado no Diário Oficial da União.

A escolha foi feita pelo sistema de uma lista tríplice encaminhada para o Ministério de Educação e Cultura, com a escolha final pelo Presidente da República. Concorreram nessa lista tríplice, os professores da ETFRN, Geraldo Gonçalves e a professora Luzia Vieira de França (Diário de Natal, 1983, Edição 00072 (2), p.2):

Figura 37 - Marcondes Mundim é reconduzido para direção da ETFRN

O professor Marcondes Mundim Guimarães foi reconduzido para mais um mandato de quatro anos como diretor da Escola Técnica Federal do RN - ETFRN, conforme Decreto do presidente João Figueiredo, publicado na sexta-feira passada no Diário Oficial da União. A escolha foi feita pelo sistema de uma lista triplíce encaminhada em janeiro passado ao Ministério de Educação e Cultura, com a escolha final pelo Presidente da República.

A posse ocorrerá em um mês, em Brasília, no gabinete da ministra da Educação e Cultura, professora Ester de Ferraz Figueiredo. Concorreram a lista triplíce, além do diretor reconduzido, os professores da ETFRN, Geraldo Gonçalves, e a professora Luzia Vieira de França.

MUNDIM: CONTINUIDADE

Para o professor Mundim, o trabalho que desenvolverá nesta nova gestão será de continuidade, ao já iniciado no mandato anterior, tendo como pontos básicos a melhoria do ensino e lançar técnicos no mercado de trabalho. "No ano passado, colocamos nas empresas, como estagiários, 585 técnicos de nossa escola.



Marcondes Mundim Guimarães, reeleito Diretor da Escola Técnica Federal, para mais quatro anos, teve almoço festivo em sua homenagem, sábado último, no Hotel Internacional dos Reis Magos

Fonte: Hemeroteca digital. Diário de Natal, 1983, Edição 00072 (2), p.2

Durante a solenidade de posse do Diretor da ETFRN, no dia 17 de maio de 1983, no Ginásio de Esportes da Escola, foi prestigiada por autoridades civis e militares. A Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, esteve em Natal para presidir à solenidade de posse do Diretor da ETFRN. Ela visitou as instalações físicas da Escola e o Prof. Marcondes mostrou o Plano Geral de Atividades.

Entretanto, ao completar dois anos de seu segundo mandato, Marcondes foi transferido para Brasília, a convite do então Ministro da Administração, o potiguar Aluizio Alves⁷¹, sendo empossado na função de Secretário de Pessoal Civil do Ministério:

⁷¹ A amizade entre o então Ministro da Administração Aluizio Alves e o Diretor da ETFRN alcançava seus 20 anos, considerando o ano 1985. De acordo com o Boletim informativo (08 de abril de 1985, Ano VI, nº 92), a amizade é marcada desde o período em que o Professor Marcondes ocupou o cargo de Diretor do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense, em 1965, também por indicação de Aluizio Alves, quando governador.

Figura 38 - ETFRN ocupa cargos no alto escalão da Nova República

Atendendo convite do Ministro da Administração, Aluizio Alves, o Prof^o. Marcondes Mundim Guimarães assumirá o cargo de Secretário de Pessoal Civil do novo Ministério.

Professor da ETFRN há 18 anos, Marcondes Guimarães torna-se o primeiro norte-rio-grandense, nos últimos 20 anos, a ocupar o posto de Secretário no alto escalão federal.

Já tendo ocupado todos os cargos de chefia da Escola até culminar com a Direção Geral deste Estabelecimento, o prof. Marcondes vê coroar-se de êxito uma carreira profissional brilhante.

Para completar seu mandato - até junho de 1987 - foi indicada a Prof^a. Luzia Vieira de França, atual Chefe do Departamento de Ensino da ETFRN. Profissional dinâmica e de competência comprovada, Luzia França estará à frente dos destinos da ETFRN durante os próximos dois anos.



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*. Boletim informativo, 08 de abril de 1985, Ano VI, nº 92.

O Boletim Informativo, abril de 1985, nº 92, descreve a trajetória do Prof^o. Marcondes Mundim. Naquele momento, já tinha 18 anos como professor da ETFRN, e passou a ocupar o posto de Secretário no alto escalão federal. Já havia ocupado todos os cargos de chefia da ETFRN até culminar com a Direção Geral da Escola.

Com seu afastamento, a professora Luzia Vieira de França, que era Chefe do Departamento de Ensino da ETFRN, seria a indicada pelo então diretor para concluir sua administração, que iria até junho de 87. Em continuidade à notícia do Boletim Informativo acima, a Professora Luzia é uma “profissional dinâmica e de competência aprovada”, e estaria à frente “dos destinos da ETFRN nos próximos 2 anos” (Boletim Informativo, 08 de abril de 1985, Ano VI, nº 92).

Um mês depois, no Boletim Informativo, há duas fotografias: a primeira, a recepção dos servidores da ETFRN; e a segunda, a Professora Luzia no gabinete da Direção. No dia 15 de abril de 1985, na sala de Projeções I, servidores docentes e administrativos se reuniram para dar as boas-vindas à Professora Luzia, que assumiria a Direção da ETFRN até junho de 1987, em substituição ao Professor Marcondes Mundim Guimarães. Todos os setores da comunidade escolar saudaram a professora e expressaram disposição em colaborar com sua gestão:

Figura 39 - Luzia de França assume direção da ETFRN até 87⁷²



Servidores docentes e administrativos estiveram reunidos no último dia 15 de abril, na Sala de Projeções I, para darem boas-vindas à Prof.ª Luzia Vieira de França - que assumirá a Direção da ETFRN até junho/87, em substituição ao Prof. Marcondes Mundim Guimarães. Saudaram a Diretora representantes de todos os segmentos da comunidade etferniana, a saber: o prof. Lailson de Almeida, o aluno Suzano Wellington Mota e o servidor Valter Edson Pinheiro. Todos expressaram a disposição em colaborar com a Prof.ª Luzia, ressaltando a certeza da continuidade do trabalho desenvolvido pela Escola. Agradecendo o gesto de boas-vindas, a Prof.ª Luzia afirmou ter a convicção de que não estará só nesta caminhada. "Vamos trabalhar de mãos dadas, num verdadeiro mutirão, porque esta Escola, tão amada por todos nós, já é parte mesmo da nossa família".

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*
Boletim informativo, 08 de maio de 1985, Ano VI, nº95.

De acordo com Medeiros (2011), muitos desafios a esperavam nessa nova empreitada. O país vivenciava um processo de transição política, de luta pelo restabelecimento da democracia, após 20 longos anos de ditadura.

Na imprensa local, encontramos a "Coluna Social", escrita na época por Paulo Macedo⁷³, informava que a ETFRN tinha "novo diretor, por sinal, uma mulher, a professora Luzia Vieira de França". Percebemos que o modalizador "por sinal" corrige a informação anterior "novo diretor" quanto ao seu gênero, "uma mulher", configurando uma ideia que se

⁷² Na ficha funcional da servidora, tem-se o registro da Portaria 0109, do dia 12 de abril de 1985, que a designava para responder pela direção da escola, até 1987.

⁷³ Nasceu em 29 de dezembro de 1931 e faleceu em 2020. Cearense de origem, mudou-se para o Rio Grande do Norte na década de 1950. Como colunista social, tornou-se conhecido por relatar fatos pitorescos da sociedade potiguar. Foi também um dos pioneiros do jornalismo automotivo no Nordeste e comandou programas de entrevistas em emissoras de TV de Natal. Atuou como colunista social do jornal Diário de Natal por mais de 40 anos e ocupava o cargo de vice-presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (G1 RN, 2024).

assemelha a surpresa permeada pela ironia, já que no final do texto a palavra “diretor” é reafirmada quando cita o mandato:

Figura 40 - Nota sobre a nova Direção da ETFRN (1985)

***A Escola Técnica Federal tem **novo diretor**, por sinal, **uma mulher**, a professora Luzia Vieira de França, e que vinha exercendo a Chefia do Departamento de Ensino daquela Instituição. Com a saída do professor Marcondes Mundim Guimarães, para o Ministério da Administração, em Brasília, a professora Luzia completará o **mandato de Diretor**, que terminará em junho de 87.

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal, 1985, Edição 00073 (1).

Portanto, apesar de ser uma mulher, o jornal mantém o uso do termo masculino 'diretor'. Há uma certa resistência do jornal contra essa perspectiva feminina, ao que nos parece. A menção de que a diretora é uma mulher destaca a presença feminina em posições de liderança na escola, o que pode ser considerado um avanço em termos de representatividade de gênero. É importante estarmos atentos a esse debate acerca das relações entre gênero, educação profissional e divisão sexual do trabalho contemporâneo. Apesar do aumento da participação feminina na educação e no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto no mundo, ainda persiste o desafio da concentração das mulheres em determinados grupos profissionais, que são culturalmente atribuídos como femininos (Santos *et al.*, 2020).

Para Bourdieu (2014, pp. 131-132), são as estruturas antigas da divisão sexual do trabalho que determinam tanto as mudanças, como o aumento do número de mulheres ingressando em carreiras, quanto às permanências, como a persistência de certas profissões como redutos masculinos. Essas estruturas atuam através de três princípios fundamentais: **primeiro**, atribuir às mulheres funções que são vistas como uma extensão das atividades domésticas, como “ensino, cuidado e serviços”; **segundo**, negar às mulheres a possibilidade de “ocupar posições de comando”, relegando-as a papéis de assistentes subordinadas; e **por último**, conceder aos homens “o monopólio da manutenção de objetos técnicos e máquinas”.

Rompendo essa visão sobre gestão escolar como reduto masculino, a Professora Luzia Vieira completaria o mandato do diretor, Professor Marcondes Mundim, que terminaria em junho de 1987, porém a Escola já se organizava como seria o processo sucessório para a próxima Direção.

Na consulta ao jornal Diário de Natal (1985), Edição 00175 (2), a sucessão na ETFRN provocava alguns descontentamentos da Instituição. O problema surgiu quando o Conselho Técnico Consultivo modificou uma das normas do processo sucessório fazendo com que os

funcionários deixassem de ter o voto paritário - um terço - para formar uma só categoria com os professores. Isso irritou os servidores técnicos, que são minoria, 136, em relação aos docentes, 229.

É interessante expor a narrativa apresentada no circular informativo interno. Na Agenda ETFRN, em abril de 1986, havia chegado na Edição nº 100. Em comemoração, foi feita uma retrospectiva dos fatos noticiados no circular. Reproduziremos os fatos que expõem as decisões tomadas durante o processo de sucessão, desde a mudança da paridade em relação ao voto até a sua finalização. A intenção é descrever como foi esse movimento dentro da instituição e como esse processo foi narrado pela imprensa local, sem a menção das particularidades internas. Abaixo, segue o encadeamento dos eventos:

Quadro 9 - Sequência sobre as mudanças dos processos para sucessão da Diretoria

Edição da Agenda ETFRN	Data	Fatos ocorridos
Agenda 24	22/05/86	ASETFRN (Associação da ETFRN) realiza uma assembleia Geral Extraordinária para discutir a escolha do próximo Diretor da ETFRN.
Agenda 25	23/05/86	A Associação escolhe, em Assembleia, comissão para estabelecer as normas para as eleições para Diretor.
Agenda 36	18/06/86	É definida a comissão que está estipulando as normas para a eleição para Diretor.
Agenda 74	14/08/86	ASETFRN distribui o Anteprojeto contendo as normas para o processo de consulta direta à comunidade visando a composição da lista triplace para Diretor.
Agenda 53	26/08/86	Os possíveis candidatos à Direção se propuseram a redigir uma "Carta de Princípios" sobre a sucessão.
Agenda 54	27/08/86	O Conselho Técnico Consultivo (CTC) decidiu por unanimidade, em reunião, assumir a coordenação do processo de consulta à comunidade visando à elaboração da lista triplace, em consonância com a portaria 715/MEC. Fizeram parte da reunião: Profª. Luzia de França (Presidente), Flávio Azevedo, Selma Pereira, Helena Schutte, William Barreto, Alexandre Marinho, Severino Fernandes (China) e Josué Gonçalves. A ASETFRN e os alunos discutem, em Assembleia, o Anteprojeto das normas da sucessão.

Agenda 55	28/08/86	Todos os possíveis candidatos à Direção elaboraram uma “Carta de Princípios” sobre a sucessão, a qual nunca chegou a ser assinada ⁷⁴ .
Agenda 56	29/08/86	É definida em Assembleia a comissão coordenadora do processo sucessório da Escola: servidores Severino de Brito e Dinarte Caldas; professores Josué Gonçalves e Alexandre Marinho (CTC) e a aluna Heronilza do Nascimento.
Agenda 60	10/09/86	A comissão coordenadora do processo de consulta publica as normas da sucessão à Direção. São realizadas eleições para o preenchimento de 5 representações. O candidato Gilson Oliveira deflagra sua campanha para Diretor.
Agenda 61	15/09/86	O grupo que apoia o candidato Jairo Fabrício realiza a primeira pesquisa de opinião, que dá vitória ao candidato Carlos Nazareno. O professor Lailson de Almeida confirma sua renúncia à sucessão.
Agenda 62	17/09/86	Terminado o prazo de inscrições, 7 candidatos se registraram oficialmente: Carlos Nazareno; Jairo Fabrício; José Gilson de Oliveira; Luzia de França; Alcir Veras; e, Pedro Bandeira.
Agenda 64	26/09/86	Associação dos Servidores entrega documento ao Conselho Técnico Consultivo contendo 213 assinaturas e solicitando o restabelecimento da paridade do voto, conforme definido em Assembleia.
Agenda 65	29/09/86	O candidato João Varela abdica de sua candidatura. Os candidatos Carlos Nazareno e Pedro Bandeira distribuíram suas plataformas de trabalho.
Agenda 66	07/10/86	Cerca de 150 pessoas, entre servidores e alunos, superlotam a Sala de Projeções I para assistir ao Debate entre os 06 candidatos a Diretor, promovido pela ASETFRN. O grêmio Djalma Maranhão realiza pesquisa de opinião que dá o primeiro lugar ao candidato Carlos Nazareno. O professor Marcondes Mundim envia carta à ASETFRN e ao Grêmio, propondo debater com os candidatos.
Agenda 67	09/10/86	O CTC aprova o restabelecimento do voto paritário para as eleições do dia 30/10/86.
Agenda 68	13/10/86	A Direção envia carta aos jornais “A República” e “Diário de Natal” prestando esclarecimentos sobre “possíveis irregularidades” publicadas com destaque na imprensa

⁷⁴ Inclusive, não encontramos materialidade desse documento no Arquivo Geral do IFRN e, durante as entrevistas com os ex-gestores, eles desconheciam sobre essa “Carta de Princípios”.

		local. A profª. Selma Pereira, representante da Secretaria de Educação no CTC é eleita Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Sucessório da Escola, em substituição ao Prof. Josué Gonçalves.
Agenda 71	23/10/86	ASETFRN realiza pesquisa de opinião com toda a comunidade escolar, cujo resultado viria a ser, posteriormente, confirmado nas urnas: Luzia de França, 1º lugar. Durante 3 horas, 6 candidatos a Diretor participaram do debate promovido pelo Grêmio.
Agendas 72 e 73	30/10/86 e 03/11/86	Essas duas Agendas, em suas edições especiais, retrataram com riqueza de detalhes e total imparcialidade nas informações, todo processo sucessório da Escola. A professora Luzia Vieira de França se elege à Diretora da ETEFRN.
Agenda 74	07/11/86	O candidato José Gilson envia carta à Diretora comunicando seu pedido de dispensa da função de confiança de Assessor, após 31 de dezembro. O candidato Carlos Nazareno divulga carta à comunidade eterniana agradecendo o apoio que recebeu durante a campanha.

Fonte: Elaboração própria

Em maio de 1986, a Associação dos Servidores da ETEFRN (ASETFRN) realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para discutir a escolha do próximo diretor. Além disso, formou uma comissão para estabelecer as normas das eleições para diretor e distribuiu o anteprojeto com as normas para o processo de consulta direta à comunidade. Em agosto de 1986, o Conselho Técnico Consultivo (CTC) assume a coordenação do processo de consulta à comunidade para a elaboração da lista tríplice. A ASETFRN e os alunos discutem o anteprojeto das normas da sucessão. É definida em assembleia a comissão coordenadora do processo sucessório da escola. Essa comissão publica as normas da sucessão à direção. São realizadas eleições para o preenchimento de 5 representações. O professor Lailson de Almeida renunciou à sucessão, e seis candidatos se registraram oficialmente: Carlos Nazareno, Jairo Fabrício, José Gilson de Oliveira, Luzia de França (que ocupava o cargo de Diretora), Alcir Veras e Pedro Bandeira.

A Associação dos Servidores solicitou o restabelecimento da paridade de voto ao CTC, o qual aprovou a solicitação. Em outubro de 1986, ocorreu o primeiro debate entre os candidatos; em outro momento, os candidatos também participaram do segundo debate promovido pelo Grêmio.

As edições especiais das Agendas ETFRN retratam com detalhes e imparcialidade todo o processo sucessório da escola. Finalmente, a professora Luzia Vieira de França é eleita diretora da ETFRN. Ao término das eleições, o então candidato José Gilson pede dispensa da função de assessor, e o candidato Carlos Nazareno divulga uma carta agradecendo o apoio recebido durante a campanha.

Na notícia consultada no Diário de Natal (1985, Edição 00175 [2]), esse processo sucessório nos parece ser narrado com outra intencionalidade por parte da comunidade interna. Dito isso, o jornal cita que a atual diretora e também presidente do Conselho Técnico Consultivo, Luzia Vieira de França, declarava ser um momento de transição em todos os segmentos da sociedade e achou “por bem mudar” a forma de eleger seu diretor.

Quanto a esses ruídos comunicativos, para esclarecimentos, a Direção envia uma carta aos jornais locais para esclarecer possíveis irregularidades publicadas (Agenda ETFRN, Nº68, 13/10/1986).

Anteriormente, o pleito era feito através da portaria nº 715 do MEC, que delegava ao Conselho Técnico a competência para a formação da lista tríplice. A portaria, conforme a entrevista dada pela professora Luzia ao jornal Diário de Natal, ainda estava em vigor, porém a comunidade passaria a ser consultada na escolha dos nomes (Diário de Natal, 1985, Edição 00175 [2]).

O processo das eleições diretas havia começado com a iniciativa da Associação dos Servidores da Escola. A comissão era composta por servidores administrativos, docentes e alunos que elaboraram um anteprojeto que deveria nortear as regras da eleição. Esse documento, depois de analisado em assembleia, foi encaminhado ao Conselho Técnico para aprovação.

No Conselho, consideraram que não deveriam dividir os funcionários em docentes e servidores, dessa forma optaram por retirar a paridade dos votos entre os dois segmentos, incluindo no documento os dois terços mais um terço dos estudantes (Diário de Natal, 1985, Edição 00175 [2]).

Conforme o periódico, a Professora Luzia afirmava que houve desaprovação por parte do administrativo, pois os servidores alegaram que passariam a ter peso menor no pleito; e assim, consideravam continuar no voto paritário. A professora também afirmou que os funcionários têm direito a uma exposição dos motivos pelo Conselho Técnico para rediscutir o assunto. Ela esclareceu que nas mudanças não haviam segundas intenções nem golpes do Conselho quando as regras foram modificadas. E que considerava normal as pessoas

questionarem mais sobre os acontecimentos que estavam adormecidos⁷⁵ há anos. A professora Luzia era candidata à diretoria:

Figura 41 - Denunciado "casuísmo" na sucessão da ETFRN

A sucessão na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte já começa a provocar descontentamentos num dos segmentos da Instituição. O problema surgiu quando o Conselho Técnico Consultivo modificou uma das normas do processo sucessório fazendo com que tocassem de perto os funcionários que deixaram de ter voto paritário - um terço - para formar uma só categoria com os professores. Isso irritou os servidores, que são minoria - 136 em relação aos docentes - 229.

Como o momento é de transição em todos os segmentos da sociedade, a ETFRN, segundo sua atual diretora e presidente do Conselho Técnico Consultivo, Luzia Vieira de França, achou por bem mudar a forma de eleger o seu diretor. Até então, o pleito era feito através da portaria de nº 715 do MEC que delega ao Conselho Técnico a competência para a formação da lista triplíce. A portaria, de acordo com Luiza, ainda está em vigor, mas a comunidade que ser consultada, na escolha dos nomes.

O processo das eleições diretas começou com a iniciativa da Associação dos Servidores da Escola. Ela designa uma comissão composta de servidores administrativos, docentes e alunos que elaborou um anteprojeto que deveria nortear as regras da eleição. Esse documento, depois de analisado em assembléia, foi encaminhado ao Conselho Técnico para aprovação. Este, por achar que não deveria dividir os funcionários em docentes e servidores, optou por retirar a paridade dos votos entre os dois segmentos, incluindo no documento os dois terços mais um terço dos estudantes.

"Houve desaprovação do lado administrativo", disse Luzia, observando que os servidores alegam que passam a ter peso menor no pleito. "Eles querem que continue o voto paritário", confirma. E para que isso venha a se tornar viável, Luzia esclarece que os funcionários têm direito a uma exposição dos motivos pelo Conselho Técnico para rediscutir o assunto.

Segundo Luzia, que também é candidata à diretoria, cuja eleição será realizada no dia 30 de outubro próximo, não houve segunda intenções nem golpes do Conselho quando modificou a regra. Para ela, é a primeira vez que um movimento desse tipo surge na Escola e é normal que as pessoas se articulem chegando a questionar mais sobre acontecimentos que estavam adormecidos há anos.

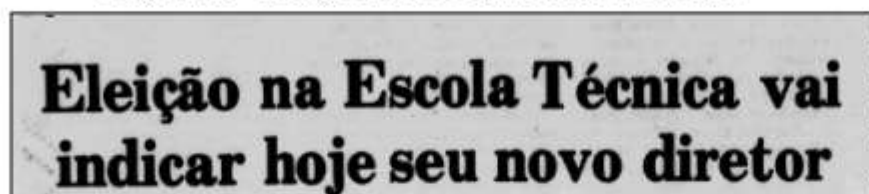
Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal. Edição 00175 (2). 1985.

No dia 30 de outubro de 1986, os segmentos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte escolheriam, por meio do voto, os nomes que integrariam a lista triplíce a ser encaminhada ao Ministério da Educação no início do ano seguinte, em 1987. Essa indicação apontaria o novo diretor da Escola, para uma gestão de quatro anos, a partir de maio de 1987 (Diário de Natal, 1986, Edição 00209 [3]).

⁷⁵ Lembremos que essa questão de "adormecimento" citado na notícia podemos referir sobre a construção democrática que a sociedade estava passando após o período do regime militar, no processo de democratização na esfera social, política e educacional.

Para a votação, deveriam participar 132 servidores, 227 professores, 3 mil alunos e cerca de 300 estagiários. Na reportagem, é exposto que “seja qual for o escolhido, encontrará uma escola mais aberta, ao contrário do ar sisudo daquele estabelecimento de 77 anos de existência”, demonstrando as mudanças que já aconteciam na Instituição:

Figura 42 - Eleição para escolha da nova direção



Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal. Edição 00209 (3). 1986

No título da notícia, percebemos novamente o uso do gênero masculino, ignorando a candidata mulher, Luzia Vieira, o que nos leva a perceber o sexismo existente na mídia local e também a predominância masculina na liderança da gestão escolar.

Sérgio França, professor e presidente do Conselho Consultivo de Professores da ETFRN, no ano 1986, promoveu uma apresentação dos membros das três chapas que concorriam para uma vaga de representante dos professores junto ao Conselho Técnico Consultivo.

Para o professor Sérgio França, essa remodelação se trata de uma grande abertura dentro da própria ETFRN e que a Escola ainda não estava adaptada aos *novos tempos*. A escolha do representante dos professores, junto ao Conselho Técnico Consultivo - *majoritariamente masculino* - conforme a Figura abaixo, era vista como uma decisão de grande importância, uma vez que o Conselho era responsável pela elaboração do Plano de Ação da escola, além da decisão sobre o diretor, a modificação da estrutura, a criação de cursos e outras questões (Diário de Natal, 1986, Edição 00052[2]):

Figura 43 - Conselho Consultivo na escolha dos representantes

Fonte: Hemeroteca Digital. Diário de Natal, 1986, Edição 00052[2]

Apesar do mandato da então diretora da ETFRN, professora Luzia Vieira de França, só terminaria em maio do ano seguinte (na ocasião, em 1987), o processo sucessório já tinha sido iniciado. Seria pela primeira vez que ocorreria a escolha de modo direto do representante dos professores. Havia também a possibilidade de escolher por via direta o próximo diretor. Mas, até que essa mudança acontecesse, o processo de indicação ainda era por lista tríplice (Diário de Natal, 1986, Edição 00052[2]).

Após 77 anos de criação, a ETFRN abria as portas para o processo de escolha direta de seus dirigentes. No dia 07 de outubro de 1986, era noticiado que faltavam um pouco mais de vinte dias para as eleições. Já tinham ocorrido a realização de duas prévias e de um debate entre os candidatos - os três mil alunos, 130 funcionários e 229 professores da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte ainda não sabiam exatamente em quem votariam no dia 30 de outubro de 1986 (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

Folders, cartazes, faixas, bottons, adesivos, esse era o cenário da ETFRN. A movimentação da campanha tinha alterado a feição sisuda da Escola, adquirida durante anos. As eleições eram o tema das conversas nos corredores, nas salas de aula, nas assembléias, nos debates e reuniões, segundo o Jornal (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

As eleições diretas nessas instituições representavam um avanço na estrutura política e administrativa desses órgãos, onde os dirigentes eram escolhidos por um grupo de pessoas e, posteriormente, nomeados pelo ministro da Educação (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

Criados em 1981 através da portaria do ex-ministro de educação, Rubem Ludwig, os Conselhos Técnicos Consultivos, formados por representantes de professores, técnicos de

nível médio, pais, colégios particulares, instituições de nível superior, Secretaria de Educação e presididos pelo diretor da instituição, tinha a incumbência de elaborar a lista tríplice para diretor, devendo esta escolha recair entre professores, especialistas em educação e técnicos de nível superior (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

Porém, naquele ano de 1986, seria diferente. Das 20 Escolas Técnicas, com exceção das Escolas Técnicas do Maranhão e Piauí, estavam sendo feitas consultas à comunidade escolar, incluindo a Escola Técnica do Rio Grande do Norte.

Professores, funcionários e alunos elaboraram e aprovaram em assembleia normas para a eleição, encaminhadas ao Conselho Técnico Consultivo (CTC), que designou uma comissão que coordenaria o processo sucessório da Escola e era composto de um representante dos alunos, um representante dos funcionários e um dos professores e dois membros do CTC (sendo um representante da UFRN e presidente da Comissão; e, um representante dos colégios particulares) (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

O jornal destaca ainda que nem todas as decisões da Assembleia vinham sendo acatadas pelo Conselho (sendo este quem decidia por direito as normas das eleições), principalmente no tocante à natureza do voto paritário, ou seja, um terço por categoria. No caso, ficariam dois terços para o segmento professor/funcionário e um terço para os alunos. Essas mudanças acarretaram vários abaixo-assinados e diversas reuniões sobre o assunto (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

Após desenvolver como cada candidato estava organizando sua campanha, uns com mais publicidade do que outros, destacamos como o jornal descreve a trajetória da Professora Luzia Vieira de França:

Ocupando a incômoda posição de Diretora e candidata a um só tempo, a professora Luzia de França - que, na verdade, apenas completa o mandato de Marcondes Mundim - pode vir a pagar um ônus que não lhe pertence. O fato de ter pertencido à administração de Marcondes Mundim e de ter sido por ele escolhida para completar sua gestão, da qual participaram todos os outros candidatos, à exceção de Pedro Bandeira, levou à condição de "candidata do continuismo". O relacionamento entre ambos, no entanto, começou a se deteriorar pouco tempo depois da ida de Marcondes para Brasília. Hoje conhecida a posição de Mundim no processo, o relacionamento entre ambos é distante⁷⁶

Fonte: DIÁRIO DE NATAL, 1986, Edição 00189 (1), p.12.

⁷⁶ O professor Marcondes Mundim, que deixou a direção da ETFRN em 1985 e convocou a Professora Luzia Vieira para substituí-lo, pois assumia o cargo de Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Presidência da República, apoiava o candidato Gilson Oliveira, o qual aparentava boa ascensão junto aos alunos e principalmente por parte dos funcionários (Diário de Natal, 1986, Edição 00207 [4]).

Ainda segundo o jornal, a então diretora e candidata à direção, a professora Luzia tinha um programa de trabalho que defendia o estudante que o assegurava a um novo sistema de obtenção de estágios. Porém, a professora enfrentava a condição de ser Diretora da Escola e de ter que arcar com as decisões finais na Instituição, sejam elas do agrado de todos ou não. Dissociar a Diretora da Candidata e o desejo de vivenciar mudanças é uma tarefa difícil para alunos e para a candidatura (Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12).

Conforme vinha sendo anunciado, o processo sucessório na ETFRN chegava na reta final com algumas denúncias e acirramento dos ânimos⁷⁷. A eleição aconteceria no dia 30 de outubro de 1986 e escolheria o novo diretor da ETFRN, assim, concretizando a eleição direta, pela primeira vez em 77 anos de existência (Diário de Natal, 1986, Edição 00207 [4]). A Figura 38 traz os debates ocorridos entre os candidatos, com a participação dos estudantes e demais segmentos votantes:

Figura 44 - Debate entre os candidatos⁷⁸ à Diretoria da ETFRN promovido pela ASETFRN e pelo Grêmio Estudantil Djalma Maranhão.
Locais: Sala de Projeções I e campo de futebol



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

O candidato mais votado nas prévias de pesquisa, o professor de Edificações e Saneamento, Carlos Nazareno Pereira da Costa, havia denunciado que o secretário de Pessoal Civil do Ministério da Administração, o professor Marcondes Mundim Guimarães, estava telefonando e remetendo cartas a servidores, pressionando-os a um posicionamento (Diário

⁷⁷ Durante as entrevistas que realizamos com os ex-gestores desse período, afirmaram que o processo sucessório foi tranquilo, apesar de ser um formato novo para toda a comunidade escolar.

⁷⁸ Na foto, seguem os personagens que aparecem: os professores Jairo Fabrício Alves, Pedro Bandeira de Moura, Alcir Veras, Luzia Vieira de França, Carlos Nazareno e alunos.

de Natal, 1986, Edição 00207 [4]). Inclusive, esse fato é relatado pela Professora Luzia durante a entrevista concedida à pesquisa.

De acordo com o jornal consultado, o Diário de Natal (1986, Edição 00207 [4]) indicava na notícia que o professor Marcondes Mundim, apesar de ocupar um cargo no Ministério da Administração, continuava como diretor da escola, uma vez que a professora Luzia de França era sua substituta no cargo e já fazia parte da equipe gestora. Outros questionamentos ocorreram, era o fato de que os votos dos funcionários valeriam mais do que dos professores. Pelo fato de o voto ter ficado de modo paritário, cabendo um terço para professores, alunos e funcionários. Logo, eram 220 professores, 130 funcionários e três mil alunos, quando se dividia o universo de professores pelo de funcionários - e, como esses fossem em número menor - acabavam tendo menor peso. Ou seja, um voto de um funcionário vale 24 de alunos; um professor vale 16 alunos; e um funcionário, 1,7 professores (Diário de Natal, 1986, Edição 00207 [4]).

Na intenção de ampliar as perspectivas de materiais sobre o processo sucessório, além de conferir as informações no jornal *Diário de Natal*, também consultamos outro periódico local. Portanto, com a manchete “Menos dois na corrida pela ETFRN”, o Jornal O Poti (1986), Edição 00039 (1), página 12, do dia 26 de outubro de 1986 (domingo), informava que Pedro Bandeira e Alcir discordavam do processo sucessório, por isso retiraram suas candidaturas e não apoiaram ninguém.

Segundo os candidatos desistentes, o rumo das agressões pessoais, manipulação do voto, troca de favores para atender interesses pessoais e não os da instituição de ensino, fizeram eles renunciarem das candidaturas para cargo de diretor da ETFRN. Além disso, eles afirmaram que não iriam fazer coligação com ninguém, pois discordavam das práticas adotadas na campanha.

Em declaração aberta à comunidade etferniana, Pedro Bandeira tinha exposto que as campanhas eleitorais estavam contribuindo para a instabilidade educativa da Escola; já Alcir Veras disse que a campanha estava desvirtuando os objetivos educacionais. Além disso, afirmava não manipular ninguém e também não fazia promessas demagógicas, como aumento ou promoção salarial, nem loteava cargos da Escola para obter apoio (O Poti, 1986, Edição 00039 (1), p.12).

Finalmente, no dia 30 de outubro de 1986, aconteceram as eleições diretas para Direção. Registro desse momento tão importante nesse processo de redemocratização:

Figura 45 - Votação para escolha do Diretor da ETFRN

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Em uma pequena nota informativa, no jornal *Diário de Natal* (1987, Edição 00024 [1]), no dia 05 de fevereiro de 1987, era comunicada a nomeação da professora Luzia Vieira de França para cumprir mandato de quatro anos como Diretora da Escola Técnica Federal, eleita por voto direto:

Figura 46 -Nomeada

A professora Luzia Vieira de França comunicando sua nomeação para cumprir mandato de quatro anos como Diretora da Escola Técnica Federal, eleita que foi em eleição direta.

Fonte: Hemeroteca Digital. *Diário de Natal*, 1987, Edição 00024 (1), p.4.

Aqui se confirma a persistência do viés contra as mulheres em cargos de direção. A nota não apenas relata a nomeação de uma diretora, mas enfatiza que é a própria diretora quem solicita ao jornal a publicação da notícia, quase insinuando que o jornal não teria interesse por si só nessa questão. Outro aspecto relevante, que pode estar relacionado a essa nota desfavorável, é o fato de ter ocorrido uma eleição direta e parece-nos que o jornal menciona isso com relutância. Tanto é que o título da nota não é "Eleita", mas "Nomeada", sugerindo que ela foi tratada da mesma forma que os nomeados, assim como eram indicados anteriormente. Isso sugere também o papel que exercia (e ainda exerce) a grande imprensa no país, frequentemente conivente com regimes autoritários. Sem mencionar que as notas anteriores, acerca do processo eleitoral, eram mais abrangentes.

Observamos que a micro-história é atenta aos conflitos, sendo reveladores de tensões cotidianas e dos jogos de poder. As ramificações dos micropoderes, mediante sua organização dos tempos e dos espaços, resultam em consentimento ou resistência. Ela se ocupa não somente de repressão, mas de produção de comportamentos, segundo Perrot (2005).

Portanto, ao consultar os acontecimentos sobre a sucessão ao maior cargo de gestão da ETFRN, conferimos diversas situações de micropoderes. Nossa intenção não é julgar como foi a história desses fatos, mas reacender as questões de disputa e de gênero envolvidos. Confirmamos em Perrot (2005) que as mulheres são moldadas de acordo com as esferas em que são inseridas, adaptando-se constantemente aos seus princípios e práticas, em uma sociedade predominantemente dominada pelo poder masculino. Mesmo diante dessas circunstâncias, as mulheres exercem o poder que lhes é possível.

No circular informativo, o qual passou a ser chamado de “Agenda ETFRN⁷⁹”, do dia 30 de janeiro de 1987, se anunciava que a Professora Luzia Vieira de França era a nova Diretora da ETFRN.

O Diário Oficial da União, no dia 28 de janeiro de 1987 (Seção II, página 414⁸⁰), publicou o Decreto Presidencial designando-a para exercer pelo prazo de 04 anos a função de confiança de Diretora da ETFRN. Naquele momento, a Professora Luzia era a vigésima primeira a assumir esse cargo, a primeira mulher a dirigir a Escola Técnica e, também a primeira diretora eleita através do voto direto nos 77 anos de existência da Instituição:

Figura 47 - Nº 96 - 30 de janeiro de 1987

A professora Luzia Vieira de França é a nova Diretora da ETFRN. O Diário Oficial da União, em sua edição do dia 28, publicou Decreto Presidencial designando a profa. Luzia de França para exercer, pelo prazo de 04 anos, a contar dessa data, a função de confiança de Diretora da Escola Técnica Federal do RN.

Vigésimo Diretor da ETFRN, o prof. Marcondes Mundim Guimarães foi nomeado pelo então presidente João Figueiredo, em 23 de maio de 1979. Em 14 de abril de 83 foi reconduzido à função, tendo sido posteriormente designado para assumir o cargo de confiança de Secretário de Pessoal Civil do Ministério da Administração.

Ocupando interinamente a Direção da Escola desde abril de 85 - a profa. Luzia de França - que ingressou na ETFRN em 1970 como professora de Ciências e Biologia, torna-se, assim, a primeira mulher a dirigir a Escola Técnica e, também, a primeira a dirigi-la através do voto direto nos 77 anos de existência da Instituição.

⁷⁹ Thelma Maria Franco Rabelo era a Coordenadora de Comunicação Social, de acordo com a estrutura descrita na Agenda ETFRN, nº 109, 13 de abril de 1987.

⁸⁰ Informações da ficha funcional da Professora Luzia.

Com base em todo o processo sucessório descrito, que ocorreu de maneira democrática e com consulta à comunidade Etferniã, chegamos ao resultado desta eleição, que marca a primeira eleição na história da Escola. Esse processo representa algo completamente novo para a instituição. Alcançar o mais alto cargo institucional é uma forma de adquirir esse poder. E, para compreendê-lo, nos apoiamos nos conceitos foucaultianos. Para isso, Judith Revel (2005), estudiosa dos conceitos de Foucault, relata que o teórico nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de *relações de poder* que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos.

Foucault (1979, p.4) conceitua o poder como "um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidal, mais ou menos coordenado". Para analisar o conceito de poder, é necessário confirmar alguns pontos: 1) o sistema de diferenciações que permite influenciar a ação dos outros (*o próprio jogo discursivo narrado nos periódicos locais e nos informativos internos mencionados pode atuar nesse aspecto*); 2) o objetivo dessa influência sobre a ação dos outros; 3) as modalidades instrumentais do poder (*no nosso caso, o processo eleitoral*); 4) as formas de institucionalização do poder (*a posse do cargo de Diretora*); 5) o grau de racionalização, evidenciado por indicadores que demonstram a eficácia dos instrumentos (*os resultados educacionais e a expansão das estruturas físicas da instituição*).

O acontecimento dessas eleições funcionou como a mudança de poder oficial que estava ligada a esse processo, mas "através de decalagens, ou seja, trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com uma certa coerência, desta modificação dos pequenos exercícios do poder" (Foucault, p.74, 1979)

Além disso, consideramos que, a Lei orgânica do ensino industrial em 1942, a qual apontava uma possível educação profissional para as mulheres (*mesmo que isso fosse para incluir disciplina de economia doméstica aos cursos*); adequação dos espaços para receber as alunas; o regime de intercomplementaridade para que se pudesse efetivar o ensino profissionalizante obrigatório do 2º grau. Com isso, alunas de outras escolas assistiam as disciplinas técnicas na ETFRN; o ingresso das mulheres em 1975, compreendemos que essas reformas resultaram em mudanças nas relações entre os gêneros e acesso à educação profissional. Esses fatos permitiram fazer circular os efeitos de poder, de forma ao mesmo

tempo contínua, ininterrupta, adaptada e individualizada em todo o corpo social (Foucault, 1979).

Quanto às questões contextuais na eleição da Professora Luzia, traçamos algumas reflexões sobre poder e micropoder. No primeiro mandato, a Professora substituiu o Professor Marcondes, tornando-se herdeira de um macropoder ditatorial. Logo, ao assumir a gestão por indicação, se encontra em uma situação de micropoder (*por ser uma diretora interina, exercendo funções provisoriamente durante o afastamento do Diretor Marcondes*) e macropoder (*em relação à comunidade escolar, sendo vista como a Diretora*). Por um lado, temos o estabelecimento de eleições diretas para a escolha da direção (*uma ação de abertura coerente com o contexto político da época*); por outro lado, temos a possibilidade do uso de seu macropoder como Diretora para sua projeção. São conflitos que transparecem nas notícias citadas.

Dando continuidade aos documentos, abaixo, segue o convite para posse da Professora Luzia eleita Diretora. O evento aconteceu no dia 14 de maio de 1987, às 19h, na Delegacia do MEC. A solenidade teve a participação da Secretária da SESG (Secretaria de Ensino de Segundo Grau), prof^a. Zeli Isabel Roesler e o Secretário de Recursos Humanos da SEDAP (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca), prof^o. Marcondes Mundim Guimarães, dentre outros:

Figura 48 - Convite para posse da Professora Luzia (1987)

A prof^a. Luzia de França - eleita Diretora na votação de outubro do ano passado - tomará posse nesta 5a. feira, dia 14, às 19h, na Delegacia do MEC. Participarão da solenidade a Secretária da SESG, prof^a. Zeli Isabel Roesler e o Secretário de Recursos Humanos da SEDAP, prof. Marcondes Mundim Guimarães, dentre outros.
No dia seguinte, a Secretária visitará a ETFRN.
Todos estão convidados.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.
Agenda ETFRN, nº 115, 13 de maio de 1987

Na Agenda ETFRN, nº116, do dia 15 de maio de 1987, a notícia toma destaque na primeira página, ocupando-a inteiramente. Diferentemente do pequeno formato das notícias anteriores, essa foi uma das mais detalhadas.

Inicialmente, o Delegado do MEC, Prof^o. Rossini Veras, abriu a solenidade, passando a fala à Prof^a. Zeli Isabel Poesler, Secretária de Ensino de 2º grau do MEC, a qual fez a leitura do termo de posse da professora Luzia. Em seguida, o professor Marcondes, Diretor da

ETFRN ficou à disposição da Secretaria de Administração, onde ocupava o cargo de Secretário de Recursos Humanos (Agenda ETFRN, nº 116, 15 de maio de 1987).

Após a fala do professor Marcondes, a Diretora recém-empossada, num discurso “breve, porém significativo”, dirigiu-se aos convidados. Citou, de forma retrospectiva, a obra dos Diretores que vinham fazendo história da ETFRN. Foram lembrados os nomes de Luiz Carlos Abbott Galvão, Pedro Pinheiro, Irineu Martins, Pedro Martins, João Faustino, Luciano Coelho e, mais recentemente, Arnaldo Arsênio de Azevedo e Marcondes Mundim Guimarães (Agenda ETFRN, nº 116, 15 de maio de 1987).

No seu discurso, a Professora Luzia enalteceu o empenho da Secretaria da SESG pelas condições necessárias para o crescimento da Escola Técnica. Comentou sobre as principais metas de sua gestão, incluindo renovação e aperfeiçoamento da estrutura pedagógica; racionalização das atividades administrativas, otimização dos mecanismos de comunicação, melhoria dos ambientes de trabalho e, finalmente, o aperfeiçoamento democrático da instituição, “a fim de que a transparência de todos os atos atestem, com firmeza, a co-participação de todos os segmentos nela envolvidos, professores, servidores, alunos e a certeza do acerto”. Na conclusão, a professora Luzia assumiu “diante de todos, o compromisso, não de realizar o melhor que existe, mas de fazer o melhor que puder” (Agenda ETFRN, nº 116, 15 de maio de 1987).

A solenidade ainda contou com a presença do Subsecretário do Ensino Técnico, Maurício Pinho Gama; do Reitor da UFRN, Daladier da Cunha Lima; do Secretário de Educação do Município, Luiz Eduardo Carneiro Costa; da Vice-Presidente da ANDEF (Associação Nacional para o Desporto e Educação Física), Carminha Santos, além de Diretores das Escolas Agrotécnicas de Ceará-Mirim e Currais Novos:

Figura 49 - Diretora toma posse

A profa. Luzia Vieira de França tomou posse ontem à noite, no cargo de Diretora da ETFRN - função que já vinha ocupando desde o resultado das eleições do ano passado, quando seu nome encabeçou a lista tríplice encaminhada ao MEC.

A cerimônia teve início às 19h, na DEMEC - órgão que representa o MEC nas esferas municipal, estadual e federal.

Inicialmente, o Delegado do MEC, prof. Rossini Veras, abriu a solenidade, passando a direção dos trabalhos a profa. Zeli Isabel Roesler, Secretária de Ensino de 2º Grau do MEC, que fez a leitura do termo de posse da profa. Luzia. Em seguida, a Secretária dirigiu-se aos presentes e passou a palavra ao prof. Marcondes Mundim Guimarães, Diretor da ETFRN à disposição da Secretaria de Administração, onde ocupa o cargo de Secretário de Recursos Humanos.

Após o discurso do prof. Marcondes, a Diretora recém-empossada, em discurso breve, porém significativo, dirigiu-se aos convidados. Após um ligeiro retrospecto da obra dos Diretores que vem fazendo a história da ETFRN, onde foram citados com gratidão os nomes de Luiz Carlos Abbott Galvão, Pedro Pinheiro, Irineu Martins, Pedro Martins, João Faustino, Luciano Coelho e, mais recentemente, Arnaldo Arsênio de Azevedo e Marcondes Mundim Guimarães - a profa. Luzia enalteceu o empenho da Secretária da SESA que "tem dado às ETF's as condições necessárias ao seu crescimento, passando-nos a confiança inabalável na chegada de dias melhores para a educação."

Continuando, a Diretora citou as principais metas de sua gestão, incluindo renovação e aperfeiçoamento da estrutura pedagógica, racionalização das atividades de trabalho e, finalmente, o aperfeiçoamento democrático da instituição, "a fim de que a transparência de todos os atos atestem, com firmeza, a co-participação de todos os segmentos nela envolvidos, professores, servidores, alunos e a certeza do acerto, pois o dirigente que ouve, que ausculta e que divide responsabilidades com seus dirigentes realiza no tempo, o necessário ao momento histórico e constrói, com todos, o futuro que há de vir".

Invocando a grandeza dos santos - "para me ensinar a humildade" - a sabedoria dos grandes homens - "para me fazer agir com justiça" - o instinto das mães - "para saber defender a minha comunidade" - e o vôo da gaivota - "para me propiciar o desejo de, subindo cada vez mais alto, realizar acima do que me proponho".

E concluiu: "Assumo, diante de todos, o compromisso, não de realizar o melhor que existe, mas de fazer o melhor que puder".

A solenidade ainda contou com as presenças da Secretária de Ensino de 2º Grau Zeli Roesler; do Subsecretário do Ensino Técnico, Maurício Pinho Gama; do Secretário de Recursos Humanos da SEDAP e ex-diretor da ETFRN, Marcondes Mundim Guimarães; do Delegado do MEC, Rossini Veras; do Reitor da UFRN, Daladier da Cunha Lima; do Secretário de Educação do Município, Luiz Eduardo Carneiro Costa; da Vice-Presidente da ANDEF, Carminha Santos, além de Diretores das Escolas Agrotécnicas de Ceará-Mirim e Currais Novos.

Luzia Vieira de França, 50, ingressou na ETFRN em 1970, como professora de Ciências e Biologia, função que exerceu até meados de 76. Em seguida assumiu por 3 anos a Coordenadoria de Supervisão Pedagógica na gestão do então Diretor, Arnaldo Arsênio de Azevedo. Durante 5 anos, foi Chefe do Departamento de Ensino, na gestão do prof. Marcondes Mundim, por quem foi posteriormente indicado para assumir o cargo de Diretora da Escola, em virtude do afastamento de seu titular para Brasília, a fim de ocupar cargo de confiança no Ministério da Administração.

Nascida em Pau dos Ferros/RN, Luzia Vieira de França - graduada em Odontologia, licenciada em Biologia pela UFRN - torna-se assim, a 21a. Diretora e a 1a. mulher a dirigir esta casa de ensino.

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*. Agenda ETFRN, nº 116, 15 de maio de 1987.

No final da notícia, aparece uma breve biografia da Professora Luzia. Proveniente do município de Pau dos Ferros que "se apaixonou pela educação e a ela dedicou sua vida profissional". Única mulher a ocupar o cargo de dirigente máximo na história dessa

instituição até a finalização desta pesquisa, a profa. Luzia foi eleita diretora da ETFRN em 1987, mesmo ano em que ocorreram as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor da instituição. Sua gestão foi marcada pelas transformações decorrentes da transição de um período de ditadura militar para a instalação da democracia no país (IFRN, 2022).

Concordamos com Kossoy (p. 47, 2012) que toda e qualquer fotografia, “além de ser um resíduo do passado, é também um testemunho visual”. As fotografias permitem a perpetuação da imagem institucional assim como a própria imagem de quem estava à frente da Direção. Retornar às fotografias é uma forma de recuperar a trajetória e o progresso que a ETFRN teve, principalmente no recorte aqui tratado sobre a inserção feminina no espaço educacional e de gestão. Em seguida, registros da posse da Diretora Luzia Vieira:

Figura 50 - Posse da Diretora Luzia Vieira de França, em 13 de maio de 1987



Fonte: Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal-Central*.

Acessamos, a partir da fotografia, o ritual de posse, de gestão, simbolicamente, de poder. Foucault (1999) explica que o ritual define a qualificação dos indivíduos que falam (pois, no jogo do diálogo, eles ocupam determinada posição de poder).

Notamos que a ordem do discurso está na cerimônia, a organização das pessoas no espaço, o gesto da assinatura, a roupa sóbria e arrumada, a contenção dos gestos dos

presentes, indicando um rito. Todos esses elementos são constituintes desse discurso solene da posse. Os homens estão em pose contida e respeitosa, cabeça baixa, braços fechados na frente do corpo, seriedade, em atitude cerimoniosa. Enquanto isso, a Prof^a. Luzia sorri ao assinar a posse e a mulher ao lado também sorri.

O ritual define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. A eficácia das palavras, qual efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, as aparições fixam a ordem do discurso, que selecionam os sujeitos que falam (Foucault, 1999). O discurso foucaultiano é definido como aquele que está na ordem das leis: que cuida de sua aparição; que lhe foi preparado num lugar que o honra; e que, se lhe ocorre pelo fato de se ter algum poder.

É importante também observar que essa questão da dominação masculina - como princípio organizador do pensamento, da sociedade e da história - é o que causa problema. Perrot (2005) afirma que, quando olhamos para nossa história, vemos apenas a dominação masculina. Pois, se o pensamento é dominado pelos homens, então as mulheres não podem pensar em sua própria opressão nem mesmo escrever sua história (Perrot, 2005).

Quando analisamos as fotos, percebemos que o espaço era ocupado por homens e poucas mulheres estavam presentes na condição de liderança. A possibilidade de inversão, aos poucos, começa a acontecer quando a Escola teve a gestão feminina e a professora Luzia Vieira passou a protagonizar ações de fala e de tomadas de decisões.

Sendo a Professora Luzia a única mulher Diretora Geral da ETFRN e, depois dela, nunca houve uma mulher a ocupar o cargo máximo de Reitora. Frisamos a ideia de “possibilidade” de inversão remota, pois até hoje, há mais homens que mulheres como servidores da Instituição. Há áreas em que a maioria dos homens é indiscutível e, mesmo quando há mulheres, elas não ocupam o mesmo grau de ascensão. Os cargos de gestão mais elevados continuam sendo ocupados majoritariamente por homens. As mulheres ficam com os cargos de apoio à gestão e isso já ocorria na época, inclusive a própria Professora Luzia quando ocupou cargo de apoio à gestão antes de ser Diretora. Hoje, a quantidade de servidores é maior, porém a ascensão não ocorre de forma proporcional.

É comum na nossa sociedade percebermos certa naturalização na hierarquia das posições de gestão, com a ideia de que “isto compete ao homem e aquilo à mulher”. Muitas vezes, fazer parte da gestão é tentar vivenciar diversas situações para conciliar o trabalho da gestão e o trabalho doméstico não-remunerado (Santana, 2021, p.14).

Sem falarmos nas situações que apontam discriminações, estereótipos, rotulações e boicotes, falas de desqualificação do trabalho exercido pelas mulheres na gestão. Isso se deve

ao julgamento se elas estão de fato bem preparadas para o cargo, se cumprem *todos* os requisitos para a ocupação do posto de serviço ou cargo, somado com a preparação emocional, se caso demonstram equilíbrio, maturidade, autoridade técnica e conhecimento em gestão (Santana, 2021).

Dessa maneira, há um desafio constante: provar a capacidade para ocupar um cargo de gestão é um exercício cotidiano. As mulheres, ao exercerem uma posição executiva, seguem o modelo tradicional, baseado nos padrões socialmente aceitos do comportamento masculino (Santana, 2021). Inclusive, a Professora Luzia teria adotado, então, um padrão mais masculino, como indicado pelas vestimentas recorrentes, que podem ser observadas nas fotografias: roupas mais formais, blazer, cabelos curtos e postura mais contida. Essa mesma percepção é corroborada pelas falas dos entrevistados.

Temos a fotografia da Professora Luzia, no registro do ato de fala, durante a formatura de Cursos, no segundo semestre de 1986. No momento da cerimônia, todos estão sentados, ela ao microfone, discursando. Perrot (2005) questiona as razões por trás do desejo de expressão pública e a motivação para dirigir-se aos outros, refletindo sobre os impulsos que levam as mulheres à busca pela palavra em espaços públicos.

Concordamos com essa reflexão sobre o uso da palavra pública ser um símbolo de poder e uma forma de acesso à esfera pública, da qual as mulheres são excluídas. Portanto, “apropriar-se do discurso é uma maneira de dominá-lo, apropriar-se do mundo”:

Figura 51 - Conclusão de Cursos 1986.2



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Na fotografia, estavam presentes: a Diretora Luzia Vieira de França (*à frente, discursando*), servidor Cícero Sampaio do Rego, Euclides Souza de Moraes – representante da DEMEC (Delegacia do Ministério da Educação), Evândalo Emanuel de Macedo – representante da Secretaria de Educação do RN, Francisca Marques Freire – representante da Secretaria de Educação de Natal/RN, professor Geraldo Pinto – presidente do Conselho Consultivo de Professores da ETFRN, pastor Elinaldo Renovado de Lima, aluno João Maria Fraga – presidente do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão, professores José Gilson de Oliveira, Francisco Mariz, Pe. Pedro Ferreira, Zanoni Tadeu, Antônio Fernandes de Carvalho, Pe. Hudson Brandão, concluintes e convidados.

Quando revemos essas fotos, questionamos qual seria o poder das mulheres no ambiente educacional e de gestão. Diante disso, é importante refletir sobre a representação e a participação das mulheres em todos os níveis de poder. As mulheres conquistaram igualdade civil, instrução, condições de trabalho e mesmo assim têm tanta dificuldade em chegar aos comandos econômicos e políticos (Perrot, 1998).

Acreditamos que as mulheres buscam não somente fazer uso da palavra pública, mas também fazer uso dos espaços e das memórias - públicas, coletivas e institucionais. Conferimos no Portal da Memória do IFRN, mais especificamente nas abas sobre os fatos comemorativos, eventos, cronologia e entre outras informações, não há destaque mais enfático a respeito da única gestora que a instituição já teve, a qual equivaleria ao cargo de Reitora nos tempos atuais.

Encontramos uma breve nota biográfica e uma entrevista⁸¹, gravada no formato de vídeo, produzida pelos servidores Arilene Lucena e Bruno Gomes, em que a professora Luzia, com a voz emocionada, demonstrou-se orgulhosa pelo fato de ter conduzido a instituição e acreditava ter colaborado de alguma forma com a ETFRN. Por isso, precisamos dar notoriedade e nos debruçar sobre esses aspectos que fizeram história na instituição.

Apontamos o trajeto da presença feminina no espaço escolar e de gestão da ETFRN. A Escola foi se adaptando ao rito democrático e espaços igualitários, com a presença do alunado misto. Conferimos também que os acontecimentos adquiriram discursos e contornos diferentes nos locais onde aconteceram as publicações (*os periódicos locais e os informativos*

⁸¹ Entrevista-depoimento da Professora Luzia, disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/depoimentos/luzia-vieira-de-franca.flv/view>

internos). Ambos os periódicos locais, O Poti e Diário de Natal, enfatizaram sobre as ações de gestão do Professor Marcondes Mundim; quanto ao processo sucessório da Direção na ETFRN, os jornais criaram diversas tensões entre os servidores candidatos; e, após as eleições, com a vitória da Professora Luzia, ocorre certo silenciamento, com pequenas notas sobre a sua posse. Além disso, durante a gestão feminina, observamos redução das notícias voltadas para ETFRN, apenas pequenas notas sobre avisos licitatórios, campeonatos esportivos, sem muitas publicidades como antes acontecia.

Há mudanças também nos jornais de circulação interna. Os Boletins Informativos possuem diversidade em fotografias, com foco nas atividades da gestão do Prof^o. Marcondes Mundim e possuem mais páginas. Alguns com até 15 páginas. Quando passaram a ser chamados de “Agenda ETFRN”, a quantidade de páginas foi reduzida, entre 2 a 3 páginas, sem fotografias e pequenas notas informativas. Coincidentemente, a mudança do folheto informativo aconteceu em 1987, durante a gestão da Prof^a. Luzia Vieira de França.

Notamos que esses destaques noticiados, as ilustrações utilizadas, a escolha dos títulos, ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo fazem ligações entre os poderes e os interesses, dando caráter publicitário. Questionamos sobre a possibilidade de ênfase ou apagamento em relação aos gestores mencionados: seria o Professor Marcondes mais prestigiado socialmente do que a Professora Luzia, levando à diminuição da notoriedade desta nos jornais impressos locais? Ou os jornais estão agindo de forma discriminatória por causa da gestão feminina? Ou teria sido uma escolha da própria Professora Luzia diminuir essas aparições? Essas e outras questões relacionadas ao gênero, foram respondidas a partir das entrevistas com os sujeitos envolvidos, e serão expostas mais à frente.

CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ETRN

*[...] as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.*
(Carlos Drummond de Andrade)

Neste capítulo, apresentamos as história e memórias da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, dividimos nas seguintes seções: sob o signo de novos tempos com destaque ao processo democrático que a escola vivenciava; o auge da linguagem de programação, com a presença de laboratório de informática e a aquisição de computadores; e, por fim, os ditos e interditos dos sujeitos que estavam presentes nessa história, com abordagens das entrevistas.

3.1 SOB O SIGNO DE NOVOS TEMPOS: UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Consideramos que a escola é democrática, a partir de algumas características, por exemplo quando a gestão compartilha decisões e informações com a comunidade escolar (alunos, servidores, professores, pais e/ou responsáveis). Geralmente, essa preocupação com a transparência e o diálogo é o que torna a escola democrática. A ação é operacionalizada por meio de consultas, colegiados ou conselhos escolares.

Devido ao nosso recorte temporal (entre 1968 e 1998), consideramos importante discutir o conceito de redemocratização. A redemocratização é o “processo de reconstrução da democracia em países que passaram por um regime político ditatorial”. No caso brasileiro, houve dois momentos de redemocratização: “em 1945, após o Estado Novo (Estado Getulista⁸²) e outro entre 1974 e 1985 que ocorreu, progressivamente, durante o fim do Regime Militar”. Vários líderes políticos se propuseram a lutar pela redemocratização do país e pela afirmação dos direitos dos trabalhadores. Em 1968, as mobilizações ganharam impulso (Fausto, 2022, p.257).

Os processos de redemocratização foram alvos de intensas disputas. Em 1945, o Brasil parecia “um efervescente caldeirão de ideias e conflitos” (LOPEZ, 1991, p. 98). Entre 1979 e 1985, durante a administração de João Figueiredo⁸³, o país passava pelo processo de

⁸² Lembremos que o poder militar ficou no governo por 21 anos, entre 1964 e 1985.

⁸³ João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985, e o último presidente do período da ditadura militar.

redemocratização, com a volta dos anistiados⁸⁴, permitindo para os exilados políticos retornarem ao país; o fim do bipartidarismo (com isso, o surgimento dos partidos políticos esquentou o debate político no país), e uma atuação mais desinibida dos grupos de oposição, com a ocorrência de greves dos servidores públicos estaduais além de ter “uma imprensa oposicionista mais aguerrida e vigilante” (Trindade, 2010, p. 261).

Dessa maneira, o período da redemocratização, iniciado em 1985 com a chamada Nova República, foi impulsionado pela campanha das Diretas-Já, feita em 1984. O Brasil inaugurava uma nova fase nas agendas política e social (Câmara dos Deputados, 2022)⁸⁵.

Demonstrado o percurso das mudanças ocorridas, é importante explicar que esse processo de democratização⁸⁶ não implicou necessariamente uma revolução, mas o avanço principal foi que a sociedade civil passou a ter participação direta, entre as décadas de 70 e 80. O movimento democrático teve seu ápice na Constituinte, a qual passou a definir os rumos que a nação assumiria (Werneck Vianna, 1986).

Compreendemos que esse caráter participativo nos assuntos públicos permite aflorar nos indivíduos o reconhecimento de seus deveres para com a comunidade, livrando-os do autoritarismo social (Seino; Algarve; Gobbo, 2013). Já outros definem que a democratização passou a ser reconhecida como um “processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular” (Avritzer; Costa, 2004, p. 704).

Foram diversos movimentos de protesto e de contestação às políticas da ditadura militar, o que forçava os rumos da redemocratização do país. Conforme Reis (2010, p.222), o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil, que, afastada do espaço da “grande política”, procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares, escolas, e transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao regime.

⁸⁴ Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 1979) concedia anistia a todos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que cometeram crimes políticos ou praticados por motivação política. Para Lemos (2018), a anistia teria forçado o recuo do autoritarismo e impulsionado a redemocratização.

⁸⁵ De acordo com o Portal da Câmara dos Deputados, durante esse período ocorreram mudanças significativas, incluindo o aumento do número de organizações não-governamentais e o surgimento de pequenos partidos políticos. Essas transformações garantiram a diversidade ideológica, resultando no surgimento ou fortalecimento de novas legendas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, que ganhou destaque durante o processo de redemocratização. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu os fundamentos para o fortalecimento das instituições democráticas e a proteção dos direitos individuais.

⁸⁶ Em 1993, conforme estabelecido pela Constituição de 1988, ocorreu um plebiscito para determinar a forma e o sistema de governo no Brasil. O resultado reafirmou a preferência pelo regime republicano e pelo sistema presidencialista.

Chauí e Nogueira (2007, p.207) não fixam datas para o início do processo democrático, mas sinalizam a *possibilidade* de ter começado meses que se seguiram ao golpe militar de 1964 até 1988, quando se concretiza a nova Constituição; porém, os autores destacam que essas extremidades temporais não possuem esse rigor de data para começar e terminar, pois dependem muito das condições que transcorreram esse processo. As transformações deram ritmo, ajudando a condicionar e formatar a democratização que conhecemos hoje. Isso nos ajuda a compreender os “desdobramentos efetivos e seu legado para a democratização”.

Nesse sentido, é importante lembrar que esses desdobramentos aconteciam no país e refletiam nos contextos locais, como é o caso do processo democrático da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), que passou a consultar a escolha da Direção por meio do voto direto, com a participação efetiva da comunidade escolar (alunos, servidores e professores)⁸⁷. Ocorreram debates de propostas entre os candidatos, promovidos por duas frentes, que também se encontravam em construção democrática: o Grêmio Estudantil Djalma Maranhão (criado em 1986⁸⁸) e a Associação dos Servidores Públicos da ETFRN, ASETFRN (criada em 1969)⁸⁹.

Inclusive, é necessário fazer uma distinção conceitual entre redemocratização e democratização, já que houve a recuperação de um status anterior à vida democrática. Para Chauí e Nogueira (2007, p.206), a destruição de uma ditadura só se torna completa quando se consegue edificar a democracia, legitimada socialmente e sustentada por uma “cultura pública revigorada”.

⁸⁷ Apesar de todos os processos que buscavam a redemocratização e de tantos anos passados desde essa estabilidade política e social, em abril de 2020, durante o governo liderado por Jair Bolsonaro (2018-2022), o Ministério da Educação (MEC) nomeou o servidor público federal Josué de Oliveira Moreira (médico veterinário e professor do IFRN no campus Ipanguaçu) como reitor pro tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No entanto, o servidor não participou das eleições para o cargo em 2019. A nomeação do reitor temporário ocorreu por meio da portaria nº 405, publicada na edição de 17 de abril de 2020, no Diário Oficial da União, com a assinatura do então ministro da Educação, Abraham Weintraub. É importante recordar que as eleições do IFRN ocorreram em dezembro de 2019, por meio de um processo eleitoral direto e democrático, no qual o professor José Arnóbio de Araújo Filho foi eleito reitor, obtendo 48,25% dos votos válidos. A posse estava agendada, mas não ocorreu devido à intervenção do MEC.

⁸⁸ Antes, Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, criado em 14 de janeiro de 1971. Estavam ligados o Coral, Banda Marcial, Grupo Folclórico, Ginástica, Grupo de Pesquisa, Atelier, Teatro de Laboratório, Clube de Xadrez, Recepcionistas, etc. (Agenda ETFRN, nº141, 23 de setembro de 1987). No Regimento Interno do Centro Cívico, encontrado no Arquivo Geral do IFRN, define-se como órgão de integração da cultura cívica, logo, tendo como principal objetivo propagar o civismo, com atividades relacionadas à Educação Moral e Cívica.

⁸⁹ Encontramos o documento administrativo, datado em 09 de abril de 1969, no Arquivo Geral do IFRN, assinado pelo então Diretor João Faustino Ferreira Neto, da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIF-RN), oficializando a comissão designada para os trabalhos de fundação e organização de uma Associação recreativa para professores e funcionários da EIF-RN.

De acordo com o que discutimos acima, o país estava passando por um momento de transição e compreendendo como eram os ritos democráticos. Aqui, no Rio Grande do Norte, os potiguaros também estavam inseridos nesse processo. O confronto se dava por duas famílias já conhecidas no campo político estadual, a disputa era entre Alves e Maia. Naquele momento, José Agripino Maia⁹⁰ e Aluizio Alves⁹¹ eram os prováveis candidatos ao governo do estado nas eleições diretas marcadas para o ano de 1982. Com as eleições, a vitória foi de José Agripino sobre Aluizio Alves. Apesar da rivalidade no estado, as famílias estiveram unidas, em 1984, no apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República (Trindade, 2010).

No âmbito institucional, em 1964, Pedro Martins de Lima⁹² assumiu a Direção, permanecendo até 28 de fevereiro de 1968. Durante sua administração, em 1965, o Estabelecimento recebeu a denominação de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte. O ano de 1968 foi marcado pela regulamentação do exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, através da Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 (Pegado, 2006)⁹³.

Naquele ano, o ensino se deslocava para o nível do segundo grau (*conhecido posteriormente como Ensino Médio*) e a Escola passou a funcionar no novo prédio da Av. Salgado Filho, nº 1559, Bairro Tirol, Natal(RN), planejado especialmente para abrigar a instituição e inaugurado no ano anterior, em 1967 (Pegado, 2006).

Em 1968, a Instituição passa a ser chamada de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN, até 1998. Entre 1968 e 1971, o professor João Faustino Ferreira Neto foi

⁹⁰ Nasceu no dia 23 de maio de 1945, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. É engenheiro e possui extensa carreira política. A seguir, estão listados os cargos e os respectivos períodos: Prefeito (RN), 1979 - 1982; Governador (RN), 1983 - 1986; Senador (RN), 1987 - 1991; Governador (RN), 1991 - 1994; e, mais três mandatos como Senador (RN): 1995 - 2003; 2003 - 2011; e, 2011 - 2018 (Senado Federal, 2023).

⁹¹ Aluizio Alves (1921-2006), natural de Angicos (RN), foi jornalista, advogado e político brasileiro, originário do Rio Grande do Norte, estado do qual foi o 40º Governador entre 1961 e 1966, sendo posteriormente cassado pelo Ato Institucional Número Cinco em 1969 (Câmara dos Deputados, 2023).

⁹² De acordo com o Portal da Memória do IFRN, Pedro Martins de Lima foi admitido como funcionário em 1944, ocupando as funções de artifice diarista e professor chefe do Curso de Forja e Serralheria. Sucessor do irmão Irineu Martins de Lima, transferido para a Escola Industrial da Bahia, o professor Pedro Martins foi Diretor entre 1964 a 1968. Dirigiu a instituição quando transferida para o prédio da Avenida Senador Salgado Filho. Era mestre de artefices pela Escola Industrial de Natal; participou, em Curitiba, do Curso de Formação de Professores do Ensino Técnico, promovido pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Técnico-Industrial (CBAI). Em Nova Orleans (EUA), capacitou-se no curso Intensivo para Formação de Lideranças em países da América Latina, patrocinado pela Organização das Nações Unidas. Mais tarde, integrou a Comissão Interventora na Escola Técnica Federal da Bahia, por aproximadamente duas décadas, esteve à frente da Diretoria Didático-pedagógica. Em 2007, faleceu em Aracaju (SE). Informações disponíveis em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/pedro-martins-de-lima>

⁹³ Essa Lei dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

o Diretor da Escola. Marco importante ocorreu em 1969, quando foram criados dois Cursos Técnicos, Eletromecânica e Edificações (Pegado, 2006).

A Instituição sofria reflexos dos embates políticos presentes no governo do Estado⁹⁴. Conforme Pegado (2006, p.40), “muitos alunos e professores sofreram investigações militares”. A autora narra que “discursos mais inflamados contra o regime eram passíveis de prisão, como ocorreu com o prof. João Faustino”. Outros professores também foram interrogados em inquéritos militares.

Nesse período, também ocorreram repressões à alta administração do sistema educacional, aos membros dos conselhos universitários e os grandes nomes da ciência, aos funcionários do MEC, às secretarias estaduais e municipais de educação, professores eram demitidos ou ameaçados (Cunha, 2014, p. 38).

Novos tempos se iniciavam. Surgem atividades do movimento estudantil. Quando a Escola ainda se chamava Escola Industrial, foi fundado o primeiro Centro Cívico Escolar, no dia 14 de janeiro de 1971⁹⁵, era denominado Nilo Peçanha; e, em 11 de dezembro de 1985, passou a chamar-se Grêmio Estudantil Djalma Maranhão, inclusive “muitos dos alunos que participaram desses Grêmios ingressaram na vida pública” (Pegado, 2006, p.41).

Os centros cívicos escolares não atendiam aos anseios e necessidades reais dos estudantes, cuja organização e finalidades objetivavam o controle do Regime Militar sobre todas as atividades estudantis. Os centros cívicos apenas representavam burocraticamente os estudantes dentro e fora da unidade escolar. Já os Grêmios iniciaram como movimento político de reivindicação de questões sociais, centrando na década de 1960 e tiveram retorno na década de 1980, bem como legislação de regulamentação. Os Grêmios se constituíram como espaço coletivo de discussões, onde os estudantes tinham a oportunidade de expor suas opiniões a respeito da comunidade escolar (tanto nas questões administrativas como nas questões pedagógicas), participando ativamente na construção do processo educacional (Moura; Scorsoline; Sanctis, 2006).

Conforme acesso aos arquivos, no Boletim informativo Interno, nº. 103, datado em 16 de dezembro de 1985, Ano VI, há a notícia dos alunos sobre a discussão do anteprojeto do Grêmio. Foram 94 representantes de turmas que se encontraram e elaboraram esse anteprojeto, visando o retorno dos grêmios escolares, de acordo com o que estabelecia a Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985, sancionada pelo então Presidente da República José

⁹⁴ Pegado (2006) contextualiza que, durante a década de 1970, o Rio Grande do Norte teve três governadores indicados pelo Regime Militar: José Cortez Pereira de Araújo (1971 a 1975), Tarcísio de Vasconcelos Maia (1975 a 1979) e Lavoisier Maia Sobrinho (1979 a 1982). Esse clima político repercutiu nas repartições públicas.

⁹⁵ Documento consultado no Arquivo Geral do IFRN - Campus Natal-Central (2022).

Sarney (1985-1990) e que assegurava a organização dos referidos Grêmios como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, desportivas e sociais.

Os Representantes elegeram uma Comissão de sete membros representantes de cada curso da Escola, com a finalidade de reelaborar o anteprojeto apresentado, enriquecendo-o com propostas, emendas e sugestões da classe estudantil da ETFRN. Lembremos que, com a abertura política, ocorre o crescente movimento estudantil.

No Arquivo Geral do IFRN, encontramos o primeiro Estatuto do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão. No Artigo I, do capítulo I, “Da denominação, duração, sede”, foi registrada a fundação em 11 de dezembro de 1985, constituindo-se na entidade máxima dos estudantes da ETFRN, sem fins lucrativos de duração indeterminada.

Com o enfraquecimento econômico e político do regime militar, o processo de redemocratização da sociedade se amplia (Pegado, 2006). Inclusive, ficou estendido o direito de greve ao funcionalismo público⁹⁶. Ocorreram diversos movimentos paredistas, com pautas reivindicatórias que vão desde questões salariais, corte de verbas federais para educação e até ameaças de estadualização e privatização da ETFRN.

De acordo com a Agenda ETFRN, nº 69, do dia 16 de outubro de 1986, os servidores Aécio Flávio, Carmem Lúcia e Maria do Carmo Santos retornaram de Brasília, onde tinham participado da reunião nacional de Associações Representativas de Docentes de 1º e 2º graus promovida pela ANDEF/ANDES⁹⁷. Naquele momento, a pauta de lutas nacionais era principalmente pela isonomia salarial do 1º e 2º graus entre fundações e autarquias, com imediata abertura de negociações entre o Governo e o movimento.

Há registros que, no dia de greve geral, convocada a partir do dia 12 de dezembro de 1986, ação conjunta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em protesto ao Plano Cruzado II. A ETFRN havia paralisado parcialmente suas atividades em alguns setores. O Grêmio Estudantil Djalma Maranhão havia

⁹⁶ Segundo Pegado (2006), a primeira greve dos servidores do CEFET-RN ocorreu no governo do presidente José Sarney (1985-1990), a reivindicação tinha como pauta a reposição das perdas salariais ocorridas em razão do congelamento de preços e salários do Plano Cruzado (lançado com base no decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986). Em 1991, no governo do Presidente Fernando Collor (1990 e 1992, com término antecipado do mandato, devido à renúncia da presidência após o *impeachment*), uma outra greve aconteceu e teve como pauta a reposição das perdas salariais do *Plano Bresser* (plano de estabilização econômica elaborado pelo ministro da fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira, que entrou em vigor 1987, com o objetivo de conter o avanço da inflação herdada de planos econômicos anteriores) e do Plano Verão (este ainda implementado em 1989, pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, durante o governo de José Sarney, com o objetivo de promover a estabilização da economia).

⁹⁷ Sigla que faz parte do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

comandado um movimento nos principais pontos de entrada da Escola (Agenda ETFRN, nº 86, do dia 15 de dezembro de 1986).

Apesar desses movimentos paredistas, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE - foi fundado somente em 1988; e, a Seção Sindical Natal foi firmada três anos à frente, no dia 24 de abril de 1991, o que se manteve presente nos movimentos grevistas nacionais (SINASEFE/NATAL, 2023).

Outro aspecto de mudança importante é quando a ETFRN, em 1995, adota o modelo pedagógico baseado na formação do técnico-cidadão, colocando a Escola como referência para a rede federal de educação tecnológica. Nesse modelo pedagógico, são abordadas as necessidades do trabalhador contemporâneo, pensando no processo produtivo e da sociedade como um todo, baseado em princípios humanistas, inclusive promovendo a verticalização do ensino técnico até o tecnológico.

Porém, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentava o § 2º do art. 36⁹⁸ e os arts. 39 a 42⁹⁹ da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (*sendo essa a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*), separou o Ensino Médio do Técnico. A comunidade escolar da ETFRN reivindicou o modelo pedagógico construído e “garantiu metade das vagas ainda fossem para o ensino médio, apesar da intenção do Ministério fosse extinguir o ensino médio na rede federal” (Pegado, 2006, p.43).

Situamos que, desde sua criação, contou com o público de classe menos favorecida, os chamados “filhos dos desfavorecidos da fortuna”, onde: “não só deveria habilitá-los com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”, conforme seguia o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Assim, a educação e o trabalho deveriam ser encarados como meios para oferecer oportunidades e impedir que as crianças se desviassem para caminhos negativos. Embora houvesse uma preocupação com a justiça social, o decreto tinha como objetivo principal a prevenção da permanência de uma classe

⁹⁸ Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017 do Art. 36: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Informações disponíveis em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 09 jan 2023.

⁹⁹ Destacamos o Art. 39, o qual segue “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”, redação elaborada pela Lei nº 11.741, de 2008, sendo esta que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

social considerada desocupada e propensa ao crime nas ruas. Nesse contexto, a função da escola era formar uma massa trabalhadora, não necessariamente promover a igualdade.

Dando continuidade a esse acesso democrático, a ETFRN, a partir de 1995, legitimou o sistema de reserva de vagas. Dessa forma, a Escola estava acessível a todas as classes sócio-econômicas e culturais. Inclusive sendo *precursora* no sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, cujo parágrafo único definia o “preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*” (BRASIL, 2012).

Trataremos também sobre a questão da gestão na escola nesse período de transição da ditadura militar para redemocratização. A direção escolar estava mais para funções administrativas do que pedagógicas, segundo a visão de Souza e Tavares (2014). Processos como: organizar, selecionar docentes, coordenar, conferir necessidade da escola (Lourenço Filho, 1976) faziam parte dessa função.

Nesse período, o planejamento educacional passou a exigir maior titulação ao cargo de diretor da escola, principalmente com a valorização do curso de Pedagogia¹⁰⁰ e formação de professor e de especialistas (Souza; Tavares, 2014).

Além disso, o cargo de direção gerava a ideia de “personificação do poder”, ou seja, não há reconhecimento da gestão como um fazer coletivo. A função de diretor escolar estava relacionada “à evidência política e à prática política”. No período de ditadura militar, prevaleceu o “coronelismo e o patrimonialismo na gestão das escolas públicas no país”. O político local indicava o diretor da escola, caso este fizesse um bom trabalho, o primeiro garantiria um “clientelismo partidário” (Souza; Tavares, 2014, p.279).

A ocupação do cargo de Diretor de Escola estava prescrita na primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), Lei 4.024 de 1961, Art. 42, onde “o Diretor da escola deverá ser educador qualificado”. Os Estados passaram a criar regulamentos para o preenchimento do cargo de Diretor de Escola. Porém, o papel do diretor ainda revelava “o quanto a ditadura militar brasileira procurou estender seus tentáculos para espaços os mais diversos, dentre os quais, a escola foi um dos mais importantes” (Clark *et al*, 2006, p. 135-136).

¹⁰⁰ De acordo com a Resolução nº 02/69, anexada ao Parecer nº 252/69, determinava a formação de professores para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, no âmbito das escolas e sistemas escolares, deveria ser feita no curso de graduação em Pedagogia, possibilitando o grau de licenciado com modalidades diversas de habilitação. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003520.pdf>. Acesso em 16 jan 2023.

Quanto ao processo de escolha de Direção da ETFRN, podemos demonstrar como se deu a partir de alguns documentos encontrados. Um deles é o Boletim Informativo, nº 33, de 28 de dezembro de 1981, Ano II, que esclarecia sobre o Decreto nº 85.843/81, em que o Presidente da República delegava ao Ministro da Educação e Cultura viabilizar as modificações necessárias na área de pessoal: “alterar estruturas básicas, redefinir as competências, atribuições e relações de supervisão e coordenação” assim como “remanejar o acervo, o pessoal, bem como cargos e funções de confiança” (Brasil, 1981).

Dentre as modificações processadas, uma diz respeito às Escolas Técnicas Federais, conforme a Portaria nº715/MEC, de 23 de dezembro de 1981, a saber: 1) os diretores das Escolas seriam escolhidos em lista tríplice elaborada pelo Conselho Técnico Consultivo e designados ou nomeados pelo Presidente da República pelo prazo de 4 (quatro) anos podendo, inclusive, ser reconduzidos; 2) a escolha dos nomes deverá recair em professores, especialistas em Educação ou Técnico de Nível Superior, com experiência mínima de 03 (três) anos; 3) o Conselho Técnico Consultivo, presidido pelo Diretor da Escola, passou, por sua vez, a ser composto por 08 (oito) membros designados pelo MEC, que seriam: 02 (dois) empresários, 01 (um) representante da Secretaria de Educação, 01 (um) Professor da Escola, 01 (um) Diretor de Escola particular, 01 (um) representante de pais de alunos da Escola, 01 (um) representante de entidade de ensino superior.

Outra situação, no Boletim Informativo (1983), consultado no Arquivo Geral do IFRN, encontramos o discurso proferido pela Professora Anna Bernardes, Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus, na solenidade de posse do Professor Marcondes Mundim Guimarães, no dia 17 de maio de 1983. Conseguimos a partir desse documento, compreender como foi o processo de escolha da Direção naquele momento.

Segundo a professora Anna, o *currículo* do professor Marcondes foi *exclusivo* instrumento de decisão na *recondução* à Direção. O nome também foi referendado pela Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz e o Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, consagrando a nomeação pela *segunda vez* à Direção da ETFRN.

O referido Boletim narra que a solenidade de posse foi bastante prestigiada por autoridades civis e militares, no Ginásio de Esportes da ETFRN. Iniciou com o Chefe do Departamento de Pessoal da Escola, Marcelo Maia, que leu o termo de posse. Depois a assinatura do termo pela Secretária e pelo empossado. As imagens abaixo, consultadas no Arquivo Geral do IFRN, traduzem esse momento:

Figura 52 - Discurso de posse do Prof. Marcondes como Diretor (1983)

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Figura 53 - Autoridades civis e militares convidados (1983)

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Organizamos os nomes dos Diretores que atuaram na ETFRN, de 1968 a 1998, com as datas de início e término das gestões e sua forma de acesso à função:

Quadro 10 - Diretores da ETFRN: períodos de gestão e forma de acesso ao cargo

Nomes dos Diretores da ETFRN (1968 -1998)	Início da Gestão	Fim da Gestão	Nome da Instituição	Forma de acesso à Direção
João Faustino Ferreira Neto	05/03/68	24/03/71	ETFRN	Indicação pela Lista Triplice (<i>provavelmente</i>)
Luciano Rocha Coelho	29/03/71	25/03/74	ETFRN	Indicação pela Lista Triplice (<i>provavelmente</i>)
Arnaldo Arsênio de Azevedo	26/03/74	23/05/79	ETFRN	Indicação pela Lista Triplice (<i>provavelmente</i>)

Marcondes Mundim Guimarães	24/05/79	11/04/85	ETFRN	Indicação pela Lista Tríplice
Luzia Vieira de França	12/04/1985	14/04/1987	ETFRN	Substituição
Luzia Vieira de França	28/01/87	12/05/91	ETFRN	Eleição (1987-1991)
Francisco das Chagas de Mariz Fernandes	13/05/91	01/03/00	ETFRN/CEFET	Eleição

Fonte: Elaboração própria

Não encontramos detalhes de como ocorreram as designações desses três primeiros diretores citados no Quadro 10. Nos documentos analisados, há apenas a citação direta dos nomes deles e anos de suas gestões. Deduzimos que, *provavelmente*, as indicações aconteciam pela lista tríplice, configurada pelo Conselho Técnico Consultivo da Escola.

Devido aos circulares informativos - como Boletins Informativos e Agenda ETFRN - foi possível encontrar registrados os feitos das gestões a partir do Professor Marcondes. Em 1985, o professor Marcondes aceitou o convite do Ministro de Administração, Aluísio Alves, para o cargo de Secretário de Pessoal Civil. Para completar o mandato, até 1987, indicou a Professora Luzia Vieira de França, a qual estava na condição de Chefe do Departamento de Ensino. Entre 1987 a 1991, teria seu próprio mandato, por voto direto.

Consideramos o processo de sucessão à Direção como um dos marcos mais significativos e visivelmente democráticos vividos pela Escola. Como vimos no capítulo anterior, a proposta de democratização da gestão escolar assumiu um novo contexto na ETFRN. Os debates e prévias das eleições, promovidos pela Associação de Servidores e pelo Grêmio Estudantil, as campanhas dos candidatos, as discussões das normas para o processo sucessório e a participação nos documentos oficiais demonstram a descentralização das tomadas de decisão e a participação ativa da comunidade escolar. A presença desses mecanismos é considerada um importante canal para a democratização da gestão escolar.

O debate organizado pelo Grêmio Estudantil Djalma Maranhão¹⁰¹ e, posteriormente, pela Associação dos Servidores da ETFRN foi pensado nos membros e suas funções na mesa de trabalho, limite de tempo, organização das perguntas. Tudo era novo: tanto para os alunos, professores e servidores - *que puderam conhecer melhor as propostas de trabalho, comparando-as* - quanto para os candidatos - *que tiveram a oportunidade de responder a perguntas do eleitorado etferniano*.

¹⁰¹ O nome atribuído ao grêmio, Djalma Maranhão (1915-1971), refere-se ao ex-prefeito de Natal, capital do Rio Grande do Norte, em dois períodos: de 1956 a 1959 e de 1961 a 1964. Foi deputado estadual pelo Partido UDN (União Democrática Nacional, de orientação conservadora e oposição à figura de Getúlio Vargas), no período de 1955 a 1959. Além disso, atuou como professor de educação física e jornalista, fundador e diretor de jornais. Militou no Partido Comunista Brasileiro até o início da década de 1940 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023).

Consideramos que essa etapa vivenciada foi importante para o processo democrático, que já estava em formação na Escola. Ajudou de forma prática e pedagógica que os eleitores pudessem se informar, discutir e participar ativamente desse processo, e aumentar a transparência e a responsabilidade dos candidatos, inclusive desmistificando-os.

Além do debate, foram feitas as prévias, faltando 01 (um) mês para as eleições. O jornal “Construir a Nova Escola”, do Grêmio Djalma Maranhão, realizou uma pesquisa de opinião junto a professores, servidores e alunos, que totalizaram 38% da comunidade escolar, ou seja, em torno de 1.340 pessoas consultadas, naquele período. Foram destinadas 09 urnas - uma para cada curso, uma para funcionários e outra para professores - percorreram as salas e corredores da escola (Agenda ETFRN, nº 66, 07/10/1986). Em ordem crescente de intenção de votos, o resultado dessa primeira prévia foi a seguinte:

Quadro 11 - Primeira prévia das eleições para Direção (1986)

Candidatos	Carlos Nazareno	Jairo Fabrício	Gilson Oliveira	Luzia de França	Alcir Veras	Pedro Bandeira	Indecisos	Nulos	Branços
Prévias	28,8%	17,0%	16,0%	13,6%	5,0%	2,0%	12,8%	3,6%	1,2%

Fonte: Agenda ETFRN, nº 66, 07/10/1986. Elaboração própria.

Outro momento de discussão antes das eleições foi o restabelecimento do voto paritário. Por 4 votos a 2, o Conselho Técnico Consultivo (CTC) aprovou essa definição em reunião extraordinária. Dessa forma, cada segmento representativo da Instituição teria 33,3% dos votos válidos. De acordo com o art.31, das normas aprovadas pelo CTC, os candidatos poderiam inscrever seus fiscais de urnas (*sendo, no máximo, 20*). Além disso, o Conselho, em votação, aprovou a representante da Secretaria de Educação do Estado, Profª. Selma Pereira, eleita como Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Sucessório da Escola¹⁰².

No dia 20 de outubro de 1986, às 16h, ocorreu o debate promovido pelo Grêmio, nas arquibancadas do campo de futebol. Estavam presentes os professores-candidatos: Alcir Veras, Carlos Nazareno, Jairo Fabrício, Gilson Oliveira, Luzia de França e Pedro Bandeira (Agenda ETFRN, nº70, 20/10/1986):

¹⁰² Essa comissão era formada pela Profª. Selma Pereira (Presidente), Profª. Alexandre Marinho (CTC), Profª. Severino Brito, servidor Dinarte Caldas e a aluna Heronilza Ferreira. O professor Gilson Gomes, Secretário do CTC, auxiliou nas tarefas de apoio.

Figura 54 - Debate promovido pelo Grêmio (1986)

Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

O Debate¹⁰³ foi organizado em 4 blocos, esquematizados da seguinte forma: 1º bloco (30 minutos), com abertura, leitura das normas, sorteio para as falas dos candidatos (3 minutos para cada); 2º bloco, as perguntas poderiam ser feitas por escrito ou oralmente a todos os candidatos. (1 minuto para perguntas; 2 minutos para respostas); 3º bloco, perguntas feitas aos candidatos individualmente (50 minutos); 4º bloco, encerramento e falas dos candidatos (20 minutos) (Agenda ETFRN, nº70, 20/10/1986).

Depois desse segundo debate, agora organizado pelo Grêmio, novas prévias foram feitas. A ASETFRN realizou a pesquisa no universo de 173 professores, 111 funcionários e 708 alunos. Percebemos mudanças em relação à prévia anterior, a Professora Luzia saiu da quarta posição para primeiro lugar:

¹⁰³ A mesa era composta pelos seguintes alunos: João Maria Fraga (Presidente); Jurema Dantas (mediadora); Flávio Antônio (cronometrista); Wilma Costa e Dreyfus de Barros (triagem das perguntas). Nesse mesmo período, acontecia a escolha do novo presidente do Conselho Técnico Consultivo.

Quadro 12 - Segunda prévia das eleições para Direção (1986)

Candidatos	Luzia de França	Carlos Nazareno	Gilson Oliveira	Jairo Fabrício	Alcir Veras	Pedro Bandeira	Indecisos	Nulos	Branços
Prévias	24,5%	21,5%	19,3%	15,7%	7,5%	2,5%	6,5%	0,4%	1,7%

Fonte: Agenda ETFRN, nº 71, 23/10/1986. Elaboração própria.

As prévias foram mecanismos que permitiram à comunidade escolar a participação de forma mais direta no processo de escolha dos candidatos; além de funcionar como teste da popularidade e da viabilidade dos candidatos; e, a escolha daquele que tivesse mais chance de vencer.

De acordo com as normas das eleições, era vedada a propaganda dos candidatos nos recintos de votação; nenhum eleitor poderia votar munido de qualquer material de publicidade alusivo às candidaturas. E, só poderiam ficar no local da votação os membros da subcomissão receptora, um fiscal credenciado de cada candidato e o votante (*durante o momento da votação*). A gráfica da Escola confeccionou as cédulas de votação e foram impressas em 3 cores distintas (amarelo, azul e verde) para que fossem diferenciados os segmentos votantes (Agenda ETFRN, nº72, 30/10/1986).

A apuração dos votos teve início imediatamente após o término da votação no Ginásio de Esportes. Declarado o encerramento das eleições, os presidentes de cada subcomissão receptora lavraram a ata de votação, com breve histórico contendo o número de votantes, de ausentes e as ocorrências mais relevantes. Os coeficientes de paridade (ou melhor, os fatores multiplicadores) ficaram na seguinte ordem: professores (14,02); funcionários (23,92); alunos (1). À medida em que as urnas iam sendo apuradas, os resultados eram anunciados ao microfone pelo Presidente da Subcomissão Apuradora e anotados em um quadro negro pelo Presidente da ASETFRN. Logo, a apuração foi aberta ao público, tendo cada candidato o direito de indicar um fiscal para acompanhar a contagem dos votos (Agenda ETFRN, nº72, 30/10/1986).

No dia 30 de outubro de 1986, *pela primeira vez em 77 anos de existência*, a Escola coletivamente escolhia através do voto direto o seu Diretor. O universo votante, de acordo com os documentos oficiais, emitidos pelo Departamento de Ensino e pelo Departamento de Pessoal à Comissão Coordenadora do Processo Sucessório, era: 227 professores; 133

funcionários; 1.542 (alunos do sistema seriado); 739 (alunos estagiários); 901 (alunos do sistema de crédito), totalizando 3.542 votantes¹⁰⁴ (Agenda ETFRN, nº72, 30/10/1986).

A professora Luzia Vieira de França venceu com um total de 2.660,34 pontos, o que correspondia a 33,16% da comunidade etferniana, nas eleições para Direção, promovidas pelo Conselho Técnico Consultivo (CTC) no dia 30 de outubro de 1986¹⁰⁵ (Agenda ETFRN, nº73, 03 de novembro de 1986).

A lista tríplice foi homologada pelo CTC e enviada à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC até o dia 14 de janeiro do ano seguinte. A lista era composta, portanto, pelos três primeiros nomes mais votados: Luzia Vieira de França (*1º lugar*); Carlos Nazareno Pereira da Costa (*2º lugar*); José Gilson de Oliveira (*3º lugar*). Apesar das eleições, continuava o Ministro da Educação a indicar o primeiro colocado da lista, a exemplo do que vinha acontecendo nas eleições das outras Escolas Técnicas. O que aconteceu foi que a Professora Luzia concluiu o mandato do Professor Marcondes Mundim até maio de 1987 e retornaria, com seu próprio mandato, por mais 4 anos. Dessa forma, a Professora Luzia se tornava a primeira mulher a dirigir a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e a primeira a dirigi-la através do voto direto.

Percebemos por essa narrativa, consultada pelas notícias da Agenda ETFRN (1986), que as eleições transcorreram num clima de normalidade e de transparência. Nas fontes consultadas, há os nomes das pessoas que contribuíram para o êxito do processo. Foram mais de 100 pessoas envolvidas, que trabalharam durante todo o dia da eleição, seja como fiscais dos candidatos ou como mesários. Notamos também que o processo de consulta à comunidade escolar se caracterizou pela organização, de maneira democrática.

Todos os pontos trazidos nesta seção são desdobramentos efetivos da construção democrática da ETFRN em vários setores: movimento estudantil; direito de greve ao funcionalismo público; fundação da seção sindical de Natal; acesso ao público menos favorecido e precursora no sistema de reserva de vagas; processo de escolha da Direção, com direito a campanhas, debates, prévias, apuração de votos e envolvimento da Escola de forma participativa.

Lembremos que essas questões sobre gestão democrática na educação, suas ideias e propostas, surgiu no contexto do movimento pela democratização da educação brasileira a

¹⁰⁴ Índice de abstenções na eleição para Diretor da ETFRN: estudantes (1.106 abstenções/ 34,75%); professores (11 abstenções/ 4,8%); funcionários (04 abstenções/ 3,0%). (Fonte: Agenda ETFRN, nº74, 07 de novembro de 1986).

¹⁰⁵ Resultado dos candidatos: Carlos Nazareno (2.407,88 pontos/30,02%); Gilson de Oliveira (1.717,74 pontos/21,4%) e Jairo Fabrício (1.236,00 pontos/15,41%).

partir dos anos 80. Esse movimento estava intimamente ligado aos esforços mais amplos de redemocratização do país e aos movimentos de reivindicação por maior participação cidadã. Essas iniciativas surgiram fora das estruturas estabelecidas pelo Estado, no final dos anos 70 e início dos anos 80, como uma forma de resistência ao modelo imposto pelo golpe militar de 1964 (BORGES, 2012).

3.2 A ÉGIDE DA LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO

Nessa seção, fazemos referência ao termo “égide”, em seu sentido figurado, com a intenção de descrever a Instituição ETFRN como sendo aquela que exercia *influência educacional sobre outras*. Sabe-se das suas referências na ordem de infraestrutura, educação profissional e estágios nas diversas empresas, locais e nacionais. Dessa forma, passou a ser uma instituição apreciada, apoiada pela sociedade e que *influenciava* outras organizações educacionais.

A informatização na educação começou a ganhar força a partir da década de 1980, com a popularização dos computadores pessoais. Por volta de 1991, a ETFRN encontrava-se em fase de franca expansão e passou a ser a *égide* nessa área. Nos arquivos consultados, naqueles últimos seis anos, foram adquiridos os equipamentos para melhorias nos procedimentos de ensino e administrativos:

Quadro 13 - Aquisições de equipamentos e informatização da ETFRN

Laboratório de Informática	de	15 microcomputadores 8 bits/CORISCO; 1 microcomputador 8 bits/MICRODIGITAL; 07 impressoras/ RIMA; 01 microcomputador 16 bits/ITAUTEC; 01 ploter tamanho A4; 01 mesa digitalizadora; 05 microcomputadores 16 bits/XTEC; 02 microcomputadores 16 bits/COBRA; 01 impressora/ELEBRA.
Laboratório de Geologia e Mineração	de e	01 microcomputador 16 bits/XTEC; 01 impressora/ RIMA.
Laboratório de Mecânica	de	01 microcomputador 16 bits/XTEC; 01 impressora/ELEBRA.
Laboratório de Física	de	01 microcomputador 16 bits/ LOGITECH.
Laboratório de	de	1 microcomputador 8 bits/CP-500;

Estradas	01 impressora/ P-500.
Centro de Processamento de Dados	01 mini-computador COBRA-480, munido de 6 terminais (CRE, Seção de Patrimônio, Departamento de Relações Empresariais, Almoxarifado e CPD); 02 impressoras; 01 unidade de fita magnética; 01 sistema de bateria; 01 estabilizador de 5KVA.
Setor de Contabilidade	1 microcomputador 8 bits; 01 impressora/ RIMA.
Biblioteca	01 microcomputador 16 bits; 01 impressora/ GRAFIX.
Setor Gráfico	01 microcomputador 16 bits/SECTOR; 01 impressora compositora/FORMA.
Outros equipamentos adquiridos:	01 Câmera filmadora Super VHS; 01 impressora off-set de bancada; 01 turbilhão para hidromassagem e 01 aparelho de ultrassom; 01 transceptor FAX-Símile com copiadora e estabilizador de voltagem; 01 modelo mais aperfeiçoado de Telex eletrônico, que possuía registro de memória, onde gravava, recebia ou transmitia mensagem simultânea; 08 televisores coloridos (20 polegadas); 03 aparelhos de videocassete; 03 retroprojetores para transparência.
Acordo MEC/BIRD:	Reequipamento em diversos setores da Instituição: Reequipamento dos Setores de: Tornearia; Soldas; Fresas; Metrologia; Metalografia; Motor e Combustão; Fundição e Tratamento Térmico; Instalações e Máquinas Hidráulicas; Alta Tensão; Comandos e Máquinas Elétricas; Eletrônica; Medidas Elétricas; Enrolamento; Instalações Elétricas de baixa tensão; Serviço de Recursos Didáticos e Audiovisuais; Reequipamento: do Laboratório de Mecânica dos solos; do Laboratório de Materiais e Construção Civil; da biblioteca; do Laboratório de Fotogeologia e Cartografia; do Laboratório de Petrografia; do Laboratório de Física; do Laboratório de Química; da sala da área de Desenho e Matemática; mobiliário escolar das salas de aulas; do setor de atividades complementares; do setor de recursos didáticos; Aquisição de equipamentos de Topografia; alguns equipamentos para o Laboratório de Saneamento e para o Laboratório de Geologia e Mineração; Melhoria do setor de eletrônica; Implementação do Laboratório de Ensino; Ampliação do Laboratório de Geologia e Mineração; Adaptação do setor Metrologia; Motores e Combustão Interna; Fundição; Eletrônica; Laboratório de Eletrotécnica; Laboratório de Mecânica dos solos; Laboratório de Materiais e Construção Civil; Laboratório de Estradas.

Implantação do SIAFI/SIAPE:	SIAFI: Sistema Integrado de Apropriação e Administração Financeira. Foi implantado na Escola em julho de 1989, objetivava centralizar as contas do Governo Federal, além de efetuar a formalização e os demais procedimentos contábeis. SIAPE: Sistema Integrado de Acompanhamento de Gastos com Pessoal. Foi implantado em janeiro de 1991, para uniformizar o processamento das folhas de pagamento do serviço público federal.

Fonte: Agenda ETFRN Especial, Maio/91. Elaboração própria.

Ainda na segunda gestão do professor Marcondes - *que foi continuada pela professora Luzia* - a ETFRN vivenciou a informatização tanto para o ensino quanto para os setores administrativos.

Em relação à aquisição de computadores, na entrevista, o Professor Marcondes Mundim relembra como foi o processo da compra dos primeiros computadores da Escola. A ideia de organizar o espaço com computadores partiu depois da visita do ex-diretor à Escola Técnica do Ceará. Com esforços, aos poucos foram organizando esse espaço, aulas de informática e, bem mais à frente, sob a gestão do Prof. Francisco Mariz, a abertura do Curso de Informática:

[...] Vamos comprar três computadores também. Começamos aqui. Tinha um arquivo. [...] Tinha um arquivo e, ao lado do arquivo, uma salinha e colocamos três computadores. Começou, compramos mais. Depois, enchemos mais, daqui a pouco, tínhamos trinta computadores. A gente oferecia curso à noite pro pessoal vir. Aí, enchia! Porque todo mundo...era uma novidade, né. Aí, começou pá,pá,pá. Começou. E a escola, aí entrou Mariz. Quando Mariz entrou, aí ele já sabia, porque ele era na época o coordenador também e tocou para frente isso aí. E, aí, no dia da criação do curso, o curso de Informática na Escola, que não tinha, de Informática. Aí eu tava em Brasília, nós fomos lá no MEC, aí foi a abertura lá e tal. Criaram, até eu vim aqui pra abertura, criação do Curso, isso bem anos depois. Então, os cursos foram criados assim, sabe?

(Professor Marcondes Mundim)

A narração do Professor Marcondes nos remete à ideia de que a viagem com fins educacionais tem o objetivo de observar as práticas, a estrutura e o funcionamento de instituições educacionais como referências. Essa observação fornece subsídios para que, posteriormente, sejam perseguidas novas ambições educacionais. Dessa maneira, a viagem pedagógica abrange desde o planejamento do itinerário até a ampliação dos contatos e das

redes, envolvendo relacionamentos construídos a partir das redes de sociabilidade e das relações políticas (Amorim, 2017).

Portanto, a introdução da informática na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte ocorreu, em primeiro lugar, na área acadêmica, com a aquisição de cinco microcomputadores CP-200 e a oferta de cursos extraordinários de Iniciação à Programação em Linguagem Basic¹⁰⁶. Essas iniciativas constituíram o alicerce para o desenvolvimento da área de computação na ETFRN e a criação do curso técnico pós-médio de Informática Industrial no início da década de 90 (Medeiros, 2011).

Em segundo lugar, com a aquisição de microcomputadores, tornou-se possível para a ETFRN instalar um Centro de Processamento de Dados e desenvolver os primeiros programas aplicados à área acadêmica e administrativa, tais como o "Controle de Estagiários e Egressos", "Registro de Bens Patrimoniais" e "Controle Orçamentário e Cadastro de Pessoal", entre outros (Medeiros, 2011, p. 149).

Antes da gestão do Professor Mariz, a administração gerida pela professora Luzia Vieira de França conseguiu aquisição de diversos equipamentos que informatizaram os setores da Escola (conforme o Quadro 13 anteriormente apresentado). A diretora também conseguiu racionalizar os recursos para realização de obras estruturais, permitindo a realização de construções e reformas em alguns setores carentes que retornaram em melhorias ao ensino profissional.

Esse crescimento da infraestrutura interna foi possibilitado pelos recursos provenientes do IV Acordo MEC/BIRD (janeiro de 1984 a dezembro de 1987), firmado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa de Melhoria do Ensino Técnico-Industrial.

O responsável pela elaboração do projeto¹⁰⁷ foi Francisco das Chagas de Mariz Fernandes¹⁰⁸. O documento possui 279 páginas e apresenta a estrutura da ETFRN; a justificativa do financiamento; a descrição dos objetivos; o mapeamento, a especificação e a sistematização da execução das ações; o cronograma de execução do projeto, a execução física anual, o desembolso; além do quadro demonstrativo das despesas com equipamentos e adaptações por curso.

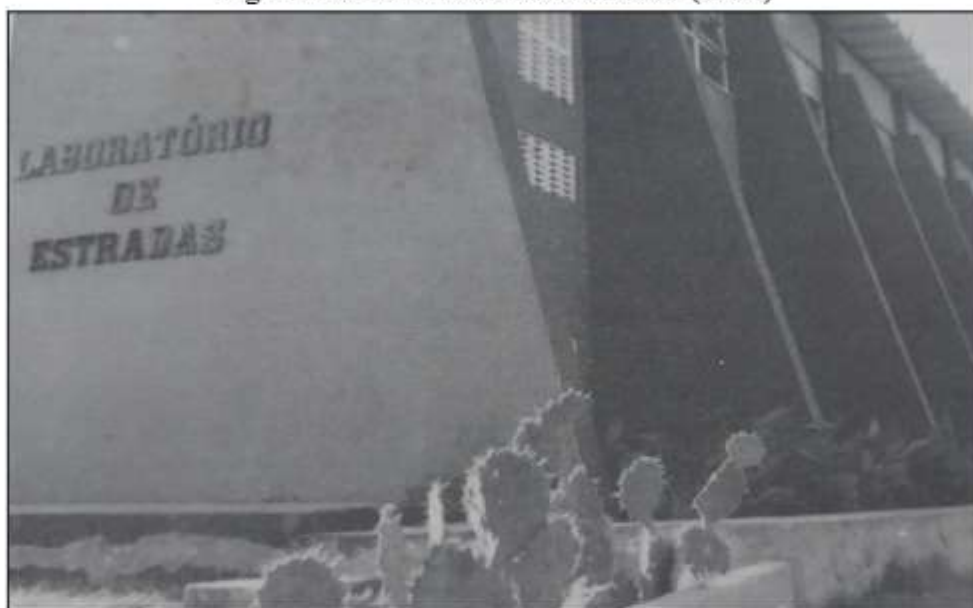
¹⁰⁶ Linguagem de programação desenvolvida na década de 1960 para introduzir pessoas à programação.

¹⁰⁷ Acesso ao documento físico no Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central.

¹⁰⁸ Nesse período, Mariz era Coordenador de Planejamento.

Inicialmente, temos o Laboratório de Estradas, inaugurado em dezembro de 1988, ao lado do Centro de Lazer, com área de 830 m² dividido em dois pavimentos, onde funcionam salas de aula, de desenho, de projeções e laboratórios:

Figura 55 - Laboratório de Estradas (1988)



Fonte: Agenda ETFRN Especial, maio/1991.

O Laboratório de Geologia e Mineração é localizado defronte ao Laboratório de Eletrotécnica, possui seus 1.652 m², divididos em ambientes para sala de aula, de desenho, de projeções e laboratórios, além de um museu de minérios. O prédio foi inaugurado em dezembro de 1988 e concretizava o sonho de várias gerações de alunos e professores.

Figura 56 - Laboratório de Geologia e Mineração (1988)



Fonte: Agenda ETFRN Especial, maio/1991.

Agregando a esses espaços, também teve a finalização da construção da biblioteca. Iniciada na gestão anterior (do Diretor Marcondes Mundim), a nova biblioteca nomeada “Sebastião Fernandes de Oliveira” foi concluída na gestão da Diretora Luzia Vieira de França, em meados de 1985. Com 1.045m² de área coberta, distribuída em salões para consultas, cabines individuais, salão para lançamentos e exposições, além de ambientes para administração. O prédio foi construído numa estrutura leve de alumínio e com elementos vazados, no lugar de janelas convencionais. Naquele momento, a biblioteca possuía um acervo literário ampliado em 7.415 volumes:

Figura 57 - Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira¹⁰⁹ (1985)



Fonte: Agenda ETFRN Especial, maio/1991.

Essas melhorias nos espaços educacionais tornava a instituição cada vez mais adequada e propícia ao processo de aprendizagem. É notório que os progressos implementados foram em diversos níveis, ensino, administrativo e de infraestrutura física.

Inclusive a criação desses espaços, como a biblioteca e laboratórios, ofereceu mais conforto e comodidade aos estudantes. Houve um esforço por parte da gestão para transformar esses espaços mais informatizados e eficientes, acompanhando a modernização da sociedade, proporcionando uma educação de qualidade, com a visão de preparar os

¹⁰⁹ Sebastião Fernandes foi o primeiro diretor da Escola que, à sua época, se chamava Escola de Aprendizes Artífices. Em sua homenagem, a ETFRN atribuiu seu nome à biblioteca central do atual Campus Natal Central do IFRN (Portal da Memória, IFRN, 2023).

estudantes para os desafios do mundo contemporâneo, com formação mais completa, desenvolvendo habilidades e competências essenciais para a vida profissional.

Enfatizamos que a gestão da professora Luzia de França representou um marco importante na ampliação da informatização da escola, consolidando avanços estruturais e tecnológicos que já vinham sendo moldados por gestões anteriores e que se estenderiam para as posteriores. Embora a história escrita sobre a ETFRN, de forma mais ampla, pareça muitas vezes destacar figuras como os professores Marcondes Mundim e Francisco Mariz, o período em que a professora e diretora Luzia de França esteve à frente foi crucial para o fortalecimento e modernização da instituição. Ao longo de sua liderança, a professora Luzia de França soube integrar as transformações em curso, dando continuidade às mudanças estruturais e promovendo inovações que colocaram a escola em sintonia com as demandas contemporâneas da educação, sobretudo no campo da informatização, conforme apresentado nessa seção. Esse processo não pode ser desassociado das contribuições anteriores, mas é inegável que a gestão da professora foi responsável por consolidar esse avanço tecnológico, preparando o terreno para as evoluções que ainda viriam.

3.3 DITOS E INTERDITOS: O QUE REVELAM OS SUJEITOS DESSA HISTÓRIA

As reflexões foucaultianas nos levam ao conceito que a linguagem se manifesta para além da distinção entre o significante e o significado. Presente na expressão “ser da linguagem”, onde ele constrói o método de análise histórica da linguagem, o qual sintetiza que “o domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo” (Foucault, 2008, p. 242).

Essa manifestação da linguagem está repleta de enunciados ou formações discursivas, os quais não são necessários sistematizar formalmente a estrutura linguística nem a questão interpretativa dos seus significados. A problemática central da linguagem está no que fazemos com ela, o seu uso, seu funcionamento histórico, as práticas discursivas e não-discursivas. Logo, compreendemos que a preocupação está nesse “ser da linguagem” ao uso dessa linguagem, dentro de suas práticas discursivas.

Partindo do princípio de que os falantes são conscientes do que se sabe e o que deve ser dito, há nessa fala dispersões, repartições de enunciados, que mesmo assim possuem sentido, Foucault (1986) afirma que os falantes se reconhecem, pois as significações lhes parecem naturais.

Nessa perspectiva, buscamos nos discursos dos entrevistados, através da linguagem, o que foi efetivamente dito, sem a pretensão de interpretar ou revelar verdades ocultas. Sob a ótica foucaultiana, a questão central é entender de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência de um enunciado singular e específico. Com isso, esta seção abordará os "ditos" nas diferentes cenas enunciativas das entrevistas, relacionando-os a possíveis conexões ou implicações, que chamaremos de "interditos".

Na obra "Microfísica do poder", Foucault (1992) afirma que na linguagem não há explicações lineares de causa e efeito. É importante situar as "coisas ditas" e multiplicá-las em diversos campos discursivos e em relação aos outros.

É como se o pesquisador fosse operacionalizar e analisar a linguagem, já que aquele fato está sendo narrado daquela maneira e não de outra forma. É necessário também estarmos atentos à situação, às posições sociais do falante, ao tempo narrado passado que são memórias revisitadas.

As entrevistas são procedimentos que nos permitem ter acesso ao levantamento das memórias dos falantes. Os enunciados por sua vez podem ter descontinuidade, dispersão e, em alguns casos, certa pobreza nos detalhes, murmúrios, silenciamentos ou, em outros momentos, riqueza nas explicações.

Foucault trata essas questões como *heterogeneidade discursiva*, o que não exclui a unificação. Mesmo nessas condições discursivas, há possibilidade de unificar esses fragmentos, frutos da subjetivação no exercício da fala ou da escritura pessoal. O pesquisador, por sua vez, precisará (re)constituir essa pluridiscursividade, mostrando como os temas se associam, como se distribuem nas falas dos entrevistados, construindo um conjunto que se entrelaça e se multiplica.

No discurso, o sujeito é ao mesmo tempo falante e falado, através dele, outros ditos se dizem (Fischer, 2001). Esse conceito é fundamentado em Bakhtin (2006, p.107) a respeito da *pluralidade de vozes*, pois os sujeitos, por meio dos seus enunciados, remetem-se ao outro (o interlocutor), já que "a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor".

Além disso, a enunciação, que trata do discurso interior (ou seja, o momento de tomada de consciência, onde há diálogo consigo mesmo) ou exterior; caracterizada de natureza social, portanto ideológica; polifônica, já que o destinatário presente, único, individual e intersubjetivo ("unicidade") cruza o seu discurso referindo-se a muitos outros ("discursos de outrem"). Logo, já não existe fora de um contexto social, cada locutor tem um "horizonte social" (Bakhtin, 2006, p.17). Há sempre um interlocutor. O locutor pensa e se

exprime para um auditório social bem definido. Essas afirmações formam a filosofia marxista da linguagem, que tem como base a doutrina da enunciação, como realidade da língua e como estrutura sócio-ideológica (Bakhtin, 2006).

Quando fazemos as entrevistas, estamos diante da interação verbal entre falante e interlocutor, depois partimos para o processo de transcrição e análise do que foi dito, o pesquisador utilizará de discursos indiretos para expor a compreensão dos discursos enunciados. Logo, essa “passagem do estilo direto¹¹⁰ ao estilo indireto¹¹¹ não se faz de maneira mecânica”. Pelo contrário, essa passagem de discursos implica “análise e reformulação completa, acompanhadas de um deslocamento e/ou de um entrecruzamento dos “acentos apreciativos” (Bakhtin, 2006, p.19).

A palavra (*seja ela dita ou escrita*) pela fala viva é sempre acompanhada por esses acentos apreciativos, isto é, possuem julgamentos e entonações expressivas, escolhas e distribuições de elementos carregados de sentidos, deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro (depreciativo). Esses e outros fatores apontados pelo teórico auxiliam nas significações.

A ideia de que a linguagem é heterogênea, ou seja, de que o discurso é tecido a partir do discurso do outro, que é o “exterior constitutivo”, o “já dito”. Essa heterogeneidade discursiva¹¹² pode ser entendida quando se fala ora de algum lugar, ora de outro. Nesses lugares, há “interditos” (proibições ou silenciamentos), modo de como *me situo* ou como *me deixo* ser falado, tendo em vista que o “meu” discurso pode ser “atravessado” pelo discurso do outro.

Os entrevistados se encaixam nas questões que os situam em seus lugares de fala: o *status* do enunciadador, a competência para falar sobre o assunto, falas que se encaixam em um lugar institucional (nesse caso, a ETFRN), suas relações hierárquicas com os outros sujeitos, suas relações de poder e de gênero.

Para Foucault (2008, p.31), a análise do campo discursivo compreende o enunciado “na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui”.

O discurso não é a manifestação de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua

¹¹⁰ A maneira de dizer de forma exata a fala do entrevistado.

¹¹¹ A reprodução da fala do entrevistado por meio do pesquisador, neste caso.

¹¹² Conceito utilizado por Bakhtin, 2006, p.86.

descontinuidade em relação a si mesmo. É um “espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault, 2008, p.61-62).

Além disso, o discurso está atrelado à “lei de raridade”, descrita por Foucault (2008, p.135-136), a qual “repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito”, ou seja, há emaranhados nos discursos que constroem essa formação discursiva e “cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence”. Deve-se reconhecer o “não-dito” cujo lugar ele ocupa, não reduzindo a um texto silencioso e comum.

Logo, os discursos não possuem apenas um sentido ou uma verdade, são históricos, são ditos num determinado tempo e num determinado lugar, revelam a formação social, a trajetória dos envolvidos e ainda o próprio posicionamento do pesquisador (FISCHER, 2001).

Partindo do conceito sobre arqueologia, em que se acessa os monumentos, objetos e coisas deixadas pelo passado, a análise metodológica foucaultiana é estabelecida por meio de um discurso histórico, ou seja, as palavras revelam a história assim como a arqueologia faz. Para isso, o pesquisador (ou o “arqueologista das palavras”) precisará captar as relações presentes no discurso, articular enunciados para compreendê-lo.

Os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com os outros. São constituídos de discursos, que revelam suas práticas sociais (que podem ser: discursivas e não-discursivas; *para efeito de nossa análise*, estamos nomeando de “ditos” e “interditos”) e são historicamente analisáveis (Revel, 2005, p. 33).

Sendo assim, os enunciados, uma vez ditos, em sua análise podem sofrer novos usos, tornando-se outros enunciados. No discurso - as datas, os locais, os lugares, as referências, as instituições, as vivências sociais, históricas e políticas - esses e outros elementos de cronologia ou de sequencialidade não são pontos fixos e definitivos na produção de um dado discurso. São operadores que permitirão certa linearidade para conduzir uma análise (Fischer, 2001).

Apesar de contextos vividos por Mikhail Bakhtin (1895-1975) e por Michel Foucault (1926-1984) serem diferentes, suas preocupações e seus escritos convergem para as questões da linguagem. Ambos possuem densidade temática sobre essas reflexões. Sucintamente, os pensamentos desses teóricos possuem como conceitos centrais “língua-discurso”, relações de poder, dialogismo e ética. Por isso, principiamos essas discussões teóricas a fim de compreender os processos dialógicos que acontecem nos atos de fala ocorridos nas entrevistas.

Portanto, podemos considerar que a entrevista é um conjunto de enunciados, povoados de um acúmulo de memórias, das relações, das coisas já-ditas, onde o falante *tenta*

fornecer uma sequência de informações, conectando-se ao passado com o discurso do presente. Assim, orientado por essa perspectiva singular e subjetiva das memórias de cada indivíduo, o pesquisador deve se perguntar o porquê aquele fato é narrado de tal forma e não de outra maneira.

Já na parte empírica, quando estamos diante das entrevistas, percebemos que o pesquisador tem papel fundamental para aquele momento: “estar à escuta, cientificamente e com rigor às palavras, imagens, gestos, e aos discursos pronunciados” (Bardin, 2016, p.11). Como um dos processos metodológicos, em seguida, foram feitas as análises do material verbal obtido.

As entrevistas foram realizadas no Estúdio do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD), com a colaboração do servidor Glacio Gley Menezes de Souza para as gravações. O uso do espaço e dos equipamentos foram previamente agendados no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) da instituição colaboradora (IFRN). As datas das entrevistas também foram acertadas, com antecedência, em diálogo com as agendas dos seus respectivos entrevistados.

Consideradas como entrevistas semidirletivas, já que as perguntas utilizadas foram roteirizadas, porém funcionaram como “guia”, pois outras questões foram aparecendo no decorrer das falas. Além disso, os entrevistados ficaram à vontade para acrescentar memórias ou situações que considerassem relevantes.

Utilizamos três pólos cronológicos para a organização da análise: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados (Bardin, 2016). Na pré-análise, sistematizamos as ideias iniciais, ainda quando foram elaboradas no projeto de pesquisa, que consequentemente, foram sendo aprimoradas e amadurecidas com o passar das leituras e orientações. Para constituir o *corpus*¹¹³ da pesquisa, foram coletados vários documentos¹¹⁴ no Arquivo Geral do IFRN, situado no *Campus* Natal Central; e, no portal Hemeroteca Digital, conforme já apontado nos capítulos anteriores. Ainda nessa etapa de pré-análise, também se encaixa a organização das entrevistas, como: contato com o entrevistado; material previamente lido; organização de perguntas prévias para a entrevista; estúdio de gravação e condução da entrevista; ambiente pensado para as condições de produção e situação de comunicação.

¹¹³ De acordo com Bardin (2016), *corpus* é um conjunto de documentos obtidos para serem submetidos aos procedimentos analíticos (escolhas, seleções, critérios). A amostra do material deve ser parte representativa do universo inicial, considerada a *regra da representatividade*.

¹¹⁴ Há ainda duas regras a serem observadas: a *regra da homogeneidade*, onde os documentos precisam obedecer critérios precisos de escolha; e, a *regra de pertinência*, cujos documentos devem ser adequados enquanto fonte de informação (Bardin, 2016).

Após a escuta, passamos para a segunda etapa, a exploração do material coletado, como: transcrição das entrevistas; com o uso inicialmente pelos navegadores *Transkriptor* e *Reshape*¹¹⁵, depois escuta novamente e readequação da transcrição, completando mecanicamente as operações de codificação e decomposição das situações dos atos de fala (como suspensão de falas, truncamentos, risos ou negação de respostas). Para alcançar o último pólo: o tratamento dos resultados, através das categorias de análise, com inferências e interpretações.

Para análise das respostas às questões feitas durante as entrevistas, partimos da seguinte metodologia. Dividimos as respostas segundo o critério de objeto de referência citado (*por exemplo, gestão*) e, a partir desse objeto, foram feitas as inferências. Conforme Bardin (2016), esse tipo de relação psicológica denota o simbolismo vivido pelos indivíduos face a este objeto.

As entrevistas foram gravadas com a câmera com imagem de alta definição e foram integralmente transcritas, com uso da reprodução do *Media Player* do *Windows 10*. No processo de transcrição, foram incluídas as marcas de hesitações, risos, silêncios, bem como os estímulos das entrevistadoras, como reforço de perguntas. Percebemos, em diversos momentos, falas espontâneas, após certo tempo de entrevista, em que os entrevistados se demonstraram mais à vontade.

Outro aspecto que também presenciamos foram as consideradas “encenações livres” daquilo que o entrevistado vivenciou, sentiu e pensou. Essa subjetividade, segundo Bardin (2016) é muito presente, afinal o corpo “fala” com gestos. No seu sistema de memórias e dos processos cognitivos, o entrevistado remete ao “eu”. Logo, afloram do seu inconsciente, os valores, as representações, as emoções, a afetividade. Esse “estreito desfiladeiro da linguagem” (Bardin, 2016, p. 93) se dá porque cada pessoa se utiliza dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos.

Diante disso, qualquer entrevistador-pesquisador, conhece a riqueza da fala do entrevistado, a sua singularidade, mas também conhece “discursos tortuosos, contraditórios, com buracos, digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras” (Bardin, 2016, p. 93). Cada um terá a sua maneira de revelar (ou não) sobre determinado assunto.

¹¹⁵ É um software de transcrição online que converte áudio em texto usando a Inteligência Artificial (IA) de última geração. Porém, é necessário o acompanhamento para serem inseridas entonações, pausas e pontuações. Há momentos em que a conversão não é fidedigna, por isso é importante a conferência da transcrição.

O quadro categorial privilegia a repetição de frequência dos temas, permitindo percorrer as manifestações em todas entrevistas, sendo assim chamada de “transversalidade temática” (Bardin, 2016, p. 95-97)¹¹⁶. Lembremos que cada entrevista se constrói segundo uma lógica específica, além do mais, a entrevista é mais um “discurso espontâneo do que um discurso preparado, sob a aparente desordem temática, trata-se de uma dinâmica pessoal, que rege o processo mental do entrevistado”.

De uma maneira geral, o roteiro temático da entrevista¹¹⁷ se deu basicamente pela seguinte sequência: partida (apresentação do entrevistado, justificativa da entrevista e questões com abordagem biográfica); formação profissional; ingresso e carreira na ETFRN; gestão (aspectos positivos e negativos); mudanças da ETFRN, em especial, sobre a inserção das mulheres; relação com os outros; avaliação da instituição.

Como método, estabelecemos categorias de análise a partir dos dados verbais coletados junto aos participantes, procedemos à descrição e à análise qualitativa dos resultados, a fim de evidenciar as palavras-temas (*ETFRN; Gestão; Gênero*). Agrupamos a essas palavras-temas e também as palavras que fossem iguais ou de sentido próximo. Isso nos permitiu verificar a frequência, a intensidade e julgamentos como elas foram enunciadas pelos participantes.

As palavras-temas (*ou palavras-chave - ou ainda chamadas como referentes-núcleos [RN]*) - são formas de criar a noção de tema. O nosso critério de categorização se deu por campo semântico, ou seja, foram usados “temas”, agrupados por palavras-temas (*ou equivalentes*), depois, as categorias (aqui, chamaremos de “categorias temáticas”). A categorização se comportou em duas etapas: inventário (isolar os temas de referência) e classificação (procurar certa organização das mensagens).

Observamos ainda que as análises podem ser essencialmente temáticas, mas podem aparecer temas secundários, já que estamos tratando de fluxos de memórias. Além disso, deve-se observar a abordagem avaliativa/de julgamento/de valores de cada entrevistado. Inclusive, dessa forma, podemos chegar a resultados positivos ou negativos sobre determinado tema, já que cada fala estará envolvida de suas subjetividades, conforme discutido anteriormente:

¹¹⁶ Podemos ter as repetições temáticas, porém podemos ter tipos diferentes de estruturação discursiva (BARDIN, 2016).

¹¹⁷ É nítido que em alguns temas há sequências longas nas explicações e em outras, não. Em alguns momentos, há mais detalhes em algo do que aquilo que lhe foi perguntado.

Quadro 14 - Demonstrativo da análise quantitativa¹¹⁸

Categorias temáticas	Palavras-temas (ou equivalentes)	Número de palavras iguais ou próximas do sentido e suas menções					
		Luzia Vieira de França ¹¹⁹	Marcondes Mundim ¹²⁰	Francisco Mariz ¹²¹	Thelma Rabelo ¹²²	Pablo Capistrano ¹²³	M ^a Graças Baracho ¹²⁴
ETFRN	-Citar a sigla ou nome completo ou parte dele; -Sinônimos (Escola; instituição; organização; outros).	Escola (95); ETFRN (18) [Total (113)]	ETFRN (12); Escola (126); Instituição (8) [Total (146)]	ETFRN (12); Escola (173); Instituição (100) [Total (285)]	ETFRN(23); Escola (36); Instituição (17) [Total (76)]	ETFRN(20); Escola (68); Escolinha (5); Instituição (27) [Total (120)]	ETFRN(8); Escola (82); Instituição (26) [Total (116)]
GÊNERO	- Citar o Nelma Suely ou menção à primeira aluna no curso regular; -Citar o nome da primeira gestora (Profa ^a . Luzia); -Mudanças físicas ou institucionais para o aceso de mulheres na Escola.	Mulheres (1); Alunas (1); Nelma (1). [Total (3)]	Mulheres (1); Alunas (0); Nelma (1). [Total (2)]	Mulheres (10); Alunas (6); Nelma (0). [Total (16)]	Mulheres (7); Alunas (1); Nelma (1); [Total (9)]	Mulheres (3); Meninas (4); Aluna (1) [Total (8)]	Mulheres (12); Meninas (4); Alunas (3); Professoras (6); Nelma (1) [Total (26)]

¹¹⁸ Fizemos 6 (cinco) entrevistas, na sequência: Marcondes Mundim; Luzia Vieira de França; Francisco das Chagas de Mariz Fernandes; Thelma Maria Franco Rabelo Araújo Pereira; Pablo Moreno Paiva Capistrano; Graça Baracho.

¹¹⁹ Duração da entrevista: 1h 46 min 1s

¹²⁰ Duração da entrevista: 1h 27min 53s

¹²¹ Duração da entrevista: 02h 19 min 53s

¹²² Duração da entrevista: 1h 51 min 22s

¹²³ Duração da entrevista: 1h 20 min 20s

¹²⁴ Duração da entrevista: 1h 27min 35s

GESTÃO	-Citar a própria gestão ou gestores anteriores; -Citar a relação com a gestão.	Gestão (15); Marcondes (8); Arnaldo Arsênio (1); Mariz (8). [Total (32)]	Gestão (8); Luzia (7); Arnaldo Arsênio (2); Mariz (11). [Total (28)]	Gestão (55); Luzia (51); Marcondes (34); João Faustino (18); Belchior (16). [Total (174)]	Gestão (14); Luzia (6); Marcondes (11); Mariz (15). [Total (46)]	Gestão (27); Luzia (3); Mariz (6). [Total (36)]	Gestão (14); Marcondes (6); Luzia (19); Mariz (5); Diretora (2); Diretores (1); [Total (47)]
---------------	---	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria

Para a análise quantitativa apresentada, a frequência da menção é a medida usada, ou seja, corresponde a *uma unidade de registro*. Optamos por não utilizar a média ponderada das menções, logo, não atribuímos um peso específico para cada posição em que uma palavra aparece. Sendo assim, as unidades de registro analisadas estão diretamente relacionadas à quantidade de aparições das palavras-temas (ou expressões equivalentes) e consideramos já significativa para demonstrar que o entrevistado atribui relevância, intensidade e dominação daquele tema específico.

Portanto, a Professora Luzia demonstra domínio sobre a categoria-temática 'gestão', considerando a frequência com que a utiliza (15 citações); e, o Professor Marcondes, domínio na categoria-temática "ETFRN" (cita 146 vezes). Ambos, citam poucas vezes a categoria-temática "gênero".

O Professor Mariz demonstrou bom domínio nas categorias sobre a "ETFRN", com um total de 285 citações, e na categoria "Gestão", com 174 citações. Em relação à categoria "gênero", foram encontradas 16 citações relacionadas às alunas, abrangendo questões como adaptação da escola, ensino e estágio. O Professor Mariz foi um dos entrevistados que mais abordou esse assunto, trazendo percepções relevantes sobre a temática.

Em relação à gestão, ele compartilha suas experiências e impressões sobre quatro gestores diferentes: Luzia Vieira de França, Marcondes Mundim, João Faustino e Belchior Rocha. Isso se deve à longa vivência na instituição. O Professor Francisco das Chagas de Mariz Fernandes iniciou sua jornada na ETFRN como mensageiro em 1970. Ao longo dos anos, exerceu diversas funções administrativas até se tornar um servidor efetivo no cargo de Engenheiro Civil em 1980. Dois anos depois, em 1982, ingressou como professor no curso de Segurança do Trabalho. Vale ressaltar que o Professor Mariz ocupou o cargo de diretor por

um período de 14 anos, sendo o diretor que permaneceu por mais tempo na instituição. Durante a metade da década de 90, desempenhou um papel decisivo no processo de transformação dessas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

A professora Thelma Rabelo revelou competência na categoria "ETFRN", com 76 citações; em seguida, sobre a Gestão, com 46 registros. O domínio discursivo da professora Thelma Rabelo deve-se ao percurso dentro das diversas condições dentro da instituição, seja como aluna, seja como servidora.

Na época, recém-ingressada no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, recebeu um convite do então Diretor Marcondes, no ano seguinte à sua formatura no curso técnico de Edificações, para encabeçar a Assessoria de Comunicação Social da ETFRN¹²⁵. Enquanto estudante, Thelma foi membro da diretoria do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, onde teve a responsabilidade de editar o jornalzinho da entidade estudantil, chamado Comunitec. E, quando servidora, organizou circulares internos: o Boletim Informativo; a Agenda ETFRN; e, a Revista ETFRN. Nesses 14 anos à frente do setor de Comunicação Social, a jornalista testemunhou todo o processo de democratização escolar que marcou a década de 80 e o início dos anos 90 na ETFRN¹²⁶.

Durante a entrevista do Professor Pablo Capistrano, a categoria mais frequente foi "ETFRN", com várias memórias mencionadas de sua época como aluno. Em particular, uma nova palavra surgiu, quando ele se referiu à instituição como "escolinha", indicando que já tinha percebido que a ETFRN estava se tornando algo maior do que sua representação inicial, e ele reconheceu que isso resultou no tamanho que ela possui atualmente. Isso não se limita apenas às questões estruturais ou à expansão dos *campi*, mas também abrange a ampla variedade de programas educacionais, desde cursos regulares para o ensino médio técnico até programas de pós-graduação.

Na entrevista com a professora Maria das Graças Baracho, predominou o conteúdo relacionado à categoria-temática sobre a ETFRN, totalizando 116 menções. O escopo discursivo abordou principalmente suas funções como coordenadora pedagógica, envolvendo o acompanhamento dos alunos e a divulgação dos cursos nas escolas públicas. Posteriormente, assumiu o cargo de assessora pedagógica e participou da elaboração do

¹²⁵ A administração de Marcondes Mundim contribuiu significativamente para aumentar a visibilidade da ETFRN e dos cursos ministrados pela instituição, especialmente a partir da criação da Assessoria de Comunicação Social, no final da década de 1980 (Medeiros, 2011).

¹²⁶ Essa trajetória incluiu marcos importantes, como as primeiras eleições diretas para diretor geral, a transformação do Centro Cívico em Grêmio Estudantil, a consolidação da Associação dos Servidores (ASEFRN), fundada em 1972, e a implantação da Seção Natal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Educação (SINASEFE) (Medeiros, 2011).

primeiro Projeto Pedagógico da Escola, em 1994. Além disso, foram feitas 47 menções à categoria Gestão. Diversas memórias foram compartilhadas sobre o professor e diretor Marcondes Mundim, antecessor da professora e diretora Luzia Vieira, com destaque para o processo eleitoral e os candidatos envolvidos.

O ingresso de Maria das Graças Baracho na Escola começou em 1979, quando tomou conhecimento de que a ETFRN estava em busca de um orientador educacional e deixou seu currículo na Escola para análise, como era o procedimento usual para contratações na época. Após ser aprovada, assumiu o cargo de orientadora e professora de Orientação Educacional. Quanto à sua trajetória acadêmica, realizou Mestrado e Doutorado pela UFRN, com interesse em estudos sobre tecnologias e práticas pedagógicas. Permaneceu na instituição de 1979 a 1996, ano em que se aposentou. Esse período coincidiu com o governo de Fernando Henrique Cardoso¹²⁷, marcado pelas reformas da previdência social e programas de privatizações, que ameaçavam os direitos dos servidores públicos. Por esse motivo, foi aconselhada a solicitar a aposentadoria, considerando seu tempo de serviço. No auge de sua carreira, viu-se obrigada a se aposentar, temendo perder direitos adquiridos ao longo do tempo. Durante sua atuação na instituição, desempenhou diversas funções. Mesmo após a aposentadoria, continuou prestando consultoria ou aceitando convites para trabalhos relacionados. Maria das Graças Baracho vivenciou três fases institucionais: ETFRN, CEFET e IFRN.

Quanto à análise qualitativa, durante as transcrições das falas, surgiram algumas estereotipias, como o caso de repetição de palavras ou prolongamentos fonéticos, presença da repetição de adjetivos e/ou de advérbios (os ditos “tiques de linguagem”). Observamos algumas palavras extremistas (como “sempre, jamais, nunca”) que geram proposições avaliativas - *sejam elas positivas ou negativas* - demonstrando reações fortes a determinadas perguntas; construções frasais que denotam sinais de indecisão; em outros momentos, a pobreza de léxico, demonstrando fragilidade nos detalhes. Essas informações deixamos marcadas em negrito para que nos ajudem a construir o sentido discursivo¹²⁸. A seguir, mostraremos as respostas dadas ao roteiro semiestruturado de perguntas, feitas durante as entrevistas.

¹²⁷ O governo presidencial de dois mandatos: 1º mandato (1994-1997) e 2º mandato (1998-2002). Período marcado pela implantação da política Neoliberal no Brasil.

¹²⁸ Percepções adaptadas a partir de Bardin (2016).

3.3.1 Memórias da ETFRN

De acordo com as diretrizes previamente estabelecidas para a seleção dos entrevistados, optamos por incluir gestores anteriores e posteriores à Professora Luzia, ex-alunos e servidores técnicos. Priorizamos aqueles que desempenharam funções administrativas como Diretores na ETFRN e, no caso dos ex-alunos, aqueles que estavam matriculados ativamente na ETFRN. A participação desses entrevistados é de suma importância para compreender os contextos educacionais, políticos e administrativos da Escola naquela época. Os entrevistados selecionados foram escolhidos levando em consideração suas perspectivas de gestão e experiência como alunos, visando obter informações mais abrangentes sobre esse período. Além disso, todos os discursos transcritos foram cuidadosamente analisados.

Nessa seção, questionamos aos participantes o que a Escola significou para a vida deles. O professor Marcondes Mundim não respondeu diretamente quando perguntado, porém é possível perceber em outro momento na entrevista que ele menciona a importância da Escola na sua vida:

Tem quarenta anos que eu saí daqui, né? [...] **Eu gosto daqui**, eu **sou apaixonado** por essa Escola assim. [...] Eh... eu aquilo que aquilo que deixou a gente na vida. Minha vida foi diversos lugares, né? Mas, a escola foi onde marcou mesmo assim a.. eh... o trabalho, **era tudo**, era...

(Marcondes Mundim)

O discurso é marcado por uma memória afetiva e nostálgica em relação à Escola. Ele destaca que já se passaram quarenta anos desde que saiu da escola, ressaltando o tempo decorrido. Existe uma manifestação de gosto e paixão pela ETFRN (“**Eu gosto daqui**, eu **sou apaixonado** por essa Escola”). No entanto, há interrupção na sequência discursiva com a expressão "eh..." e repetição fragmentada de palavras, o que sugere certa dificuldade em encontrar as palavras para expressar seus sentimentos.

O professor menciona que sua vida passou por diversos lugares, mas enfatiza que a ETFRN foi onde deixou uma marca significativa, possivelmente referindo-se ao impacto que teve em sua formação e trajetória profissional. A expressão "era tudo, era..." indica que a Escola teve um papel central na vida dele, mas a ideia não é totalmente desenvolvida. Nesse trecho da sua fala, entendemos que há conexão emocional com a ETFRN, embora seja expressa de forma fragmentada e com certa hesitação.

A professora Luzia de França registra a relevância da instituição para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, mesmo após quase vinte anos de afastamento:

A Escola significou **muito** pra mim. Até hoje, afastada da Escola já há quase vinte anos, né? Porque em noventa, né? Eu saí, quase há vinte anos afastada, **nunca perdi o amor por essa Escola**. Tenho um **verdadeiro amor** pela ETFRN, por quê? Porque foi aqui na ETFRN que eu me encontrei enquanto pessoa, entende? E pude crescer, crescer, crescer. **Muito, muito, muito, muito mesmo**. Por isso que hoje, hoje eu tenho maior satisfação quando eu venho nessa Escola.

(Luzia Vieira França)

Há uma repetição categórica ao descrever o crescimento pessoal experimentado na Escola, enfatizando a magnitude desse processo. O uso de expressões intensificadoras, como "muito mesmo" e "muito, muito, muito, muito mesmo", reforça a intensidade do sentimento envolvido. Luzia ressalta a satisfação atual ao visitar a escola, indicando que a conexão emocional perdura ao longo do tempo. O uso frequente de pausas e interjeições, como "né?" e "entende?", busca uma maior aproximação e compreensão dos interlocutores no momento da entrevista. Percebemos que a Professora Luzia revela apego profundo e senso de gratidão em relação à ETFRN.

O professor Francisco Mariz faz a referência à escola enquanto estabelecimento que eleva socialmente a vida dos estudantes, dentre os quais o próprio, visto que ele percorreu a trajetória de estudante da instituição a gestor máximo em seu período de atividade de representação institucional:

Em relação à Escola, a **Escola foi divisor de água na minha vida**. Então, eu acho que é a mensagem maior. E **foi divisor de água na vida de muita gente**, de milhares de pessoas, principalmente daquelas pessoas de renda baixa da sociedade. Então, isso eu acho que não tem parâmetro que faça com que a gente faça algum tipo de vinculação a isso. Ele é o parâmetro. Então, **essa é a Escola. Então, foi a Escola**. [...] Então, **ela foi diferencial na minha vida e até hoje eu sou grato**. Então, eu sou uma pessoa grata a essa instituição e vou ser até terminar a minha vida. Eu estou aposentado, o tempo está ficando curto cada vez mais. Então, é mais fácil ainda de ser grato. E sempre que tiver condições de ajudá-la, que quase hoje não tenho, mas eu poderei fazer, farei.

(Francisco Mariz)

A expressão "divisor de água" enfatiza o impacto significativo da ETFRN na vida do Professor Mariz. Além disso, ele argumenta que a instituição também foi um divisor de águas para muitas outras pessoas, especialmente aquelas de baixa renda na sociedade, resultado de sua percepção de que a Escola desempenhou papel determinante na formação de identidades e oportunidades de vida.

Mariz reforça a ideia de que a ETFRN não pode ser mensurada por parâmetros externos, sugerindo que a Escola é um parâmetro *em si mesma*. Nesse sentido, a Escola é um ponto de referência fundamental na vida das pessoas, independentemente de outros fatores. A repetição da frase "Então, essa é a Escola. Então, foi a Escola" enfatiza a convicção do Professor sobre a importância da instituição escolar em questão. O uso do tempo verbal no passado ("foi") sugere a reflexão sobre sua própria experiência escolar e como ela influenciou sua vida.

No segundo parágrafo da fala do professor Mariz, há repetições da expressão de gratidão em relação à ETFRN. Inclusive, ele destaca que até hoje é grato por essa influência positiva. Ainda mais, afirma que essa gratidão será mantida até o final de sua vida, sendo ainda mais intensa agora que está aposentado e o tempo está se tornando escasso, demonstrando senso de consciência temporal e urgência em aproveitar ao máximo o tempo restante para expressar essa gratidão.

Francisco Mariz deixa claro seu desejo de ajudar a instituição sempre que tiver condições para fazê-lo. Essa disposição em retribuir, mesmo que limitada, demonstra o apreço pela Escola.

Nossa outra entrevistada foi Thelma Maria Franco Rabelo Araújo Pereira, que ingressou na ETFRN em 1977 para cursar Edificações. Ela afirmou que, inicialmente, o curso de Edificações não era sua primeira vocação, mas decidiu ingressar na instituição devido à sua reputação. Durante sua jornada como aluna, ela enfrentou dificuldades nas disciplinas técnicas do curso. Em relação à sua formação profissional, Thelma sente que o curso não contribuiu significativamente. No entanto, ela considera a ETFRN uma escola diferenciada devido à abordagem holística que oferece aos alunos, enfatizando a formação crítica-reflexiva e proporcionando oportunidades de atuação nos campos da arte, política e esporte.

Quando aluna, Thelma fez parte do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha e ocupou o cargo de diretora cultural. Durante sua gestão, o Centro Cívico lançou o primeiro jornalzinho chamado "Comunitec". Thelma era responsável por entrevistas, escrita de poesias e artigos para o jornal.

Em 1980, ela decidiu cursar Filosofia na UFRN, mas após seis meses, recebeu um conselho do assessor de imprensa da época e amigo, Walter Medeiros, que também foi presidente do jornal local chamado A República. Ele a aconselhou a fazer o curso de Comunicação Social. Walter convidou Thelma para escrever uma pauta que foi publicada. No final desse mesmo ano, ela interrompeu o curso de filosofia e ingressou no curso de Comunicação Social, concluindo-o em 1983.

Ainda em 1980, Thelma foi chamada para trabalhar como assessora de imprensa na ETFRN. Naquela época, a estrutura de comunicação não era tão desenvolvida como é hoje. Ela foi contratada como professora-colaboradora, com um contrato de três meses renovável por mais três. Embora tenha sido contratada inicialmente para substituir Walter, Thelma acabou assumindo o cargo e desempenhando suas funções. Naquela época, ela também trabalhava na Tribuna do Norte e na Rádio Poti (mídias locais).

Em 1992, Thelma concluiu o Curso de Psicologia e começou a lecionar a disciplina de Psicologia do Trabalho no Curso de Segurança do Trabalho. Quando questionada sobre a influência da ETFRN em sua vida, ela respondeu:

Gratidão, né, por muito que ela contribuiu pra eu ser quem eu sou, né, ter essa visão de mundo que eu tenho, né, gratidão, realização, muito realizada, muito realizada com a minha trajetória aqui. Enquanto tem, a gente sabe que tem colegas que não vêm aqui, ou que se aposentaram com alguma mágoa, com alguma coisa, eu entro aqui, assim, **feliz, feliz demais**, né, gratidão, realização e reconhecimento. **Gratidão, reconhecimento e realização**. Reconhecimento por essa escola ser quem ela é, sabe, e ter passado e ter sobrevivido, né, principalmente nos últimos quatro anos passados, ao que ela sobreviveu, e ela tá aqui, e ela vai sobreviver muito mais ainda, pelas pessoas que estão aqui.

(Thelma Rabelo)

Percebemos que o discurso de Thelma enfatiza três palavras: gratidão, realização e reconhecimento, que ela sente em relação à instituição. Ela demonstra a contribuição que a Escola teve em sua formação pessoal e na maneira como enxerga o mundo. Ao mencionar que existem colegas que não têm a mesma visão positiva da ETFRN e podem se aposentar com mágoas, Thelma contrasta sua experiência pessoal com as experiências de outros. Ela acredita que a escola tem uma identidade valiosa e sobreviveu a desafios nos últimos anos. O otimismo e a confiança no futuro da instituição são atribuídos às pessoas envolvidas na instituição.

Durante sua formação inicial, Pablo Moreno Paiva Capistrano frequentou escola católica. Quando estava na oitava série, participou do Pró-Técnico, programa preparatório para a entrada de alunos na ETFRN, que existia naquela época, com aulas noturnas. O ingresso na Escola ocorria com base no empenho do aluno, inscrito no programa supracitado, que passava por avaliações nas disciplinas de Português e Matemática durante o período de um ano. Embora estudasse no Centro Educacional Maristela, não tinha ensino médio na instituição e precisava decidir entre ir para outro colégio particular da cidade ou ingressar na

ETFRN. Acabou optando pela segunda opção por duas razões: um amigo que já estudava na Escola e o desejo de aliviar o ônus financeiro dos pais, uma vez que não teriam mais que pagar mensalidade. Em 1989, Pablo ingressou como aluno do Curso de Geologia, participou brevemente do Grêmio, desempenhando funções culturais e concluiu seus estudos em 1992. Em vez de realizar o estágio, optou por escrever o relatório final, o que resultou na diplomação como Auxiliar Técnico em Geologia.

De acordo com a Organização Didática (1984), disponível no Arquivo Geral do IFRN, Campus Natal-Central, no Título II, Da Organização Didática, Capítulo I, Dos Cursos, a Escola se mantinha com cursos regulares e extraordinários. Os cursos regulares proporcionavam a formação de Técnicos de Nível Médio para o setor secundário da economia¹²⁹. Os cursos extraordinários atendiam à demanda do mercado de trabalho local, bem como ao aperfeiçoamento e atualização de alunos regulares e egressos em parceria com empresas e instituições. Os cursos regulares¹³⁰ eram estruturados em oito períodos semestrais, sendo o último destinado ao “Exercício Orientado da Profissão”, o estágio. No inciso 2º, o aluno poderia, ao concluir o 6º período, receber o Certificado de Auxiliar Técnico a nível de 2º grau, conforme aconteceu com o nosso entrevistado.

Em 1993, Pablo ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde cursou três anos de Psicologia. Durante esse período, ele também fez um ano do curso de Publicidade na Universidade Potiguar (UNP). Posteriormente, retornou à UFRN e concluiu o curso de Filosofia em 1997. Em seguida, decidiu cursar Direito na UFRN, e ao longo de sua trajetória acadêmica, verticalizou seus estudos com especializações, mestrado e doutorado na área de Letras, todos realizados na UFRN.

A partir de 1999, Pablo iniciou sua carreira docente como professor de Filosofia. Em 2009, ele retornou à instituição (agora, IFRN), onde trabalhou em três *campi* diferentes: no *Campus* Santa Cruz, por um ano. Posteriormente, atuou por volta de uns oito anos no *Campus* Natal-Zona Norte. Desde 2018, ele está lotado no *Campus* Natal-Central, onde continua exercendo suas atividades profissionais.

Pablo relatou que, em relação à ETFRN, as disciplinas técnicas não necessariamente contribuíram de forma direta para sua formação, embora ele tenha lembranças de muitos ensinamentos na área da Geologia. Porém, ele destacou que os estímulos que recebeu nas

¹²⁹ Atividades relacionadas à prestação de serviços e à indústria.

¹³⁰ No documento Organização Didática (1984), os cursos regulares ofertados naquele momento na ETFRN eram nas seguintes habilitações: Edificações; Eletrotécnica; Estradas; Geologia; Mecânica; Mineração; Saneamento.

disciplinas propedêuticas - *especialmente Artes, História e Português* - tiveram um impacto significativo na experiência como aluno e na sua formação profissional.

Pablo nos mostra como as percepções e expectativas sociais podiam variar de acordo com a classe social e influenciar a forma como a ETFRN e seus alunos eram vistos na sociedade:

Eu acho a minha impressão que era assim quando você dizia que era aluno da ETFRN, isso **dependia muito da classe social com que você estava... tendo uma interlocução**. Se você estivesse conversando com pessoas de uma classe mais alta, eles viam você como alguém que ia seguir uma carreira técnica, uma pessoa que tinha um interesse por uma questão técnica, você iria ser um engenheiro, talvez, e que o caminho era/era para você virar engenheiro, então perguntar “por que você quer fazer engenharia? Por isso, você está fazendo a Escola Técnica?”. **Quando você via por parte de pessoas que tinham uma classe social mais baixa, era meio como se fosse assim “Poxa, você realizou um sonho né, cara!”, “Você entrou na ETFRN. Isso é um sonho para você”, “É uma coisa maravilhosa que você conseguiu”**. Então era muito importante. As classes mais altas não tinham tanta importância assim, porque a garantia de entrada delas na Universidade Federal era mais certa se eles fizessem Marista, Salesiano, Colégio das Neves, entendeu? E era o que é que eles se interessavam era o curso superior. Aqui, era como se fosse assim: **ou você vai ser um técnico, ou você vai ser engenheiro**.

(Pablo Capistrano)

Essa dualidade ressaltada por Pablo reflete a percepção de diferentes perspectivas sobre a ETFRN. Enquanto para alguns a escola era vista como um centro de formação técnica, direcionada para o desenvolvimento de habilidades práticas; para outros, especialmente aqueles de classes sociais mais baixas, a ETFRN era enxergada como uma instituição que oferecia oportunidades de acesso à educação de qualidade, representando um sonho alcançado:

“Que maravilha! Meu filho conseguiu entrar na Escola. Ele passou e é um sonho que ele esteja fazendo lá”, porque é “o caminho para entrar na universidade”, você está entendendo? **Então, era como se tivessem dois lugares dela**.

(Pablo Capistrano)

Neste discurso, após algumas longas pausas, marcadas pelas reticências, com algumas repetições de palavras (“ela/ela”), o entrevistado buscou a melhor forma para *tentar* definir a categoria-temática em questão. E, finalmente, consegue desenvolver a mensagem, utilizando

uma metáfora da “ostra no mar” para descrevê-la. Segundo ele, a instituição é como uma ostra que está no mar, e para encontrar as “pérolas”, ou seja, as oportunidades valiosas, é preciso mergulhar fundo:

[...] essa instituição, ela é uma instituição que ela, ela é... Ela é uma instituição que... **ela é como uma ostra que está no mar, que você precisa muitas vezes mergulhar fundo para abrir, para encontrar as pérolas, sabe?** Às vezes, quando a gente chega, a gente fica meio perdido no oceano dela, sem encontrar onde é que está a pérola, porque ela é muito grande. Então, às vezes os alunos chegam, ficam meio perdidos. E, é, às vezes, eles mesmos não conseguem encontrar dentro dessa instituição aquelas oportunidades que eles podem retirar para transformar a vida deles, entende? Então, **é preciso ter uma atenção e uma curiosidade para além da sala de aula**, para você poder transitar por essa instituição e encontrar o local onde você vai achar a sua pérola. Entendeu? Porque o oceano é grande, então ela às vezes se perde. Então eu acho que isso seria uma mensagem. Eles procurarem estar mais atentos a isso, não ficar perdidos, ou então só na sala, porque **a instituição oferece muito mais coisas do que simplesmente uma sala de aula e as matérias que eles vão estudar.**

(Pablo Capistrano)

Com tom de voz aparentemente mais emocionado, Pablo incentiva os alunos a não se limitarem apenas à sala de aula, mas a se envolverem e explorarem todas as possibilidades que a instituição oferece.

Maria das Graças Baracho nos contou que teve conhecimento inicial da ETFRN através de sua tia, que morava nas proximidades. Segundo as percepções dela, a escola era vista como muito bonita, o espaço que ocupava impressionava, pois abrangia um quarteirão inteiro, diferentemente das demais escolas públicas, além de ser uma instituição técnica e federal. Baracho cursou Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1977. Trabalhou por muitos anos na Rede de Educação do Estado e em empresas privadas da capital.

Graça tinha uma colega com quem trabalhava e a avisou de que a ETFRN estava precisando de um orientador educacional. Para conseguir a vaga, era necessário passar por uma análise de currículo, pois não havia concurso público naquele momento. Ela, então, organizou o seu currículo, deixou-o no setor e foi aprovada. Em 1979, entrou como orientadora, assumindo o cargo de professora de Orientação Educacional. Foi assim que ela chegou à instituição.

As lembranças da Professora Graça estão bastante ligadas às questões de melhorias estruturais. Na sua narrativa, ela relembra vários financiamentos. Um desses recursos

lembrados é o programa do MEC-BIRD, que ocorreu no período de 1984 a 1988, abrangendo exatamente a gestão da Professora Luzia Vieira de França. Esse projeto visava a melhoria da qualidade do ensino na ETFRN e compreendia cinco ações: reequipamento de todos os laboratórios; aquisição de acervo institucional e recursos multimídia - o que, segundo a Professora Graça - marcou o início da educação a distância; ampliação e adaptação de instalações físicas; revisão curricular; e, capacitação de recursos humanos. As obras realizadas a partir desse convênio incluíram a construção do laboratório de estradas, o laboratório de Geologia e Mineração, da biblioteca, do auditório e da sala de projeções, equipada com sistema de som e vídeo.

A instituição foi um espaço de aprendizagem para a Professora Graça, que a descreveu metaforicamente como "um grande laboratório". Qualquer dúvida que surgisse poderia ser sanada, pois na instituição estavam presentes todos os profissionais necessários. Professora Graça compartilha conosco sua vivência na Escola:

Então **eu vivi essa instituição aqui nos corredores dela [...]**. Eu acho que é uma instituição, eu resumiria que é uma **instituição que respira ciência**. Pelo menos na minha época, eu atribuía isso aí e **eu gostava muito, me sentia muito bem aqui, me sinto ainda**. Agora, eu não tenho uma vivência hoje que eu tinha antigamente, porque eu penetrava em todos os laboratórios, conversava com todo mundo, conhecia todo mundo na época, né?

(Maria das Graças Baracho)

Como membro da Coordenação, era importante que ela conhecesse os professores e mantivesse diálogos frequentes com eles. Isso resultava na aprendizagem significativa mencionada em seu discurso. Graça também mencionou que a qualidade de vida que desfrutava atualmente, incluindo sua estabilidade financeira, deve-se em grande parte à instituição, uma vez que as condições salariais em outras esferas públicas ou privadas não seriam as mesmas.

3.3.2 Perspectivas de Gênero

O termo "gênero" surgiu pela primeira vez entre as feministas americanas por volta de 1975, quando buscavam enfatizar a natureza fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Essa palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo", os quais, por sua vez, geravam a oposição entre masculino e feminino. Esse termo foi legitimado academicamente por meio dos estudos feministas na década de 1980. Ao desenvolver o gênero como uma categoria de análise, é necessário

apresentar a experiência das mulheres, levando em consideração as desigualdades de poder (SCOTT, 1995; 2005).

Para analisar a categoria-temática “gênero”, perguntamos como era a relação da presença feminina na ETFRN e como tinha sido essa adaptação. Em resposta, o professor Marcondes narra como foi o processo de receber a aluna transferida do Rio de Janeiro, primeira aluna regular da ETFRN, e por ser filha de militar, a transferência deveria ser obrigatória. Uma das preocupações também destacadas era em relação à estrutura do banheiro, que no princípio foi um banheiro adaptado na sala dos professores e, no final do ano, com a abertura para seleção de vagas aos cursos ofertados, organizaram um pavimento com mais três banheiros femininos:

A primeira aluna que veio para cá, ela é a filha do militar. Ela veio da Escola Celso Suckow, que era o Cefet do Rio de Janeiro. Fica ao lado do Maracanã, ali. Então, a Escola do Rio, que era o Cefet do Rio, e... o pai dela, que era um militar, do RI, veio transferido para cá. Então, por lei, o militar sendo transferido, os filhos, a esposa, etc, tinham direito à matrícula em qualquer órgão público. Não tinha direito no particular, mas no órgão público era obrigado a oferecer vaga para o filho de qualquer funcionário, não precisa ser militar não, funcionário qualquer um. **Transferiu, era obrigado.** E ele veio para cá e escolheu a Escola. E, aí, **ninguém pode negar.** Foi no Conselho. Um ano antes de assumir a Direção, eu era coordenador. E... **“Como fazer?”** “Banheiro para essa menina?” A gente tinha a sala onde era a sala dos professores, tinha um banheiro lá dentro. Tinha tudo. A menina podia usar esse banheiro. Então, ela passou a usar esse banheiro. No fim do ano, **a gente viu que não deu problema nenhum.**

(Marcondes Mundim)

No pavimento principal, no terceiro andar, à esquerda, três banheiros foram destinados às alunas¹³¹. Perceberam que a presença feminina não prejudicava o comportamento entre os alunos, e a partir disso, decidiram abrir as vagas para esse público. Ele também rememora que essa mudança ajudava também o ensino, pois os alunos queriam demonstrar conhecimento para as moças ingressantes.

A ETFRN, até aquele momento, era socialmente vista como uma instituição de educação profissional destinada para o alunado masculino. Ao passar pela transformação de

¹³¹ Destacamos que, embora Nelma Suely tenha sido a primeira aluna matriculada no curso regular, conforme mencionado anteriormente, já havia mulheres frequentando a ETFRN em cursos intercomplementares, voltados para disciplinas profissionalizantes, em convênio com colégios que não ofereciam laboratórios técnico-profissionalizantes. Ainda assim, a instituição não havia providenciado banheiros para essas alunas, o que possivelmente configuraria uma forma de segregação.

Escola não-mista para Escola mista, a Direção compreendeu a necessidade de tomar decisões na organização escolar, como narrado sobre o espaço do banheiro.

A partir disso, é oportuno compreender outro aspecto do conceito de gênero, que não limita a Escola à sua utilidade funcional para os “sistemas de parentesco” (*quando se fixa o olhar sobre os universos e na organização social por meio da divisão sexual*), mas sim quando há preocupação em sustentar as relações contemporâneas entre homens e mulheres. Isso ajuda a desmontar a “noção de fixidez” dos espaços segregados por sexo, como proposto por Scott (1995, p.22).

Portanto, o Professor Marcondes Mundim alude para a nova realidade que se impôs à instituição, desde sua origem marcadamente masculina: a coeducação dos sexos (iniciada com a transferência da aluna do Rio de Janeiro). Depois disso, as repercussões acerca da inserção das mulheres no mundo do trabalho, sobretudo em áreas onde os homens predominavam, tais como extração de óleo, construção civil e estradas, dentre outros. Quanto a esse tópico, o professor Marcondes também citou a aluna, formada pela ETFRN, a conquistar o primeiro lugar em um concurso da Petrobrás:

A gente conversava muito com os professores. O cara queria mostrar para as meninas que ele estava sabendo, então aí estudava mais, incentivava, essa questão das meninas, primeira turma que formou-se, **“onde é que vamos colocar essas meninas?”**. A Petrobrás fez um concurso que foi aprovada a primeira lugar do concurso. [...] O primeiro lugar que a menina foi aprovada foi pra Bahia. Lá era um navio, era diferente, no alto-mar. Então, tinha que mudar mesmo. A estrutura lá dentro, uma mulher dentro, com 300, 400 homens [...]

(Marcondes Mundim)

Nesse trecho da entrevista, é destacado a interação entre direção, alunos e professores. Assim como o desejo dos alunos em impressionar as meninas. Essa “motivação” levava os alunos a estudarem mais. Além disso, o Professor Marcondes menciona a primeira turma de meninas que se formou e a preocupação sobre onde elas seriam colocadas. Posteriormente, num documento escrito, disponibilizado pelo Professor Marcondes, ele detalha o nome dessa aluna:

Sozinha, Míriam Cunha do Nascimento, entre centenas de homens, com a bagagem adquirida na ETFRN, se impôs no serviço, vendo-se a Petrobrás obrigada a preparar o primeiro ambiente para uma mulher em uma Plataforma.

(Marcondes Mundim)

Percebemos tanto na entrevista quanto no documento, a preocupação sobre as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres em um ambiente predominantemente masculino. Míriam foi designada para trabalhar em um navio na Bahia, um ambiente diferente e desafiador. A presença de uma mulher entre centenas de homens é destacada como uma situação que precisava ser enfrentada. Por causa disso, reparamos na fala do professor as limitações e os estereótipos de gênero que existiam naquela época.

À medida que se proporciona acesso aos recursos, sejam eles materiais ou simbólicos, o gênero torna-se intrinsecamente implicado na concepção e construção do próprio poder (SCOTT, 1995). Ou seja, a categoria de gênero se articula com o processo histórico, que evolui ao longo do tempo. No nosso caso, as mudanças aqui mencionadas impactaram a vida das alunas, proporcionando acesso à educação profissional e abrindo portas para o mercado de trabalho, modificando todas as esferas seguintes. Portanto, a abordagem adotada pela ETFRN para lidar com o novo contexto atribuiu significado e valor aos diversos gêneros, possibilitando uma tentativa de mitigar essa desigualdade de acesso tardio.

A professora Luzia relembra de algumas informações, como a primeira aluna, as mudanças para o uso do banheiro. Com poucos detalhes, comentou sobre o processo de ingresso das alunas na ETFRN e cita que tudo ocorreu de forma *tranquila*:

Olhe, aqui na Escola era só masculina. Mas, tinha o nome da menina.. era Telma. É uma carioca que o pai dela era da Marinha. Ela veio transferida de lá para cá. **Nós tivemos que mudar tudo, banheiro, uma série de coisas para poder recebê-la, porque tinha que receber, porque você não podia dizer que não ia receber, né?** Aí, ela veio, foi a primeira. Depois, apareceu mais outra. Foi aparecendo. Não, **aí agora as porteiras estão abertas. Então, aqui é masculino e feminino na Escola**, não é só masculino. Aí, pronto, aí começou, sabe? Sem celeuma nenhuma. Sabe como é? Lá vai, vai haver o curso, vai haver o exame, aí venha para cá.

(Luzia Vieira França)

Compreendemos em seu discurso que a instituição acompanhava os ditames do tempo. Como sabemos, no início, a ETFRN era exclusivamente masculina, mas com a chegada de Nelma, foram necessárias diversas adaptações para recebê-la, incluindo a modificação do banheiro e outros aspectos da estrutura.

No discurso da professora Luzia, é enfatizado que era inaceitável recusar sua matrícula, afinal “tinha que receber”¹³². Sendo a primeira aluna a frequentar a escola e,

¹³² Conforme os trâmites da legislação, é importante mencionar o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que estabelece a Lei orgânica do ensino secundário. Em particular, na seção “Do ensino secundário feminino”, são apresentadas as seguintes diretrizes: seria recomendável que a educação secundária das mulheres fosse em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina; nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, a educação destas deveria ser ministrada em classes exclusivamente

posteriormente, outras foram aparecendo. Com isso, a perspectiva de gênero na escola mudou completamente, possível observar quando ela cita que as "porteiras estão abertas", indicando que agora a escola é frequentada tanto por alunos quanto por alunas.

É perceptível que a adaptação das alunas ocorreu no âmbito da estrutura física, com a organização de banheiros, que elas pudessem usar, por exemplo. Porém, não houve modificações curriculares. Compreendemos que a alteração curricular seria algo muito mais complexo de se fazer e deveria ter sido iniciado antes da recepção à estudante transferida (e, posteriormente, às demais estudantes). No entanto, a Escola não tinha intenção de ser mista, ela foi *levada* a ser mista por força das circunstâncias, por isso não houve modificação curricular. Por outro lado, isso foi muito significativo, porque, a experiência com essas alunas deixou evidente que a adaptação curricular não era imprescindível, as alunas poderiam cursar o mesmo curso.

Aos poucos, a mudança, que inicialmente foi imposta pelas circunstâncias, deu lugar à naturalização e se desenvolveu com o tempo. Nessa transformação do ambiente escolar para o ensino misto, houve a possibilidade de igualdade nas oportunidades de educação para ambos os sexos. Porém, nem sempre as mulheres estavam presentes igualmente em todos os cursos, resultando em diferentes oportunidades de trabalho, conforme indicado pelos Relatórios do período. Durante as entrevistas com os egressos, foi perceptível que havia poucas mulheres, ou até mesmo nenhuma, em determinados cursos, conforme relatado pelos próprios entrevistados. Eles também recordaram que o quadro de professoras era bastante reduzido em comparação com o número de professores.

O professor Mariz destaca a coragem da aluna Nelma em ingressar em um ambiente predominantemente masculino. A inserção dela representou significativa mudança no comportamento dos estudantes assim como a decisão de abrir inscrições para o sexo feminino a partir do ano seguinte. Com isso, iniciava-se a mudança na política de admissão da escola, permitindo a entrada de mais meninas.

Na percepção de Mariz, a Escola é descrita como um ambiente isolado, onde os alunos eram "meio bicho do mato", aludindo que as interações sociais eram limitadas. A exemplo disso, ele faz menção ao termo "corredor polonês", dinâmica desafiadora, onde os alunos se alinhavam em corredores compridos, possivelmente para uma prática de trote:

femininas; todas as séries dos cursos clássico e científico, deveria ser ofertada a disciplina de economia doméstica. Além disso, os programas educacionais também levavam em consideração a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher dentro do lar.

[...] eu me lembro que **ela entrou numa dificuldade imensa**, ela foi muito **corajosa**, inclusive, porque ela veio, o pai dela tinha alguma ligação militar, alguma coisa, e veio transferida do Rio de Janeiro [...].

[...] E também decidiu, a partir do ano que vem, **abrir inscrições pro feminino**, né, mas a nossa escola era masculina, né, éramos, assim, **meio bicho do mato aqui, só era homem**, né, imagina só, negócio de corredor polonês, naqueles corredores compridos, né, que a escola era, basicamente, um "minhocão", assim, né, nessa época, não tínhamos todo esse parque, era o prédio principal.

(Francisco Mariz)

O professor Mariz revela algumas informações sobre a aluna Nelma Suely e outras alunas, que depois surgiram e enfrentaram desafios na área de estágio. São mencionados elementos como o banheiro exclusivo (compartilhado com as professoras) para Nelma Suely, sua coragem e tranquilidade, bem como a superação de desafios por parte de outras alunas que viriam:

[...] Ela (*em referência à aluna Nelma Suely*) tinha um **banheiro exclusivo assim para ela**, não me lembro se ela repartia com as professoras também, mas eu me lembro que foi para ela, sim, porque não tinha banheiro. Foi uma das, talvez, mais caras. **Ela era muito corajosa, muito tranquila**. A gente teve também, tem algumas alunas aqui que venceram muitos desafios, alunas na área de estágio, por exemplo.

(Francisco Mariz)

Nesse trecho seguinte, observamos sobre o pioneirismo das alunas nos estágios em plataformas de trabalho, especificamente na Petrobras. Isso indica um avanço na inclusão das mulheres nesse setor, já que, anteriormente, a Petrobras não recebia alunas, o que demonstra a importância histórica da Escola em abrir caminho para que as mulheres tivessem oportunidades de estágio nesse campo específico:

Essa escola foi a primeira escola a colocar aluno do sexo feminino, ou seja, aluna, fazer estágio em plataforma. Não havia, Petrobras não recebia feminino. Nós fizemos um trabalho, e tiveram duas alunas, que eram irmãs, que tiveram coragem, porque você faz o trabalho político, mas você não pode... E elas foram, agora eu esqueço o nome delas, mas a fisionomia delas até hoje. Foram as primeiras alunas no Brasil a irem em plataforma, trabalhar em plataforma, fazer estágio em plataforma, e depois viraram funcionárias da Petrobras. Então é coragem, porque a pessoa... Desbravaram, hoje em dia, não tem mais isso, acho que tem muitas mulheres trabalhando.

(Francisco Mariz)

As duas alunas são destacadas como exemplos de coragem. Essa decisão pode ter envolvido riscos e desafios, visto que as mulheres não eram comumente aceitas nesse

ambiente. O termo "desbravaram" sugere que elas foram pioneiras, abrindo caminho para outras mulheres no futuro. O professor conclui afirmando que atualmente não existem mais essas restrições de gênero, e que muitas mulheres estão trabalhando nesse setor. Essa observação demonstra a evolução e o progresso no sentido da igualdade de gênero no mercado de trabalho, indicando que as barreiras enfrentadas no passado estão sendo superadas.

Thelma Rabelo afirmou que não chegou a conhecer Nelma Sueli, a primeira aluna da ETFRN e precursora na entrada das alunas no ano seguinte. Em relação aos espaços adaptados para as alunas, ela nos narrou que já existiam banheiros femininos e masculinos. Perguntamos a Thelma se ela enfrentava alguma dificuldade devido ao gênero. Ela nos respondeu:

Eu não sentia nenhum tipo de preconceito absolutamente. Pelo fato de ter mais homens, o curso de mecânica tinha muito homem, muitos rapazes. O de edificações tinha muita menina, como até hoje tem. Edificação e saneamento tinha muita menina. As mulheres iam mais porque eram as que tinham menos matérias técnicas.

(Thelma Rabelo)

No seu relato, Thelma menciona que não enfrentava nenhum tipo de preconceito de gênero na instituição, sugerindo como ambiente inclusivo e acolhedor para ambos os sexos. Porém, ela observa que o curso de mecânica tinha uma predominância de homens, enquanto os cursos de edificações e saneamento contavam com uma presença significativa de mulheres, como ocorre até hoje. Thelma sugere que essa distribuição pode estar relacionada à menor carga de disciplinas técnicas exigidas nesses cursos¹³³.

Na entrevista, Thelma menciona professoras que lecionaram nas áreas de Português e Inglês e enfatiza que elas circulavam normalmente nas salas de aula, tanto com os rapazes quanto com as meninas, sem qualquer problema. Além disso, ela nos narra sobre uma professora que atuava na área técnica:

Nas áreas técnicas também. Tinha a professora Eleucia Bandeira, ela era professora de eletricidade. Ela foi a primeira, ela foi da primeira turma de engenharia civil, **foi a primeira mulher da turma de engenharia civil aqui da UFRN. E ela dava aula lá, a gente tinha aula com ela.** Lá no laboratório de edificações tinha uma casinha projetada, que ela ensinava a

¹³³ Compreendemos também que essa ideia pode perpetuar o estereótipo de que as mulheres têm naturalmente uma inclinação para áreas menos técnicas e mais sociais e/ou humanas, o que supostamente resultaria em uma menor quantidade de mulheres em disciplinas técnicas. No entanto, pode revelar certa imposição social e rótulo às mulheres.

botar os canos, o joelho dentro, não sei das quantas, aquele negócio todo. **As aulas de laboratório, tranquilas, mulheres, homens, meninos, não tinha nada.** Todo um maior respeito, tranquilidade, brincadeira.

(Thelma Rabelo)

Nas áreas técnicas, Thelma menciona a professora Eleucia Bandeira, que lecionava eletricidade - e que nos pareceu ser a única professora do curso em questão. Ela destaca que a professora Eleucia¹³⁴ foi a primeira mulher da turma de engenharia civil da UFRN. Thelma e seus colegas tinham aulas com ela no laboratório de edificações, onde havia um projeto de uma casinha na qual eles aprendiam a instalar tubulações e conexões. As aulas de laboratório são descritas como tranquilas, com a participação tanto de mulheres quanto de homens; logo, é sugerido um clima de respeito e tranquilidade durante essas aulas.

Apesar de não ter dados precisos sobre a proporção exata de gênero nos cursos ofertados pela ETFRN, Pablo Capistrano tinha como percepção que, no curso de geologia era visto como “equilibrado” em termos de diversidade de gênero, já o curso de mecânica apresentava uma discrepância significativa, com uma maioria masculina. Essa observação evidencia a existência de diferenças na composição de gênero nos diferentes cursos oferecidos pela instituição:

Eu lembro que na minha época **eu só conheci duas alunas que faziam mecânica e o resto era tudo menino.** Eletrotécnica também tinham pouca menina e tinham outros cursos como estradas, saneamento, que tinham mais e tinham edificações também, porque havia uma ideia que assim era uma coisa meio, não era explícita, entendeu? Tipo assim é proibido, não tinha nada explícito, era uma coisa cultural, eu acho que era a ideia de que, de que **as engenharias eram coisas masculinas.** Então você fazer engenharia mecânica, fazer engenharia elétrica, fazer engenharia civil, é coisa de homem. **Mulher não faz engenharia, mulher faz arquitetura.**

(Pablo Capistrano)

Em destaque, no enunciado final, observa-se que não se trata apenas de divisão de gênero, mas de categorização que associa área do conhecimento à masculinidade, sendo uma considerada mais rigorosa e desafiadora, enquanto outra é vinculada à feminilidade, associando-se à beleza. A separação histórica entre engenharia e arquitetura exemplifica essa diferenciação, caracterizando a engenharia como uma disciplina mais "dura" e a arquitetura como uma prática mais próxima das belas artes.

¹³⁴ O fato de a professora Eleucia ser mencionada na entrevista, por si só, nos leva a destacar seu contexto formativo: ela foi a primeira mulher engenheira da UFRN e a única professora da área técnica a ser lembrada, o que já indica uma diferença significativa de gênero, tanto nos cursos quanto na Escola. Aparentemente, as mulheres ministravam, em sua maioria, disciplinas propedêuticas.

Nosso entrevistado retratou que esses estereótipos de gênero presentes na sociedade, naquele momento, determinavam certas profissões. A ideia de que as engenharias são "coisas de homem" e que as mulheres são mais adequadas para áreas como a arquitetura podiam limitar escolhas e oportunidades das mulheres no campo das ciências exatas.

Quanto ao gênero relacionado à docência, Pablo comentou que havia muitos professores de um modo geral; porém, lembrava que a maioria das professoras era da formação geral e existia certa tendência para a predominância masculina em áreas específicas do currículo:

Da formação técnica de geologia... **Eu não lembro de ter tido aula com alguma professora, não lembro que era professora, digamos assim, das disciplinas técnicas. As disciplinas técnicas eram mais homens**, pelo menos na geologia e acho que talvez isso se repetisse em outros cursos também. Mas eu não tenho tanta certeza; agora da formação geral, não. A gente tinha muitas professoras.

(Pablo Capistrano)

A princípio, a professora Maria das Graças Baracho nos respondeu que a questão de gênero passava “despercebida”. No entanto, posteriormente, ela nos confirma que, em geral, os alunos predominavam na Escola, mas em todos os cursos havia mulheres, embora em menor número. Ela relata que os cursos de eletrotécnica e mecânica tinham menos mulheres, enquanto os de edificações e de saneamento contavam com uma presença feminina mais expressiva. Também destacou a preocupação da Direção com os banheiros para o uso das alunas. Na entrevista, é mencionado que havia inspetores em toda a Escola, cuja função principal parecia ser manter a ordem e o comportamento dos alunos, embora isso não tenha sido explicitado claramente:

[...] tinha uma preocupação muito grande nessa época, de/de... cuidados também. Os cuidados eram... Na época, tinham **vários inspetores aqui**. Esses inspetores tanto eram inspetores de corredor como era inspetor para andar no ginásio, andar naquele outro ali... [...] A escola muito grande. Exatamente tentando ver essa questão da mulher, porque **a mulher está chegando**, tem muitas meninas e etc. Isso aí. Havia essa preocupação.

(Maria das Graças Baracho)

Em consonância com os demais entrevistados, a professora Graça recorda que havia poucas docentes na instituição, sendo mais presentes na área propedêutica. Na área técnica, ela lembra apenas de uma professora, a professora Eleusia, que lecionava em Edificações e era engenheira. Inicialmente, essa era a realidade, mas posteriormente outras professoras começaram a ingressar em diferentes áreas. A entrevistada destaca a forte predominância masculina nos cargos de gestão:

Isso era muito presente. Essa questão da **maioria dos homens**, porque na coordenação que eu lembro muito bem da professora Luzia sentada e ao redor dela, no entorno dela, os coordenadores de cursos, então eram pouquíssimas mulheres aí. A própria direção, eu acredito que só eram duas mulheres, era a professora Luzia e a professora Selma, que era assessora. **O restante, todos homens.**

(Maria das Graças Baracho)

O discurso da Professora Graça reforça a importância da representatividade e da igualdade de oportunidades entre os gêneros no ambiente educacional.

3.3.3 Histórias da Gestão

Conforme Lück (2009), a realização de um trabalho efetivo na gestão escolar requer um foco direto no aprimoramento das competências essenciais para enfrentar os desafios em todas as dimensões educacionais. Isso implica na necessidade de estabelecer metas claras e objetivos específicos para o desenvolvimento dessas competências, ao mesmo tempo em que se cria um programa de ação direcionado para orientar os esforços em direção a um desempenho escolar bem-sucedido.

Entendemos que todos os programas de ação mencionados no período de institucionalização da ETFRN eram baseados na elaboração de planos de ação, que consistiam nas atividades a serem executadas em cada setor da Escola, juntamente com os relatórios de gestão, que documentavam os resultados dessas ações de acordo com as diretrizes previamente estabelecidas nos planos de ação.

No Relatório de 1976, assinado pelo então diretor, Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, encontramos na página 7 desse documento uma definição clara do papel de Diretor. Segundo o relatório, este seria o representante legal da Escola, desempenhava funções de administração, coordenação e supervisão de todas as atividades escolares. Para auxiliá-lo em

suas responsabilidades, o Diretor contava com o apoio direto e imediato do Gabinete e da Coordenadoria de Planejamento, bem como com Assessores de Ensino e Apoio Didático.

Diante de todo o poder que o cargo de Diretor desempenhava naquele momento, em meio a uma Escola em franca expansão, com visibilidade tanto local quanto nacional, ficamos curiosas sobre como seria estar à frente da gestão.

Por isso, nesta seção, a categoria-temática "gestão" nos auxiliará a compreender melhor como eles se sentiram quando foram diretores da ETFRN. O professor Marcondes relatou que foi importante ter sido diretor do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense¹³⁵, ainda quando jovem. Também comentou ter um bom relacionamento com políticos, militares e diversas outras figuras públicas. Outro ponto que se orgulha da gestão foi a construção do primeiro plano de ação da ETFRN, feita na administração dele e por sua equipe:

[...] **me ajudou muito foi eu já era conhecido como diretor**, o mini-**rapazinho diretor do Ateneu**, né? Naquela época. Mas, depois eu tornei-se muito conhecido. Pra mim, foi importante, não pra coisas políticas, eu nunca entrei em política. [...]

(Marcondes Mundim)

O professor Marcondes fornece informações sobre a relação entre a ETFRN e as autoridades políticas do Rio Grande do Norte. Ele afirma que todos os políticos gostavam da Escola. Compreendemos que isso indica aprovação e apreço por parte das autoridades políticas em relação à instituição, devido ao desempenho educacional, destaque nos estágios, eventos esportivos, prestígio da Escola na comunidade como fatores que atraíram a atenção e o interesse desses políticos.

Governadores, prefeitos, comandantes-generais, comandantes e o reitor da universidade (UFRN) eram mencionados como frequentadores assíduos em formaturas, entrega de medalhas esportivas e outras celebrações. O professor comenta que era enviado convite ao chefe do gabinete, e a presença das autoridades políticas era praticamente garantida. Esse detalhe sugere um procedimento formal e organizado para a participação das autoridades em eventos escolares:

Eu acho que **todos políticos gostavam daqui**. Pega vocês umas/umas fotos da Escola, formatura, esportivo, entrega das medalhas esportivas, todo ano! A/a recepção dos alunos aqui você vai ver lá: governador, prefeito, comandante-general, comandante, eh...o Reitor, **todas as autoridades do**

¹³⁵ Tradicional escola do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Campos Sales, nº 393, Bairro: Petrópolis, Natal (RN), 59020-300.

Rio Grande do Norte sentado aí na frente até no esporte. Não faltava um! Qualquer solenidade na escola, a gente mandava o convite, ia uma pessoa lá entregar o convite ao chefe do gabinete. Estava até o/o governador, estava o prefeito, estava...

[...] **O primeiro plano de ação foi feito por nós. Por nós, não; na minha administração.** A equipe toda que fez. A reunião foi lá na Casa dos Padres. Passamos três dias lá. Não tinha celular. Graças a Deus, não tinha celular.

(Marcondes Mundim)

Tivemos acesso ao material impresso do Plano de Ação Integrada, organizado em 1979, citado pelo Professor Marcondes na entrevista. Esse processo participativo de planejamento foi vanguardista, pois começou aqui e depois foi adotado por outras instituições de ensino. O documento nos chama a atenção para a ideia de que a ETFRN não poderia assumir um papel de meramente "prestadora de serviços" e que precisava atingir objetivos mais amplos da sociedade como um todo, postulando-se como um agente do processo de mudanças.

Em outro momento da apresentação do Plano de Ação, enfatizava-se que a Escola não deveria entrar em ritmo de estagnação, para que se zelasse pela regularidade e pelo bom funcionamento do ensino. Por causa desse posicionamento, tivemos a impressão de que o documento buscava uma perspectiva de mudanças com tom motivacional. Segue a imagem do material consultado:

Figura 58 - Plano de Ação Integrada (1979)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

A sucessão da Escola também foi pauta. Ao sair em abril de 1985, para assumir o cargo de Secretário de Pessoal Civil da União em Brasília, o professor Marcondes, o então Diretor da ETFRN, havia conduzido a professora Luzia Vieira de França para substituí-lo, tornando-se a “Diretora Substituta Interina”:

[...] quando chegou na metade do meu segundo mandato, eu fui convidado pra ser o Secretário de Pessoal Civil da União, que antigamente chamava de "DASP", onde todo servidor público era vinculado à nossa Secretaria lá em Brasília. Na realidade, a gente ficava... e quando uma pessoa era chamada pra um cargo desse, era um... era o mais alto cargo de funcionário público [...]. E, terminou o meu mandato, aí eu saí com direito a voltar em 1985. Abril de 85. Então, **eu designei, designada, por mim mesmo, a Professora Luzia como Diretora Substituta Interina.** E...até que podia voltar. Como eu não voltei, quando terminou o meu mandato, que eu vim aqui com a Secretária de Ensino Médio, viemos aqui assinamos tudo aqui para haver a eleição. **Houve a eleição. Então, Luzia foi eleita diretora na época.** Isso em 1987, já no final de 87. **Pronto.**

(Marcondes Mundim)

No segundo parágrafo do trecho acima, refere-se à transição de cargos e à eleição de uma nova direção para ETFRN. Temos como pontos principais, na ordem: 1) após o término do seu mandato, Mundim tinha o direito de voltar em 1985 (porém não retornou); 2) designou a Professora Luzia como Diretora Substituta Interina, ou seja, foi escolhida para ocupar o cargo de diretora temporariamente durante o período de seu afastamento; 3) houve um processo de eleição para o cargo de diretor(a) da Escola. Nesse momento, Marcondes detalha que ele e a Secretária de Ensino Médio vieram assinar documentos para viabilizar a eleição; 4) e, a partir desse processo, a Professora Luzia foi eleita diretora da ETFRN no final de 1987.

A professora Luzia lembrou e confirmou sobre a substituição do Professor Marcondes:

Eu fiquei no lugar dele [*Professor Marcondes*]. Eu era Chefe de Departamento de Ensino, né, nessa hora já era o Departamento do Ensino, **aí fiquei no lugar dele, pra tirar dois anos.** Aí tirou, eu fui e conversei com ele, “você vai voltar? Se você vai voltar, avise para você vir logo, pra gente preparar aqui a sua volta e **você ficar no seu lugar**”. Aí, ele ficou naquele negócio “vou, não vou, vou, não vou”, foi quando **houve a primeira eleição. Pronto.** Aí? Então, agora vamos eleger um Diretor. Aí, foi e elegeu. **Foi feita a eleição.**

(Luzia Vieira França)

Observamos que, tanto o Professor Marcondes quanto a Professora Luzia, utilizam a mesma expressão "pronto" no final do assunto sobre o processo sucessório por eleição. Ficou evidente que, para ambos, esse assunto os incomodou. E o uso dessa expressão nos parece que havia uma necessidade de encerrar rapidamente o assunto em questão. No primeiro momento que abordamos esse tema, eles não quiseram discutir de forma mais direta. Só no final da entrevista da Professora Luzia, quando ela se sentiu mais à vontade, relembra os candidatos e as problemáticas internas envolvidas nessa sucessão. Já o Professor Marcondes, nos passou a ideia de que não havia mais nada a ser dito ou que não teria mais informações para acrescentar sobre o tema.

Lembrando que o Professor Marcondes Mundim - que deixou a direção da ETFRN em 1985 - convocou a Professora Luzia Vieira para substituí-lo, pois assumia o cargo de Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Presidência da República. No entanto, é importante ressaltar que o Professor Marcondes apoiava outro candidato, Gilson Oliveira, que parecia estar ganhando popularidade entre os alunos e, especialmente, entre os funcionários (Diário de Natal, 1986, Edição 00207 [4]). Essa situação indica que havia certas dinâmicas nos bastidores que explicam o desconforto ao discutir esse assunto. Embora não tenha sido mencionado explicitamente no discurso verbal, essas informações podem ser percebidas por meio de gestos, como cruzar os braços e expressões faciais fechadas, quando o assunto é abordado.

A Professora Luzia expressou frustração em relação ao Professor Marcondes, o qual escreveu cartas sobre sua capacidade de dirigir uma escola daquele tamanho. A professora Iedes é citada na entrevista e foi uma das pessoas que recebeu essas cartas e, posteriormente, lhe entregou uma delas para ser lida:

Eu fiquei muito triste, porque ele pegou e fez umas cartas pra umas pessoas, sabe? Que eu era muito competente, não sei o quê, mas **não tinha capacidade pra dirigir uma escola desse tamanho**, não sei o quê. Aí, uma pessoa, a professora Iedes chegou lá. As outras receberam e mandou pra Iedes. Aí, Iedes chegou e ele chegou e disse "pegue, professora, pra... leia aí". Aí, **eu fiquei com ... em ler a carta, a carta, né?** Eu disse, pois agora é que eu vou, meu amigo, porque eu podia/ele podia ter conversado comigo, né? Aí, depois ele apareceu por aqui, veio e vinha e veio, veio, veio muito aqui. **Tinha uma pessoa que ia ser candidato dele, não estou lembrada. Devia ser Gilson.** Que ele era muito amigo de Gilson. Aí, **como é que eu era competente para ser auxiliar dele e ele confiar em mim, quando se afastou e não era competente pra ser a diretora da escola?** Aí eu digo, "ah meu amigo, espera aí, então agora nós vamos..."

(Luzia Vieira França)

Essa situação deixou Luzia desconfortável, inclusive ela não expressa diretamente o que sente e deixa em suspenso (uso de reticências) ao ler essa carta. Ela acredita que Marcondes poderia ter conversado pessoalmente em vez de expressar suas opiniões por meio de cartas. Mais adiante, é confirmado que havia uma pessoa chamada Gilson, possivelmente candidato relacionado ao Professor Marcondes, que era amigo próximo dele.

Notamos que Luzia reflete sobre a contradição presente nas cartas e questiona como pode ser considerada competente para ser assistente dele, mas ao mesmo tempo não era considerada competente o suficiente para ser a diretora da ETFRN.

Após todo o processo de eleição para o cargo de Diretor, a professora finalmente teria uma Direção realmente sua, eleita por voto direto, de forma democrática, como antes não se tinha visto na Instituição. Nesse trecho, ela comentou sobre a sua gestão e como essa função a fez crescer tanto como pessoa quanto profissional:

Melhor sempre pode ser, né? Porque quando a gente se acomoda às coisas no caminho, né. Mas eu/eu lhe digo que eu/eu pessoalmente **a direção da escola me engrandeceu muito**, minha filha, muito! **Eu aprendi a viver. Me engrandeceu demais. Quanto pessoal, quanto profissional**, quanto isso e aquilo, sabe? Mas cresci muito, muito, muito, muito, muito mesmo.

(Luzia Vieira França)

Luzia Vieira França se recorda da importância de ter vivenciado as responsabilidades da gestão e do quanto essa experiência a engrandeceu pessoal e profissionalmente. A gratidão é reforçada e sinalizada com uso repetitivo de expressões como "muito" e "engrandecer".

A professora lamentou o fato de não terem mais candidatas, mulheres, para dar continuidade à gestão da Escola. Ao mesmo tempo, ela tinha consciência que a função requer muita dedicação e tempo. Mesmo assim, comentou - *com bastante ânimo* - que se possível faria tudo de novo:

O que eu lamento é que nossas colegas que têm por aqui, eu digo muito "será que vocês não vão ter coragem de se candidatarem?" Porque é um processo seletivo agora. **"Será que vocês não vão ter coragem de aparecer uma mulher pra dirigir a Instituição?"** Porque a mulher é mais sensível, não é? E você está cuidando daqui da/da Escola como se fosse sua casa. Não é? Como se fosse sua casa. Mas, ninguém quer... ninguém. [...] **É um negócio muito trabalhoso, entende? Muito trabalhoso.** Prende muito as pessoas. Entende? Você não tem expediente pra chegar e pra sair.

(Luzia Vieira França)

Em suas memórias, Luzia Vieira França refletiu acerca da representatividade feminina para a direção da ETFRN. A professora realça a necessidade de uma mulher ocupar essa posição, por causa da sensibilidade que se acredita que as mulheres possuem. Essa sensibilidade é destacada no momento que ela faz a analogia de que quem está cuidando da Escola, age como se fosse sua própria casa¹³⁶. No entanto, põe em evidência que o cargo de gestão é muito trabalhoso e prende as pessoas, sem horários fixos de entrada e saída.

A história das professoras que atuaram no ensino do Rio Grande do Norte permite uma incursão pela história das mulheres que se dedicaram ao magistério, demonstrando comprometimento com a educação. Essas professoras estavam transformando a prática de ensinar em um ofício, além de marcarem a transição organizacional das instituições de ensino (NASCIMENTO, 2018).

O conceito "celibato pedagógico feminino", defendido por Lima (1927), cita a Lei de Reforma Primária de 1927, estabelecia que apenas professoras solteiras ou viúvas sem filhos teriam acesso ao magistério. Alguns estados brasileiros¹³⁷ proibiram estritamente que as professoras se casassem, sob pena de perderem seus cargos. Enquanto isso, os profissionais do sexo masculino não tinham restrições de forma alguma.

Desde a publicação de Celibato na Pedagogium (1921), Nestor Lima faz referência a uma lei da reforma primária em Minas Gerais que restringia o acesso ao magistério a professoras solteiras ou viúvas sem filhos. O Regulamento do Ensino Primário (Decreto nº 6.655, de 18 de agosto de 1924, que regulamenta a Lei nº 800, de 27 de setembro de 1920 - MG) menciona, no art. 305, a preferência por candidatas nessas condições no magistério público primário: "Concorrendo ao provimento de uma cadeira somente senhoras, terão preferência as solteiras ou as viúvas sem filhos." A Lei nº 800, por sua vez, reorganizava o ensino primário no Estado de Minas Gerais e estabelecia, no art. 9, que "as nomeações para o professorado primário recairão de preferência sobre normalistas solteiras ou viúvas sem filhos" (reprodução da escrita original).

Na época, alegava-se que o casamento das professoras era desaconselhado, pois acreditava-se que as tarefas domésticas e o trabalho na escola não se conciliavam adequadamente. Essa visão considerava que a mulher não seria capaz de lidar com as responsabilidades da família, cuidar dos filhos, do marido, do lar, e ainda exercer sua

¹³⁶ Essa ideia de que a educação é vista como uma extensão dos lares, como se o exercício do magistério estivesse naturalmente associado às mulheres, é mencionada por Lima (1927).

¹³⁷ No Rio Grande do Norte, não se tinha oficialmente esse assunto debatido. Ao contrário dos outros Estados, aqui existia a Lei nº 405, de 1916, Artº 224, autorizava conceder às professoras, em estado de gravidez, dois meses de licença, sendo o mês que precede o parto e o mês que sucede o parto (LIMA, 1927).

profissão. Essas idéias refletiam uma mentalidade eugenista que afirmava que o trabalho intelectual das professoras esgotaria seus nervos, tornando-as pouco aptas para a "profissão maternal". Essas concepções persistiram ao longo dos anos seguintes (Lima, 1927).

Além do debate sobre o celibato pedagógico, também está relacionada a questão da feminização do magistério. Nascimento (2018) destaca que os professores primários têm desempenhado papéis importantes em cargos de liderança, direção, redação em jornais e periódicos, além de participarem das tomadas de decisão em questões pedagógicas e educacionais.

A professora Luzia afirmou que, após sua eleição, surgiram apenas outras duas mulheres ocupando o cargo de diretora na rede nacional de Escolas Técnicas. Ou seja, a Professora Luzia além de ter sido a primeira e única mulher Diretora no período da ETFRN, por voto direto, ainda seria a única Diretora em rede nacional, apontando o seu pioneirismo:

Olha, **só tinha eu de diretora, mulher**. Aí, eu me reunia, tinha o Conselho, CONDITEC, que era o Conselho de Diretores, a gente reunia em Brasília. **Aí era eu, bendita fruta e entre/entre/entre os homens**. Só. Aí, depois teve Dona Edna, de Mato Grosso. Dona Edna morreu. Depois, Judite, que ficou, que era de Mato Grosso também¹³⁸. Aí já foi, Judite já foi eleita depois da minha eleição, né? Aí, ficou.

(Luzia Vieira França)

Finalizando sobre essa categoria-temática, Luzia reiterou por algumas vezes, durante a entrevista, o orgulho de sua trajetória na Escola até chegar ao cargo máximo como Diretora, disse:

Eu faço parte, e eu **orgulhosamente** faço parte, porque eu vim para cá, como uma simples professora. **Cheguei até o cargo de diretora**. Mas, é muito bom! **Foi muito bom**. Pra mim!!! Eu acho que até mais para mim do que para a Instituição!

(Luzia Vieira França)

Notamos em seu discurso que a professora Luzia sentia uma grande satisfação por ter progredido de professora para o cargo de diretora na ETFRN. Pela sua trajetória, constatamos que trabalhou arduamente para desenvolver suas habilidades, foi reconhecida por seu trabalho e conquistou uma posição de autoridade e liderança. Essa conquista é vista positivamente e tem um impacto significativo em sua vida pessoal, possivelmente até mais do que para a própria instituição. Ao expressar que faz parte da instituição com orgulho, a professora evidenciou um vínculo emocional com a ETFRN. Afinal, a instituição escolar é construída a

¹³⁸ Informação ainda a confirmar com a instituição citada.

partir da história dos homens, no processo pelo qual eles produzem socialmente as suas vidas. Esses sujeitos se confundem com a própria instituição (Sandano; Lombardi; Saviani; Nascimento, 2021).

No dia 14 de outubro de 2022, realizamos a entrevista com a professora Luzia. Cerca de dois meses depois, recebemos a triste notícia do seu falecimento através de uma nota oficial do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) divulgada nos canais de comunicação. A professora Luzia faleceu no dia 16 de dezembro de 2022, aos 88 anos.

Em referência ao falecimento, o professor do IFRN e historiador, Sérgio Trindade (2023), no seu site, escreveu a importância e o legado deixado pela professora:

A professora Luzia está na galeria dos gestores da instituição que, independente da forma como eram escolhidos, por indicação ou pelo voto direto, tinham envergadura profissional, intelectual e moral, um dos esteios da credibilidade que a Escola (assim, sem complemento, era conhecida a ETFRN) tão arduamente construiu. Guardemos, com zelo, a memória de Luzia Vieira de França. Ela merece demais.

Portanto, é imperativo que preservemos com cuidado a memória de Luzia, reconhecendo a dedicação e o impacto na comunidade educacional da instituição. A entrevista com o Professor Mariz ocorreu em 28 de fevereiro de 2023, após a morte da professora Luzia. Mariz sugere que a professora Luzia enfrentou algumas dificuldades durante sua gestão, possivelmente relacionadas ao contexto de redemocratização. No entanto, ele acredita que Luzia lidou bem com esses desafios e teve um bom desempenho. Por fim, ele ressalta que, em sua gestão, não enfrentou dificuldades:

Luzia teve alguma dificuldade na gestão. Mas acho que era nesse processo de **redemocratização**. Ela saiu bem, tudo, naturalmente. E, na minha gestão, nós não tivemos dificuldades.

(Francisco Mariz)

Mariz descreve sua experiência com a gestão da professora Luzia e com a do professor Marcondes em relação à transformação política na instituição:

[...] Marcondes foi realmente um diretor. E **Luzia passou por uma fase mais difícil**, assim, difícil no sentido político, né? Porque essa transformação, né? Essa mudança de não ter eleição para passar a ter. A substituição de Marcondes, que já foi um momento meio tenso, né? E aí ela foi para a eleição, primeira eleição, né? E todo mundo... Aí ela aguentou isso tudo, né? Assim, a pessoa que tem muito carisma, muito forte, Luzia. Lá do Oeste, do Alto Oeste, era o Pau dos Ferros, né? Então, **aí eu já peguei o processo**

mais, assim, mais tranquilo, né? Da história da eleição, já foi a segunda eleição, depois terceira. Aí a história já estava num processo mais democrático, tranquilo.

(Francisco Mariz)

A afirmação de que Marcondes foi "realmente" um diretor, demonstra a comparação com a professora Luzia. Deve-se considerar que Marcondes foi indicado pelo Ministério da Educação (MEC), enquanto a professora Luzia foi eleita pela comunidade acadêmica, o que levanta questões sobre a legitimidade conferida por diferentes processos de nomeação. Tal distinção não implica necessariamente que um diretor seja mais ou menos legítimo que o outro, mas provoca reflexões sobre os discursos subjacentes nas falas institucionais e os sentidos que delas se extraem. Embora a intenção do interlocutor, ao que parece, tenha sido elogiar a professora Luzia, a imprecisão linguística no uso do termo "realmente" pode comprometer o efeito desejado.

Na perspectiva de Mariz, a professora Luzia enfrentou uma fase difícil, especialmente no aspecto político, devido à transição de um sistema sem eleições para um sistema com eleições na ETFRN. Essa transformação gerou tensões e desafios, pois implicava em uma reestruturação do poder e da forma como os diretores eram escolhidos. Portanto, foi um momento tenso não apenas para Luzia, mas também para outros envolvidos nesse processo de mudança.

Além disso, Mariz destaca que Luzia passou pela primeira eleição como parte dessa transformação política. Segundo sua perspectiva, ela demonstrou carisma e força ao enfrentar o processo eleitoral e suportou todas as pressões envolvidas. Ele notou o quanto Luzia era uma pessoa influente e respeitada, capaz de liderar e conquistar o apoio necessário para ser eleita.

Mariz também observa que, quando ele assumiu como gestor, o processo de eleição já estava em sua segunda ou terceira edição, diante disso, a Escola estava progredindo em direção a um processo democrático mais estabelecido. Dessa forma, as eleições subsequentes foram mais tranquilas, com um sistema eleitoral mais consolidado e uma história de participação democrática na escolha da direção para a instituição.

Ao tratarmos sobre as questões de gestão vivenciada por Thelma Rabelo, é enfatizada a importância do registro e a documentação na ETFRN pelo incentivo do então diretor Marcondes, o qual tinha como ideário o registro de tudo. Compreendemos que esses registros serviram tanto para a salvaguarda das memórias institucionais, quanto para fins educacionais

e documentais, sendo material de referência para atividades futuras. Além de promover a transparência e auxiliar no desenvolvimento educacional:

Outra coisa que ele, que eu devo também, que a escola deve isso ao professor Marcondes, **ele também gostava muito de registrar**. Então, ele passou para mim essa ideia de que **tudo tem que ser registrado. Registrado, registrado, registrado**. A gente não tinha um repórter fotográfico aqui, mas quem fazia esse papel era o Técio, um servidor que a gente teve aqui, infelizmente já faleceu. Então, o Técio era quem fazia a cobertura fotográfica. Então, a gente fotografava tudo.

(Thelma Rabelo)

Conforme Thelma, o diretor Marcondes foi o grande responsável pela institucionalização do setor de comunicação social da ETFRN, que o percebia como um visionário para aquela época. Pois, ele dava muita importância à divulgação, tanto interna quanto externa. Com o trabalho, Thelma amadureceu bastante, pois precisava frequentar todas as reuniões administrativas, ter ciência dos protocolos, conhecer hierarquias. E, aos poucos, foi aprendendo a trabalhar na divulgação dos eventos da Escola. Portanto, Thelma destaca que a projeção que a escola teve na imprensa, durante o período do professor Marcondes, com a presença de autoridades importantes, deve-se pela ampla cobertura midiática. Essa visibilidade contribuiu para fortalecer a reputação da escola e atrair atenção para suas atividades.

Thelma ressalta as características e o comportamento profissional da professora Luzia, enfatizando sua seriedade, honestidade, retidão e rigor. Além disso, é mencionado o estado civil de Luzia, por ser solteira, que contribuía para a dedicação exclusiva ao trabalho, ou podemos inferir que ela não tinha outros compromissos familiares e/ou pessoais que a distraíssem ou dividissem sua atenção.

Também é apontado que, embora a professora Luzia não compartilhasse do mesmo interesse de Marcondes pela comunicação externa (*inclusive, essa informação nos esclareceu o motivo da diminuição de publicação nos periódicos locais consultados durante a pesquisa*), sua gestão possibilitou a organização e o crescimento da escola, proporcionando a Thelma a oportunidade de ter uma sala própria e de ter funcionários sob sua responsabilidade:

A professora Luzia, uma **mulher muito séria, muito honesta, muito correta, muito rigorosa**, assim que ela vivia para aquilo ali, **ela era solteira, ela vivia para cá**. Era professora de Biologia antes, só que ela já

não tinha, assim, diferentemente de Marcondes, ela já não tinha esse interesse todo pelos jornalistas aqui dentro, que Marcondes adorava, tem jornalista, pode trazer, ele atendia a hora que fosse, ela não, ela já, assim, ela não, digamos assim, piorizava tanto essa comunicação externa, né? **Mas foi com ela que eu consegui ter, assim, uma sala, organizar uma sala, eu passei a ter funcionários.**

(Thelma Rabelo)

Em relação às gestões, foi mencionado que nunca houve censura em relação ao que seria publicado. Destacamos a importância de Thelma como uma peça fundamental, pois por meio dos registros feitos por ela, foi possível compreender muitos dos eventos pelos quais a ETFRN passou. Com sua visão jornalística, ela organizou os principais meios de comunicação interno da época, como o Boletim Informativo e a Agenda ETFRN, respectivamente nas gestões de Marcondes Mundim e Luzia Vieira. Participando das reuniões e dos trâmites burocráticos, ela valorizava a apresentação dos dois lados, reconhecendo a necessidade de um contraponto na divulgação das informações. Ao ler seus registros, percebemos sua imparcialidade e transparência em relação aos eventos e às questões relacionadas à Escola, de acordo com Thelma: "Eu noticiava tudo, tanto o lado da direção quanto o lado do sindicato. É importante ter o contraponto, pessoal".

Quando Pablo Capistrano ingressou na ETFRN como aluno, a professora Luzia já estava na Diretoria. Pablo descreve a percepção do alunado em relação à diretora, destacando que eles já sabiam que ela era a diretora, mas o fato de ela ser uma mulher não era algo particularmente notável ou discutido entre eles:

Um tema: **"Há uma diretora mulher"**, entendeu? Até porque o resto do corpo administrativo praticamente era todo masculino, entendeu? Então era meio como se ela fosse ali, no meio de um bocado de outros Professores, que eram diretores gerais ou, sei lá, diretor de ensino, não sei o quê. **Então você não tinha muito essa consciência**, pelo menos eu não lembro de disso ser uma pauta das discussões, uma pauta dos debates, uma pauta dos alunos, dizendo **"ah, mulher"**, não havia muito isso, era **"a" diretora, entendeu?**

(Pablo Capistrano)

Porém, era discutido (*ou percebido*) o cargo de diretora de uma forma que sugere uma visão de masculinidade associada a essa posição. A expressão "meio assim" indica uma certa ambiguidade e expressa a ideia de que esse cargo é masculinizante, ou seja, está associado a características ou estereótipos considerados mais masculinos:

E o cargo da direção era meio que o tópico que a gente discutia e a gente tinha inclusive uma impressão muitas vezes que **esse cargo era um cargo até masculinizante**. Então então **ela era vista meio assim, às vezes até como um pouco uma diretora, mas num sentido assim ela ser vista como mais masculina**. Entendeu? Porque **ela estava ocupando um cargo masculino**. Então, por mais que ela fosse mulher, havia um pouco essa coisa assim.

(Pablo Capistrano)

Pablo reforça a percepção de que certas características, como ser rígido ou disciplinado, eram associadas a uma imagem tradicionalmente masculina. Logo, a presença feminina na Direção era associada a ideias de masculinidade e isso pode nos indicar uma reflexão sobre os estereótipos de gênero presentes nas estruturas de poder e liderança. Apesar disso, o gênero em si não era um assunto discutido abertamente ou relevante naquele momento:

Aquela pessoa mais **dura, disciplina?** [...] **Uma coisa que geralmente a gente identifica com uma coisa masculina, né?** Então, havia um pouco isso, mas **esse tópico do “gênero”, ele não era um tópico como é hoje. Isso eu lembro muito bem, não era um assunto**, entendeu? Era uma coisa muito ainda encoberta, muito ainda... É como se fosse algo que você passasse por cima. Entende?

(Pablo Capistrano)

Perguntei ao entrevistado como seria essa ideia masculinizante citada por ele e como ele conseguia perceber isso. Pablo descreve a aparência e o comportamento da diretora de uma forma que pode estar relacionada à imagem de autoridade e seriedade esperada em um contexto pós-ditadura militar. A diretora é descrita como tendo cabelo curto e roupas sóbrias. Essa descrição sugere estilo mais conservador e formal, transmitindo uma imagem de seriedade, reforçando a ideia de que ela exercia sua autoridade com firmeza:

Porque ela tinha um cabelo curto, lembro um **cabelo um pouco curto e umas roupas bem sóbrias**. Ela usava, não eram roupas assim, espalhafatosas, uma coisa mais sóbria. Eu lembro dela assim, com as **roupas mais sóbrias e ela séria**. Uma pessoa séria, séria, compenetrada. Então, assim tinha a gente tinha aquela, aquela coisa na época do cargo, criar uma **liturgia ao redor do cargo de seriedade diante dos alunos**, porque tem que lembrar que a gente tava saindo da ditadura militar, né?

(Pablo Capistrano)

Ainda nesse trecho, percebemos a existência da palavra "liturgia", nos remetendo à ideia de comportamentos formais em torno do cargo de diretora na época. Essa “liturgia” era uma tentativa de estabelecer uma postura de seriedade diante dos alunos, possivelmente como uma resposta ao contexto histórico de transição pós-ditadura militar, na busca por estabilidade e ordem. No fragmento seguinte, a Professora Luzia era vista como símbolo da instituição, um ponto central de referência para a autoridade e a institucionalidade:

[...] Na época, o diretor era o diretor. Ele representava a institucionalidade, então tinha uma liturgia para chegar lá. [...] Não, era uma coisa que tinha um degrau. Então, assim, **isso dava muito essa impressão. Ela era a instituição, ela era a institucionalidade. Ela representava a institucionalidade, ela era a diretora. Então ela estava num nível aqui** [*gesto com as mãos acima*], **a gente estava num outro nível aqui** [*gesto com as mãos mais para baixo*]. Agora, as demandas dos alunos, as questões que os alunos levantavam, tinham sim, muitos intermediários até chegar lá. Então assim tinha o pessoal da psicologia, tinha o pessoal da pedagogia, então você tinha níveis para poder também chegar. Então tinham essas pessoas que de certa maneira lidavam mais com as questões do dia a dia.

(Pablo Capistrano)

Ao se referir a escola de ensino médio, ou “escolinha”, notamos que ele teve a intenção de expressar que a ETFRN ainda não possuía o status de um centro universitário ou instituto. Pablo ainda destaca que, apesar da existência de liberdade para os alunos, a gestão da escola ainda tinha preocupações em controlar o comportamento dos estudantes e mantê-los sob vigilância, embora sem recorrer a métodos coercitivos:

[...] ainda tinha uma coisa, eu acho na gestão de escola, de escolinha, de escola, entendeu? **Escola aqui era uma escola, uma escola de ensino médio**, mas não era um centro universitário, não era um instituto, não era. Era uma escola ainda. Apesar da liberdade, ainda **havia uma preocupação da gestão em controlar os alunos**, mesmo que sem botar eles pra dentro de sala à força, mas mantendo eles sob certa vigilância, entendeu? [...] Então tinha um pouco na gestão essa coisa em relação aos alunos, essa coisa da tutela da escola de ensino médio, da época da ditadura, apesar de que... **era uma vigilância a distância, mas não uma interferência proibitiva**, sabe, assim não era tipo: “vamos proibir o Grêmio de se reunir”. “Vamos proibir”. Não, era mais uma vigilância a distância dizendo “vamos deixar eles fazer, mas vamos manter eles aqui sob controle. Porque para não sair da linha”.

(Pablo Capistrano)

Ele percebia o apoio institucional ao Grêmio Estudantil quanto à participação dos alunos e à organização de atividades extracurriculares, mas também evidencia a supervisão e o controle exercidos pela gestão para garantir que os eventos estivessem dentro de limites

aceitáveis. Quando os eventos se tornavam mais disruptivos ou ultrapassavam certos limites, a gestão intervinha para controlar a situação. Segue a fala de Pablo:

Então havia/havia essa coisa do/da socialização da coisa, das/da socialidade, das festas, dos eventos que eram muito forte. E eu acho, eu não lembro bem, mas **com certeza tinha apoio muito forte da instituição**. Bastante forte o apoio institucional junto do Grêmio. Então o Grêmio meio que assumia, digamos assim, o protagonismo de fazer, mas o suporte todo era dado pela gestão. A impressão que eu tenho é essa, sabe? **Quando os eventos eram eventos mais disruptivos, aí a gestão intervia para dar um freio.**

(Pablo Capistrano)

A Professora Maria das Graças Baracho relata sobre a gestão da Professora Luzia Vieira de França como alguém que mantinha bons relacionamentos, era acessível para o diálogo e as diretrizes propostas por ela eram seguidas por todos.

Graça mencionou que participou da comissão responsável pela organização do curso de Informática, durante a gestão de Luzia. Inicialmente, o curso ficou conhecido como Curso Técnico Pós-Médio de Informática Industrial, depois passou por mudanças de nome, assumindo características de uma especialização na área de Informática Industrial. Posteriormente, foi transformado em um curso regular de ensino médio. Ela ainda descreve o processo de transição da instituição de ETFRN para CEFET. Por isso, a intenção de oferecer um curso de especialização, como “pós-segundo grau”, segundo as palavras da entrevistada.

Ela também lembrou detalhadamente o processo de transição da gestão do professor Marcondes Gondim para a gestão da Professora Luzia em 1985. Graça recordou toda a trajetória de Luzia. Destacou que Marcondes demonstrava confiar na professora Luzia, por ela fazer parte de sua gestão. Diante de toda essa narrativa, escolhemos este momento da entrevista no qual a professora Graça descreve a atuação de Luzia Vieira, tanto como professora quanto como gestora:

A professora Luzia, ela era dentista e professora de biologia, **era uma excelente professora de biologia**. Ela assim, a preocupação dela era muito, fazer com que o aluno aprendesse, então isso eu lembro demais a defesa dela. Era uma professora que na verdade ela/ela não dava nenhum trabalho nisso aí, porque **ela tinha o aluno como o educando, que precisava sair diferente**. Isso era muito presente nela, era muito firme e uma excelente professora do ponto de vista também de relacionamento com o aluno. E acredito... eu não participei diretamente, mas como coordenadora, **eu percebia ela muito querida e atenta às pessoas que ela coordenava**, porque o que é que eu lembro muito bem. Havia uma sala ali no térreo, no

primeiro andar, depois da sala dos funcionários, tem uma sala bem grande, onde ela era a coordenadora pedagógica e aí ela reunia todos os coordenadores na sala dela. Então era ela, assim, de um lado, com birô dela de um lado.

(Maria das Graças Baracho)

No discurso da entrevistada, podemos resumir características sobre a atuação da professora Luzia eram a firmeza e a atenção às pessoas. Isso indica que ela era comprometida e assertiva em suas ações, ao mesmo tempo em que se preocupava com o bem-estar e o desenvolvimento de seus alunos e colegas.

Ainda sobre a gestão da professora Luzia, já havia preocupação com o atendimento ao alunado em termos de assistência estudantil, com alguns bolsistas nos setores e serviços primários disponíveis nos laboratórios médico e odontológico. A capacitação dos professores também era uma prioridade na gestão de Luzia, durante a qual foram implementados os Esquemas I e II:

Então foi implementado aqueles professores que não tinham o ensino superior e que trabalhavam na área técnica. Então veio o Esquema II, eles tiveram que fazer o Esquema II; aqueles professores que eram de educação geral, mas que não tinham uma formação pedagógica, tinham que fazer um curso que era o Esquema I. Então isso era uma política da época do governo e foi ofertado aqui esse Esquema I e II em convênio com o CEFET do Paraná. Era quem dava toda a assessoria em relação a isso aí.

(Maria das Graças Baracho)

Em 1990, enquanto ainda estava à frente da gestão, Luzia elaborou, editou e lançou uma comissão para preparar um projeto de curso superior:

Esse curso eu lembro, eu fiz parte desse projeto, eu tenho a portaria. E esse curso era pensado inicialmente era na área da construção civil, engenharia de produção. Não era engenharia de produção, porque não era na construção civil. Era uma engenharia voltada para a construção civil. Eu sei que nós preparamos o projeto, mas esse projeto não foi posto em prática.

(Maria das Graças Baracho)

Os ditos, com suas marcas textuais explícitas, e os interditos, manifestos nos gestos e no desconforto gerado por algumas perguntas durante as entrevistas — perceptíveis por cortes no discurso, expressões faciais tensas ou cruzamento de braços — são analisados e descritos aqui à luz das teorias sobre linguagem e discurso apresentadas no início desse capítulo. Portanto, mesmo que os leitores deste texto não tenham acesso às mídias das entrevistas, é possível compreender os enunciados expostos e acompanhar a construção proposta nas análises.

As análises estão fundamentadas nos pensamentos de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, os quais destacam as relações dinâmicas e complexas entre os discursos citados e os contextos narrativos. Concordamos com ambos os teóricos ao reconhecer que tudo o que é essencial está intrinsecamente presente no próprio texto (Bakhtin, 2006). No processo de interação verbal, mesmo que as falas não sejam planejadas, uma vez que são construídas com base em perguntas previamente feitas durante as entrevistas, ocorre uma organização hierarquizada das relações sociais em relação às formas de enunciação.

É fundamental realizar um trabalho de exploração e análise do próprio discurso, a fim de permitir que ele se revele em toda a sua complexidade peculiar. Dentro de cada discurso, a verdade se encontra presente, não há nada oculto. O próprio discurso coloca em funcionamento os enunciados e as relações. Analisar o discurso envolve a compreensão das relações históricas e práticas concretas que são expressas nas palavras (Foucault, 2008).

Embora os trechos reproduzidos possam parecer um sistema abstrato, é importante compreender que esse sistema é composto por elementos abstratamente isolados de unidades reais da cadeia verbal, ou seja, das enunciações. Essas considerações teóricas nos permitem acessar o movimento e a multiplicidade presentes nos discursos analisados e nos contextos em que surgem.

CAPÍTULO 4

MUITO ALÉM DA SALA DE AULA: A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA PROFESSORA E DIRETORA LUZIA VIEIRA DE FRANÇA

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.*
(Adélia Prado)

Neste capítulo, descreveremos a trajetória profissional da Professora Luzia Vieira de França e a construção do seu legado como gestora da ETFRN. O capítulo foi dividido em duas seções. Na seção 4.1, apresentaremos um perfil biográfico da Professora Luzia Vieira de França, explorando sua formação acadêmica, experiências profissionais e sua jornada até assumir um papel de destaque como Diretora da Escola, resultado do seu aprimoramento profissional que a conduziu para posições de liderança.

Na seção 4.2, intitulada "Uma gestão realmente minha" - memórias da diretora, utilizaremos as memórias da própria Diretora Luzia, a partir da entrevista concedida. Ela compartilhou suas experiências e desafios enfrentados. Essas memórias nos permitiram compreender como ela consolidou sua visão de gestão, pautada no crescimento da Escola.

A construção do capítulo ocorreu através da exploração do material transcrito da entrevista, complementado por outros documentos, como ficha funcional, Agenda ETFRN Especial 1991 e fotografias. A intenção é expor o legado deixado por essa educadora, como registro e reconhecimento de tudo que ela se dedicou para a ETFRN.

Abordaremos a gestão que compreendeu o período de 1987 a 1991, para a qual foi eleita por meio de voto direto. Essa gestão foi apoiada nas três linhas básicas: Ensino, Recursos Humanos e Administração. Neste tripé, desenvolveu ações, implantou programas e cumpriu metas. Citamos alguns feitos como: a expansão das UNEDs, Unidades de Ensino Descentralizadas da ETFRN, que beneficiava os municípios, de acordo com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implantado em 1986, que previa a construção de 200 escolas técnicas e agrotécnicas em todo o país.

Em relação ao Rio Grande do Norte, três municípios foram contemplados - Mossoró, Currais Novos e Caicó - onde seriam construídas duas UNEDs e uma Escola Agrotécnica. A exemplo disso, temos o registro fotográfico do terreno que seria cedido para a construção da UNED de Currais Novos (RN):

Figura 59 -Terreno cedido para a construção da UNED/Currais Novos (1988)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

Figura 60 - Diretora Luzia Vieira de França, professor Francisco Mariz e o Prefeito de Currais Novos, José Dantas, no Gabinete da direção geral (1988)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

Além da expansão da ETFRN, a Escola tinha como objetivo principal formar técnicos com visão crítica e, ao mesmo tempo, humanística. Para isso, a instituição voltava-se para atividades extra-classe, como: grupo de Dança Moderna e Jazz; Atelier de Artes, que reunia variados estilos de pintura, pirogravura, serigrafia e óleo sobre tela; no palco, o Grupo de Teatro estimulava e aprimorava o alunado à sensibilidade das artes cênicas; no intuito de preservar e divulgar a cultura popular nordestina, existia o Grupo Folclórico; já o Coral Prof^ª. Lourdes Guilherme, criado em 1975, era formado por 42 vozes masculinas e femininas, desenvolvia no técnico o interesse pela música; havia também a Banda de Música, formada por 70 componentes que participavam e se apresentavam em público com os clássicos da música popular brasileira, com uso de instrumentos de sopro e de percussão.

Quanto aos estágios e à empregabilidade, as empresas absorviam boa parte dos técnicos formados pela ETFRN. A Coordenadoria de Integração Escola-Empresa, setor responsável pelo encaminhamento dos alunos ao estágio supervisionado (de 850 horas, após a conclusão do curso), executava também projetos de preparação e acompanhamento de estágio e mantinha contatos com diversas empresas do Estado e do País. De 1985 a 1991, foi o período que as empresas mantiveram maior intercâmbio com a Escola e convênios para realização de cursos e encaminhamento de alunos para estágio, de acordo com os Relatórios de Atividades da ETFRN.

Em consulta ao documento físico, intitulado “Sinopse Estatística (1976-1986)”, relatório demonstrativo dos últimos 10 anos da então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, revela que nesse período a Escola teve 3.008 estágios realizados, entre os cursos ofertados, os quais eram: Edificações (703 estágios); Estradas (257); Saneamento (152); Eletrotécnica (751); Mecânica (487); Geologia (335); e, Mineração (323). Tendo, portanto, os cursos Edificações e Eletrotécnica com os maiores índices de estágios.

Os técnicos em nível médio formados na ETFRN desempenharam um papel crucial ao oferecer suporte a várias empresas que receberam incentivos financeiros da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), um órgão federal estabelecido em 1959 para promover o desenvolvimento da região Nordeste. Além disso, várias organizações em todo o país se beneficiaram significativamente da quantidade expressiva de técnicos capacitados pela Escola, incluindo a Petrobras, a Mineradora Vale do Rio Doce, as concessionárias regionais de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações, entre outras (FERNANDES, 2017).

Devido ao fato de o Rio Grande do Norte ter uma industrialização limitada e à reputação reconhecida dos técnicos formados pela ETFRN, o Estado passou a fornecer profissionais qualificados para outras regiões do país. Essa exportação de talentos é um reflexo da qualidade e excelência da formação técnica oferecida pela escola (Fernandes, 2017).

Outro aspecto importante que aconteceu na gestão da Professora Luzia foi o projeto em andamento de transformação da ETFRN em CEFET. Na época, os estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais já tinham passado por essas mudanças. A Diretora, desde 1989, vinha através de contatos telefônicos ou por escrito, buscando o andamento dessa execução. O primeiro documento a tratar do assunto foi enviado ao então Ministro da Educação, Carlos Sant’Anna, em agosto de 1989. No documento, elaborado por uma Comissão composta de professores, a Direção solicitava a transformação da Escola em CEFET, bem como a autorização provisória para o funcionamento dos cursos de 3º grau na área secundária da economia. Relacionava ainda as potencialidades econômicas do Estado - petróleo, sal, minérios, pesca e outras matérias-primas, além de um Parque Têxtil.

A transformação da ETFRN em CEFET teve o amparo da lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978¹³⁹ e foi concretizada anos depois, sem maiores despesas ao erário público, uma

¹³⁹ Conforme a descrição inicial da lei: “dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências”. No Art.I, encontramos o conceito de autarquia desses Centros: “ Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo são autarquias de regime especial, vinculadas ao Ministério da

vez que a instituição dispunha de instalações físicas ideais para ministrar aulas para o ensino técnico, além de recursos e formação qualificada suficiente para o ensino superior. Com o cumprimento dessa meta, na época era prevista a transformação de 25 escolas técnicas em CEFETs, com a criação de cursos superiores nas regiões Norte (2), Nordeste (9), Sudeste (7), Sul (4) e Centro-Oeste (3).

Segundo a proposta elaborada pela Comissão, os cursos a serem ministrados pelo CEFET/RN, de nível superior, seriam da área de Engenharia Industrial e Engenharia de Produção (*diferentemente daqueles mantidos pela UFRN*) e atenderiam a classe empresarial do Estado e região Nordeste. Somada a esses, também cogitava-se o curso de Engenharia Sanitária, pelo fato de não existir na região Nordeste, Faculdade ou Universidade, naquele momento¹⁴⁰.

De todo modo, a transformação de ETFRN para CEFET aconteceria. Seria uma questão de tempo e de trâmites burocráticos. Essa mudança representava mais desenvolvimento científico e progresso no ensino tecnológico, assim como seria benéfica para o Estado do Rio Grande do Norte e para o Nordeste, pois teria maior participação do Governo Federal na formação de recursos humanos para o desenvolvimento da região, que apresentava carência de mão-de-obra especializada.

Em relação à administração, tinha-se um quadro de pessoal qualificado: expressivo número de professores com grau superior e com doutorado, além do pessoal técnico-administrativo com profissionais de nível superior em áreas correlatas à proposta. Os servidores eram encaminhados a cursos de aperfeiçoamento, especialização e pós-graduação e participavam de seminários, encontros, visitas técnicas, simpósios e jornadas educacionais. A gestão da professora Luzia compreendia que a capacitação de recursos humanos era algo imprescindível à qualidade desejada no ensino, e oportunizou a 736 servidores cursarem essas capacitações, sejam elas de *lato* ou *stricto sensu*¹⁴¹. Somado a isso, vários eventos de nível nacional eram sediados pela ETFRN, contribuindo para maior visibilidade para a instituição.

A gestão da professora Luzia Vieira de França foi marcada por obras e reformas, como a inauguração do Laboratório de Estradas (1988) e o Laboratório de Geologia e

Educação e Cultura, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, regendo-se por esta Lei, seus Estatutos e Regimentos”. Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em 12 jun 2023.

¹⁴⁰ Essas indicações de cursos estavam na condição de propostas. Com o avanço das discussões e a efetiva transformação para CEFET em 1991, os cursos ofertados foram outros.

¹⁴¹ Informações conferidas no Relatório de Gestão (1990).

Mineração (1988); a conclusão da Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira (1985) e ampliação do acervo:

Figura 61 - Inauguração do Laboratório de Estradas (1988)¹⁴²



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

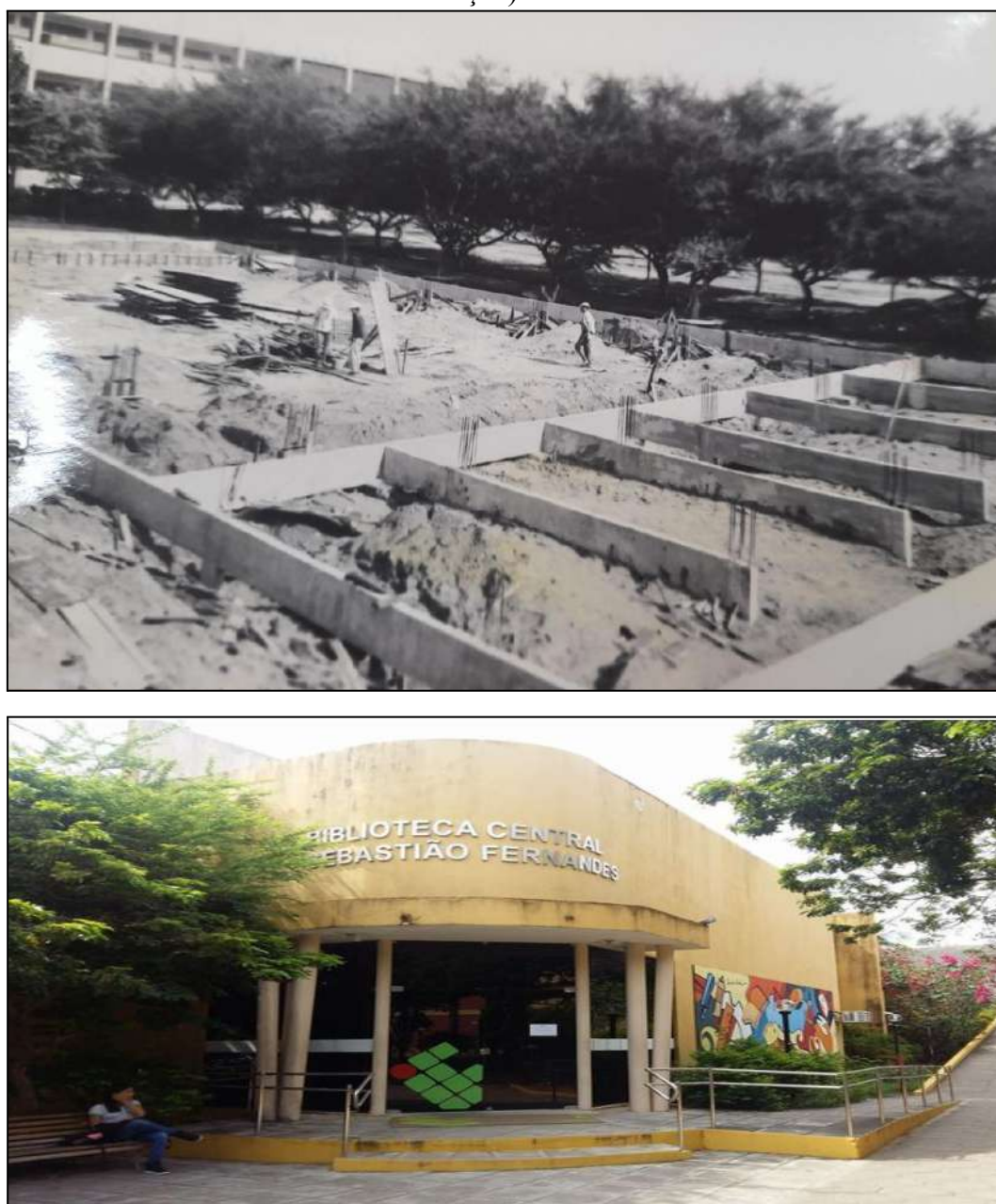
Figura 62 - Construção dos Laboratórios



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

¹⁴² Na foto, estão: Diretora Luzia Vieira de França, à sua direita, os professores Carlos Guedes Alcoforado, José Eurico de Queirós, Francisco Mariz, Aécio Flávio, Francisco Bernardino de Souza, Antônio Fernandes e alunos.

Figura 63 - Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira (antes e depois da construção)¹⁴³



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

Além dessas reformas, a informatização dos procedimentos de ensino e administrativos estava em expansão em diversos setores da ETFRN, com aquisição de equipamentos computacionais; implantação do Sistema Integrado de Apropriação e Administração Financeira (SIAFI), implantado em julho de 1989; e, Sistema Integrado de

¹⁴³ Sebastião Fernandes de Oliveira foi escritor, jornalista, jurista, professor e membro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Boletim Informativo, Edição Especial: Comemoração dos 75 anos da ETFRN, 1984). Foi também o primeiro diretor da Escola que, à sua época, se chamava Escola de Aprendizes Artífices, entre 1910 e 1936. Em sua homenagem, a direção da ETFRN atribuiu seu nome à biblioteca central do atual Campus Natal Central do IFRN (Portal da Memória do IFRN, 2022).

Acompanhamento de Gastos com Pessoal (SIAPE), que uniformizava o processamento das folhas de pagamento do serviço público federal.

Antes existia um grande galpão onde funcionavam precariamente os laboratórios de física, química e biologia. O projeto pensado foi transformar toda a infraestrutura em modernos laboratórios, que comportassem as especificidades de cada curso. A ideia partiu da então Diretora Luzia Vieira de França que solicitou a execução da obra. As obras tiveram continuidade durante toda a sua gestão. Com a conclusão, foi entregue à comunidade um novo prédio, com dois pavimentos: no andar térreo, funcionavam os novos laboratórios de Saneamento, Segurança do Trabalho e Informática. No primeiro andar, eram os laboratórios de física, química e biologia, totalizando 2.260m².

Através do levantamento feito pela administração, foi detectado certo estrangulamento na área pedagógica, que precisou ser reexaminada e reestruturada para que pudesse garantir a eficiência do ensino. As pautas como os processos avaliativos, recuperação, evasão e repetência, levaram a instituição rever e atualizar o sistema, criando o sistema de dependência. Ponto positivo ocorreu quanto à eficácia dos estágios e, consequentemente, a criação do Projeto de Preparação e Acompanhamento dos Estágios, com resultados satisfatórios.

A Direção também deu atenção especial à área de ensino. O Departamento de Ensino, através da Coordenadoria de Orientação Educacional e Pedagógica (COEP¹⁴⁴), desenvolveu projetos que visavam ambientar o aluno na escola, inserir os pais e responsáveis na compreensão do processo educativo dos seus filhos, além do atendimento individual a alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem e problemas de ordem emocional.

Com o objetivo de preencher uma lacuna no currículo dos cursos oferecidos pela ETFRN, foi estabelecida durante a administração anterior a Coordenação de Informática. Inicialmente, essa iniciativa contava com apenas cinco computadores CP-200¹⁴⁵, que atendiam a sessenta alunos. No entanto, na nova administração, houve um investimento significativo, resultando na aquisição de novos equipamentos e na ampliação do número de vagas, passando de sessenta para duzentas. Além disso, um novo laboratório foi construído para melhor atender às demandas dos alunos.

Foi também criada a Comissão Permanente de Seleção (COPES) para uniformizar os critérios para os exames de seleção que se realizavam na ETFRN. Também foi o período que

¹⁴⁴ A COEP também realizava, através do Serviço Social, levantamento sistematizado para conhecimento das condições sócio-econômicas da clientela da Instituição.

¹⁴⁵ Geralmente, essa era a configuração comercializada para os primeiros computadores domésticos no início da década de 1980.

os currículos ofertados estavam em reformulação. Inclusive, a ETFRN foi uma das escolas escolhidas pelo Ministério da Educação para coordenar o polo Nordeste. As modificações solicitadas nos currículos resultaram dos estudos feitos pelos professores e alunos, através do Conselho Técnico-Pedagógico, que entregaram à Direção as solicitações de mudanças curriculares.

A Escola também atendia a Programas de Saúde que beneficiavam alunos. A ETFRN atendia em média 1000 alunos por dia, conforme a Agenda ETFRN Especial (1991). Desde 1985, com recursos próprios, tinha o Programa Nutricional, orientado por um profissional da área de Nutrição, as refeições de almoço e lanche eram ofertadas para alunos com elevado nível de carência e aos alunos bolsistas. Já em 1984, foi implantado o Projeto *Horti-Pome*, que era uma pequena produção de frutas e hortaliças, que serviam de complemento às refeições.

No âmbito médico-odontológico, foram implementados programas de Odontologia preventiva e curativa direcionados aos alunos e servidores, os quais incluíam palestras informativas, convênios para realização de exames, distribuição gratuita de medicamentos e serviços de restaurações dentárias. Nessa mesma época, foi estabelecido um convênio com a UFRN para oferecer estágios profissionalizantes aos estudantes que concluíam o curso de Odontologia, proporcionando-lhes oportunidades de aprimoramento prático. Assim como, serviços de enfermagem e fisioterapia foram disponibilizados tanto para os alunos quanto para os servidores, visando garantir uma assistência abrangente e qualificada.

Em cumprimento à Portaria Ministerial nº 523, de 15 de outubro de 1987, a Diretora Luzia estabeleceu o Conselho Superior na Escola em 25 de março de 1988. Esse órgão tinha como objetivo deliberar sobre a política de pessoal da ETFRN, buscando aperfeiçoar e atualizar os recursos humanos da instituição (Agenda ETFRN Especial, Maio/1991).

De acordo com a Portaria mencionada, cada Escola Técnica Federal (ETF) deveria ter um Conselho Superior (CONSUP). Esse Conselho seria composto pelo Diretor da ETF, que exerceria a presidência, pelos quatro chefes de Departamentos da ETF, por dois representantes do corpo docente eleitos por seus pares, e por dois representantes do pessoal técnico-administrativo eleitos por seus pares. Os mandatos dos representantes teriam duração de dois anos, sem possibilidade de reeleição¹⁴⁶:

¹⁴⁶ Ainda hoje, o Conselho Superior (Consup) é o principal órgão do IFRN, de caráter consultivo e deliberativo, estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (IFRN, 2023).

Figura 64 - Reunião sobre a instalação do Conselho Superior da ETFRN, em abril de 1988, no Gabinete da Direção Geral¹⁴⁷



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Também foram criadas duas comissões para assessorar o CONSUP. A primeira é a CPPD¹⁴⁸ - Comissão Permanente de Pessoal Docente, instituída pela Resolução nº 07/88/CONSUP, de 22 de julho de 1988. A segunda é a CPPTA¹⁴⁹ - Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo, criada pela Resolução nº 08/88-CONSUP, de 10 de agosto

¹⁴⁷ Personagens na fotografia: Diretora Luzia Vieira de França, professores Severino do Ramo de Brito, Antônio Fernandes, José de Arimatéia Pereira e outros. Fotógrafo: desconhecido.

¹⁴⁸ Atualmente, o CPPD mantém sua função de assessoramento à Reitoria no que diz respeito à formulação e acompanhamento da política de pessoal docente do IFRN. Tem como objetivo central aperfeiçoar e atualizar o quadro de professores, garantindo a aplicação coerente do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em consonância com o disposto na Lei nº 11.784, datada de 22 de setembro de 2008, assim como no Decreto nº 7.806, emitido em 17 de setembro de 2012. Ademais, o CPPD age em conformidade com as diretrizes provenientes das normas legais e regulamentares pertinentes, bem como as orientações emitidas pelos órgãos da administração federal. Foi criada com base no Art.11, do Capítulo III do anexo ao Decreto nº 94.664, datado de 23 de julho de 1987, com atribuições claramente delineadas pela Portaria MEC nº 475, de 26 de agosto de 1987.

¹⁴⁹ A CPPTA foi reestruturada devido à expansão da Rede Federal. Em 2014, o Plano de Desenvolvimento Profissional dos Servidores (PCCTAE) foi implementado, com o intuito de fortalecer os programas de capacitação, qualificação e valorização dos técnicos-administrativos. A CIS/PCCTAE, conforme estipulada no Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação, é composta por técnicos-administrativos permanentes da instituição. Sua finalidade é assessorar o reitor na formulação e acompanhamento da política de pessoal Técnico Administrativo, garantindo a conformidade com a legislação institucional. No IFRN, essa comissão é regulamentada pela Resolução nº 09/2011 do Conselho Superior, a qual define seu propósito, composição, competências e outros aspectos pertinentes ao funcionamento (IFRN, 2023).

de 1988. Essas comissões tinham o objetivo de auxiliar o Conselho Superior em questões específicas relacionadas ao pessoal docente e ao pessoal técnico-administrativo, respectivamente.

Essas ações, junto à implantação de órgãos consultivos, evidenciam as mudanças organizacionais pelas quais a Escola passava, além de mostrar que a Direção estava em sintonia com uma gestão mais participativa e descentralizada¹⁵⁰.

Além dessas Comissões, a Professora Luzia Vieira de França, na condição de Diretora, manteve em funcionamento o Conselho Técnico-Pedagógico (o antigo Conselho de Professores) que passou a ter nova denominação em janeiro de 1988, com a reestruturação do regimento, que permitiu a inclusão de representantes do corpo discente para cada área de habilitação técnica. Assim como ainda estava em vigor o Conselho Técnico-Consultivo (criado pela Portaria nº715/MEC, de dezembro de 1981), composto pelo Diretor da Escola (presidente do CTC) e mais oito membros representantes dos vários segmentos da comunidade, o qual tinha como principais objetivos: colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela boa execução da política educacional da Instituição.

Como incentivo à produção intelectual, a ETFRN publicou diversas obras. Entre elas, a Revista da ETFRN, com diversos textos acadêmicos de professores, alunos e funcionários. Também foram publicados documentos sob a forma condensada de pequenos manuais, contendo assuntos de interesse dos servidores docentes e administrativos¹⁵¹.

Também foi na gestão da Professora Luzia, a divulgação do documento de pesquisa, elaborado pela COPLAN (Coordenação de Planejamento), a Sinopse Estatística de 1977 a 1986. Esse documento foi consultado e digitalizado no Arquivo Geral do IFRN. Ele contém quadros demonstrativos e gráficos estatísticos referentes a exames de seleção (números de inscritos e de classificados, por gênero - masculino e feminino); número de matrícula por curso¹⁵²; fluxo escolar (número de matriculados e de concluintes de cada curso);

¹⁵⁰ É essencial destacar a relevância dessas alterações administrativas para a estrutura atual. Estas mudanças desempenharam um papel fundamental na configuração presente e ainda exercem influência significativa nas tomadas de decisões do IFRN.

¹⁵¹ As produções eram desde sobre a Organização Didática; Ementário de Legislação do Ensino; Normas de Avaliação do Desempenho Docente; Política de Pessoal Técnico-Administrativo; Calendário de Atividades; Competência dos Órgãos Consultivos, de Deliberação e de Assessoramento; Regimentos Internos da CPPTA; da CPPD; do CONSUP; do Conselho Técnico Pedagógico; Manuais de Rotinas Administrativas e do Estagiário; até mesmo Regulamentos, como o da Coordenação de Pesquisa Tecnológica e Produção Industrial.

¹⁵² Eram sete (7) cursos ofertados: Edificações, Estradas, Saneamento, Eletrotécnica, Mecânica, Geologia, Mineração. Porém, no documento analisado, havia o registro do Curso de Metalurgia. Em 1977.1, teve-se a entrada de 536 alunos matriculados. Entre o segundo semestre de 1977 e durante o ano de 1978, não houveram matriculados, existindo somente mais duas entradas semestrais de alunos. Uma, em 1979.1, com 69 alunos matriculados; outra, em 1979.2, com 67 alunos. No período de 1980 a 1986, sem ocorrência de matrícula. Conforme o Relatório referente ao período de 1977 até 1986, não existiram concluintes. Dessa forma, o Curso de Metalurgia não teve continuidade na Instituição.

diplomados¹⁵³; estagiários (com o quantitativo de 3.008 alunos, *conforme detalhado anteriormente*), alunos diplomados, movimentação da biblioteca (aumento significativo de consultas e de empréstimos, em especial entre 1985 e 1986); quadro de pessoal (total de servidores que eram estatutários e aqueles que era pelo regime CLT); execução orçamentária (tabelas de orçamento e de despesas, que se dividiram entre “pessoal, outros custos e capital”), etc.

Na época, o corpo docente e servidores também tiveram acesso ao Plano de Metas da Gestão¹⁵⁴ da Professora Luzia (1988-1991) assim como os Planos de Ação¹⁵⁵, divulgados para a comunidade escolar.

A ETFRN era conhecida pelo parque esportivo que incluía quadras polivalentes, campo de futebol, ginásio coberto e piscina semiolímpica, com o objetivo de desenvolver no aluno a prática da educação física e dos desportos em geral:

Figura 65 - Construção da piscina (antes e depois)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central

¹⁵³ De acordo com a Sinopse Estatística, no período de 1977 a 1986, um total de 1.539 estudantes foram diplomados na ETFRN. Os cursos de Edificação e Eletrotécnica apresentaram os maiores índices de concluintes, com 1.048 e 1.059 diplomados, respectivamente.

¹⁵⁴ O documento se caracteriza pelas diretrizes básicas que nortearam as ações da ETFRN durante a administração da Professora Luzia à frente da Instituição no período de 1988 a 1991. Esse planejamento expressava as prioridades da Escola para o período. O Plano de Metas, material impresso, foi consultado no Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central.

¹⁵⁵ Os Planos de Ação eram documentos descritivos, com demonstrativos em quadros das ações que foram feitas a partir do planejamento prévio exposto pelo Plano de Metas. Eram divulgados anualmente. Acervo impresso foi consultado no Arquivo Geral do IFRN - *Campus* Natal-Central.

A Escola ficou conhecida por realizar os tradicionais Jogos Internos, que aconteciam no Ginásio de Esportes. Esse evento era a grande atração da cidade, conforme os nossos entrevistados relataram. Como disciplina ofertada, os alunos de todos os níveis tinham treinos e aulas de Educação Física, visando a participação nos Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNs)¹⁵⁶:

Figura 66 - Desfile de Abertura X Jogos Internos da ETFRN (24/05/1985), no Ginásio de esportes¹⁵⁷



Fonte: Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*

Ainda na gestão da Diretora Professora Luzia, a ETFRN implantou o novo curso. Segurança do Trabalho foi a 8ª habilitação da ETFRN, aprovado pelo MEC, através da Portaria nº 78/SESG, de setembro de 1989. O curso possuía 2.200 horas de carga horária, funcionava no horário noturno, tinha duas turmas e oito professores. A ETFRN chegava a ser a 11ª escola que ofertava essa habilitação. A Diretora também havia designado um grupo de trabalho para elaborar um anteprojeto de implantação do Curso Nível Médio Técnico em Informática Industrial (*porém, esse curso não chegou a ser implantado na Escola*).

Com base nas descrições apresentadas na edição especial da Agenda ETFRN, de maio de 1991, percebemos que a gestão da Professora Luzia foi caracterizada pela transparência nas atividades, pela implementação de novos procedimentos administrativos de forma dinâmica, pelo esforço em lidar com a política de pessoal e pelo atendimento às

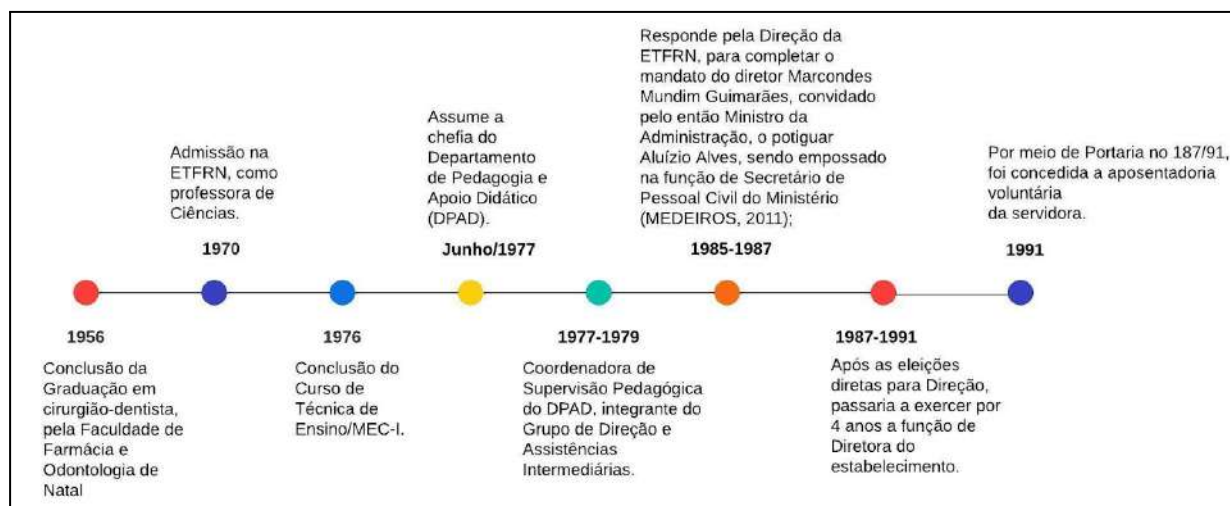
¹⁵⁶ Nos JERNs, a ETFRN se destaca no Atletismo e na Natação. A Escola possuía parque esportivo, que estimulava a prática esportiva como elemento fundamental para formação do aluno.

¹⁵⁷ Personagens: Diretor Marcondes Mundim Guimarães, professora Luzia Vieira de França (em destaque); e, alunos, servidores.

necessidades dos alunos. Ela demonstrou habilidade em conduzir, prestar contas e manter o prestígio da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte no cenário educacional brasileiro.

No entanto, durante a entrevista concedida para nossa pesquisa, a Diretora narrou algumas dificuldades quando gestora, devido ao contexto social em constante transformação. É importante ressaltar que as mudanças na sociedade podem apresentar desafios adicionais para os gestores. Apesar dessas dificuldades, a gestão da Professora Luzia foi reconhecida por seus esforços em manter a qualidade educacional, o comprometimento e o zelo pelos recursos públicos. Sua liderança contribuiu para fortalecer a reputação da instituição no âmbito educacional e evidenciou sua capacidade de adaptação às demandas em constante evolução da sociedade:

Figura 67 - Linha do tempo referente à trajetória profissional da Professora Luzia



Fonte: Elaboração própria

Após quatro anos à frente da gestão, a professora encerrou seu mandato, reafirmando as palavras proferidas em sua posse: "assumo, diante de todos, o compromisso, não de realizar o melhor que existe, mas de fazer o melhor que puder", conforme destacado pelo Editorial da Agenda ETFRN (1991).

Luzia Vieira de França, a vigésima primeira Diretora da ETFRN, fez vanguarda ao se tornar a primeira mulher a dirigir a instituição e também a primeira a ser eleita diretamente pela comunidade escolar, deixando legado significativo, demonstrou comprometimento, sendo vista como exemplo de dedicação e contribuição para a educação. Após uma administração de seis anos e uma carreira de 21 anos dedicada exclusivamente à Escola, ela encerrou seu mandato.

Conhecer a atuação da professora Luzia é ter uma história garantida, devido ao pioneirismo que ela representou. Pelo fato de não publicizar suas realizações, sua forma discreta de gerenciar a ETFRN pode ter contribuído para certa invisibilidade de seu legado. Por isso, é fundamental documentar todos os mecanismos de mudanças que ocorreram na Escola durante a sua gestão.

Nessa primeira seção, buscamos reconstituir a história da ETFRN a partir da gestão de Luzia Vieira de França. O acesso às "coisas do passado", conforme citado por Del Priore (2009), é uma forma de refazer esse caminho como se o tivéssemos vivenciado. Daí a necessidade de redigir, de maneira descritiva, os acontecimentos com base nos arquivos e documentos consultados, a fim de atribuir um tom formal e científico à narrativa.

4.1 PERFIL BIOGRÁFICO DE LUZIA VIEIRA DE FRANÇA

Conforme Bourdieu (2006, p. 186), a ideia do nome próprio como "um ponto fixo num mundo que se move" é justificada ao considerarmos os "ritos batismais" como a forma necessária de determinar uma identidade. Através dessa forma singular de nomeação, o nome próprio estabelece uma identidade social constante e duradoura, garantindo a identificação do indivíduo biológico em todas as áreas em que ele atua como agente, ou seja, em todas as possíveis histórias de vida. Dessa forma, analisaremos o nome próprio "Luzia Vieira de França" e suas áreas de atuação como agente social.

O conceito de "designador rígido" (Bourdieu, 2006, p. 187) é aplicado quando o nome próprio é atribuído a características inerentes ao indivíduo instituído, ou seja, a instituição assegura que os indivíduos designados sigam a ordem social exigida. Consequentemente, o que se verifica é uma individualidade socialmente construída, revelando um sujeito fragmentado e plural, que transcende a diversidade dos mundos da identidade socialmente determinada pelo nome próprio.

Logo, o nome próprio "Luzia", juntamente com a individualidade biológica, representou a forma socialmente instituída (*Diretora da ETFRN*), garantindo constância ao longo do tempo e unidade nos diferentes espaços sociais e campos de atuação (*familiar, pessoal, profissional, etc.*)

Somos conscientes de que ao produzir uma história de vida ou tratar a vida como uma narrativa coerente, com eventos significativos e direcionados, podemos nos deparar com uma *ilusão biográfica* (Bourdieu, 2006). Por esse motivo que, na condição de pesquisadora,

aceito a existência narrada, reconhecendo que nem sempre a sucessão dos fatos segue uma lógica linear de início, meio e fim.

Após a coleta das informações, buscamos dar sentido e extrair uma lógica na construção da trajetória de vida da professora Luzia. Além disso, é importante notar que, o mesmo agente social, ocupa diversas posições, está em constantes transformações, tornando a narrativa entrelaçada com outras relações e subjetividades.

Portanto, nosso objeto de investigação, a Professora Luzia, "se entrega" à entrevista, narrando acontecimentos que nem sempre estão em uma sucessão cronológica, mesmo assim percebemos a sua intenção de organizá-los em sequências ordenadas para tornar as relações coerentes.

Toda narrativa de vida necessita seguir uma cronologia de eventos, porém, a vida é uma construção feita de acasos. A história de vida permite a observação de diversos fenômenos. O indivíduo não existe isoladamente, mas sim numa rede de relações sociais diversificadas. Na vida de um indivíduo, entrelaçam-se fatos e forças sociais, assim como o próprio indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem com o contexto social ao qual ele pertence (Le Goff, 1990).

Na perspectiva da micro-história, cada indivíduo estudado é situado em uma trajetória específica e, ao mesmo tempo, em sua relação com os outros no contexto de uma sociedade mais ampla. Os indivíduos representam mais do que eles mesmos e, cada um à sua maneira, expressam algo do coletivo do qual não podem se desvincular (Levi, 1992; Revel, 1998; Karsburg, 2016).

Através da redução de escala, é possível perceber determinados aspectos de um acontecimento que, se analisados em uma escala mais ampla, provavelmente passariam despercebidos. Em outras palavras, conduzir uma pesquisa histórica a partir de uma escala reduzida não significa apenas diminuir o tamanho do objeto, "mas sim modificar sua forma e sua trama" (Revel, 1998, p. 20).

Segundo os teóricos da micro-história tomados como referência (Ginzburg, 2007; Levi, 1992; 2016), todo indivíduo só vale por aquilo que o singulariza. Para descobrir essa singularidade, uma abordagem é confrontar o sujeito ao grupo que se assemelha a ele. O ponto de partida é investigar o lugar do indivíduo no mundo e situá-lo em seu contexto histórico, a fim de compreender quais recursos estavam ao seu alcance. Levi (2016) cita Marc Bloch (2002) ao recordar o ensaio que conceitua a comparação. Aconselha-se comparar para encontrar diferenças, e não semelhanças, a fim de identificar o que particulariza o sujeito.

As coisas pequenas são examinadas através do microscópio para possibilitar grandes descobertas. Com essa analogia, Levi (2016) conceitua a micro-história como uma abordagem na qual qualquer fragmento pode sugerir informações valiosas quando examinado com atenção. Trata-se de trazer à luz o que antes passava despercebido, porque estava ocultado dentro de documentos, onde muitas vezes são determinados socialmente e concebidos de tal maneira a encobrir grupos minoritários. Dessa forma, ele sugere que talvez fosse mais apropriado não chamar de *micro-história*, mas sim de uma história *mirada* com microscópio.

Além desses conceitos, é importante distinguir as expressões "biografia" e "trajetória". A biografia abrange a totalidade da vida de um indivíduo, analisando os diversos momentos ao longo da existência. Por outro lado, a trajetória não necessariamente aborda toda a vida do sujeito; em vez disso, busca focar nas análises de um período específico. Independentemente de se optar por uma abordagem de biografia ou trajetória – abrangendo toda ou parte da vida do sujeito – a ênfase principal está na reconstrução detalhada dos passos do biografado. Isso requer a utilização de um máximo possível de fontes, de preferência provenientes de naturezas distintas. Essas fontes devem ser sistematicamente confrontadas para garantir uma abordagem rigorosa e completa (Karsburg, 2016).

Dito isso, optamos por utilizar a expressão “perfil biográfico” que implicará na análise do indivíduo (*professora Luzia*), que representa uma estrutura social e nos permite refletir as tensões características de uma determinada época. Tendo em vista que o indivíduo se apropria e se impregna das transformações vividas, sejam elas sociais, culturais, políticas, religiosas, ou outras. Desse modo, o objeto investigado se apresenta como um agente crítico e, simultaneamente, como produto das circunstâncias de sua época (Del Priore, 2009).

O perfil biográfico da professora Luzia foi construído com base em informações coletadas nas seguintes fontes: entrevista com a própria pessoa bem como a análise de documentos vinculados a sua formação profissional e acadêmica.

Luzia Vieira de França, nascida em 13 de dezembro de 1934, é filha de Francisco França de Souza e Adelia Vieira de França, e faz parte de uma família de nove irmãos. Ela é natural da cidade de Pau dos Ferros, localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN), aproximadamente 389 km da capital Natal.

Luzia chegou em Natal aos 8 anos de idade. Sua trajetória educacional incluiu passagens pelo Colégio das Neves¹⁵⁸, onde iniciou no terceiro ano primário e concluiu o

¹⁵⁸ Tradicional colégio religioso e particular de Natal foi fundado em 1933. Em seus primeiros anos, atendia alunas em ambos regimes: externo, onde elas frequentavam a escola apenas durante o período das aulas e

“Científico”¹⁵⁹, além de obter o diploma de Técnico de Contabilidade. Durante esse período, ela viveu como interna por quatro anos junto às Irmãs do Amor Divino¹⁶⁰. Após essa fase, Luzia prosseguiu com os estudos e realizou o vestibular, sendo aprovada na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal. Após concluir a graduação, ela retorna para a cidade natal, Pau dos Ferros:

Figura 68 - Diploma de Odontologia de Luzia Vieira de França, em 1955



Fonte: Arquivo da pasta funcional, cedido pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Reitoria/IFRN)

O diploma de Luzia é assinado pelo então Diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, bem como professor da disciplina Clínica Odontológica, José Cavalcanti Melo, conferindo-lhe o título de Cirurgiã-Dentista no dia 17 de dezembro de 1955.

retornavam para casa; e interno, no qual as alunas residiam e permaneciam na instituição de ensino durante todo o período letivo. Atualmente, não há mais o regime de internato e o colégio oferece desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Sua localização está na Avenida Coronel Estevam, Praça Pedro II, nº 21, Bairro Alecrim, Natal (RN), CEP 59030-000.

¹⁵⁹ No contexto brasileiro, o ensino científico era uma modalidade do Ensino Médio que priorizava o estudo de disciplinas como Matemática, Física, Química, Biologia e outras ciências naturais. Ao mesmo tempo, havia outra modalidade de ensino conhecida como "ensino clássico", que enfatizava disciplinas humanísticas e linguísticas.

¹⁶⁰ Congregação feminina de ordem religiosa católica que era vinculada ao Colégio das Neves.

Lembremos que, com a expansão do ensino médio e universitário, a escolaridade feminina foi ampliada em diversas áreas do conhecimento, o que gerou um impacto significativo no mercado de trabalho. As mulheres se tornaram mais competitivas e capacitadas para enfrentar resistências e preconceitos, permitindo-lhes adentrar setores que antes eram pouco acessíveis (Matos; Borelli, 2013).

O curso de Odontologia foi oficialmente institucionalizado no Brasil em 1884 e, ao longo do tempo, também se tornou uma opção para as mulheres, especialmente as solteiras ou aquelas que desejavam atender uma clientela feminina e infantil, onde eram mais bem recebidas. As dentistas eram reconhecidas por sua abordagem mais cuidadosa e paciente no tratamento de crianças, tornando-as bem-vindas nesse campo (Matos; Borelli, 2013).

A professora Luzia nos explicou como entrou para a área de ensino. E sinalizou ter gostado bastante e que foi meio “por acaso”. Onde morava (Pau dos Ferros/RN), tinha um ginásio e uma Escola Normal. Luzia relembra o provérbio “em terra de cego, quem tem um olho é rei” para descrever a oportunidade que surgia, ao chegar lá, foi convidada a dar aulas no ginásio da Escola Normal. Morava perto e trabalhava como dentista, mesmo assim ofereceu ajuda dando aulas. Ela fechava o consultório e ia dar aula no Ginásio Quatro de Setembro¹⁶¹, que ficava longe. Sem muitas comodidades, a cidade não tinha ônibus ou outras facilidades de locomoção. Posteriormente, apareceu um jipe que levava os professores para dar aulas e trazia de volta. À noite, ela ia para a Escola Regional, a Normal, onde tinha várias cadeiras, ou seja, lecionava diversas matérias, incluindo Psicologia e Anatomia. Além dela, havia também um médico, um padre e outras pessoas capacitadas para contribuir com as melhorias da cidade.

Por volta de 1963, ela ficou sozinha com seus pais em Pau dos Ferros, os quais eram idosos, enquanto seus irmãos seguiram para a capital, trilhando carreiras diversas, tais como medicina, engenharia, administração e atividades bancárias. Devido à distância e às circunstâncias, ela tomou a decisão de ir para Natal, enfrentando os desafios e recomeçando sua vida.

Ao chegar em Natal, percebeu que a transformação havia sido muito repentina, mas estava determinada a seguir em frente. Assim pensou: “bem, não posso deixar nada que ganhava, porque vai a família toda”, tomou como base a situação financeira que estava envolvida, pois isso afetaria profundamente sua família.

¹⁶¹ Pelo localizador, é possível fazer a busca pelo nome do ginásio e aparece o seguinte endereço: Tv. Joaquim Holanda, Bairro São Judas Tadeu, Pau dos Ferros (RN), CEP 59900-000. Sendo esse mesmo local atribuído ao nome da Escola Estadual 4 De Setembro.

Em concordância com Matos e Borelli (2013), percebemos, na narrativa da professora Luzia, sua condição de provedora principal do orçamento familiar e a constatação de que a chefia do domicílio ficou majoritariamente sob sua responsabilidade, o que resultou nessa sobrecarga.

Por isso, Luzia direcionou seus esforços para o exercício da docência no Ateneu¹⁶² e também lecionou no Marista¹⁶³ e no Salesiano¹⁶⁴ ampliando sua atuação profissional assim mantendo financeiramente seu núcleo familiar.

Em meio a suas atividades como educadora, surgiu outra oportunidade: o concurso para a ETFRN. Infelizmente, na primeira chamada, ela não estava em Natal, pois havia se deslocado até Recife para participar de um curso da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), oferecido pela Escola Normal, onde trabalhava na época. Apesar do contratempo, isso não a impediu de persistir. Assim que tomou conhecimento da nova seleção, sentiu que era uma chance imperdível e se apressou em retornar a Natal para se inscrever.

Porém, esse certame foi suspenso. Com poucos dias que tinha voltado para Recife, quase que às escondidas, porque ela não podia dizer aos demais professores. Refletiu: "bem, a gente faz opções na vida. Então, chegou a minha hora de fazer uma opção". Luzia não ficaria nessas idas e vindas. Sabia de sua responsabilidade, e esse deslocamento era custo à Sudene. Assim, ela pensou: já tinha ido uma vez, para depois ir novamente, e quando chegasse lá, o concurso seria suspenso de novo, reitera "não, não vou não". Sua escolha estava tomada: recusou a possibilidade de retornar à cidade para dar continuidade ao curso. Afirmou: "Quando chegar minha vez, eu entro". Era hora de aguardar e esperar por uma oportunidade futura.

Enquanto isso, dedicou-se ao curso que estava realizando, finalizou e chegou o momento em que retornou para Natal. Uns três meses depois do seu retorno, outra oportunidade surgiu: novo concurso foi anunciado.

Era abril de 1970. O concurso tinha apenas uma vaga disponível. Apesar disso, ela estava determinada e declarou que, se aprovada, ingressaria, mas caso não fosse selecionada, tentaria novamente em outra ocasião. Ela fez a inscrição para professora de Ciências na

¹⁶² O Atheneu Norte-Riograndense é uma tradicional escola do Rio Grande do Norte, localizada na capital Natal. Foi fundada em 3 de fevereiro de 1834, localizada na Av. Campos Sales, Nº 393, Bairro Petrópolis, Natal (RN), CEP 59020-300.

¹⁶³ Escola particular que atende da Educação Infantil ao Ensino Médio, localizada na Rua Apodi, nº 330, Bairro Tirol, Natal (RN), CEP 59020-130.

¹⁶⁴ Escola particular, ensino religioso nos níveis de ensino fundamental e médio. Atualmente, há duas unidades de ensino. A unidade mais antiga (que provavelmente onde a professora Luzia trabalhou) é localizada na Rua. Henrique Castriciano, nº 335, Bairro Ribeira, Natal (RN), CEP 59012-430.

ETFRN. Nesse momento da nossa entrevista, Luzia narra com entusiasmo a sua aprovação, conquistando a única vaga disponível.

Foi convocada pelo Professor João Faustino Ferreira Neto¹⁶⁵, diretor da instituição na época. Depois, quem assumiria a Direção seria o Professor Arnaldo Arsênio de Azevedo¹⁶⁶. Sendo esse diretor quem convidou a Professora Luzia para fazer um curso em um quartel militar no Rio de Janeiro, mais especificamente no Bairro Leme¹⁶⁷. Ela viajou sozinha e tinha aulas diariamente. Ao concluir o curso, recebeu a incumbência de implantar o Departamento de Apoio Didático (conhecido pela sigla DPAD).

Inferimos que esse convite teve um papel extremamente importante na estrutura administrativa, com duas possíveis hipóteses: primeiro, a confiança depositada pela Direção nela; e também porque ela provavelmente já demonstrava ser uma profissional competente.

Lembremos que a estrutura da ETFRN passava por mudanças e uma delas era a implantação dessa Supervisão Pedagógica. Anteriormente, a Escola não possuía esse setor, o que poderia gerar dificuldades, já que os professores nunca precisavam prestar contas do seu trabalho.

Luzia nos exemplifica que o funcionamento ocorria da seguinte forma: quando os professores preparavam as provas, elas teriam que ser analisadas pelo DPAD para verificar se as questões estavam compreensíveis para os alunos. Inclusive, muitos professores se aborreceram por causa dessa abordagem. Apesar de todas as dificuldades, Luzia conseguiu implantar o Departamento de Apoio Didático, graças a sua determinação e também pela habilidade em lidar com as pessoas. Ela exercia a função de Coordenadora de Ensino Pedagógico. Após a saída do setor, o DPAD começou a desaparecer, devido a alterações na estrutura orgânica da instituição¹⁶⁸, que levaram à criação de outros Departamentos:

Sim, foi aí implantamos. Eu sou muito teimosa nas coisas, viu? Aí, a pessoa dizia “você não pode”, mas “você vai me ajudar a poder”, “se não pode, você vai me ajudar a poder”, aí como eu me dava bem com todo mundo, aí fui implantando, implantando... até que... depois que eu saí foi desaparecendo esse negócio de Pedagogia disso e daquilo, né? Quer dizer, tem outros Departamentos, porque também a estrutura orgânica foi alterada, né?

¹⁶⁵ Foi primeiro diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grando do Norte (ETFRN), entre 05/03/68 a 24/03/71. Faleceu em 2014, aos 71 anos, em decorrência de complicações cardíacas ocasionadas por um quadro de leucemia recém diagnosticado (IFRN, 2023).

¹⁶⁶ Terceiro Diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, no período 26/03/74 a 23/05/79.

¹⁶⁷ Essa versão é confirmada com o documento que tivemos acesso.

¹⁶⁸ Após as mudanças do Regimento da Escola, o Departamento de Apoio Didático foi sinalizado como Departamento de Ensino, onde Luzia passou a ser Chefe.

Durante a entrevista, ao solicitarmos a Professora Luzia para narrar a sua trajetória profissional dentro da ETFRN, surgiram lacunas de memória e saltos de informações. Por essa razão, foi necessário complementar esse perfil com o acesso às informações contidas na ficha funcional:

Figura 69 - Ficha funcional da Professora Luzia Vieira de França

NOME E ENDEREÇO LUZIA VIEIRA DE FRANÇA Rua Seridó, 751		MATR. N.º 272 15.215-7	REGISTRO DATA 20.04.70 NÚMERO
FILIAÇÃO PAI Francisco França de Souza MÃE Adelia Vieira de França		NASCIMENTO DATA 13.12.34 REGISTRO CIVIL N.º LOCAL Pau dos Ferros -RN.	
	ESTADO CIVIL Solteira	NOME DO CÔNJUGE	
	GRAU DE INSTRUÇÃO DIPLOMA - DATA 18.2.63 N.º REGISTRO 0-92.894 FACULDADE Inf. Ciências	BENEFICIÁRIOS NOME DATA DO NASCIMENTO	
	EMPREGOS ANTERIORES Sol. S. 2003 1968 Inf. Ciências - 1969		
ATESTADO DE CONDUTA			

Fonte: Material consultado na Gestão de Pessoas, Reitoria/IFRN.

Conforme o documento, a jornada profissional de Luzia na ETFRN teve início exatamente no dia 20 de abril de 1970, quando foi contratada como professora de Ciências, sob regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com duração inicial de um ano¹⁶⁹. Em maio de 1971, o Contrato de Trabalho da professora foi prorrogado por mais um ano, conforme estabelecido pelo Art. 109 do Regulamento do Ensino Industrial.

Em janeiro de 1976, o então Diretor da ETFRN, Arnaldo Arsênio, tomou a decisão de designar a professora, que ocupava o cargo de professor, para assumir a função de Coordenadora de Supervisão Pedagógica, até que fosse publicado o Decreto que estabeleceria o Grupo de Direção e Assistência Intermediária na Escola.

¹⁶⁹ A forma de ingresso na ETFRN na década de 1970 já ocorria por meio de concurso, porém os servidores públicos ainda eram regidos juridicamente pela CLT. Anos mais tarde, com a reforma administrativa, os servidores celetistas, ou seja, aqueles que tinham vínculo formalizado através da carteira de trabalho, passaram a ser estatutários. Isso significa que eles passaram a ser regidos por regras específicas que governam a relação entre o Estado e o servidor público.



REPÚBLICA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Certifico que o (a) Professora LUZIA VIEIRA DE FRANÇA,
de acordo com o Convênio DEH/MEC-DEP/MEX, de 27 Fev 76
concluiu a 23 de julho de 1976 *o Curso de* Técnica
de Ensino/MEC-I *com* MENÇÃO " B "

em virtude do que lhe é expedido o presente certificado.

Quartel no Forte Duque de Caxias, em 23 de julho de 1976


 COMANDANTE

CONFERÊNCIA

A presente cópia fotostática con-
 conforma ao original que não foi
 apresentado e estarei na forma da lei,
 de 11 de 21 de 78
 NOME, 21 de 78
 Com assinatura do Titular

O Curso de Técnica de Ensino (CTE) foi um programa de formação destinado a capacitar professores para o exercício do magistério nas escolas públicas. Esse curso tinha como objetivo oferecer aos educadores conhecimentos e habilidades pedagógicas específicas para a prática docente, preparando-os para lidar com as questões educacionais de forma eficiente. A Portaria nº 008 (EME, 2002) instituiu o Curso de Coordenação Pedagógica (CCP) ao mesmo tempo em que extinguiu o Curso de Técnica de Ensino (CTE). Com base nisso, podemos inferir que o curso realizado pela Professora Luzia equivale ao curso mencionado anteriormente (CCP).

¹⁷⁰ Em concordância com os fatos narrados anteriormente durante a entrevista.

do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático (DPAD), sem que isso representasse um custo adicional para a Escola, durante o afastamento do titular do cargo.

Em 12 de julho de 1977, por meio do Decreto 79.940/77, houve a alteração do cargo de professor para a categoria funcional de professor de ensino de 1º e 2º Graus, Classe C, do grupo magistério da tabela permanente da ETFRN, a partir de 1º de novembro de 1974.

Por meio da Portaria 206, datada de 15 de julho de 1977, a professora Luzia foi designada como Coordenadora de Supervisão Pedagógica do DPAD (Departamento de Pedagogia e Apoio Didático), que faz parte do Grupo de Direção e Assistências Intermediárias.

Em 16 de junho de 1978, por meio da Portaria 193, a professora Luzia foi nomeada para assumir temporariamente a Chefia do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, durante o afastamento do titular, professor Antônio Fernandes de Carvalho, no período de 19 de junho a 18 de julho de 1978.

Em junho de 1979, o diretor decidiu dispensá-la de suas atribuições como Coordenadora da Supervisão Pedagógica, e a Profª. Luzia foi designada para ocupar a função de Chefe de Departamento de Ensino, em posição de confiança.

Em 13 de agosto de 1979, o diretor Marcondes Mundim Guimarães a nomeou para assumir interinamente a Direção da ETFRN durante o período de seu afastamento. Assim, confirma-se através da narrativa da Professora Luzia:

Meu primeiro mandato foi uma substituição, porque o professor Marcondes foi para o Departamento de Administração lá em Brasília e não quis pedir demissão, porque podia ser que não desse certo lá, ele tivesse que voltar e tinha perdido dois anos de mandato. Aí, eu fiquei no lugar dele. Eu era Chefe de Departamento de Ensino, né, nessa hora já era o Departamento do Ensino, aí fiquei no lugar dele, pra tirar dois anos.

(Luzia Vieira de França)

Primeiramente, notamos que a Professora Luzia exerce posição de confiança em vários momentos durante a trajetória na ETFRN. Entendemos que essas nomeações são embasadas na capacidade para conduzir as tarefas designadas, executando-as e conduzindo-as de maneira correta.

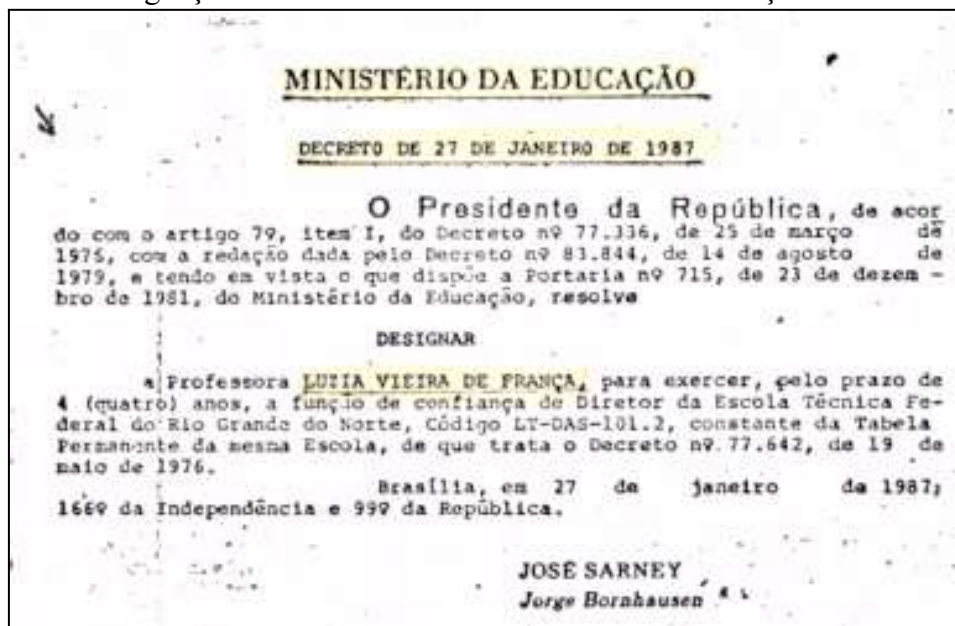
Nas duas situações descritas pela Professora Luzia, podemos compreender algumas características importantes. Começando com o professor Marcondes sobre a decisão de não pedir demissão ao mudar de cargo, pois considerou a possibilidade de retorno, caso não desse certo. Além disso, é possível inferir que essa decisão também pode ter sido motivada pelo

desejo de manter algum grau de influência ou poder dentro da ETFRN, mesmo que de forma periférica.

Por outro lado, a Professora Luzia, que já ocupava o cargo de Chefe do Departamento de Ensino, demonstrou confiança ao aceitar a substituição do professor Marcondes, assumindo novas responsabilidades, o que aponta senso de comprometimento e de habilidade para enfrentar desafios. Fica evidente que ela estava ciente das responsabilidades implicadas em assumir a substituição, quando expressa "aí, eu fiquei no lugar dele". Mesmo assim, aceitou o cargo por dois anos. Ela não ficou submissa a ele; pelo contrário, conseguiu conduzir a Escola de forma exemplar. Essa situação indica que a oportunidade foi uma forma de crescimento profissional principalmente para ela, sendo inclusive *vitrine* para a eleição futura, como foi o caso. Logo, tanto o Professor Marcondes quanto a Professora Luzia tomaram decisões estratégicas em suas carreiras, buscando consolidar suas posições dentro da ETFRN.

Como Diretora Interina, a Professora Luzia desempenhou diversas atividades de grande importância. Ela foi designada para participar de comissões, contribuindo na organização de regulamentos e programações de articulação entre a Escola e outras empresas. Além disso, realizou análises de tabelas relacionadas às taxas de matrículas, avaliou a viabilidade da duração dos cursos em conjunto com o estágio profissionalizante e desempenhou papel ativo na comissão responsável pela elaboração do Projeto de Melhoria do Ensino Industrial. Essas atribuições demonstram a ampla gama de responsabilidades assumidas pela Professora Luzia durante esse período e indicam que ela estava constantemente envolvida em questões de gestão escolar.

Após o período de redemocratização, que envolveu o contexto da ETFRN com todos os mecanismos do processo sucessório, descritos no capítulo anterior, em 27 de janeiro de 1987, por meio do Decreto nº 77.642, publicado no Diário Oficial da União, a Professora Luzia assumiu a função de Diretora do estabelecimento por um mandato de 4 anos, após as eleições diretas para a Direção:

Figura 71 - Designação da Professora Luzia ao exercício de Direção da ETFRN (1987)

Fonte: Diário Oficial da União, p.414, Seção II, 28/01/1987

Dessa maneira, ela entra para a história da instituição, que hoje é pós-centenária, ao tornar-se a primeira mulher a exercer a posição de máxima direção, **após 21 administrações** lideradas por homens. Em 1991, foi sucedida por outro homem, marcando o período de transição de ETFRN para CEFET/RN, e essa sucessão durou até 2012. **Até o momento, a instituição teve mais 8 gestores, já sob as designações de CEFET e IFRN.** Em janeiro de 1991, a servidora optou pela aposentadoria voluntária, conforme estipulado na Portaria nº 187/1991. Até a data desta pesquisa, a Prof^a. Luzia permanece como a única mulher a ter dirigido a instituição.

Com o objetivo de retratar a estrutura patriarcal e o padrão do sistema de administração na posição mais alta da instituição em análise, elaboramos o Quadro 15, a seguir, contendo os nomes de todos os diretores, englobando tanto os Diretores Gerais quanto os Reitores. Essa variação nos títulos dos cargos se deve às alterações regulamentares nos nomes adotados ao longo das transições entre ETFRN, CEFET e IFRN, o que pode influenciar na interpretação do cargo.

É relevante recordar a influência de dois decretos que introduziram alterações substanciais nesse contexto relacionado ao cargo. O Decreto nº 1.916, datado de 23 de maio de 1996, desempenhou papel fundamental ao regular o processo de seleção dos gestores das instituições federais de ensino superior. Por meio deste documento, foram estabelecidos os títulos de Reitor e Vice-Reitor, em decorrência da transformação das instituições de ensino

para incluir a oferta de cursos de nível superior. Isso implicou em uma modificação nas atribuições administrativas estruturais.

Outra transformação foi promovida pelo Decreto de 18 de janeiro de 1999, que viabilizou a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN. Essa iniciativa ocorreu através da reestruturação e alteração de nomenclatura da instituição autônoma previamente denominada "Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte".

Através deste quadro, buscamos apresentar o cenário das gestões e evidenciar a predominância masculina nas posições de liderança:

Quadro 15 - Cronograma das Gestões, durante o período de 1909 a 2024

Ordem	Direção	Período	Percursos das nomeações de institucionalidades do atual IFRN
1º	Sebastião Fernandes de Oliveira	30/11/1909 a 10/05/1915	Escola de Aprendizes Artífices
2º	Silvino Bezerra Neto	11/05/1915 a 07/04/1918	Escola de Aprendizes Artífices
3º	Adalberto Soares de Araújo Amorim	08/04/1918 a 12/09/1922	Escola de Aprendizes Artífices
4º	Lycerio Alfredo Schreiner	23/10/1922 a 22/05/1923	Escola de Aprendizes Artífices
5º	Luiz Gonzaga de Carvalho (Diretor Interino)	23/05/1923 a 25/08/1923 20/02/1924 a 02/08/1925 13/11/1930 a 04/09/1931	Escola de Aprendizes Artífices
6º	Eugenio Gomes Outeiro	26/08/1923 a 19/02/1924	Escola de Aprendizes Artífices
7º	Waldomiro Fettermam	03/08/1925 a 01/03/1927	Escola de Aprendizes Artífices
8º	Alcides Raupp Feijó	01/03/1927 a 14/10/1930	Escola de Aprendizes Artífices
9º	Florianio Cavalcanti de Albuquerque	15/10/1930 a 12/11/1930	Escola de Aprendizes Artífices
10º	Paulo Sarmento	05/09/1931 a 13/08/1935	Escola de Aprendizes Artífices

11º	Antonio Carlos de Mello Barreto	16/09/1935 a 16/03/1939	Liceu Industrial
12º	Manoel Caetano de Albuquerque Melo Filho	24/04/1939 a 08/08/1939	Liceu Industrial
13º	Jeremias Pinheiro da Câmara Filho	14/09/1939 a 15/09/1954	Liceu Industrial /Escola Industrial
14º	Clodoaldo de Carvalho	12/05/1955 a 30/01/1956	Escola Industrial
15º	Pedro Pinheiro de Souza	22/09/1954 a 11/05/1955 17/02/1956 a 11/04/1962	Escola Industrial
16º	Irineu Martins de Lima	11/04/1962 a 30/06/1964	Escola Industrial
17º	Pedro Martins de Lima	30/06/1964 a 01/03/1968	Escola Industrial
18º	João Faustino Ferreira Neto	05/03/1968 a 24/03/1971	Escola Industrial/ Escola Técnica Federal
19º	Luciano Rocha Coelho	19/03/1971 a 25/03/1974	Escola Técnica Federal
20º	Arnaldo Arsênio de Azevedo	26/03/1974 a 23/05/1979	Escola Técnica Federal
21º	Marcondes Mundim Guimarães	24/05/1979 a 11/04/1985	Escola Técnica Federal
22º	Luzia Vieira de França	12/04/1985 (Diretora Interina) 28/01/1987 a 12/05/1991 (1ª Diretora eleita)	Escola Técnica Federal
26º	Francisco das Chagas de Mariz Fernandes	13/05/1991 a 01/03/2000 12/03/2004 a 13/03/2008	Escola Técnica Federal/Centro Federal de Educação Tecnológica
27º	Enilson de Araújo Pereira	09/03/2004 a 13/03/2008 (Diretor Geral do CEFET/RN) 14/03/2008 a 08/03/2012 (Diretor Geral do CEFET/RN)	Centro Federal de Educação Tecnológica
28º	Getúlio Marques Ferreira	02/03/2000 a 12/08/2003	Centro Federal de Educação Tecnológica
29º	Sérgio Luiz Alves de França	14/08/2003 a 05/03/2004	Centro Federal de

			Educação Tecnológica
30º	Belchior de Oliveira Rocha	29/02/2008 a 06/01/2009 (Diretor Geral do CEFET/RN) 2008 a 2016 (Reitor do IFRN)	Centro Federal de Educação Tecnológica/ Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia
31º	Wyllys Abel Farkatt Tabosa	04/2016 a 04/2020	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia
32º	Josué de Oliveira Moreira	17/04/2020 - 11/12/2020 (Reitor <i>Pro Tempore</i> ¹⁷¹)	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia
33º	José Arnóbio de Araújo Filho ¹⁷²	2012 a 2019 (Diretor Geral do <i>Campus</i> Natal-Central, do IFRN) 24/08/2021 - 21/12/2024 (Reitor do IFRN) ¹⁷³	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia

Fonte: Elaboração própria

Diante do histórico apresentado, passando por todas as nomeações que permearam a trajetória da instituição, até o momento foram **trinta e três gestões** (*esse quantitativo aumenta, uma vez que algumas gestões se repetem*), destacamos a seguinte constatação: **apenas em uma única ocasião foi efetivamente concretizada e viabilizada uma administração singular de natureza feminina**. Além do mais, tal fato se configurou no primeiro processo eleitoral democrático com a participação efetiva de estudantes e servidores, delineando um acontecimento marcante.

¹⁷¹ Essa expressão em latim significa "por tempo limitado" ou "temporariamente". Em 17 de abril de 2020, foi publicada a Portaria 405/2020, por meio da qual o Ministério da Educação designou o professor Josué Moreira como Reitor *Pro Tempore* do IFRN. É importante ressaltar que ele não participou das eleições internas que ocorreram em dezembro de 2019 para a seleção dos novos gestores do Instituto. Enquanto que o professor José Arnóbio foi eleito reitor do IFRN em consulta pública realizada com a comunidade no dia 4 de dezembro de 2019 (IFRN, 2023).

¹⁷² Como gestor, exerceu a função de diretor-geral do *Campus* Natal-Central do IFRN por dois mandatos, durante o período de 2012 a 2019, sendo eleito ao final de 2019 como o terceiro reitor do IFRN (IFRN, 2023).

¹⁷³ Devido à intervenção política, a regularidade da posse do professor José Arnóbio de Araújo Filho só foi confirmada após decisão judicial em 11 de dezembro de 2020. O MEC o nomeou oficialmente no dia 21 de dezembro de 2020. Porém, somente em 24 de agosto de 2021, foi publicado novo decreto confirmando definitivamente José Arnóbio como reitor do IFRN. Ele assumiu o cargo com mandato até 21 de dezembro de 2024, iniciando sua gestão com atraso.

Figura 72 - Galeria¹⁷⁴ de Diretores na Sala da Direção Geral do IFRN, *Campus Natal-Central* (2023).



Fonte: Arquivo pessoal

A comparação entre o quadro de diretores e a galeria de fotografias exposta na sala da Direção Geral do IFRN, *Campus Natal-Central* revela algumas diferenças, visto que algumas

¹⁷⁴ Atualmente, há o registro do professor Wyllys Abel Farkatt Tabosa como Reitor eleito para o quadriênio de 2016 a 2020, embora sua fotografia não esteja incluída no registro acima. Wyllys Abel Farkatt Tabosa é graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), possui mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado em Educação pela UFRN. Ingressou no IFRN em 1995 como professor na Unidade de Mossoró, então parte da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Em 2000, já com a instituição renomeada para Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), assumiu seu primeiro cargo de gestão, coordenando o setor de Planejamento. De 2004 a 2006, foi coordenador do Curso Superior de Meio Ambiente. Em 2007, liderou o Departamento Acadêmico de Gestão Tecnológica da Unidade de Currais Novos, ainda no CEFET. Em 2008, tornou-se Diretor de Relações Empresariais, cargo que, com a transformação da instituição em IFRN, passou a ser a Pró-Reitoria de Extensão, função na qual atuou como pró-reitor. Em 2012, enfrentou o desafio de atuar como pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, cargo que ocupou até assumir a Reitoria (IFRN, 2024).

das Diretorias não estão representadas nas fotografias. Portanto, é evidente a necessidade de atualização e ajuste das imagens correspondentes.

Além disso, as mudanças nas estruturas organizacionais ao longo das transformações institucionais têm levado a uma certa “confusão” entre os cargos de diretores gerais e reitores. Para solucionar esse problema, sugerimos que fossem fornecidas informações adicionais, como os nomes dos cargos e os períodos institucionais correspondentes, abaixo das fotografias.

Figura 73 - Fotografia da Professora Luzia na Galeria de Diretores (IFRN/*Campus* Natal-Central, 2023)



Fonte: Arquivo pessoal

Destacamos exclusivamente a fotografia da Professora Luzia Vieira de França, a única mulher na galeria de diretores, composta majoritariamente por homens - estes, com formação técnica, sendo a maioria deles engenheiros. Através dessa comparação, torna-se evidente a ausência de outras mulheres nessa posição de liderança máxima na instituição. Isso nos

permite ir além da mera aparência de uma galeria memorialística de diretorias passadas. Estamos documentando, expondo e ratificando a persistência de uma estrutura patriarcal sistemática, anteriormente considerada "natural" para cargos de alta administração. A Professora Luzia, na verdade, rompeu com esse sistema.

Certamente, a intenção do fotógrafo era criar uma foto posada, planejada para o momento da captura. Entre os demais diretores, a imagem da Professora Luzia é a única que exhibe um leve sorriso, com óculos e cabelos impecavelmente arrumados, posicionada próxima ao símbolo que representa o logotipo da engrenagem da ETFRN. A imagem foi produzida em um contexto formal, mas os espectadores que adentram a sala da Diretoria Geral podem interpretá-la de diversas maneiras ou levantar questionamentos, um dos quais poderia ser: "Ela é a única diretora?"

Nesse contexto, a presença de somente uma mulher ocupando o papel de gestora máxima até os dias atuais se revela como um indicativo das tendências profundamente enraizadas na estrutura da instituição. Essa dinâmica é evidenciada pela constante repetição desse padrão ao longo das gestões mencionadas. As chances para que outras mulheres possam se destacar nessa posição de liderança, portanto, se apresentam como limitadas e escassas.

Porém, avaliamos que a administração atual do IFRN tenta se pautar no objetivo 5 da Agenda 2030¹⁷⁵, quando se trata de promover a equidade de gênero. Percebemos isso manifestado nas atuais Pró-Reitorias, por exemplo. Entretanto, não há normativos internos para legalizar essa equidade de gênero nos postos de liderança do IFRN. Consequentemente, a falta dessas regulamentações compromete a garantia de uma representação feminina proporcional nas demais instâncias hierárquicas.

A Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, de 20/05/2016, define a estrutura organizacional de referência do IFRN¹⁷⁶, incluindo suas relações hierárquicas e funções administrativas tanto na Reitoria quanto nos *Campi* da instituição. Conferimos que as Pró-Reitorias estão no nível mais próximo do Reitor. A partir disso, iniciamos a identificação

¹⁷⁵ Para proporcionar um melhor entendimento sobre o significado dessa Agenda 2030, é importante destacar que, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ela incorpora um conjunto de 17 objetivos globais, os quais foram aprovados por seus Estados-membros, representando nações que colaboram em conjunto para concretizar essas metas. Em resumo, a Agenda 2030 funciona como um plano de ação destinado a promover o bem-estar das pessoas e a proteção do nosso planeta. Destacamos o objetivo 5, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Especificamos a meta 5.5 que assegura a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

¹⁷⁶ Conferir Anexo IV.

dos titulares das Pró-Reitorias, com a intenção de registrar as mulheres que atualmente ocupam essas posições. A consulta foi realizada através do Portal do IFRN.

Os documentos oficiais e/ou portarias não estão de fácil acesso digitalmente ao público externo. O levantamento a seguir foi realizado com base em editais publicados, deduzidos a partir das assinaturas e notícias presentes na página. Nesse sentido, é necessário aumentar a transparência dessas informações.

Sob a administração do Reitor José Arnóbio de Araújo Filho (2020-2024), observamos a seguinte liderança nas Pró-Reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN): na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), a liderança está a cargo de Anna Catharina da Costa Dantas¹⁷⁷; a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é dirigida por Samira Fernandes Delgado; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é chefiada por Avelino Aldo de Lima Neto; a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é conduzida por Juscelino Cardoso de Medeiros; a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODES), por Antônia Francimar da Silva. Nas Pró-Reitorias, há um certo equilíbrio de gênero, já que três mulheres estão à frente desses setores.

No enquadramento para Direção Geral, foi consultada a Portaria 1.782/2020 da Reitoria do IFRN, onde foram nomeados para a gestão 2020-2024 dos *campi* do Instituto. Assim como o Reitor, esses diretores foram eleitos por meio do voto da comunidade acadêmica em dezembro de 2019. É importante notar que, antes de assumirem os cargos de Pró-Reitoras mencionados no texto acima, algumas mulheres anteriormente desempenharam funções de gestão como Diretoras-Gerais. Na lista de nomeação da Portaria, entre os diretores-gerais e os seus respectivos 22 *campi*¹⁷⁸, apenas duas mulheres foram identificadas: Samira Fernandes Delgado (Diretora-Geral do IFRN *Campus* Santa Cruz, reconduzida para um segundo mandato com duração de quatro anos (2020-2024) e Luisa de Marilac de Castro Silva (que já havia assumido como Diretora Geral *pro tempore* no *Campus* São Gonçalo do Amarante em 2014)¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Anna Catharina da Costa Dantas foi Diretora da Unidade de Ensino da Zona Norte de Natal do IFRN entre 2006 e 2009, e Pró-Reitora de Ensino de 2009 a 2012.

¹⁷⁸ Atualmente, o IFRN é composto por uma Reitoria e 22 *campi* distribuídos por todas as regiões do Estado, sendo eles: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Jucurutu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal - Central, Natal - Cidade Alta, Natal - Zona Leste, Natal - Zona Norte, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi (IFRN, 2024).

¹⁷⁹ Lembremos que Antônia Francimar da Silva teve dois mandatos como Diretora Geral do *Campus* Pau dos Ferros, em 2008 e 2016, ambos com duração de quatro anos.

Para as Diretorias Acadêmicas, foi realizada breve análise do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), em outubro de 2023, sendo identificados 117 servidores ativos permanentemente vinculados a cargos de Direção. Para fins informativos, destacamos algumas mulheres que desempenharam (ou estão desempenhando) esse cargo de confiança: Gerlúzia de Oliveira Azevedo (*Campus* Caicó); Poliana de Araújo Ferreira Brandão, que tomou posse como Diretora Acadêmica do *Campus* Avançado Lajes para o quadriênio 2016-2020; e, Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha, do *Campus* Natal Zona Norte, para o período de 2020 a 2024.

Entendemos que alguns nomes se repetem em cargos de gestão em diferentes temporalidades, e que, gradualmente, elas foram construindo uma trajetória de carreira na área de direção nos diversos *campi* da institucionalidade atual (IFRN) ou na Reitoria.

É importante refletir sobre esse levantamento de diretoras e a distribuição de gênero em cargos de gestão. Porém, quando analisado à luz da quantidade de *campi* que compõem o IFRN — que poderia gerar oportunidades para cargos de gestão feminina, por exemplo — ainda se observa desproporcionalidade.

Mais ainda, quando se trata do cargo máximo, no caso de Reitora, consideramos histórica e desigual a representatividade de gênero. Diante do cenário de uma única gestão feminina, inserida em uma estrutura predominantemente masculina, evidencia a persistência dos desequilíbrios de gênero que continuam nos dias atuais. Essa análise proporciona uma visão crítica sobre a urgência de promover políticas de inclusão significativas no quadro administrativo, com o intuito de conferir às mulheres oportunidades relevantes de contribuição e liderança na esfera educacional.

4.2 MEMÓRIAS DA DIRETORA

A história oral é uma abordagem de pesquisa que se desenvolveu no século XX para o estudo da história contemporânea. Ela envolve a gravação de entrevistas com pessoas que viveram determinados eventos ou períodos do passado (Alberti, 2000).

Até os anos de 1970, a história oral não era amplamente aceita devido à subjetividade presente nas entrevistas. Essa perspectiva mudou, ao reconhecer que fontes escritas também podem ser subjetivas e, inclusive, a subjetividade pode ser objeto de estudo científico.

A partir das décadas de 1970-1980¹⁸⁰, a ênfase na biografia como uma maneira de compreender o passado se expandiu, reconhecendo que a história das pessoas comuns é tão importante quanto a história de "grandes homens", os quais tinham *locus* privilegiado de articulação do social, e revalorizou-se o papel do sujeito na história – portanto, da biografia. O relato pessoal (e a entrevista, que é basicamente um relato pessoal) transmite uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade (Alberti, 2000).

Diante disso, a história oral se tornou uma abordagem multidisciplinar praticada pelos pesquisadores. Ela se aplica em diversos contextos. A metodologia envolve a realização de entrevistas que podem ser influenciadas pela subjetividade do entrevistado e pela própria construção da narrativa durante o processo. Consequentemente, a entrevista desafia a ideia de uma "unidade do eu", explorando a fragmentação e a complexidade da identidade¹⁸¹.

A partir deste momento, delinearemos a perspectiva através do relato da professora Luzia e abordaremos diversas questões tratadas durante a entrevista. Estas incluem os debates e as eleições, as dificuldades enfrentadas com o Grêmio após a eleição, a circulação do informativo interno "Agenda ETFRN" durante sua gestão, bem como suas realizações, incluindo as memórias relacionadas ao processo de reforma da Biblioteca. Além disso, exploraremos a sua relação com Marcondes, detalhando como se deu o término da gestão, sua relação pessoal e estado civil, assim como a mudança de institucionalidade de ETFRN para CEFET, juntamente com a expansão das Unidades Descentralizadoras (UNEDs). Adicionalmente, analisaremos as dificuldades enfrentadas por uma gestão feminina e sua percepção da instituição no cenário atual.

Luzia relatou que o momento da primeira eleição foi extremamente marcante. Ela completou suas observações apontando a continuidade do processo, agora voltado à eleição do Diretor. Ressaltou, nesse ponto, que a eleição ocorreu com êxito, completando-se, assim, o processo. Apesar de hesitar sobre a quantidade exata de candidatos, entre seis ou oito, Luzia conseguiu lembrar corretamente o nome de todos, inclusive aqueles que desistiram da candidatura. Notamos em sua voz um tom saudosista, ao falar de seus oponentes, o que denota certa amizade entre os professores. Ela explicou que todos os candidatos eram

¹⁸⁰ Foi também nesse período que a pesquisa histórica passou a incorporar temas contemporâneos, valorizando análises qualitativas e experiências individuais. A história cultural e política também foram revitalizadas, com um foco nas ações individuais e estratégias dos atores históricos (Alberti, 2000).

¹⁸¹ A exemplo disso, Bourdieu (2006) relaciona a fragmentação do eu ao advento do romance moderno, que abandona o relato linear. Um dos maiores exemplos dessa ausência da unidade do eu, na literatura, é Fernando Pessoa, autor que criou diversos heterônimos, cada um com uma biografia distinta, evidenciando a multiplicidade de facetas individuais.

vinculados à Escola, ou seja, eram professores da instituição. Destacamos essa informação, pois difere de outros momentos em que a Escola teve participação externa, como empresários e professores de outras instituições que formavam o Conselho Técnico Consultivo, especialmente nos primórdios da institucionalidade da ETFRN. À medida que os trâmites do processo eleitoral aconteciam, Luzia e os demais debatiam e explicavam suas propostas. De forma gradual, seguiram com entusiasmo rumo ao processo de eleição:

[...] foi quando houve a primeira eleição. Pronto. Aí? Então, agora vamos eleger um Diretor. Aí, foi e elegeu. Foi feita a eleição. Que eu já disse, né, que eram seis candidatos ou oito, né, para essa primeira eleição. Tudo gente da Escola, de fora não tinha gente assim de fora, tinha gente que era só Professor, sabe, mas, aí fomos vendo. Vamos partir para eleição.

(Luzia Vieira de França)

Luzia relatou que na época das eleições, o ambiente era harmonioso entre os envolvidos. Existiam debates frequentemente, assim como ocorrem nos dias atuais. Os debates aconteciam no espaço onde era o auditório. Todos se reuniam ali e explanavam suas propostas e demais assuntos pertinentes. Luzia utilizou a expressão "etcétera e tal" para resumir a narrativa contada. Não havia restrições quanto à participação nas discussões. Quem possuísse a coragem de falar, tinha espaço para expressar suas ideias. Aqueles que não se sentissem confortáveis com a exposição preferiam permanecer calados, aceitando o que era dito. Notamos que essa dinâmica permitia a manifestação livre de opiniões:

A gente se dava bem, mas tinham os debates, como tem hoje, né? Sim. Aí fazia no auditório, que hoje não é mais lá, né? No auditório, ainda é um auditório lá. Aí, então, a gente reuniu o pessoal todinho lá e lá ia... ia se debater as suas propostas, etcétera e tal. Aí, pronto. Mas, não tinha nada. Quem tivesse coragem de falar, que falasse, quem não tivesse engolia, né, a mosca.

(Luzia Vieira de França)

Luzia comentou sobre as eleições, ressaltando que não obteve muitos votos entre os alunos. Ela percebeu que, em comparação com os alunos, recebeu uma quantidade menor de votos, enquanto teve mais apoio dos servidores e dos professores. Para ela, Carlos Nazareno era o favorito entre os alunos. Além disso, Luzia notou que houve uma política adotada para a eleição do Diretor que ela considerou questionável. Segundo ela, essa política incluía oferecer presentes aos alunos, pagar almoços e outras formas de incentivo, como se estivessem *tentando comprar votos*. Reparamos pelo seu tom de voz que Luzia rejeitava completamente

essa abordagem e acreditava que a votação deveria ser baseada na capacidade de exercer efetivamente o papel de Diretor. Com a eleição finalmente acontecendo, ela encerra sua fala ao dizer "aí, acabou-se", indicando que o processo eleitoral chegou ao fim:

nas eleições, eu não tive muito voto entre os alunos não, viu. Dos alunos, tive menos. Tive mais dos servidores, dos professores, viu. Aí, dos alunos, foi menor. Era para outro, era pra Carlos Nazareno, era quem tinha mais votos entre os alunos. Logo, também fizeram uma política pra Diretor aqui como se fosse outra coisa: de dar presente ao aluno, de dar não sei o quê, de pagar o almoço, de pagar não sei o que, pagar isso e aquilo. Não! Nada não! A gente vota, porque acha que é capaz de exercer o papel, né? **Aí, acabou-se.** Houve a eleição.

(Luzia Vieira de França)

Luzia compartilhou sua experiência, contando que a maior dor de cabeça que ela teve durante sua gestão como Diretora foi com o Grêmio. Diante dessa situação, ela decidiu adotar uma abordagem diferente: resolveu encarar o lema “o pior inimigo é se juntar a eles”. Assim, ela tomou a decisão de designar todas as quartas-feiras como “horário reservado ao Grêmio”. Durante esse período, ela se disponibilizou para receber qualquer membro do grupo que quisesse falar, pedir algo ou expressar alguma reclamação, garantindo que estaria aberta a acolhê-los. Mesmo com o convite, alguns membros do Grêmio não compareciam. Alguns vinham, enquanto outros não apareciam, deixando Luzia em um dilema sobre como lidar com essa situação:

Foi a maior dor de cabeça que eu tive aqui foi com o Grêmio. Aí, eu disse “bem, inimigo, pior inimigo se junte a eles”. Aí que eu fiz: eu digo vou deixar toda quarta-feira, não recebo ninguém, vai ser de hora tal a qual: “horário reservado ao Grêmio”. O que eles quiserem vir dizer, que quiserem pedir e quiser vir reclamar, aí pode vir, que eu aqui acolho. Aí, na quarta-feira vinha e nada deles virem. Vinham uns e outros não vinham. Quando via, chegou um. “Veio só e cadê seus companheiros, lá da diretoria do Grêmio?” “Por que não veio? Venham! Sentem aqui no sofá!” “Ah, não precisa!” “Vamos sentar no sofá, esse sofá não tem espinho, não” Era um sofá que tem ainda um, eu acho, né. “Sentem aí”. E eu ia, me sentava. Cafezinho. Aí, chamava Luzia, que ainda anda hoje por aqui, que era da cozinha. Aí, Luzia fazia ou chá ou café ou aquele chá de capim santo. E a diretoria era um cheiro do/do... Aí eu disse “vamos sentar... para conversar, para reivindicar as coisas”. Não tem essa história nem vocês podem estar me atrapalhando na hora que tiver atendendo outra pessoa, nem na hora que eu tô assinando documento, cheque, contracheque, tudo, vocês chegam para entrar, não dá! “Vamos, vamos estabelecer um dia na semana para você vir”. E desse jeito foi. Desse jeito foi feito. Aí, quando não vinham, “eles não vinham não?”. “Tem nada de novo, não, para conversar?” Pois, então, vamos conversar aqui, talvez a gente tenha. Discutindo aqui, a gente tem alguma coisa.

(Luzia Vieira de França)

Quando perguntamos sobre o propósito comunicativo da Agenda ETFRN, que também é fonte de nossa pesquisa, Luzia explicou que a intenção da criação da Agenda era estabelecer um meio de comunicação eficiente entre todos na Escola. Ela viajava muito, indo a Brasília todo mês, e percebia que, quando estava ausente, as pessoas não sabiam de certas atividades ou eventos importantes que estavam acontecendo internamente. Portanto, foi necessário melhorar a comunicação e garantir que todos estivessem informados sobre o que estava acontecendo na ETFRN.

Luzia destacou que a ideia de criar a Agenda foi de Telma Rabelo, uma de nossas entrevistadas para a construção dessa pesquisa, exatamente por ser peça fundamental nessa comunicação que ocorria entre a Direção e a comunidade escolar. A Agenda registrava diariamente as atividades da ETFRN. Com ela, era possível ficar ciente de diversos acontecimentos relevantes, como as viagens da diretora, eventos, licitações e outros assuntos que faziam parte da rotina escolar.

Além do mais, Luzia enfatizou que a Agenda era uma forma de evitar situações em que alguém se perguntasse "quem me disse?" e não tivesse uma resposta clara. Com essa comunicação, as informações estavam disponíveis para todos, proporcionando uma maior transparência e possibilitando que cada membro da escola estivesse bem informado sobre o que acontecia na instituição:

A intenção era um meio de comunicação entre todo mundo da escola. Por quê? Eu viajava muito, eu ia todo mês a Brasília, sabe? Todo mês. E outra coisa: está fazendo uma coisa aqui dentro? Ninguém está sabendo? Tem um aniversário de uma pessoa? Ninguém sabe. Morreu Fulano, ninguém sabe. Não é isso? Eu estou num/num pode ser. Tem que todo mundo saber as coisas. Aí, criou-se essa...a menina Telma criou a Agenda. Aí tem lá. [...] porque vocês vão passando assim [*gesto passando as páginas*] é a vida da Escola. Todo dia tinha uma coisa, dizia: "hoje, hoje quatorze de/de outubro..." , aí, dizia "viajou a diretora num sei onde; hoje é aniversário de fulano de tal; hoje aconteceu isso, assim e assim; hoje já foi assinada a licitação pra/prá isso, pra aquilo. Hoje foi aberto isso e aquilo". Quer dizer, você conhecia a vida da Escola. Você não pode estar dentro da Escola... "Quem me disse?" Foi Fulano passou ali que me disse, Beltrano passou e me disse.

(Luzia Vieira de França)

Luzia elogiou nosso trabalho ao destacar o serviço que estaríamos prestando à instituição ao recontar sua história. Ao adentrar o contexto da gestão, ela falou que não havia qualquer indício de documentação escrita. Descreveu a situação como um caos completo. Foi

nesse momento que a nova administração assumiu a responsabilidade de reconstruir tudo desde o princípio. Daí a relevância da criação da Agenda, um instrumento para registrar a rotina das atividades na ETFRN:

Você não sabe/você não sabe o serviço que você está prestando na Instituição. Quando eu entrei aqui, parecia que tinha um vendaval passado. Não tinha um papel escrito. Nada! Você acredita? Um papel escrito! Parece que a pessoa passou e arrancou tudo dentro das gavetas, tocou fogo e quebrou tudo. Aí, lá fomos, nós construir tudo de novo. Começou com a Agenda, que a Agenda era uma forma de se ter a vida da Escola, né? Então, é uma coisa, uma coisa que a gente quer muito bem, não pode fazer isso. O que é que a gente vai fazer?

(Luzia Vieira de França)

No período da gestão da professora, diversas reformas dos espaços físicos foram realizadas. Entre essas reformas, Luzia recordou como era a biblioteca da instituição, localizada na parte superior, “pequena e acanhada”. Ela estava determinada a melhorar esse local e decidiu que precisavam construir uma nova biblioteca. Para obter os recursos necessários, ela empenhava esforços no Ministério da Educação (MEC), buscando apoio financeiro.

Luzia contou com ajuda do Professor Mariz, que era engenheiro e ocupava o cargo de Coordenador de Planejamento. Juntos, eles lutaram para conseguir recursos e transformar a ideia da nova biblioteca em realidade. O espaço foi projetado de forma ampla e aberta, proporcionando um ambiente agradável para os estudantes.

Ao finalizar a biblioteca, eles perceberam que era necessário um auditório adequado para a Escola. Luzia buscou mais recursos no MEC e contava com a amizade de uma pessoa importante lá, o Dr. Arlindo, que era responsável pela liberação de verbas. Ele costumava informá-la sobre as oportunidades de liberação de recursos e, com isso, Luzia conseguia o dinheiro necessário para os projetos.

Apesar das dificuldades financeiras e da falta de recursos, a instituição foi melhorando gradualmente, graças ao empenho de Luzia e sua equipe em conseguir apoio e recursos financeiros para a realização de importantes melhorias na infraestrutura:

A biblioteca nossa era lá em cima, pequenininha, acanhada. Eu digo “não, nós vamos ter que fazer uma biblioteca para cá!”. Aí, batalhava pelo dinheiro lá no MEC, né. Aí, então, vamos escolher. Eu tinha um menino que trabalhava comigo, que era Coordenador de Planejamento, é engenheiro. Mariz! Engenheiro, né? E toda vez, ele trabalhou comigo. Ele era da Coordenação de Planejamento e tudo. Aí, eu chamava “Mariz, vamos/vamos/vamos pelear isso aqui. Vamos fazer isso e aquilo. Vamos fazer aqui na biblioteca”. Muito boa a biblioteca. Muito ampla. Toda aberta,

né? Aí, quando terminou, auditório! Lá em cima deixou aquele miniauditório para pequenas reuniões, etc. Mas, aí tinha que ter um auditório condigno pra instituição. E, assim, ela foi melhorando. Dinheiro, a gente nunca tinha, porque era difícil, viu, dinheiro assim para isso. Mas, a gente ia ao MEC levava... eu tinha amizade muito grande lá com Dr. Arlindo. Era/ ele era lá/ do/do MEC, que era parte da liberação dessas/dessas dotações, né. Aí, quando ele tinha qualquer coisa lá, ele ligava para mim, aí dizia “olhe, vão liberar hoje assim, assim. Eles vão liberar. A senhora puder vir aqui, é bom”. Aí, lá eu ia, chegava lá, “cadê Doutor Arlindo, vamos lá! Arranja, arranja, arranja, que eu preciso fazer isso, preciso fazer aquilo”. Era desse jeito, sabe. Aí, a gente ia lá, conseguiu o dinheiro, vinha e fazia.

(Luzia Vieira de França)

Nesse ponto, Luzia descreve Marcondes, apontando para sua trajetória militar de longa data. Ela recorda que, mesmo sem ter vínculos pessoais, tinha a prerrogativa de convidar os mais altos escalões de chefes militares. Isso, segundo ela, representava uma “deferência”, como forma de demonstrar respeito ou reconhecimento. Sua argumentação é fundamentada na ideia de que a presença dessas personalidades externas – diretores, secretários, militares e diretores de escolas – era essencial para enriquecer as solenidades de graduação. Esse discurso ressalta que, mesmo sem a conexão direta, era imperativo garantir um ambiente cerimonial de prestígio. Luzia faz questão de ilustrar que essa abordagem visava elevar a importância das celebrações e prevenir a realização de eventos considerados “mixurucas”, ou seja, de menor valor ou relevância:

Marcondes, né? Marcondes foi militar por muito tempo. Aí, aqui quando eu fazia a colação de grau, não tinha, eu não tinha essas amizades todas. Eu podia, eu convidava os chefes militares maiores, sabe? Sem eu nem conhecer, nem ter amizade, nem nada, você vai ver na foto, sabe? Não conhecia ninguém, mas é uma deferência, não é isso? Você não podia fazer solenidade sem que estar convidando ninguém? [...] E mesmo tem um detalhe, minha filha, você tinha que abrilhantar as solenidades de colação pros meninos aqui. Então, não podia ter umas festas mixurucas não. Tem que vir gente de fora. Convidava diretor. Convidava secretária. Convidava militar. Diretores de colégio. Então, você vai ver aí.

(Luzia Vieira de França)

Luzia, com um tom confidencial, narrou aspectos pessoais de sua vida. Ela enfatiza seu estado civil de solteira e a ausência de filhos. Com orgulho, destaca a realização ao adquirir uma casa como fruto de seu esforço. Ela relembra do comprometimento como servidora docente na ETFRN, revelando seus planos de longo prazo. Ao projetar o futuro, estabeleceu um objetivo claro: na época de sua aposentadoria, ansiava pela “graça divina” de possuir uma casa própria e pela estabilidade financeira proporcionada por um emprego. De

maneira sincera, enfatiza que não tinha aspirações grandiosas além desse genuíno desejo por um lar e segurança financeira:

Sou solteira, sou solteira, nunca tive filho, sabe? Tenho uma casa, olhe pra você ver: eu/eu trabalhava aqui na escola e projetei que quando eu fosse, quando eu fosse me aposentar, só queria que Deus me desse uma casa pra morar que fosse minha, o emprego pra eu me manter. Não queria mais nada do que isso.

(Luzia Vieira de França)

Durante uma conversa informal, Ricardo Vieira de França, servidor técnico administrativo do IFRN e sobrinho de Luzia, compartilhou os cuidados que recebeu dela durante a infância. A mãe de Ricardo, irmã da Professora Luzia, trabalhava como médica e estava sujeita a cumprir plantões. Devido a essa situação, Ricardo frequentemente ficava com a tia. Assim, mesmo não sendo mãe, a Professora Luzia assumia um papel ‘materno’ ao cuidar do sobrinho durante esses momentos. Essa dinâmica revela o comprometimento que ela dedicava à família, oferecendo acolhimento e suporte ao sobrinho.

Com o avanço da entrevista, Luzia também expressou sua visão sobre a importância das interações humanas como fonte de aprendizado e vitais para a administração. Ela concorda com a ideia de que a convivência com outras pessoas é uma rica oportunidade de crescimento. Aprender a ser tolerante e cultivar a paciência ao lidar com as complexidades das relações humanas, foram pontos abordados. E, a busca pela perfeição é ilusória, tanto para os outros quanto para si mesma. Para ela, o diálogo era fundamental, independente de qualquer resistência inicial. Ela destacou que se um professor cometeu um erro ou se envolveu em um conflito com um aluno, ela não hesitaria em abordar a questão. Essa atitude estava fundamentada na busca por transparência:

Com as pessoas, porque a gente aprende muito com as pessoas, minha filha. A gente aprende/aprende a ser tolerante, que não pode ser só a gente que saiba das coisas. Isso e aquilo. Ter paciência! Ter muita paciência para lidar com as pessoas, porque as pessoas não podem ser perfeitas. Nós não somos perfeitos. Então, as pessoas também não podem ser? Nunca tive esse negócio de “não vou falar com professor, porque não sei o que aconteceu isso e aquilo”. Não! O professor fez isso, fez aquilo, fez aquilo ou uma confusão do professor com um aluno. Então, eu vou falar. O professor não tinha razão, porque se ele tiver razão, eu não ia dar. Não é isso? [...] Um diálogo para a pessoa ter confiança em você. É um diálogo aberto, sincero. É de vital importância para sucesso em qualquer administração.

(Luzia Vieira de França)

Após concluir sua gestão, que incluiu dois anos de substituição seguidos por quatro anos de administração própria, as pessoas ao seu redor frequentemente adotavam um tom

descontraído ao perguntar: “Você não vai embora, né?”. Com prontidão, ela respondia: “Não, vou sim, vou sim”. Além disso, ela acrescentava que se despediria antes que alguém dissesse: ‘Já vai?’, porque, do contrário, acabariam perguntando: “Quando você vai?”. Para evitar esse tipo de abordagem, preferia antecipar sua partida antes que as pessoas comessem a questionar quando ela deixaria o local:

Olhe, quando eu terminei, quando eu terminei aqui a minha gestão, que já tinha passado quatro anos, mais dois, aí “ah, você não vai, não?” “Vou não”, “vou não”. Eu ria muito com eles. “Vou não!!!” Eu vou embora antes que você diga “ah, já vai?” porque senão você diz “quando é que você vai?”. Eu dizia muito isso, né. Pois é. “Vou me embora, vou me embora logo”, enquanto vocês estão me pedindo para não ir, do que eu ficar e vocês me pedirem, ficarem perguntando não vão pedir para ir embora não.

(Luzia Vieira de França)

Ela se recordou do período em que estava prestes a ocorrer a mudança da ETFRN, a Escola Técnica, para o Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET. Nessa fase, tudo era uma corrida incessante para organizar diversos aspectos, encontrar locais apropriados para os CEFETs e enfrentar todos os detalhes. Houve momentos em que precisaram viajar para Brasília, ela e Mariz (Coordenador de Planejamento), para abordar essas questões. Apesar de todos os esforços, a implantação só ocorreu após sua aposentadoria. Ela relembrou uma carta de Mariz, que trazia reconhecimento pelo esforço dela na criação dos CEFETs:

Ia sair de ETFRN, Escola Técnica, pra CEFET. Aí era a gente correndo, né, para cima e para baixo, para arranjar isso e aquilo, para arranjar onde a gente ia colocar os CEFETs, sabe? E tudo. Como é que a gente fazia. A gente que ia para Brasília e tudo. Ia com Mariz e tudo para Brasília. Mas, só foi resolvido depois que eu saí. Até uma carta de Mariz dizendo foi/foi/foram “Afinal, foram criados os CEFETs. Estou mandando essa/essa carta para senhora, porque a senhora é a responsável por isso”. Mesmo assim: “a senhora é responsável”. Ave Maria. Eu andei demais. E os campi

...

(Luzia Vieira de França)

Na discussão sobre a expansão das Unidades Descentralizadas (UNEDs), Luzia avaliou que o processo foi notavelmente demorado. A recordação teve início com a inauguração em Mossoró. Nessa ocasião, Luzia recebeu um convite e compareceu ao evento sem hesitar. Posteriormente, a atenção se voltou para a implantação de outra unidade em Currais Novos, a cerca de 186,7 km da capital Natal. Em referência a Currais Novos, dois prefeitos foram mencionados. O Dr. Mozart¹⁸² desempenhou papel fundamental ao auxiliá-la

¹⁸² Mozart Dias de Almeida, prefeito da Cidade Currais Novos (RN), durante o período de 1989 a 1992.

na aquisição do terreno, o qual pertencia a uma escola rural. Essa aquisição evitou que a instituição fosse instalada em um local afastado da cidade. Além disso, outro apoio fundamental veio do Prefeito Zé Dantas¹⁸³:

Primeiro foi Mossoró. Eu fui lá na inauguração de Mossoró, ainda estava aqui, aí me chamaram, eu fui, né, na inauguração de Mossoró. O de Currais Novos... Demorou muito! O de Currais Novos foi/foi Doutor Mozart que me arranhou uma escola rural, que tinha lá. O terreno, né? Porque se não ia dar lá perto de chegar de onde não sei onde era aquela cidade - parece que era Areia Branca? Parece que era. Ali. Em Currais Novos, quem me ajudou muito mesmo foi Zé Dantas. Zé Dantas morreu, né? Mas, eu tenho ali, tem foto dele tirando a gente sentado na mesa comigo.

(Luzia Vieira de França)

Quando estávamos concluindo a entrevista, surgiu a curiosidade de entender a percepção de Luzia sobre a atual instituição, mesmo considerando o intervalo de aproximadamente 30 anos que nos separa da época que ela foi gestora. Ela refletiu sobre as mudanças que o tempo traz consigo. Com um tom nostálgico, explicou como a educação das pessoas passou por uma evolução ao longo dos anos. As instituições que um dia conheceu como a ETFRN, o CEFET e o Instituto de Ciência e Tecnologia já não se assemelham ao que eram antes. Segundo Luzia, naquela época, os alunos sentiam orgulho em pertencer à Escola, e essa conexão era evidente. As paredes permaneciam intactas, os objetos não eram quebrados e os comportamentos inadequados eram raros. As lembranças eram de um ambiente extremamente organizado e respeitoso, onde o orgulho de ser parte da instituição se refletia:

Olha, você sabe que tudo muda, tudo evolui. A educação das pessoas, não é isso? Agora que a ETFRN de hoje, o CEFET de hoje, o Instituto de Ciência e Tecnologia não retrata mais como era antes, entende? O aluno da Escola, ele se sentia assim, menina, orgulhoso de ser aluno da Escola. Ele não riscava a parede. Ele não quebrava as coisas. Ele não fazia isso nem aquilo, sabe. Tudo era arrumadinho. Tudo arrumadinho.

(Luzia Vieira de França)

Na posição de diretora da instituição, ela sublinhou a dedicação em proporcionar benefícios aos alunos. Como exemplo, iniciou a implementação de hortas nos terrenos, com o propósito de oferecer aos estudantes um espaço para complementar as refeições. Nessa parte da entrevista, a horta é descrita pela variedade de alimentos, inclusive frutas.

¹⁸³ José Dantas de Araújo, prefeito da Cidade Currais Novos (RN), durante o período de 1983 a 1988.

Mais adiante, Luzia expressa seu pesar pela interrupção da merenda que costumava ser oferecida. Ela ressalta a importância de atender às necessidades alimentares dos alunos, já que a falta de merenda resultava em alguns estudantes chegando à Escola sem terem se alimentado. Além disso, ela recorda o refeitório espaçoso, onde professores e alunos costumavam compartilhar refeições, uma prática que não se mantém nos dias atuais:

Porque eu dizia “olhe, isso aqui não é meu. Isso aqui quem tá usufruindo é vocês”. Eu/eu quando eu/eu era diretora aqui, criei até uma horta lá atrás. Umas hortas. Tinha Dione, era uma professora de Botânica e Biologia, aí, então, eu digo “ô, vamos ver se a gente faz uma horta aí para esses meninos almoçarem ou comerem qualquer coisa por aqui”. Olha, mas tinha uma horta lá atrás, né, uma horta...que era uma imensidão, tudo no mundo, tinha o que você quisesse. Tinha até fruta, essas coisas a gente botava para os meninos. Porque acabaram com a merenda, né, quando eu cheguei aqui, tinha merenda. No próprio refeitório enorme, chegava na hora, ia professor, aluno, tudo, sentava tudo junto e lá nós íamos lanchar, né, naquela hora. Agora, é, depois não. Acabou-se. Não tinha mais isso, mas tinha menino, tinha menino que chegava aqui, que não tinha nem comido nada.

(Luzia Vieira de França)

Quando questionada sobre possíveis dificuldades em sua gestão devido ao fato de ser mulher, ela prontamente respondeu que tal questão não tinha relevância. Ela refutou essa ideia com convicção, expressando que o sucesso estava ancorado na determinação e imparcialidade. Ao relembrar com saudosismo, continuou a narrativa enquanto realizava o gesto de puxar as pontas da saia para debaixo da perna. Além disso, ela compartilhou lembranças de suas participações em reuniões: ouvia todos os pontos de vista, mas a palavra final era sempre a dela. Suas palavras trazem à tona um período em que sua liderança era indiscutível e sua opinião prevalecia no desfecho das decisões:

Não, não tem nada a ver, minha filha. Não tem nada a ver! Basta que vocês tenha firmeza, seja justa, não tenha dois pesos nem duas medidas, que o povo lhe atende. Eu cansei de dizer melhor coisa...eles diziam muito que eu gostava de puxar assim [*P.L. faz o gesto puxando as pontas da saia para debaixo da perna*]. Eu ia para reunião, né, Carlinho é quem diz, olha quando a senhora puxava a saia, que se sentava, a senhora escutava, escutava, que se sentava, a última palavra era a sua. E era mesmo.

(Luzia Vieira de França)

Ao questionarmos sobre a síntese das marcas que garantiriam o sucesso da gestão feminina, Luzia mencionou três termos: “firmeza, honestidade e justiça”. Ela ressaltou a importância de evitar discrepâncias e tratar todas as pessoas de forma igualitária.

Com a entrevista, conseguimos entender que o passado aparece nas histórias das memórias de Luzia, mas recriá-las é um processo complexo. Já que estamos diante da

perspectiva do indivíduo e a subjetividade presente nos modos de construção narrativa que desempenham papel fundamental nessa etapa (SARLO, 2007).

A abordagem que adotamos para explorar o passado nos revelou forte conexão entre a reconstituição do perfil biográfico da Professora Luzia e a história da ETFRN durante seu período de gestão. Notamos que as memórias se entrelaçam nas narrativas. Consideramos que nossa intenção comunicativa foi alcançada, já que empregamos perguntas semidiretivas, seguindo roteiro prévio. O ponto alto foi a entrevista com a própria Luzia, por meio da qual acessamos memórias não-oficiais e pudemos registrar o que transcende as fotografias e documentos escolares. Após as análises, tornamos esses discursos, repletos de memórias, acessíveis a todos.

No decorrer da narrativa, identificamos algumas lacunas quanto à clareza temporal e à linearidade dos eventos. Essas lacunas decorrem de descontinuidades frequentes quando tentamos narrar a partir de uma perspectiva cronológica. Mesmo com seus 88 anos de idade quando nos concedeu a entrevista, Luzia buscou uma organização coerente que fizesse sentido tanto para ela quanto para nós, as interlocutoras da entrevista.

Baseado no conceito de "guinada subjetiva", destacado por Sarlo (2007), em que a subjetividade, antes limitada ao âmbito privado, adquiriu uma dimensão pública. Além disso, compreendemos que pessoas comuns são agora reconhecidas em pesquisas acadêmicas por desempenharem papéis ativos na sociedade. A ênfase nos "novos sujeitos", termo previamente abordado por Michel de Certeau (2002), direciona as pesquisas para as histórias da vida cotidiana. Esse enfoque valoriza os discursos baseados em memórias, com suas particularidades e curiosidades, que costumavam ser negligenciados nas memórias oficiais.

Assim, a história oral e o testemunho conferem uma nova dimensão à confiabilidade das narrativas em primeira pessoa, seja para a preservação de memórias ou para a reafirmação de identidades fragilizadas ou silenciadas¹⁸⁴. Além disso, a autenticidade do relato exige um sujeito autêntico, no caso, a própria Luzia. Essa restauração do sujeito ocorre em um contexto coletivo, a ETFRN, juntamente com suas relações sociais. Os argumentos de verdade e singularidade ancoram-se na voz do sujeito como uma garantia (SARLO, 2007).

Outro teórico que utilizamos como base foi Ricoeur (1994), em sua obra "Tempo e Narrativa", que estabelece uma ligação entre o testemunho, o discurso histórico e seus usos na historiografia. O uso de narrativa em primeira pessoa surge como um direito que foi

¹⁸⁴ Como ilustrado por Sarlo (2007), a memória do pós-ditadura possibilitou o testemunho, servindo como base para evitar a repetição de eventos indesejados. Além disso, os atos de memória desempenharam papel fundamental durante a transição, atuando como instrumentos jurídicos e contribuindo para condenações.

suprimido e necessita ser recuperado e empregado como ferramenta para buscar a verdade. A história se aproxima da memória ao abraçar as histórias orais e micro-histórias, obtendo respaldo acadêmico.

Durante as entrevistas, observamos constantemente o uso de verbos no tempo presente, mesmo quando os relatos eram referentes a acontecimentos passados. De acordo com Ricoeur (1994), os tempos verbais estão intrinsecamente ligados ao momento da enunciação. A interseção entre memória, testemunho e subjetividade na narrativa expõe a complexidade de como compreendemos e representamos o passado. Em outras palavras, as observações sobre as pessoas, os lugares e os eventos envolvidos na experiência narrada não estão mais situadas no momento em que ocorreram no passado, mas sim na situação em que se encontram no presente da enunciação. Isso cria a sensação de que o passado se "estendeu" até o momento atual da narração, inclusive incorporando novas interpretações aos fatos.

Luzia, como figura central neste capítulo, narrou sobre a sua gestão em um ambiente de mudanças, pois se encontrava no ápice da transição democrática. Concebemos que sua trajetória é a interseção entre liderança, perseverança, tomada de decisões e adaptação.

A gestão da professora demonstrou habilidade ao buscar recursos financeiros para implementar melhorias estruturais na ETFRN. Além disso, adotou princípios de sustentabilidade ao utilizar o solo na criação de hortas destinadas para complementar a alimentação dos alunos. Houve também equilíbrio na abordagem aos alunos, especialmente em relação ao Grêmio Estudantil, com encontros semanais; bem como na orientação dos professores no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Foram implementadas comissões deliberativas e inovações tecnológicas, as quais ainda hoje continuam sendo empregadas na instituição.

Durante o período de eleições para a escolha da Direção, Luzia se deparou com desafios pessoais e éticos dentro da ETFRN, momento no qual ela trouxe à tona dilemas morais relacionados à compra de votos.

No ambiente de alta gestão, com histórico de predominância masculina, Luzia demonstrou disposição, disponibilidade de tempo, habilidades administrativas e estratégicas, bem como a capacidade de articular-se eficazmente com sua equipe de planejamento. Uma outra característica foi a transparência de gestão, evidenciada com a criação da Agenda ETFRN, que resultou em uma comunicação eficaz com o grupo escolar, por sua vez, estabeleceu-se como um elemento fundamental para dar visibilidade à administração liderada por ela.

Luzia, figura singular na alta administração da instituição, nos convida a refletir sobre essa oportunidade única de liderança feminina e a dinâmica masculina enraizada que persiste na instituição até os dias atuais.

CAPÍTULO 5

“UMA GESTÃO REALMENTE MINHA”

*Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores.*
(Cora Coralina)

Inicialmente, nesta seção, foram utilizados documentos de gestão que desempenharam a função de planejamento das ações administrativas. Alguns eram intitulados como Planos de Ação, enquanto outros eram referidos como Plano de Meta ou Plano de Trabalho. Apesar das variações de nomenclatura atribuídas aos documentos, todos possuem a mesma finalidade. Portanto, foram consultados: Plano de Ação referente ao período de 1984 a 1987; Plano de Trabalho de 1987; Plano de Ação de 1988; Plano de Metas abrangendo o período de 1988 a 1991; Plano de Ação de 1990¹⁸⁵.

No decorrer do Capítulo, além desses documentos apontados, também foi necessário explorar outros documentos, inclusive as entrevistas concedidas, a fim de obter mais informações.

Esclarecemos que os Planos de Ação de 1984 a 1987 e os Planos de Metas de 1988 a 1991 são compreendidos como planejamentos de ações que abarcam todo o período da gestão. Já as atividades específicas e mais pontuais eram organizadas e redefinidas pelos Planos Anuais, os quais também eram chamados de Planos de Ação ou Planos de Trabalho.

Dessa forma, conseguimos abranger o período de gestão da professora Luzia Vieira de França, compreendendo os anos de 1985 a 1987, quando atuou como Diretora Interina, e de 1987 a 1991, quando foi eleita Diretora por voto direto. Quanto aos Relatórios de Gestão, que são resultados das ações efetivamente realizadas conforme o planejado, tivemos acesso aos relatórios dos anos de 1988, 1989 e 1990, ficando excluídos os anos em que ela exerceu o cargo de Diretora Interina, bem como os anos de 1987 e 1991, pois não foram localizados. Todos os documentos consultados foram acessíveis devido à preservação no Arquivo Geral do IFRN-Campus Natal Central:

¹⁸⁵ Infelizmente, o Plano de Ação de 1991 não foi encontrado no Arquivo Geral do IFRN-Campus Natal Central.

Figura 74 - Demonstrativo dos materiais pesquisados

Fonte: Arquivo Geral do IFRN- *Campus* Natal-Central

Além desses documentos físicos, outros foram necessários para complementar e dialogar com a discussão, consultamos a Proposta Curricular (revisada e ampliada), elaborada em 1995; a Organização Didática (1984); o Projeto de Aperfeiçoamento do Ensino da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1986); o memorando nº 037/86 - GD/ETFRN, de 05 de novembro de 1986, assinado pela Diretora Professora Luzia Vieira de França, que abordava o programa do MEC voltado para a capacitação de recursos humanos. Todos esses documentos também foram acessados no Arquivo Geral do IFRN do *Campus* Natal-Central.

A consulta ao Ementário de Legislação do Ensino (volume 1, publicado em junho de 1989) foi viabilizada gentilmente por Maria das Graças Baracho, professora aposentada da instituição, que também contribuiu com uma entrevista para nossa pesquisa. De modo geral,

expressamos nosso agradecimento a todos aqueles que generosamente disponibilizaram fontes e materiais de seus acervos pessoais.

Portanto, ao longo deste Capítulo, além dos documentos mencionados anteriormente, também foi necessário explorar outros recursos, a fim de obter informações adicionais. Utilizamos trechos das entrevistas concedidas, assim como algumas notícias de periódicos locais que enfatizavam a crise educacional e as dificuldades de manutenção devido aos cortes de recursos do governo federal naquela época.

5.1 O PLANO DE ATUAÇÃO DE LUZIA VIEIRA DE FRANÇA (1985-1987; 1987-1991)

Os Planos de Ação são reconhecidos institucionalmente como instrumentos essenciais para o planejamento, visando estabelecer programas que orientarão o período estipulado. Eles também definem os rumos a serem seguidos na preparação e execução de projetos, delineando os propósitos específicos de cada administração envolvida. Dito isso, apresentaremos os principais pontos e aqueles que se assemelham entre um Plano e outro.

Considerando o recorte temporal delimitado, iniciamos nossa análise pelo Plano de Ação referente ao período de 1984 a 1987. Este plano contou com a assinatura do então diretor, o professor Marcondes Mundim Guimarães, enquanto Luzia ocupava a posição de Chefe do Departamento de Ensino. Após a transição para a função de Diretora Interina, durante o período de 1985 a 1987, Luzia Vieira de França assumiu os compromissos delineados pelo seu antecessor.

O documento apresenta uma divisão em seções que englobam a justificativa e as diretrizes. Sendo estas, por sua vez, subdivididas em três áreas: administração, desenvolvimento de ensino e complementação de ensino. O anexo do documento inclui o modelo do formulário utilizado para a elaboração de projetos (padrão seguido do Ministério da Educação).

A organização do documento tinha como objetivo tornar as diretrizes mais claras, visando orientar as ações da Escola por meio das várias instâncias que compõem sua estrutura organizacional. Isso já reflete a expansão da instituição, evidenciando a necessidade de padronização em suas atividades.

O Plano de Ação (1984 a 1987) tem como documento-base o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (III PSECD)¹⁸⁶, este explicita as principais diretrizes nacionais, as quais abrangem as seguintes áreas, a saber: educação no meio rural; educação nas periferias urbanas; desenvolvimento cultural e a valorização dos recursos humanos. Paralelamente à formação propedêutica, as Escolas Técnicas Federais assumiram o desafio de propiciar qualificação dos alunos como agentes econômicos e prepará-los para o exercício das responsabilidades sócio-políticas.

Em consequência desses objetivos, o Ministério da Educação e Cultura realizou uma análise mais detalhada das funções das Escolas Técnicas Federais, especialmente após as alterações feitas na legislação vigente¹⁸⁷.

A partir dessa análise, tornou-se necessária a redefinição dessas funções, o que resultou na delimitação de três áreas de atuação: a área de formação de recursos humanos, enfatizando, entre outros aspectos, a necessidade de habilitar técnicos, qualificar mão de obra em cursos de curta e média duração, e especializar egressos; a área técnica e de desenvolvimento tecnológico, destacando a importância de a Escola dinamizar seus recursos tecnológicos por meio de intercâmbio com pequenas e médias empresas, recebendo e prestando serviços, e ao mesmo tempo atualizando-se quanto a tecnologias, tanto na área de equipamentos quanto na especialização de docentes; e a área social, ressaltando a valorização dos técnicos formados pela Escola, o desenvolvimento de programas de educação-produção e a participação na execução de trabalhos junto a comunidades carentes das periferias urbanas.

Dessa forma, a ETFRN buscou desempenhar de maneira efetiva essas funções, adotando uma política de ação para o período mencionado (1984 a 1987), a qual foi executada por meio das ações definidas anualmente em programas e projetos específicos.

Ainda no documento, compreendia-se que as Escolas Técnicas deveriam proporcionar a formação de técnicos não somente competentes para o mercado de trabalho, mas também capazes de se adaptarem como indivíduos às demandas da sociedade moderna. Nesse sentido, a gestão da ETFRN se esforçou para redefinir sua abordagem educacional, concentrando-se na melhoria do currículo, no aperfeiçoamento do corpo docente e no intercâmbio de experiências com outras instituições similares.

¹⁸⁶ Assinado por Eduardo Portella, Ministro de Estado da Educação e Cultura, naquele momento, esse Plano Setorial foi um ponto de referência para um conjunto de ações a serem implementadas no período de 1980 a 1985, nos campos da Educação, Cultura e Desporto. Além disso, abrangia as linhas prioritárias nacionais, bem como estratégias regionais comuns e específicas, visando à sua execução (Brasil, 2023).

¹⁸⁷ A Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau (MEC, 2023).

Eram disponibilizadas aos concluintes oportunidades de atualização e aprofundamento dos conhecimentos técnicos, alinhadas às mudanças no mercado de trabalho. Com o objetivo de aprimorar o potencial tecnológico, a gestão da ETFRN planejava implementar um programa de capacitação dos docentes nas áreas técnicas. Isso viabilizaria a operacionalização eficaz dos equipamentos especializados e, conseqüentemente, a melhoria dos currículos dos cursos oferecidos.

A equipe gestora da ETFRN ampliava suas conexões com outras instituições no país com o propósito de adquirir material tecnológico para os laboratórios. Além disso, havia a participação em simpósios e seminários nos quais especialistas analisavam e discutiam assuntos pertinentes a cada área técnica.

Na área social, a proposta do Plano de Ação visava promover o jovem como um indivíduo integrante da sociedade, indo além dos limites da assistência. A título de exemplo, o estágio conduzia o aluno à autorealização como um indivíduo capaz de enfrentar os desafios socioeconômicos.

Nas Diretrizes, estava presente a compreensão de que o processo educativo, tal como qualquer atividade humana, se caracterizava por uma busca incessante de aprimoramento. Essa dinâmica permeava toda a vida funcional da Escola, desde as tarefas meramente administrativas até as ações diretamente e indiretamente ligadas ao ensino e à educação.

No presente Plano de Ação (1984-1987), é mencionada a administração de 1979 (ainda sob a gestão do Professor Marcondes), fazendo referência ao Plano de Ação Integrada para o período de 1979 a 1983, no qual já se destacava a preocupação com a busca constante por qualidade. Isso revela que as gestões estavam articuladas e em constante progresso com suas atividades.

Portanto, o Plano retoma a postura adotada anteriormente e descreve a tríplice programação fundamentada na administração, no desenvolvimento de ensino e na complementação do ensino, conforme proposto no sumário do próprio documento.

No que diz respeito à administração, considerada uma atividade-meio, os objetivos eram os seguintes: modernizar os métodos e capacitar os recursos humanos para um desempenho mais eficaz; adequar os ambientes de trabalho por meio de reformas, ampliações, construções ou manutenção dos bens móveis e imóveis; estabelecer canais de comunicação interna e externa para garantir o acesso de todos aos fatos, possibilitando a prestação de serviços à comunidade.

Em relação ao processo formal de ensino, o objetivo consistiria no aperfeiçoamento contínuo desse processo, tanto em sua vertente administrativa quanto em termos de conteúdo

e pedagogia. Seria dada atenção especial à realização de aulas práticas, à aprimoração dos laboratórios e da Biblioteca, bem como à criação de recursos didáticos. A prática de Educação Física e Esportes priorizaria mais o exercício da educação física do que a prática esportiva.

No tocante a ações indiretamente relacionadas ao ensino, seriam realizadas as seguintes medidas: promoveriam estudos e pesquisas que visassem a fornecer elementos concretos para servirem de base em ações futuras; intensificariam cada vez mais a aproximação da Escola com a comunidade e, em especial, com as empresas; manteriam as ações de assistência ao educando em andamento; a ETFRN permaneceria receptiva a propostas de Cursos Extraordinários e Convênios com outras instituições que compartilhassem objetivos com a Escola; enfim, ofereceriam apoio a iniciativas cívicas e socioeducativas, que se constituíssem em fatores decisivos na formação do educando. Foram descritos os programas e subprogramas dessa tríplice programação:

Quadro 16 - Ações a serem desenvolvidas na tríplice programação proposta no Plano de Ação (1984-1987)

Tríplice programação	Ações
Administração	Produção de serviços; Capacitação de Recursos Humanos; Comunicação Social; Obras, Reformas e adaptações; Manutenção dos bens móveis; Manutenção do Imóvel; Aperfeiçoamento do Processo de Gestão.
Desenvolvimento do Ensino	Aperfeiçoamento do Ensino; Orientação Pedagógica; Aulas práticas; Educação física e desportos; Produção de Recursos Didáticos; Administração do Ensino; Reequipamento de Laboratórios; Melhoramento da Biblioteca.
Complementação do Ensino	Assistência ao Educando; Promoções Cívicas e sócio-culturais; Ação Escola-Empresa; Ação Escola-Comunidade; Cursos Extraordinários e Convênios; Estudos e Pesquisas.

Fonte: Elaboração própria

O documento compreende a descrição dos objetivos e metas de cada item das ações mencionadas anteriormente. São detalhadas as ações voltadas para o aperfeiçoamento do processo de gestão, uma vez que nosso propósito é analisar a participação da gestora nesse processo como um todo.

Portanto, neste item, o objetivo seria dotar a Escola de Instrumentos de ação administrativa que assegurassem a eficiência e a racionalidade do trabalho, buscando o constante aperfeiçoamento de seu processo de gestão, de modo a elevar o padrão de desempenho de sua atividade-fim: o ensino. Foram estabelecidas como metas:

revisão ampla das funções administrativas da Escola, reiterando junto aos chefes dos diversos órgãos a necessidade de manter a uniformidade dos critérios de decisão, comprometendo-se sempre com o cumprimento das deliberações tomadas em conjunto;
planejamento e execução da ação administrativa da Escola de acordo com os interesses do ensino e suas prioridades educacionais;
racionalização de métodos e processos de trabalho, tanto em relação ao pessoal quanto às instalações materiais, com o objetivo de alcançar índices mais elevados de produtividade;
adoção de critérios administrativos, durante a realização das atividades, compatíveis com a disponibilidade de recursos e as condições materiais e humanas existentes na Escola, especialmente devido às atuais recomendações de contenção de despesas vigentes no serviço público federal;
execução, acompanhamento e controle das atividades de acordo com os cronogramas pré-estabelecidos, visando identificar possíveis falhas a tempo de serem corrigidas e reprogramadas.

Fonte: Plano de ação, 1984-1987.

As metas delineadas demonstravam o compromisso da ETFRN em aprimorar continuamente sua gestão administrativa, assegurando a coerência das decisões entre os vários setores, alinhando-se aos interesses educacionais predominantes. A busca por eficiência, por meio da racionalização dos métodos de trabalho e da otimização dos recursos disponíveis, refletia a abordagem responsável adotada pela instituição, especialmente à luz das diretrizes de contenção de gastos no âmbito público. A execução das atividades conforme os cronogramas estabelecidos revelava a proatividade em identificar e corrigir eventuais inconformidades, garantindo a implementação bem-sucedida das ações propostas. Diante dessas metas revisitadas, a Escola demonstrava eficácia administrativa e, por conseguinte, a qualidade do ensino, como indicavam os Relatórios de Gestão analisados posteriormente.

No Plano de Trabalho de 1987, agora assinado pela Diretora Luzia Vieira de França, a estrutura administrativa contava com o Coordenador de Planejamento, Francisco das Chagas

Mariz Fernandes, que mais adiante viria a ocupar o cargo de Diretor em 1991, quando Luzia de França se aposentou.

Ao todo, a estrutura administrativa era composta pela Diretora, dois Assessores, Coordenador de Planejamento, Chefe do Departamento de Ensino, Chefe do Departamento de Relações Empresariais, Chefe do Departamento de Administração e Chefe do Departamento Pessoal.

No índice desse Plano, estão listadas as seguintes seções: apresentação; diretrizes; operacionalização; metas (totalizando 14: aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino; assistência ao educando; educação física e desportos; promoções cívicas e sócio-culturais; produção de recursos didáticos; reequipamento dos laboratórios de ensino; capacitação de recursos humanos; produção de serviços; integração Escola/Empresa/Comunidade; cursos extraordinários e convênios; comunicação social; manutenção dos bens móveis e do imóvel; manutenção dos serviços administrativos; obras, reformas e adaptações); e, por último, o quadro com a distribuição dos recursos financeiros relacionados ao orçamento de 1987. Observamos que as metas do Plano de Trabalho de 1987 são semelhantes às do Plano de Ação anterior, visto que este abrangia até 1987.

Este documento apresentou as ações em conformidade com as metas a serem alcançadas. De acordo com o texto, o Plano foi elaborado com base nas necessidades fundamentais da Escola, com o objetivo de estabelecer prioridades. Cada meta a ser alcançada previa ações claramente definidas e quantificadas, abrangendo todas as áreas de atuação da Escola.

Outro ponto mencionado foi o conhecimento deste Plano por toda a comunidade que compunha a ETFRN, com o objetivo não apenas de comunicar, mas também de envolver todos os servidores e docentes, visando ao aprimoramento da Instituição.

Nas diretrizes, foi citado o Plano de Ação de 1984 a 1987 da ETFRN, no qual se definiam os objetivos voltados prioritariamente para a elevação do nível da qualidade do ensino. Esses objetivos já vinham sendo operacionalizados a cada ano, por meio de um Plano Geral de Atividades.

Embora compreendesse o empenho investido na consecução dos objetivos, o documento expõe que a qualidade do ensino apresentava níveis pouco satisfatórios, evidência constatada pelo baixo índice de aprovação¹⁸⁸ dos alunos. Para enfrentar essa situação, a

¹⁸⁸ Refere-se ao ato do discente cumprir os requisitos estabelecidos em uma disciplina ou etapa semestral/anual do curso, como notas mínimas e frequência.

Escola direcionou seus esforços no sentido de alcançar uma melhoria no fluxo escolar, reduzindo as perdas por reprovação¹⁸⁹ e evasão¹⁹⁰.

No documento intitulado "Sinopse Estática," referente ao período de 1977 a 1986, assinado pela diretora Professora Luzia Vieira de França, apresentam-se dados estatísticos relativos às atividades da ETFRN nos últimos 10 anos. Estes dados incluem informações sobre matrículas, fluxo de estudantes, estágios, diplomados, execução orçamentária, entre outros.

Tomemos, por exemplo, o curso de Estradas, no qual os dados das três últimas entradas foram os seguintes: em 1984, houve 462 alunos ingressantes, com 31 concluintes; em 1985, 369 alunos ingressantes, resultando em 14 concluintes; e em 1986, 407 alunos ingressantes, dos quais apenas 41 conseguiram concluir o curso.

Numa breve análise do fluxo de estudantes em outros cursos oferecidos pela instituição, é revelado um padrão recorrente: o número de alunos que ingressaram sempre excedia consideravelmente o número de estudantes que conseguia concluir o curso. Em outras palavras, a taxa de evasão escolar era significativa, o que demandava medidas para reverter essa situação. Uma vez que essa alta evasão escolar dificultava a obtenção de recursos financeiros, já que estes eram calculados de forma proporcional à quantidade de alunos matriculados.

Para alcançar esse propósito, embasado no reforço de ações já em desenvolvimento, que eram objetos de projetos de anos anteriores, assim como na implementação de alternativas diferentes, a fim de que auxiliassem o aluno na superação de suas dificuldades de aprendizagem.

Também era considerado como prioridade a capacitação de recursos humanos, a realização de um diagnóstico do processo curricular, a integração das ações dos diversos componentes da estrutura funcional da Escola, condições indispensáveis para remover os obstáculos que pudessem impedir o crescimento da instituição e a consecução de seu objetivo maior: a formação do aluno para o pleno exercício da cidadania.

As diretrizes indicadas configuraram o ponto de referência para iniciativas concretas, traduzidas em um conjunto de ações a serem implementadas naquele ano de 1987 e especificadas neste Plano de Trabalho.

¹⁸⁹ Quando o estudante não atinge os critérios mínimos necessários para passar em uma disciplina ou ano letivo.

¹⁹⁰ A evasão ocorre quando o aluno abandona o curso ou deixa de frequentar a instituição sem formalizar sua saída. A evasão pode ter várias causas, como dificuldades financeiras, falta de interesse, problemas pessoais ou incompatibilidade com o curso.

Outra diferença que percebemos é que este Plano de Trabalho de 1987 tinha intenções mais específicas, voltadas para auxiliar no fluxo escolar e para a integração de ações pedagógicas, visando principalmente evitar a evasão. Esse tópico não estava tão detalhado no Plano de Ação anterior.

O documento contém várias tabelas em que as metas eram pormenorizadas com o enunciado das ações, a descrição dos objetivos a serem alcançados, o público-alvo a ser atingido e a quantidade de recursos financeiros.

No Plano de Ação de 1988, houve uma redução no número de metas, passando de 14 para 9 programas a serem executados. Apesar dessa redução, a abordagem permaneceu muito próxima das metas anteriores. Na apresentação desse documento, reafirmou-se a finalidade de servi-lo como instrumento de trabalho para a ETFRN naquele ano específico, sendo também utilizado como ponto de referência e apoio por todos que estavam engajados no propósito educativo. Esse Plano assemelha-se a uma parte das atividades programáticas centradas no Plano de Metas definido para o período de 1988 a 1991. Em outras palavras, percebe-se que existia um documento mais amplo, que abrangia toda a gestão durante aquele mandato, e a cada ano, era organizado um documento secundário, onde se inseriram novas perspectivas na medida que surgiam, em relação ao documento principal.

O Plano de Metas 88/91, conforme consta na capa do documento, seguia a padronização do sumário habitual dos demais planos, que consistia em: apresentação; introdução; diretrizes; e, metas. Neste Plano, foram estabelecidas as diretrizes básicas que orientariam as atividades da ETFRN ao longo da gestão no período compreendido entre 1988 e 1991.

A execução deste ocorreria por meio de Planos de Ação anuais, o que justificava a existência dos demais documentos encontrados, com o propósito de detalhar as ações específicas e as prioridades da Escola para cada período¹⁹¹.

Foi citado o vínculo da Escola com a sociedade, implementando transformações e inovações no sistema produtivo e intelectual do país. Também foi feita referência ao contexto que o Brasil estava vivenciando, no caso, a transição política, e como resultado, ocorreram mudanças de comportamento dentro da Escola. Dessa forma, existia a consciência do

¹⁹¹ É possível deduzir que o presente Plano de Ação Anual pode ser interpretado como um precursor do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Essa percepção foi formulada a partir da observação de que conceitos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o PDI eram predominantes na década de 1990. Porém, a mera possibilidade de sua existência já na década de 1980 representaria uma verdadeira inovação, pois abordava preocupações com o sistema produtivo e intelectual do país, vinculando-se às questões de crescimento e demandas locais.

engajamento e da mobilização de forças para a construção de uma nova responsabilidade social diante da questão educacional.

Dessa forma, esse documento cita que a ETFRN não poderia ter ficado à margem desse processo de mudanças. Para isso, foi imprescindível o engajamento dos professores, servidores administrativos e alunos, visando a melhoria da eficiência administrativa e da qualidade do ensino, bem como o aprimoramento do desempenho do corpo docente.

Outro ponto também mencionado - e evidenciado - foi o crescimento físico e a interiorização da instituição, por meio de duas Unidades de Ensino Descentralizadas, com funcionamento planejado para 1989, nas cidades de Currais Novos e Mossoró, ambas localizadas no interior do Rio Grande do Norte. Tinha-se como responsabilidade formar técnicos em Eletromecânica e Mineração; e, Eletromecânica e Química, respectivamente. As diretrizes apontadas no documento evidenciaram o tripé da gestão formado por: ensino/educação; recursos humanos; e, administração.

O Plano de Ação de 1990 foi fundamentado nas diretrizes que haviam sido estabelecidas previamente no Plano de Metas 88/91. Percebemos que o elemento que o diferencia dos demais foi a proposta de um “planejamento participativo e a discussão do processo de gerência descentralizada” (Plano de Ação, 1990, p.06).

Todos estavam integrados pela política de 11 programas de trabalho, que seguiam parecidos com os anteriores, sendo eles: aperfeiçoamento e desenvolvimento de ensino; assistência ao educando; capacitação de recursos humanos; comunicação social; cursos extraordinários/convênios e produção de serviços; integração escola/empresa/comunidade; manutenção dos bens móveis e do imóvel; manutenção dos serviços administrativos; obras, reformas e adaptações; promoções esportivas e sócio-culturais; reequipamento de laboratórios.

Cada programa era organizado em tabelas com a descrição da ação, o órgão coordenador (departamento da instituição responsável), detalhamento das atividades, recursos utilizados, quantidade e momento de execução da ação. No final do documento, havia a distribuição orçamentária referente ao ano de 1990 e os órgãos administrativos responsáveis. Além disso, eram descritos outros custeios, como diárias e vale-transporte.

Em resumo, apresentamos as especificidades dos Planos de Ação e do Plano de Trabalho, com seus respectivos marcos temporais embasados pelas ações mais amplas delineadas nos Planos de Ação referentes ao período de 1984 a 1987 e no Plano de Metas abrangendo o período de 1988 a 1991. Compreendemos que a elaboração desses planejamentos demonstra uma gestão comprometida com as melhorias da Escola e com a

transparência das ações. As tabelas detalhadas, as ações propostas, a distribuição orçamentária em conjunto com os órgãos responsáveis (revelando uma gestão descentralizada e participativa), assim como os programas educacionais estratégicos para alcançar os objetivos propostos, reforçam a integridade e a prestação de contas.

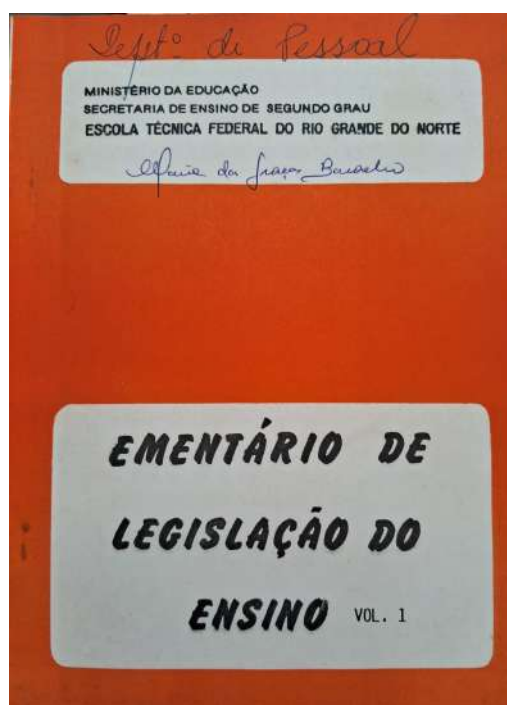
Foram verificadas se as metas foram efetivamente alcançadas por meio da análise dos Relatórios de Gestão, aos quais conseguimos acesso referentes aos anos de 1988, 1989 e 1990. Infelizmente, os demais anos (1985 a 1987 e 1991) não foram encontrados no Arquivo Geral do IFRN do *Campus* Natal-Central nem nos repositórios de documentos digitais.

Os Relatórios de Gestão consultados possuem a mesma finalidade de demonstrar à comunidade as principais atividades desenvolvidas pelos diversos setores da Escola. Cada Relatório corresponde ao seu respectivo ano, e eles mantêm-se próximos em termos de estrutura textual e na distribuição das atividades. Portanto, concentraremos nossa análise na descrição do penúltimo ano de gestão da professora Luzia, a que tivemos acesso, a fim de realizar o levantamento dos resultados alcançados.

O documento detalhou atividades de cada setor. O gabinete da direção é considerado o órgão responsável pelas atividades de assistência à Direção. Neste setor, coordenaram a execução das seguintes atividades: controle do programa de visitas à Escola; atendimento de servidores, alunos e público em geral que procuraram a Direção; realização de reuniões do Conselho Técnico Pedagógico; organização de comemorações de eventos significativos para a Escola; requisição de passagens aéreas e reservas de hotéis; instrução em processos e exame prévio de documentos submetidos à consideração da diretora; organização de providências para as solenidades de conclusão de cursos e abertura dos jogos estudantis; expedição de documentos oficiais, como ofícios, memorandos e portarias; concessão de diárias, suprimentos de fundos, bolsas para especialização; passagens e fretes aéreos; processos de rescisão e contratação de professores substitutos; concessão de aposentadorias.

Com recursos do orçamento próprio da Escola, foi possível realizar o reequipamento em diversos setores. Por outro lado, a Assessoria de Ensino emitiu pareceres dentro de sua competência. Toda a legislação federal relativa ao Ementário de Legislação do Ensino foi catalogada, e o material foi publicado:

Figura 75 - Ementário de Legislação do Ensino, volume 1, publicado em Junho de 1989



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria das Graças Baracho¹⁹²

Com 47 páginas, o Ementário tinha como objetivo facilitar a consulta a itens básicos da legislação específica que regia o sistema federal de ensino naquela época para os departamentos, professores, servidores e alunos. Os itens foram apresentados em ordem alfabética, como um dicionário. Cada item tinha sua significação definida, em sua maioria, seguindo os conceitos emitidos por Moacir Bretas Soares no 'Dicionário de Legislação de Ensino', editado pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 1981. Em seguida, há uma lista de atos normativos relacionados ao assunto (leis, decretos, decretos-leis, resoluções, pareceres, portarias, etc) com breves resumos. O Ementário foi finalizado com atos normativos que estavam em vigor na ETFRN. A proposta era atualizar o Ementário anualmente. Este volume cobriu 45 itens das letras A a F, e a intenção era publicar o restante no semestre seguinte. A apresentação do Ementário foi assinada pela Diretora Luzia Vieira.

No que se refere à capacitação de recursos humanos, foram realizadas as seguintes atividades: cursos de pós-graduação a nível de Especialização; cursos foram ministrados nas dependências da própria ETFRN; curso de aperfeiçoamento em Administração Escolar (por meio do convênio UNIPEC/ETFRN); curso de graduação ofertado (através do convênio

¹⁹² Durante a administração da Professora Luzia, Maria das Graças Baracho ocupava o cargo de orientadora educacional e ministrava aulas. Isso acontecia devido à presença de uma disciplina chamada "Orientação Educacional" no 1º semestre dos Cursos. Além disso, no último semestre, havia outra disciplina chamada "Orientação Ocupacional". Ambas eram ministradas por professores com formação em Pedagogia. Baracho se aposentou em meados da década de 1990.

CEFET/PR-ETFRN); especialização em Ciências Contábeis (convênio UFRN); curso sobre controle de processos e materiais de construção civil; especialização em história do Brasil (convênio UFRN); cursos de computação e sistemas de processos mecânicos foram oferecidos.

Além disso, ocorreu o encaminhamento para cursos de atualização em empresas e outras instituições. Foram organizados congressos, visitas, seminários e encontros em diversas áreas.

Também foram organizadas e desenvolvidas atividades diversas como: Coordenação de Seleção Pública; elaboração de anteprojetos, com vistas para o aperfeiçoamento em Educação e a especialização em Estudos Sociais. Quanto às coordenações de cursos, visavam o aperfeiçoamento em administração escolar e o encaminhamento para a graduação na formação de professores (conhecido no documento como Esquema II¹⁹³).

Na área de comunicação social, o propósito era realizar a cobertura fotográfica e jornalística de diversas atividades realizadas na Escola, tanto no que diz respeito ao atendimento e recepção de profissionais da imprensa local, quanto à documentação de eventos relacionados a datas comemorativas e natalícias. Para a divulgação interna, era responsável por manter a Agenda ETFRN, cuidando da organização da redação, da diagramação, da montagem e da distribuição do informativo interno, que tinha uma periodicidade quinzenal. Em 1990, foram publicados um total de 15 edições.

No passado, Thelma Rabelo costumava realizar todas as tarefas sozinha, desde a redação da Agenda ETFRN até a distribuição pelos departamentos, incluindo a impressão na gráfica. A parte conhecida como "endomarketing" funcionava de maneira eficiente, pois as informações estavam prontamente acessíveis a todos, com uma cópia disponível em cada mesa.

[...] chegou um momento que eu tinha dois funcionários, eu tinha um bolsista e eu tinha um diagramador, que era a câmera. Foi quando a coordenação teve mais robusta e podia me ajudar, né? Porque antes era realmente eu sozinha e ainda tinha mais, eu saía distribuindo a agenda nos setores, andando [*risos*], andava sala em sala entregando, assim, igual carteiro, sabe? Então eu fazia, assim, desde redigir, digitar, ia para a gráfica,

¹⁹³ De acordo com a Portaria N.º 432, de 19 de julho de 1971, que regulamentava normas relativas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II aos cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas para habilitação do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias. Esses cursos foram divididos em dois esquemas: Esquema I, destinado a portadores de diplomas de graduação relacionados à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica, com uma duração de 600 (seiscentas) horas; Esquema II, voltado para portadores de diplomas de técnico de nível médio nas áreas mencionadas, com durações de 1.080 (mil e oitenta), 1.280 (um mil duzentos e oitenta) ou 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) horas.

ficava esperando o cara imprimir e depois saia entregando, todas as salas, era assim que acontecia. Então a parte do "endomarketing", que se chama, ele funcionava bem, porque você só não se informava se você não quisesse, porque a gente deixava no seu birô [risos], deixava no birô de cada um esta Agenda.

(Thelma Rabelo)

Fica claro na fala de Rabelo a respeito da carência de profissionais para atuarem nesse setor. Essa área somente passou a funcionar de forma mais eficiente à medida que sua estrutura foi aprimorada, tornando-se mais robusta e com um maior número de funcionários, afirmou Thelma Rabelo.

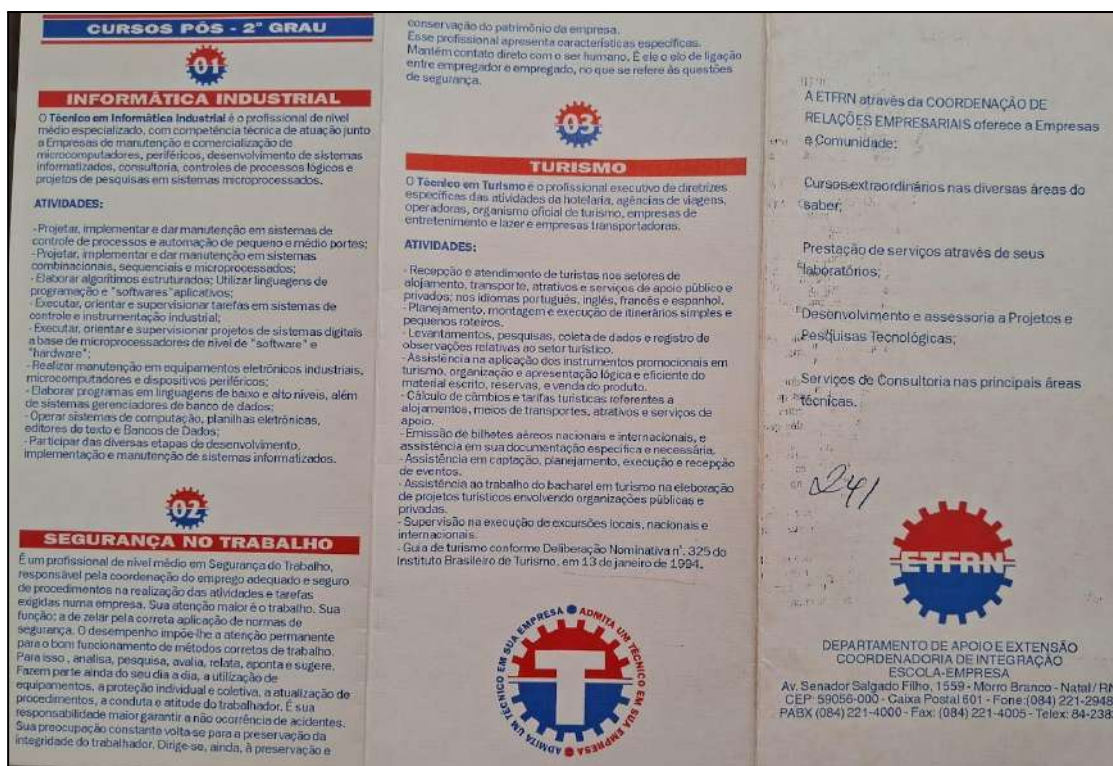
Ademais, a equipe de comunicação social também desempenhava um papel importante na editoração da Revista da ETFRN, que tinha um formato de 16 páginas, com capa em duas cores, contendo textos de autoria de alunos, professores e servidores técnicos-administrativos. A Revista era publicada semestralmente, com uma tiragem de 500 exemplares. Thelma Rabelo mencionou também a criação e a evolução da Revista da ETFRN, inicialmente produzida de forma artesanal e, posteriormente, migrou para o formato eletrônico:

Teve a Revista da ETFRN. A gente fez alguns, a gente editava tudo muito artesanalmente, tudo muito artesanalmente, mas saía, né? Tudo começa assim, né? [...] Então, nessa Revista, a gente... Eram coletâneas de artigos, de servidores, de professores, e ela saía, assim, semestralmente, entendeu? E a gente fazia. Agora ela era assim, vocês vão ver que era uma revista assim. Depois ela ficou eletrônica. [...]

(Thelma Rabelo)

Neste relatório, também é apresentada a continuação do processo de montagem da sala da memória da ETFRN, que envolvia a identificação e catalogação de fotografias e documentos históricos. O setor de comunicação social era responsável pela supervisão e acompanhamento da cobertura fotográfica e de vídeo dos eventos da Escola, em colaboração com a coordenação de recursos audiovisuais. Para fins de divulgação externa, foi produzido um vídeo-documentário de 15 minutos, intitulado "Um Dia na ETFRN", juntamente foram distribuídos 200 exemplares de folders promocionais em duas cores, no formato 4x1. Esses materiais promocionais destacavam as instalações físicas, atividades e cursos oferecidos pela ETFRN:

Figura 76 - Panfleto de divulgação dos Cursos Técnicos da ETFRN



Fonte: Acervo pessoal cedido por Maria das Graças Baracho

O panfleto apresentava informações sobre sete cursos técnicos (edificações, eletrotécnica, estradas, geologia, mecânica, mineração, saneamento) e três cursos pós-segundo grau (informática industrial, segurança do trabalho e turismo). O emblema da ETFRN estava acompanhado do lema “admita um técnico em sua empresa”. Para cada curso, havia uma definição e destacava suas principais atividades. O folheto foi organizado pelo

Departamento de Apoio e Extensão, pela Coordenação de Relações Empresariais e pela Coordenadoria de Integração Escola-Empresa.

Igualmente, tinha-se a equipe de comunicação social que enviava periodicamente "press releases" (comunicados de lançamentos) à imprensa local e mantinha contatos telefônicos com profissionais da imprensa, a fim de agendar visitas às redações de rádio, jornais e televisão. A então Coordenadora de Comunicação Social, Thelma Rabelo, descreveu, durante a entrevista concedida para a nossa pesquisa, como era o trabalho de comunicação, enfatizando como era conduzido antes da era digital, destacando a necessidade de esforço manual e conhecimento do setor para garantir o sucesso na divulgação de informações da ETFRN:

Era a época do fax, não tinha computador, não tinha celular. Então, era tudo muito artesanal que a gente trabalhava. Eu fazia os releases. Por exemplo, vai haver uma colação de grau. Então, eu preparava o releasing para todos aqueles jornalistas que eu sabia, para os colunistas sociais, para o pessoal da pauta. Então, como eu conhecia aquele *métier* lá fora, eu sabia exatamente para quem mandar e o que ia sair e o que não saía. E aí, a gente mandava, e eu mesma era quem ia deixar. A gente fazia tudo. Eu datilografava, eu envelopava, eu assinava, envelopava, colava. Requisitava o carro, a Kombi, e ia com o motorista passando nas redações para deixar o release. Fazia isso muito.

(Thelma Rabelo, em entrevista concedida à pesquisa, sobre a organização dos *press releases*)

A estratégia em relação à comunicação institucional para a sociedade continuou sob a gestão da Professora Luzia, conforme relatou Thelma. O foco era atrair a atenção da imprensa. Ela também nos contou que reivindicou a participação ativa nas reuniões para assegurar um entendimento preciso dos acontecimentos. Essa abordagem valorizou a transparência e a busca por uma cobertura jornalística mais precisa e imparcial:

Isso continuou porque tinha que continuar para a gente atrair a imprensa para os eventos. Então, assinatura de um contrato importante, uma obra que ia ser iniciada, uma obra que ia ser concluída. Depois, na época do professor Mariz, a expansão do ensino técnico, os campi, os Cefets, as construções. Então, tudo isso rendia muita notícia, muita notícia. Então, com Luzia, a gente também começou a... A gente reivindicou, eu reivindiquei que a gente participasse das reuniões dos principais assessores, porque eu precisava ter conhecimento do que acontecia. Então, eu fazia questão de participar das reuniões e elaborar o texto, porque senão ficava assim. Ia ser ela me falando e eu falando a versão dela. Não estou dizendo se era certa ou errada, mas não é para ser assim. O jornalista tem que estar onde a notícia está, onde o fato está. Então, eu reivindiquei isso.

(Thelma Rabelo)

No relatório em questão, foram destacadas as ações de outros setores, como: reuniões com os coordenadores de cursos e áreas; organização dos exames de seleção; encontros com os pais; caracterização socioeconômica; assistência nutricional, médica e odontológica, bem como a produção de recursos audiovisuais para a confecção de material didático.

Além disso, desde essa época, a integração entre a Escola, a Empresa e a Comunidade já existia, que envolvia o encaminhamento de estágios, visitas de empresas e a catalogação destas. Também foram realizadas manutenções em bens móveis e imóveis - desde a manutenção dos sistemas hidráulicos, elétricos e sanitários até a manutenção de máquinas e equipamentos, a instalação de terminais de computador e a recuperação de compressores e do grupo gerador.

Outra área de atuação importante foi o Pró-Técnico, responsável pelo período de divulgação, inscrição, seleção e matrículas. Além disso, foram realizadas obras, reformas e adaptações, abrangendo serviços de alvenaria, pintura e reformas dos laboratórios, entre outros locais. No almoxarifado, eram registradas entrada e saída de material permanente e de consumo.

Também eram promovidas atividades esportivas e socioculturais: atelier de artes, banda de música, coral, ginástica e danças, bem como jogos internos com diversas modalidades esportivas e jogos amistosos. Por fim, os dados estatísticos foram apresentados em quadros demonstrativos. Com isso, encerramos a descrição desse relatório, que compreendeu 49 páginas, detalhando a gestão da ETFRN em 1990.

Não foi possível encontrar o relatório do ano seguinte no Arquivo Geral do IFRN do *Campus* Natal-Central. A ideia de construir um centro de memória estava presente no documento, mas ainda não havia sido implementada. O Arquivo, que estava associado ao setor de Comunicação Social, encontrava-se em processo de organização e tinha a responsabilidade de protocolar documentos internos e externos, inclusive o envio de correspondências simples ou registradas aos Correios. Isso nos leva a considerar que a instituição possivelmente não tinha plena consciência da importância de preservar essas informações naquele momento e da verdadeira função do setor.

5.2 OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E A EMERGÊNCIA DAS LICENCIATURAS

O memorando nº 037/86 - GD/ETFRN, datado em 05 de novembro de 1986, assinado pela Diretora Professora Luzia Vieira de França, abordava o programa do MEC voltado para a capacitação de recursos humanos nas Escolas Técnicas Federais, no período de 1987 a 1990.

Havia a necessidade da ETFRN estabelecer um programa prioritário de capacitação por área de conhecimento, para isso, seria convocado o grupo de professores com objetivo de determinar os seguintes itens: definição das áreas básicas para a capacitação docente, tendo em vista o interesse de aprimorar o ensino na Escola; coleta das preferências em relação ao tipo de capacitação desejada, que podia incluir mestrado, especialização, aperfeiçoamento, atualização e participação em eventos nacionais, tais como congressos, seminários e encontros.

O propósito deste encontro seria alinhar os esforços da equipe docente com as metas de aprimoramento educacional estabelecidas pelo MEC e pela ETFRN, garantindo uma abordagem eficaz para o desenvolvimento profissional dos educadores.

Para aquele primeiro momento, foram sugeridas programações de cursos de capacitação a serem realizados na Escola, bem como uma lista de entidades nacionais que poderiam promover tais cursos e eventuais eventos já agendados para o período determinado. Esses elementos foram considerados fundamentais para a organização dos cursos de capacitação docente.

A Direção da ETFRN reconhecia a importância da capacitação do docente em qualquer área de conhecimento. No entanto, de acordo com a orientação do MEC, os cursos voltados para o aprimoramento dos programas e projetos desenvolvidos pelo currículo desta Escola seriam tratados como prioritários.

Outro documento que dialoga com o assunto é o Plano de Metas 1988 a 1991, na página 11, na seção referente aos "recursos humanos", entre as várias ações mencionadas, destacam-se o aperfeiçoamento dos servidores administrativos por meio de cursos, treinamentos e seminários a serem realizados na ETFRN e/ou em outras instituições, além da promoção funcional com base na competência e no mérito; e, para os docentes, a oferta de oportunidades de atualização, especialização e capacitação tecnológica.

Também encontramos no acervo do Arquivo Geral do IFRN o documento intitulado como “Projeto de Aperfeiçoamento do Ensino da Escola Técnica Federal do Rio Grande do

Norte”, datado de 1986, com a proposta de proporcionar aos alunos condições para uma aprendizagem mais efetiva, preparando-os não apenas para o exercício de suas profissões, mas também para viver na sociedade como cidadãos conscientes e participativos. A fim de que a proposta fosse efetivada, a ETFRN havia selecionado questões que envolviam melhorias no ensino.

Para impulsionar esse objetivo, a instituição realizou o levantamento de seu corpo docente no que diz respeito à capacitação e à atualização de seu pessoal. Foi verificado que, dos “266 professores, 55 não possuíam formação pedagógica, ou seja, 24,4%, apesar de possuírem curso superior”. A ETFRN sentiu a necessidade de realização do curso Esquema I. Outro dado apontado e bastante significativo foi que “118 docentes eram licenciados, o que representava 52,2%” (ETFRN, 1986, p.2).

Entretanto, por meio de depoimentos nas reuniões pedagógicas, foi expressa a necessidade de a Escola proporcionar meios que possibilitassem uma atualização constante. Essa atualização centrava-se “não apenas no conteúdo específico de cada disciplina, mas, principalmente, na prática do professor, no compromisso com a formação do aluno e na reflexão sobre o papel da educação e da Escola”, principalmente por se tratar de uma escola profissionalizante (ETFRN, 1986, p.3).

Inclusive, a revisão do conceito de profissionalização surgiu como uma necessidade “imperiosa” (*adjetivação usada no documento*) uma vez que esse conceito costumava ser entendido como o atendimento às necessidades imediatas de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Essa forma de conceder o ensino profissionalizante reduzia a possibilidade de uma educação centrada em objetivos mais amplos, nos quais se procurava integrar a preparação do indivíduo especializado à dimensão da formação do cidadão, que pressupõe o direito e a capacidade de criticar e fazer escolhas.

Outra atualização sinalizada nesse documento estava relacionada ao conceito restrito de escola como mera transmissora de conteúdos prontos e acabados, o qual deveria ser redimensionado. Para surtir efeito, o Plano de Capacitação Docente deveria proporcionar ao professor os meios necessários a esse redimensionamento, dando condições para que ele compreendesse outro conteúdo: o seu significado social.

Em resumo, foram destacadas atualizações não apenas para a formação geral, mas também a necessidade de atualizar seus professores em áreas específicas do currículo. Isso envolvia a adoção de um novo conceito em relação à prática de Educação Física e Esportes, demandando uma mudança de postura por parte dos profissionais nessa área. Ou seja,

buscava-se redesenhar a prática com o intuito de conferir aos exercícios físicos um caráter formativo, visando o desenvolvimento completo do aluno (Projeto de aperfeiçoamento do ensino da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, 1986).

Quanto ao Desporto, era crucial torná-lo acessível a todos, não o concebendo como privilégio de grupos considerados talentosos. Portanto, além de oferecer cursos de aperfeiçoamento e atualização para os professores dessa área, era importante proporcionar oportunidades de participação em eventos oferecidos por entidades ligadas à área (Projeto de aperfeiçoamento do ensino da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, 1986).

Além disso, no Projeto de Aperfeiçoamento de 1986, também estava prevista a atualização das disciplinas técnicas, tanto em seus aspectos teóricos quanto nas atividades práticas. As constantes mudanças nos equipamentos e laboratórios, os novos métodos de trabalho e as inovações no conteúdo específico de cada disciplina exigiam uma constante atualização do professor, com o objetivo de reduzir a defasagem entre a escola e a empresa.

Era evidente a preocupação do Projeto (1986) em relação a qual público seria atendido. Dessa maneira, não deveria ficar restrito apenas ao atendimento das necessidades de atualização dos professores. As equipes técnicas, como elementos dinamizadores da ação educativa, também precisavam de atualização e participação em eventos, como congressos, seminários e simpósios, momentos que possibilitavam a troca de experiências sobre a prática concreta.

Durante a gestão da professora Luzia França, foram colocadas em prática a qualificação e o aperfeiçoamento docente. Como exemplo disso, por meio do convênio firmado com o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Paraná, a instituição possibilitou a capacitação de professores nos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena, referentes aos Esquema I e II¹⁹⁴, direcionados aos profissionais graduados que lecionavam disciplinas da parte de formação especial do currículo dos cursos técnicos:

Figura 77 - Professores da ETFRN colam grau às 20 horas

A Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte realiza hoje, às 20h30, no auditório da Casa da Indústria, a solenidade de colação de grau dos 22 professores que concluíram o Curso de Esquema I (Curso de Licenciatura Plena para graduação de professores de formação especial do currículo do 2º grau), de 910 horas. A solenidade contará da entrada dos concluintes com suas respectivas madrinhas, juramento dos concluintes (formando José Eurico de Queiroz),

¹⁹⁴ Reportamos mais uma vez a Portaria nº 432, de 19 de julho de 1971, que regulamentou as diretrizes para a organização curricular dos cursos superiores voltados à formação de professores especializados para o ensino médio, abordando atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias.

entrega dos diplomas, outorga de grau aos formandos (diretor-geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, prof. Arthur Antônio Bertol) e discursos do orador da turma (José Eurípedes de Medeiros Junior), da paraninfo, prof. Carmozi de Souza Gomes, da diretora da ETFRN, prof. Luzia Vieira de França e do diretor-geral do CEFET do Paraná.

Deverão comparecer ainda à solenidade o prof. Elias Abdalla Neto, coordenador do curso a nível do Centro, a patrona da turma professora Eleika Bezerra, as paraninfos, professoras Djanira Brasileiro de Souza e Carmozi de Souza Gomes e a prof. Thereza Sila Moreira, coordenadora a nível de ETFRN.

A turma, cujo curso começou em abril de 87, com conclusão em dezembro do ano passado, é composta dos seguintes formandos: Adelmo Luiz e Silva, Ângelo da Costa Neto, Aristófanes Dantas, Carlos Guedes, Evaldo Câmara, Eurípedes Jr., Francisco Bernadino de Souza, Francisco de Assis P. de Brito, Gilberto Baccelli, Jorge Ivan de Oliveira, José Dantas de Melo, José Eurico de Queiroz, José Vieira de Figueiredo Jr., Jorge Teixeira, Manoel Fernandes, Marco Aurélio Rocha, Marco Antônio de Souza, Marco Aurélio de O. Maria, Otoniel Marcelino, Rômulo Andrade Jr., Reginaldo Falcão e Valter Sabino.

Fonte: Hemeroteca Digital BN. Diário de Natal. 28/04/1989. p.4. Edição 00077 [1].

Conforme a notícia do Diário de Natal (1989, p. 4, Edição 00077 [1]), a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte realizou a cerimônia de colação de grau às 20h30 no auditório da Casa da Indústria para 22 professores que concluíram o Curso de Esquema I, referente à Licenciatura Plena para a graduação de professores de formação especial do currículo do 2º grau, com duração de 910 horas. Destacamos a participação na solenidade da diretora da ETFRN, Prof. Luzia Vieira de França, e do diretor-geral do CEFET do Paraná. Também é informado que a turma iniciou o curso em abril de 1987 e concluiu em dezembro de 1988.

Além disso, houve várias oportunidades de treinamento que foram vantajosas tanto para os professores envolvidos na formação geral do currículo quanto para aqueles na formação específica. Algumas dessas iniciativas incluíram, por exemplo, a oferta de um Curso de Aperfeiçoamento em Geologia para um grupo de professores de Geociências, uma Especialização em Metodologia do Ensino Experimental em Física para outro grupo e uma Especialização em Metodologia do Ensino de Desenho para uma equipe diferente. Os professores de Comunicação e Expressão¹⁹⁵ também se beneficiaram com um Curso de Linguística Textual, após um grupo de seis docentes ter implementado com sucesso o projeto

¹⁹⁵ A disciplina era chamada na época de "Comunicação e Expressão". Com as mudanças e as atualizações nos estudos da área de linguística aplicada, hoje é denominada "Língua Portuguesa e Literaturas". A mudança de nomenclatura reflete uma compreensão atualizada dos objetivos e das metodologias específicas.

metodológico inovador chamado "Sistemática de uma Prática de Leitura na ETFRN", que trouxe uma nova abordagem para a disciplina de Língua Portuguesa na instituição (MEDEIROS, 2011, p. 150).

A respeito do constante aprimoramento de seus servidores, a ETFRN manteve - e *continuou mantendo ao longo dos anos, nas institucionalidades seguintes* - o Programa de Capacitação de Recursos Humanos, o qual engloba atividades voltadas para a capacitação do corpo docente e o aperfeiçoamento profissional dos servidores técnico-administrativos, com o objetivo de aprimorar o desempenho nas funções de apoio ao ensino. A ETFRN reforçou sua missão de fornecer ensino de qualidade alinhado com as demandas tecnológicas e criar um ambiente de aprendizado eficiente por meio de seu compromisso contínuo com a capacitação.

5.3 REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

No documento intitulado "Organização Didática", datado de dezembro de 1984, o índice divide-se em duas seções principais. A primeira trata da organização do estabelecimento, abordando a denominação, localização, finalidades e objetivos da Escola. A segunda seção aborda a "organização didática," que engloba informações relacionadas aos cursos, currículo, programas de ensino, avaliação de aproveitamento, apuração de assiduidade, aproveitamento de estudos, prática da Educação Física, exercício orientado da profissão, regime escolar, escrituração, expedição de certificados e diplomas. Além dessas seções, o documento apresenta mais dois capítulos: um dedicado à "comunidade escolar" e outro que trata de disposições gerais e transitórias.

A análise desse documento possibilitou a compreensão deste subtema. Através dele, foi possível compreender como o currículo escolar estava organizado e as mudanças realizadas visando a melhoria do ensino.

No Título II, "Da Organização Didática", mais especificamente no Capítulo I, "Dos Cursos", é descrito que a Escola deveria oferecer tanto cursos regulares quanto extraordinários. Esses tinham o propósito de satisfazer a demanda do mercado de trabalho local, além de oferecer aprimoramento e atualização para alunos regulares e ex-alunos, em colaboração com empresas e instituições.

Já os cursos regulares, por sua vez, tinham como objetivo proporcionar a formação de técnicos de nível médio para o setor secundário da economia. Esses cursos eram estruturados em oito períodos, sendo o último destinado ao Exercício Orientado da Profissão, ou seja, o estágio.

Os estudos correspondentes aos sete primeiros períodos deveriam ser regularmente concluídos em sete semestres letivos e, no máximo, em onze semestres letivos. Ao concluir o sexto período, o aluno já poderia receber o Certificado de Auxiliar Técnico de Nível de 2º grau.

Como exemplo disso, durante a entrevista, Pablo Capistrano, ex-aluno do curso de Geologia (1989-1992) e atual servidor do IFRN, explicou o processo de emissão e habilitação dos certificados. Essas informações estavam alinhadas com a descrição do documento "Organização Didática"(1984):

Fiz o curso de geologia aqui, entrei em 1989 e 92, não fiz estágio, então terminei apenas o relatório final, né. Então, eu saí daqui com um diploma de auxiliar técnico em Geologia, que era um diploma que tinha na época. Se você não estagiasse, você saía com um diploma não-técnico, auxiliar técnico, né. Até porque o estágio de geologia, na época em mineração era para Jacobina, Belém do Pará, era um estágio muito longe, eu não queria ir embora da cidade e acabei terminando assim.

(Pablo Capistrano)

Pablo não realizou estágio, pois eram disponibilizados locais distantes. Ele concluiu o curso apenas com a elaboração de um relatório final. Como resultado, ele recebeu o diploma de "Auxiliar Técnico em Geologia". Essa alternativa era disponível naquela época para estudantes que não realizavam estágio.

O documento sobre Organização Didática (1984) reforça as informações previamente apresentadas, confirmando que a Escola oferecia cursos regulares nas habilitações de Edificações, Eletrotécnica, Estradas, Geologia, Mecânica, Mineração e Saneamento. Além disso, a ETFRN poderia oferecer outros cursos, desde que fosse comprovada a necessidade deles em função da demanda do mercado de trabalho.

No Capítulo II, "Do Currículo", o currículo é definido como o conjunto de matérias planejadas sob a forma de disciplinas, atividades e áreas de estudo, com o objetivo de promover a aprendizagem, desenvolvimento de habilidades, atitudes, integração do aluno no meio em que vive e sua formação profissional. O currículo da Escola era composto por componentes regulares e complementares, sendo que a estes últimos era atribuído caráter opcional.

Além disso, a integração e o aprimoramento das atividades curriculares na Escola eram realizados pelas coordenações de cursos, disciplinas e/ou áreas e atividades complementares.

Os projetos de disciplina eram elaborados de acordo com os objetivos de cada habilitação, matérias e disciplinas no Capítulo III, "Dos Programas de Ensino". A organização dos programas e dos projetos de disciplina levava em consideração os resultados de uma investigação permanente, na qual se caracterizavam as atividades correspondentes a cada curso, considerando a adequação às necessidades individuais, profissionais e sociais, bem como as condições reais da Escola.

No artigo 17, do Capítulo IV, "Da Avaliação do Aproveitamento e da Apuração da Assiduidade", para os alunos com aproveitamento insuficiente era oferecida a oportunidade de recuperação, seguindo as normas específicas adotadas pela ETFRN. Ainda havia o aproveitamento de estudos concedido nos casos de alunos transferidos de outras Escolas Técnicas Industriais, assim como nos casos de transferência compulsória ou em outras situações regulamentadas pela Escola.

Era necessário realizar o estágio, sendo a ETFRN responsável pela participação no planejamento, acompanhamento e avaliação de sua execução, no Capítulo VII, "Do Exercício Orientado da Profissão", para que o aluno pudesse obter o diploma de técnico de nível médio. O estágio tinha uma duração mínima de 850 (oitocentas e cinquenta) horas, correspondendo ao oitavo período escolar.

A ETFRN emitia, de acordo com as normas da legislação vigente, o certificado de Auxiliar Técnico de nível de 2º grau após o aluno concluir o sexto (6º) período, no Capítulo X, "Da Expedição de Certificados e Diplomas". Além disso, concedia o diploma de Técnico de Nível Médio ao aluno que completasse todas as disciplinas do currículo e também tivesse cumprido o Exercício Orientado da Profissão (estágio).

No documento "Organização Didática" de 1986, estavam anexados todos os direitos e deveres tanto do corpo docente quanto do discente, conforme aprovado pela ETFRN. Está nítida a organização da estrutura curricular, onde estão documentadas desde o ingresso do aluno até o diploma a ser expedido.

Com o objetivo de compreender o processo de reorganização curricular, analisamos o documento "Proposta Curricular (revisada e ampliada)", que foi elaborado em 1997 com a colaboração de todos os segmentos da Instituição. A construção desse novo projeto pedagógico teve início em 1995 e foi assinado pelo então diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte na época, o Prof. Francisco das Chagas de Mariz Fernandes.

Para melhor contextualização, foi necessário sair um pouco no nosso recorte temporal, a fim de perceber que as discussões iniciadas na gestão anterior, sob a liderança da Professora Luzia, foram concretizadas e organizadas durante a gestão do Professor Mariz.

Na leitura da Parte I, intitulada "Rumo à proposta curricular da ETFRN", foi realizada uma retrospectiva da institucionalidade da ETFRN, incorporando a situação atual. Foi destacado que, apesar da persistência da seletividade socioeconômica e do não atendimento pleno à demanda em potencial, o ensino tecnológico como um todo, sob a liderança das escolas técnicas federais, estava em constante aprimoramento e começava a desempenhar um papel efetivo no desenvolvimento nacional.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação oferecida pelas escolas técnicas federais, visando atender às demandas dessa fase de desenvolvimento da sociedade, o Ministério da Educação (MEC) dedicou esforços para proporcionar uma formação teórico-prática, expandir a oferta do ensino tecnológico, integrando-o às necessidades sociais e às demandas do setor produtivo, bem como conferir flexibilidade institucional, técnica e pedagógica ao sistema. Essa abordagem ficou conhecida pela relação estabelecida entre o "homem-cidadão" e o "técnico-profissional" (ETFRN, 1995, p.10).

Eram debatidas as novas condições de produção de bens e serviços que revolucionam as práticas, ao mesmo tempo em que demandavam uma revisão curricular. Essa revisão poderia ocorrer de duas maneiras: uma delas é a introdução de mudanças na formação técnica para torná-la mais abrangente e flexível, em conformidade com o “princípio da mentalidade aberta e ampla”; a outra é a “manutenção da especialização dentro da lógica tradicional, com aprimoramento dos padrões de qualidade” (ETFRN, 1995, p.10).

A reformulação curricular era vista como estratégia para redirecionar a formação técnico-profissional em uma nova direção, que deveria transcender os limites do imediatismo e do mecanicismo, abrindo caminho para a flexibilização, ou seja, a alteração do próprio conteúdo da qualificação.

Também foi possível identificar o início do projeto de reformulação curricular da ETFRN em 1988. Nesse ano, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), decidiu revisar a parte de formação especial, incluindo grades curriculares, conteúdos programáticos, perfis profissionais, metodologias, entre outros aspectos. Esse processo foi coordenado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, localizado em Minas Gerais.

A retrospectiva no currículo na ETFRN demonstra que ele era considerado como um relevante instrumento de ação da Escola. Ao longo do tempo, o currículo adquiriu características próprias¹⁹⁶ que refletem visões de mundo, pressupostos valorativos e

¹⁹⁶ Tinha-se a incorporação de disciplinas profissionalizantes personalizadas para atender às demandas dos cursos oferecidos, a revisão colaborativa da grade curricular, o estabelecimento de um sistema de apoio à

concepções de educação que variam e se adaptam. Esses ajustes visavam a melhoria do ensino, indicando o comprometimento e a conformidade com o modelo de sociedade vigente em cada período histórico (ETFRN, 1995).

A elaboração de um currículo deve ser um elemento de mediação entre a prática social e o conhecimento científico, tecnológico e cultural, baseado em uma perspectiva histórico-crítica da sociedade e da educação profissional.

Nesse período, a instituição estava focada no ensino de nível médio, com uma dupla finalidade: proporcionar aos alunos conhecimentos gerais que os habilitassem a continuar seus estudos no ensino superior e capacitá-los profissionalmente para ingressar no mercado de trabalho.

Com a renovação do projeto educacional, o objetivo era superar as limitações presentes nas esferas institucionais, pessoais, profissionais e até mesmo nas relações ditadas pelo mercado de trabalho, que historicamente regulam as interações humanas. Esse processo de transformação visava priorizar a formação técnica e tecnológica, ancorada em princípios teórico-práticos, com a finalidade de promover uma formação "omnilateral". O termo "omnilateralidade", conforme descrito por Manacorda (1991, p.89), refere-se à busca pelo desenvolvimento completo das capacidades humanas, tanto em termos de habilidades práticas quanto na apreciação e desfrute de bens intelectuais e culturais. Isso inclui, especialmente, a valorização dos aspectos espirituais, indo além da ênfase tradicional nos aspectos materiais, dos quais os trabalhadores historicamente foram excluídos devido à divisão do trabalho.

A estrutura de ensino, regulamentada pela sua Organização Didática, previa a manutenção de dez cursos regulares, que funcionavam em três turnos (matutino, vespertino e noturno) sob os regimes seriado anual e semestral com dependência em disciplinas. Todos esses cursos tinham por objetivo formar técnicos para desempenhar atividades nos setores secundário e terciário da economia¹⁹⁷.

Os cursos de Estradas, Edificações, Saneamento, Mecânica, Eletrotécnica, Mineração e Geologia tinham a duração de oito períodos letivos, seguindo a carga horária estabelecida pelo Art. 22 da Lei nº 5.692/71. Os dois primeiros períodos eram destinados a fornecer ao aluno uma base comum de educação geral e formação profissional. Nos demais períodos, havia a predominância da formação especializada, sendo que o oitavo e último período do

recuperação para reduzir a evasão, a integração de aulas práticas em laboratórios e as visitas técnicas a empresas, além da inclusão de ateliês de arte, grupos de teatro e corais musicais. Essas iniciativas educacionais refletiam abordagens consideradas inovadoras, destacando o compromisso com a dimensão humanística na formação profissional.

¹⁹⁷ O setor secundário corresponde à indústria; o terciário engloba os serviços, formais ou informais, prestados em diversas áreas, bem como atividades comerciais.

curso era reservado ao estágio curricular, com duração de 850 (oitocentas e cinquenta) horas, realizado junto a instituições públicas ou privadas, como requisito legal para a obtenção do diploma de técnico de nível médio.

Os demais cursos - Segurança do Trabalho, Informática Industrial e Turismo - tinham uma duração de dois anos letivos, dedicados exclusivamente à formação especializada, além de 360 (trezentas e sessenta) horas utilizadas para a realização do estágio curricular.

A ETFRN mantinha, ainda, o curso Pró-Técnico, direcionado à preparação de candidatos para ingressar em seus cursos regulares, excluindo aqueles de regime anual. O curso Pró-Técnico era ministrado por meio de transmissões televisivas, e suas aulas eram estruturadas com foco em conteúdos específicos de Língua Portuguesa e Matemática, compatíveis com o nível de ensino fundamental. Abrindo espaço para essa discussão, Pablo Capistrano mencionou sua experiência no Pró-técnico e explicou como o programa funcionava:

[...] eu fiz o pró-técnico. Eu vim fazer aqui um programa que existia na época, que era um programa para preparar os alunos para a entrada na ETFRN e era sempre aulas noturnas. Então, eu eu tinha esse interesse de entrar na escola.

[...]a gente fazia provas constantes, porque, na verdade, para técnico funcionava assim você fazia o exame para o Pró-técnico, se você passasse, aí você ia...você passava um ano estudando matemática e português. Um ano. Matemática e português. Todo dia, de segunda a sexta feira, você vinha à noite e estudava de sete às 22h00, todos os dias. Um dia era matemática, português; o outro, português, matemática. E você fazia provas de português, de matemática. Aí, a gente ia fazendo as provas. Se você atingisse a média nas provas, você passava e não precisava fazer o exame de seleção, entendeu? Aí tinha um número específico de vagas.

(Pablo Capistrano)

Ele informou que os alunos faziam exames para o Pró-técnico e, se aprovados, passavam um ano estudando matemática e português durante a noite. Após completar os estudos, faziam provas e, se atingissem a média necessária, eram admitidos na ETFRN sem precisar passar pelo exame de seleção regular, que tinha vagas limitadas.

A Professora Luzia menciona o "Pró-técnico" e como a instituição contratava professores externos para ensinar os fundamentos necessários aos estudantes, a fim de prepará-los para o exame de seleção da escola:

Tinha um examezinho chamado 'Pró- técnico', que ainda deve ter hoje, que era um curso que preparava os alunos para o exame de seleção/de seleção da Escola, sabe. Funcionava à noite, o Pró-técnico. Tinham professores que não

eram daqui, mas a gente contratava para dar o fundamental, né, para eles poderem fazer o/o/o...

(Professora Luzia Vieira)

Consequentemente, o ingresso para os cursos regulares da Escola fazia-se por meio de dois tipos de exames de seleção. Para aqueles que funcionavam sob o regime seriado semestral, eram aplicadas provas objetivas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os cursos "pós 2º grau", estruturados sob o regime seriado anual, exigiam o conhecimento de outras disciplinas, além das já mencionadas, de acordo com a natureza do próprio curso. Assim, o curso de Segurança do Trabalho contava com provas de Literatura Brasileira e Ciências Físicas e Biológicas. No caso de Informática Industrial, a exigência ampliou-se para as disciplinas de Física e de Língua Inglesa. Para o curso de Turismo, inscreviam-se, além da Língua Inglesa, as disciplinas História do Brasil e Geografia Geral.

Aos alunos matriculados no Pró-Técnico reservavam-se 50% das vagas dos cursos regulares (com exceção de Informática Industrial, Turismo e Segurança do Trabalho), as quais eram preenchidas obedecendo aos critérios já estabelecidos e considerando as opções dos candidatos para os diferentes cursos.

Após os estudos de recuperação, caso não conseguisse aprovação em até duas disciplinas do nível de estudo que estava cursando, devido ao regime de dependência, o aluno prosseguiria os estudos no nível subsequente. Nessa circunstância, teria que cursar, simultaneamente, as disciplinas em que não foi aprovado, no turno oposto àquele em que estava regularmente matriculado.

Através da análise da Proposta Curricular (1995), fica evidente o compromisso contínuo da ETFRN com a formação integral dos alunos, abrangendo tanto aspectos humanos quanto técnicos e tecnológicos. Isso demonstra a preocupação da instituição em preparar seus estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para participação ativa na sociedade.

A instituição adotava o processo seletivo rigoroso para os cursos regulares (*em alguns jornais locais, era denominado como "mini-vestibular"*), ao mesmo tempo em que oferecia oportunidades aos estudantes do Pró-Técnico para preencher parte das vagas disponíveis, desde que atendessem aos critérios estabelecidos. Além disso, implementou estratégias para lidar com casos de não-aprovação em disciplinas, permitindo que os alunos continuassem seus estudos por meio do regime de dependência.

Todas essas mudanças - a renovação na reestruturação curricular e organização didática - que tiveram início na época da ETFRN e continuam até hoje no IFRN, refletem a busca constante por melhorias no ensino. É notável que desde o início, as propostas de ensino da instituição eram vistas como inovadoras e serviam de modelo para outras instituições educacionais.

5.4 DILEMAS EM FOCO: A EXPANSÃO INSTITUCIONAL¹⁹⁸ E OS RISCOS DE ESTADUALIZAÇÃO

No Diário de Natal, edição de 09 de agosto de 1986, na página 5, foi anunciado que as obras físicas de duas Escolas Técnicas Federais no estado do Rio Grande do Norte estariam previstas para serem concluídas até março do próximo ano (1987). Uma delas estaria localizada no município de Currais Novos (RN)¹⁹⁹, e a outra no município de Mossoró (RN)²⁰⁰. Nessas instituições, os seguintes cursos seriam oferecidos: Química Industrial, Eletricidade e Mineração.

A diretora da Escola Técnica Federal na época, a professora Luzia Vieira de França, informou que os relatórios relacionados aos terrenos doados pelas Prefeituras Municipais foram encaminhados. O terreno em Currais Novos abrangia uma área de 12 hectares, enquanto o de Mossoró tinha uma extensão de 10,5 hectares.

A construção das escolas foi uma decisão da Presidência da República, que lançou o “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico”, em 4 de junho de 1986. Esse programa tinha como objetivo criar 200 novas escolas técnicas em todo o país. Na primeira etapa, seriam construídas 72 delas, das quais quatro estavam destinadas ao Rio Grande do Norte. Duas delas em Currais Novos e Mossoró, que funcionariam como extensões da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), e duas seriam Escolas Agrotécnicas, uma de 2º grau em Caicó e uma de 1º grau em Ipanguaçu, sob a responsabilidade da COAGRI (Coordenação de Ensino Agrícola) do MEC.

¹⁹⁸ Em relação à expansão institucional, é relevante mencionar o trabalho do pesquisador Von Klaus Dantas Bezerra, que desenvolveu a dissertação “Da capital para o interior: o PROTEC e a expansão da educação profissional, da ETFRN ao IFRN (1985-2008)”, sob a orientação da Profª. Dª. Francinaide de Lima Silva Nascimento, e co-orientação do Profº. Drº. Renato Marinho Brandão Santos, ambos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), na linha de pesquisa 3 (História, Historiografia e Memória da Educação Profissional).

¹⁹⁹ Currais Novos está situado na região do Seridó, no interior do estado do Rio Grande do Norte, a uma distância de cerca de 172 km da capital, Natal.

²⁰⁰ Mossoró é o maior município do Rio Grande do Norte. Localiza-se a 281 quilômetros da capital, Natal.

Entre os dias 22 e 25 de julho de 1986, Luzia Vieira de França, acompanhada pelos diretores das 20 Escolas Técnicas do país e três Centros Federais Tecnológicos, esteve em Brasília para obter informações detalhadas sobre o funcionamento das novas escolas. Os projetos, cujo financiamento ainda não tinha sido estimado, seriam adaptados. No caso dos municípios de Currais Novos e Mossoró, encontros já haviam ocorrido com as universidades, e as habilitações de Química Industrial, Eletrotécnica e Mineração foram definidas. Essas habilitações seriam implementadas com duas turmas em cada cidade, totalizando 160 alunos (Diário de Natal, Edição 09/08/1986, p.5).

O Quadro 17 apresenta o demonstrativo temporal e identitário, destacando alguns Decretos-Leis que desempenharam um papel fundamental na construção da identidade da instituição atual. Preocupações relacionadas à expansão, democratização e interiorização da educação profissional de qualidade sempre foram marcas da instituição, contribuindo para a inclusão social e para uma formação acadêmica alinhada com as vocações territoriais e as demandas formativas da população, tanto no campo quanto na cidade:

Quadro 17 - Reconstituição histórica e identitária da instituição

Período	Nome atribuído à instituição	Regulamentações e Observações
1909	Escolas de Aprendizizes Artífices	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, estabeleceu a criação de 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, com foco no ensino profissional primário e gratuito. A instituição foi inaugurada em janeiro de 1910 no antigo Hospital da Caridade, onde atualmente funciona a Casa do Estudante. Lá, oferecia cursos primários, desenho e oficinas de trabalhos manuais. Em 1914, a escola foi transferida para a Avenida Rio Branco, ocupando o edifício nº 743, que anteriormente serviu como Quartel da Polícia Militar, onde permaneceu por 53 anos.
1937 a 1942	Liceus e Escolas Industriais	A Lei nº 378/1937 transformou as Escolas de Aprendizizes Artífices em Liceus Industriais, e nos anos subsequentes, a denominação foi novamente alterada para Escolas Industriais. Essas instituições tinham a responsabilidade de promover o ensino profissional em várias modalidades e níveis em todo o país. Em 1942, nas instalações da Avenida Rio Branco, o Liceu Industrial passou a se chamar Escola Industrial de Natal . Duas décadas mais tarde, em 1965, a instituição começou a oferecer cursos técnicos de nível médio e foi transformada na Escola Industrial Federal.
1968 -	Escola Técnica	Os cursos industriais básicos foram substituídos pelo ensino

1998	Federal	profissionalizante de 2º grau. A partir de 1975, o ingresso de estudantes do sexo feminino nos cursos regulares da instituição foi permitido. Em 1994, o processo de "cefetização" da ETFRN começou, culminando, em 1999, com sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). A atuação no ensino de 3º grau começou com a oferta de cursos de graduação tecnológica e se expandiu posteriormente para os cursos de formação de professores, as licenciaturas. Em 1967, a escola mudou-se para novas instalações na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, onde atualmente está localizado o <i>Campus</i> Natal-Central do IFRN.
1994	Centros Federais de Educação Tecnológica e o começo da expansão	A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, alterou a denominação das instituições para Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Rio Grande do Norte começou em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino em Mossoró.
2006 a 2009	1ª e 2ª fase da expansão: Currais Novos, Ipanguaçu, Zona Norte e Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz, Caicó	Doze anos depois, em 2006, o Ministério da Educação, por meio da Setec, iniciou a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a implantação de três novas unidades em Natal (Zona Norte), Ipanguaçu e Currais Novos. A segunda fase começou em 2007, com a construção de seis unidades em Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, inauguradas em 2009, sob a nova institucionalidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Além disso, foram construídos os <i>campi</i> de Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Paralelamente, o Instituto investiu na criação do <i>Campus</i> de Educação à Distância, atualmente denominado <i>Campus</i> Avançado Natal-Zona Leste, localizado nas instalações do <i>Campus</i> Natal-Central.
2013 a 2015	3ª fase da expansão	Na terceira fase de expansão, o Rio Grande do Norte recebeu cinco novos campi: Ceará-Mirim, Canguaretama e São Paulo do Potengi, inaugurados em 2013, e Lajes e Parelhas, que são <i>campi</i> avançados com atividades iniciadas em 2015.
2007, 2019 e 2022	Polo de Inovação Centro de Tecnologia Mineral Professor José Yvan Pereira Leite	Em julho de 2022, o Centro de Referência em Tecnologia Mineral do IFRN (CT Mineral/IFRN) foi selecionado como Polo de Inovação em Tecnologias em Mineração do Brasil na área de Tecnologias em Mineração, por meio da Chamada Pública nº 1/2022 da Embrapii. A história do CT Mineral começa em 2007, quando surgiu a oportunidade de desenvolver inovação na área mineral no Rio Grande do Norte. Após colaboração de diversas instituições parceiras, incluindo o Governo do RN e universidades locais, o CT Mineral foi inaugurado em 2019. A proposta aprovada em 2022 e efetivada em 2023 foi

		coordenada pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodes/IFRN) e envolveu servidores e colaboradores do CT Mineral. Com o credenciamento, o CT Mineral agora é uma Unidade Embrapii administrativamente vinculada à Reitoria do Instituto, permitindo a captação de recursos financeiros e a realização de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em parceria com empresas industriais da área.
2017 a 2023	<i>Campus Avançado Jucurutu</i>	Em 2017, surge o projeto da 22ª unidade de ensino do IFRN: o <i>Campus Avançado Jucurutu</i> . O novo <i>campus</i> foi inaugurado em 2023.

Fonte: IFRN, 2023. Elaboração própria.

As mudanças institucionais que moldaram o atual IFRN refletem a transformação de sua função social ao longo do tempo, em resposta às demandas sociais e econômicas. As Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, tinham caráter primário e assistencial, com foco no ensino profissional básico e gratuito, voltado para a formação de jovens em ofícios manuais. Ao longo das décadas, com a transição para Liceus e Escolas Industriais nos anos 1930 e, posteriormente, para Escolas Técnicas Federais, o foco se ampliou, incluindo a formação de técnicos de nível médio, respondendo às necessidades de uma economia cada vez mais industrializada.

Com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) na década de 1990 e a implementação de cursos de nível superior, a função social do IFRN se expandiu, passando a abranger não apenas a formação técnica, mas também o ensino superior e a pesquisa. A partir dos anos 2000, com a massiva expansão da rede federal e a criação de novos *campi*, o IFRN se consolida como agente de democratização do ensino, levando educação profissional e tecnológica a diferentes regiões do estado.

Enfatizamos que, em 1994, teve início o processo conhecido como 'cefetização' da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), culminando em 1999, quando a instituição se tornou o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Durante esse período, as iniciativas para a reestruturação do ensino de terceiro grau já estavam em andamento, inclusive sob a gestão da Professora Luzia, resultando na oferta de cursos de graduação tecnológica e, posteriormente, na implementação de cursos de formação de professores, como as licenciaturas.

Focando no período em que a ETFRN ainda existia, é notável que, apesar da expansão inicial das Escolas Técnicas impulsionada pelo governo federal, com o objetivo de

descentralizar a educação profissional e atender às necessidades locais, cerca de uma década depois, a instituição enfrentava um cenário de incertezas. Ela atravessava sérias ameaças de cortes de investimentos, como amplamente divulgado em jornais e discutido nas entrevistas.

Graça Baracho mencionou que, mesmo antes de se tornar CEFET, na década de 1990, a instituição já discutia a influência de financiamentos internacionais e políticas governamentais, diálogo que vinha desde a década de 1980. Naquela época, muitos viam a rede de Escolas Técnicas Federais como um fardo significativo para o Estado brasileiro e, como alternativa, sugeriam a privatização ou a estadualização. Portanto, essas questões estavam presentes no período em que a professora Luzia estava à frente da instituição, como destacou a entrevistada.

A fala de Baracho destaca o medo e a insegurança que os professores experimentaram naquela época em relação ao futuro da instituição. Ela pessoalmente participou de uma reunião na qual havia a possibilidade de a instituição ser assumida pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial):

Todo esse medo, essa insegurança por parte dos professores. Eu inclusive participei de uma reunião nessa época e havia também uma possibilidade de ser assumida pelo Senai. E aí eu lembro que alguns dirigentes do Senai aqui, presente ali na Casa da Indústria. Eles disseram [...] eu lembro [...] eles disseram “nós não nos interessamos, são grandes dinossauros!”. Isso marcou muito, que até hoje eu não esqueço. Quando ele disse que são grandes dinossauros e tal...

(Maria das Graças Baracho)

A parte mais marcante de sua fala é quando ela menciona os dirigentes do Senai presentes na reunião, que expressaram desinteresse na aquisição da instituição, referindo-se a ela como "grandes dinossauros". Esse comentário deixou uma forte impressão em Graça Baracho, que até o momento da entrevista, ainda se lembrava disso. O uso da metáfora "grandes dinossauros" sugere que a instituição era vista como ultrapassada ou obsoleta, o que pode ter tido um impacto significativo no pessoal da instituição naquela época.

Maria das Graças recordou que todos os funcionários se reuniram em círculo durante essa reunião, e que havia um grande temor em relação a todas essas ações. Além disso, havia uma preocupação significativa relacionada ao corpo docente e aos servidores, uma vez que, ao privatizar a instituição, como garantiriam a estabilidade desse grupo? Essa preocupação também se estendia às escolas agrícolas que eram de responsabilidade federal, as quais passariam para a gestão estadual. Ela também mencionou que já se tinha conhecimento de

que a instituição estava recebendo professores provenientes dessas instituições, como maneira de fortalecimento. Essa ação poderia ser a solução para aquele momento:

E foi assim, quase que o me deu assim uma luz e um suspiro positivo, no sentido de que essa atuação seria a solução para aquele momento. Então, quer dizer, era uma política de um lado, para a privatização, outra política, lutando no sentido da centralização, de uma mudança de institucionalidade, porque iria agregar outras atribuições, como agregou. O que até então você faria? Um curso, ofertava um curso de especialização, vamos dizer, se ofertasse o curso de especialização, como na época foi ofertado, antes do CEFET se tornar CEFET, você tinha que ter uma parceria de uma instituição federal para certificar. Ou era a UERN ou era a universidade [UFRN].

(Maria das Graças Baracho)

Fica evidente que duas abordagens políticas distintas estavam em jogo: uma apoiando a privatização e a outra defendendo a centralização. Na perspectiva desta última, era imperativo que a instituição se reinventasse para se adaptar e ampliar suas atribuições educacionais. A entrevistada mencionou inclusive a iniciativa de lançar um curso de especialização, mesmo antes de se tornar CEFET. Ela destacou que isso precisaria ser viável, mesmo que fossem necessárias parcerias com outras instituições, como as Universidades Estadual e Federal, para a emissão dos certificados. O objetivo primordial era garantir a sobrevivência durante a crise.

A notícia do Diário de Natal, de 7 de julho de 1998, ilustra a difícil situação pela qual a Escola estava passando naquela época. Embora a professora Luzia não estivesse mais à frente da gestão, a instituição em questão, a ETFRN, continua sendo ponto central de nossa discussão:

Figura 78 - ETFRN

alunos e mestres retomam suas atividades após dois meses de greve

Os professores e funcionários da Escola Técnica Federal (ETFRN), retornaram ontem suas atividades depois de dois meses e dez dias de greve. No novo calendário divulgado pela direção da escola, o ano letivo está previsto para terminar no dia 29 de janeiro, sem recesso escolar e com aulas nos sábados. Ficou acertado, ainda que, no ano que vem as aulas começarão em 15 de março. A apresentação desse calendário foi feita durante reuniões no auditório da escola, com a presença de todos os alunos e professores, nos primeiros horários de cada turno.

“A nossa maior preocupação é com o retorno das atividades, sem que haja prejuízo para o conteúdo pedagógico. Como passamos muito tempo sem aulas, teremos que fazer uma retomada do conteúdo dado anteriormente para podermos continuar com as aulas seguintes”, afirmou o professor Dante Henrique Moura, diretor da unidade de ensino da ETFRN em Natal.

De acordo com o professor Dante, os eventos programados para o segundo semestre deste ano não sofrerão alterações, como é o caso da Semana de Tecnologia, que acontece de 21 a 25 de setembro, com a realização da Expotec, dos Jogos Internos e da Semana da Leitura, um projeto realizado em parceria com o Proler.

No balanço geral da greve, feito pela direção da escola e pelo Sindicato Nacional dos Servidores da Educação de 1º, 2º e 3º graus (Sinasefe), o professor Hugo Manso, presidente do sindicato, disse que, apesar da intransigência do governo Fernando Henrique, o movimento conseguiu ganhos financeiros e, principalmente, pedagógicos.

Segundo ele, na área educacional foi importante a retirada do PEC/370, um Projeto de Emenda Constitucional que transformava todo regime jurídico das instituições de ensino federais, desobrigando o governo de custeá-las. Financeiramente, o ministro da Educação Paulo Renato Souza estendeu o aumento de 28%, concedido aos servidores federais, para o pessoal técnico-administrativo e, para os docentes, dará uma gratificação em forma de bolsas de estudo, se comprometendo, após as eleições, a conceder um reajuste através de um projeto de lei.

Tanto Henrique quanto Manso, afirmam que o principal ganho do movimento foi conseguir com que a realidade da instituição e dos professores saísse dos “muros” da escola e fosse mostrada à sociedade, imprensa e aos pais dos alunos.

Fonte: Diário de Natal, 7 de julho de 1998. Acervo Geral do IFRN

O destaque recaía sobre a PEC/370, Projeto de Emenda Constitucional que propunha uma mudança fundamental no regime jurídico das instituições de ensino federais, retirando a obrigação do governo de custeá-las. Vale salientar que a greve foi o principal instrumento de luta dos servidores, que impulsionou a manutenção da Escola como uma instituição federal. Com duração de quase dois meses, considerada relativamente longa, a mobilização conseguiu impedir a aprovação da PEC e evitar perdas salariais e, ao mesmo tempo, conscientizar a sociedade sobre a realidade que a instituição enfrentava durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)²⁰¹:

Figura 79 - Pacote FHC

falta de recursos compromete funcionamento da ETFRN

Uma das escolas mais respeitadas do nosso Estado começa a sofrer por causa da política educacional do Governo Federal. A ETFRN teve o seu orçamento reduzido em 12% e com isso, a escola que tem uma despesa mensal com a manutenção, em torno de 250 mil reais, enfrenta o problema de falta de material. Os alunos reclamam, inclusive, da falta de papel.

Segundo as estudantes Roseane Fernandes e Viviane Dantas, o principal problema é a falta de papel. Elas dizem que os professores entregam, somente, algumas apostilas, e os alunos se responsabilizam pelas cópias.

²⁰¹ Presidente da República em dois mandatos: o primeiro de 1994 a 1997 e o segundo de 1998 a 2002.

“Na prova de Português, tivemos que levar papel para poder fazer rascunho”, afirmou a aluna Viviane Dantas.

Os alunos reclamam, ainda, da economia de material nas aulas de laboratório. Além da qualidade da comida, que é destinada aos alunos que passam os dois turnos na escola. Segundo o aluno Laydson Pontes, às vezes, torna-se difícil fazer um bom trabalho, já que tem que fazer tanta economia.

A ETFRN tem, hoje, 4.100 alunos nas escolas de Natal e Mossoró e 320 professores. Anualmente, a escola gasta 16 milhões com o pagamento de pessoal, incluindo os aposentados. Segundo o diretor, Francisco Mariz, estes recursos estão garantidos. Não foi feito corte desse dinheiro.

“O corte foi feito no dinheiro de manutenção, o que vem atingindo diretamente os alunos”, disse o diretor Mariz.

A estudante Fabiana Dantas fala que está decepcionada com a escola, porque pensava que era uma escola modelo. “O governo está querendo acabar com o que funciona, cortando despesas de coisas fundamentais”, enfatizou a aluna Fabiana.

Segundo o diretor Mariz, a escola está buscando parcerias com o Banco Mundial e o Ministério da Educação para investir, nos próximos dois anos, 2 milhões de reais na melhoria dos laboratórios e na capacitação profissional.

Fonte: Jornal de Natal, 23 de novembro de 1998, página 6. Acervo do Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal-Central*.

Conforme noticiado, a falta de recursos estava prejudicando o funcionamento da ETFRN. Com corte de 12% no orçamento que resultou na escassez de materiais, especialmente papel, forçando os alunos a fazerem suas próprias cópias. Houve também uma redução no uso de materiais nos laboratórios e preocupações com a qualidade da comida para os alunos que precisavam permanecer o dia inteiro na Escola. Os cortes se concentraram principalmente na verba de manutenção, impactando diretamente os alunos, que expressaram seu descontentamento na reportagem, à medida que o governo reduzia gastos essenciais. Para enfrentar essa crise, a ETFRN buscou parcerias com o Banco Mundial e o Ministério da Educação, visando um investimento de 2 milhões de reais nos próximos dois anos para aprimorar os laboratórios e a capacitação profissional (JORNAL DE NATAL, 23/11/1998).

O "pacote FHC", termo frequentemente usado pelos jornais para descrever as medidas econômicas do presidente Fernando Henrique Cardoso, buscava principalmente reduzir ao máximo os custos financeiros das instituições federais de ensino. Nesse período, a ETFRN enfrentou uma crise financeira sem precedentes, a ponto de sua diretoria buscar estratégias para sobreviver a essa situação. Uma dessas soluções envolvia a fusão de diversos setores da instituição, incluindo as coordenações de cursos correlacionados, como, por exemplo, Mineração, Geologia e Tecnologia de Saneamento.

O panorama das ações realizadas durante a gestão da Professora Luzia Vieira de França e dos resultados subsequentes sob a liderança do Professor Francisco Mariz demonstram que a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas educacionais, assim como o comprometimento com a melhoria constante, foram reflexos direto das políticas e estratégias implementadas ao longo dessas gestões.

É importante ressaltar que as discussões iniciais, que incluíram a expansão das escolas, a reestruturação curricular, bem como o aperfeiçoamento dos servidores, tiveram início durante a gestão da Professora Luzia. No que diz respeito aos resultados subsequentes sob a liderança do Professor Francisco Mariz, essas iniciativas ganharam impulso e maturidade, traduzindo-se na organização da Proposta Curricular (1995) e no processo da expansão das escolas, que ficou conhecido como cefetização (1999).

Os Relatórios de Gestão destacaram atividades escolares, incluindo integração com empresas e a comunidade, encaminhamento de estágios e capacitação de recursos humanos. Essas ações visavam melhorar o ensino e implementar metodologias inovadoras, princípios que continuam a orientar nossa instituição. Além disso, a reformulação curricular contribuiu para aprimorar o conceito sobre a formação técnico-profissional.

O capítulo também abordou a estrutura educacional, cursos, procedimentos de seleção, matrícula e o sistema de recuperação, regulamentados pela Organização Didática (1984). Além disso, enfatizou a história da instituição, ressaltando a influência de Decretos-Leis na construção de sua identidade. Assim como preocupações relacionadas à expansão, democratização e interiorização da educação profissional foram destacadas. No entanto, o desafio da falta de recursos afetou o funcionamento da ETFRN, apesar de sua notável expansão.

Fica claro que a colaboração, o trabalho em equipe, o senso de pertencimento e a responsabilidade compartilhada são valores promovidos por essa visão democrática construída no passado e que continua presente até os dias atuais. Essa perspectiva se reflete em reuniões pedagógicas e administrativas, conselhos superiores e colegiados. Dessa forma, garante-se que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, independentemente de hierarquias ou posições, promovendo uma gestão mais inclusiva e eficaz.

5.5 CADERNO DE IMAGENS

De acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006), a construção da história administrativa ou biográfica visa fornecer informações sistemáticas sobre a trajetória

do(s) produtor(es), desde sua criação ou nascimento até sua extinção ou falecimento. A regra principal é registrar de forma concisa as informações relacionadas à história da entidade coletiva ou organizá-las por assuntos-tópicos, os quais são feitos a partir da coleta de informações da entidade custodiadora, no nosso caso, o Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal-Central*, com a colaboração da servidora Arilene Medeiros, durante o processo de pesquisa e catalogação dessas imagens.

As informações anteriormente coordenadas pelo Arquivo em questão, em sua maioria, incluíam o registro das seguintes informações nas fotografias: data, local do evento, fotógrafo (geralmente marcado como "desconhecido". Porém, pressupomos que as fotografias façam parte do setor de Comunicação Social da instituição, responsável pela manutenção desses registros) e personagens (embora nem todos estejam plenamente descritos). Houve um esforço do Arquivo para essa sistematização, no entanto, muitas informações não ficaram esclarecidas. Como resultado, há algumas perdas na transmissão desses dados para a coletânea organizada. Para minimizar esse déficit, muitas vezes, foi necessário realizar novas consultas com os entrevistados para confirmar os eventos ou os personagens das fotografias.

Portanto, nesta seção, buscamos preservar memórias através das fotografias obtidas no Arquivo Geral do IFRN, *Campus Natal-Central*. Dividimos em dois momentos: construção da ETFRN (décadas 1960 e 1970) e atividades da gestão relacionadas à Professora Luzia Vieira de França. Cada fotografia apresentada está acompanhada de uma legenda contendo sua identificação e o ano de publicação correspondente. Esperamos que esta seção sirva como registro memorialístico e que futuros pesquisadores possam acessar e utilizar essas imagens.

5.5.1 Construção da ETFRN (décadas 1960 e 1970)

Figura 80 - Construção do pavimento do bloco principal (1966)



Figura 81 - Maquete (1971)

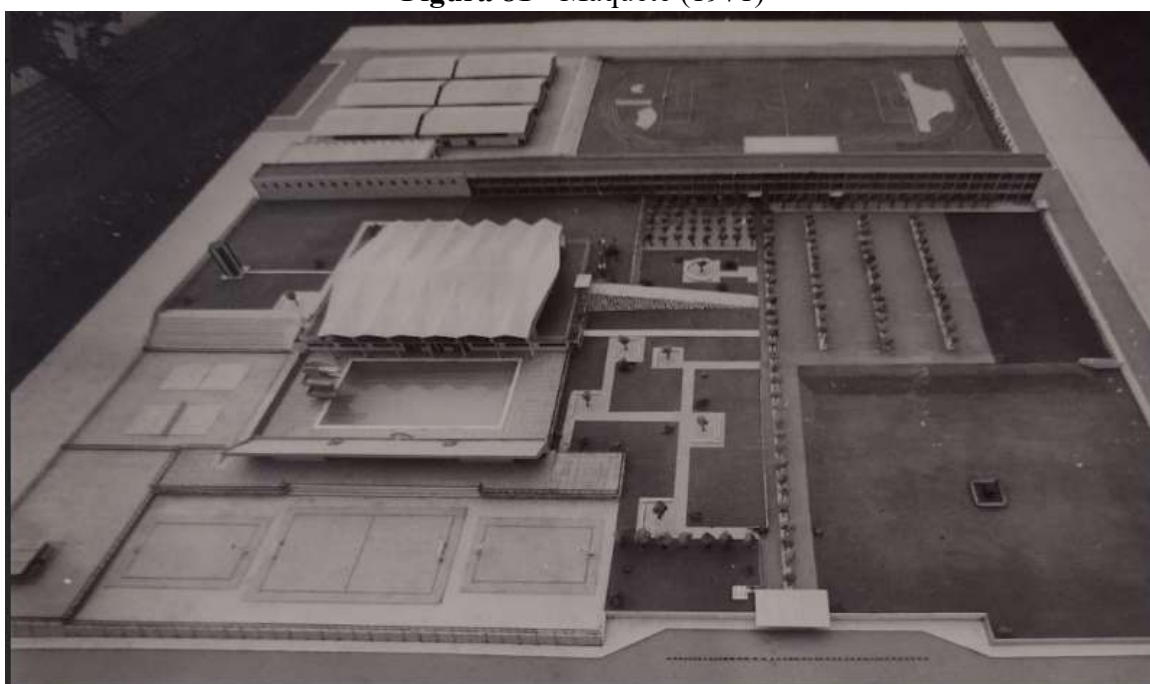


Figura 82 - Quadras descobertas (1972)



Figura 83 - Pórtico de entrada (1972)



Figura 84 - Início da construção do ginásio (1973)



Figura 85 - Construção do ginásio (1973)

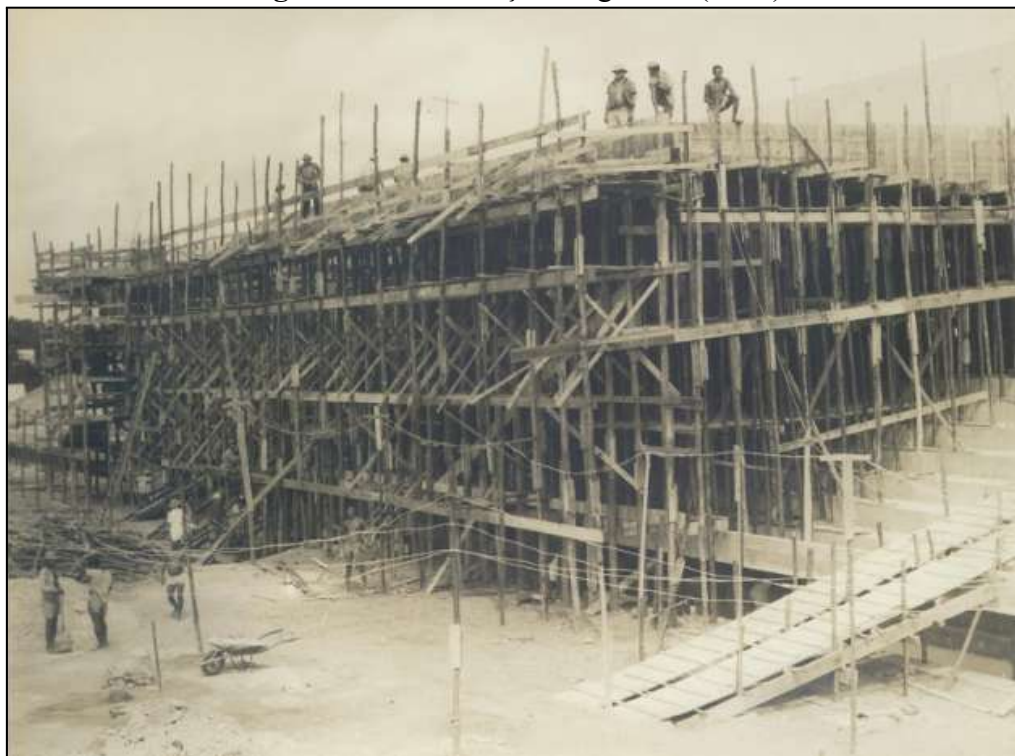


Figura 86 - Término da construção do ginásio (novembro de 1975)



Figura 87 -Estudantes no Ginásio (1979)



Figura 88 - Construção do campo de futebol (1971)



Figura 89 - Construção da piscina (1979)



Figura 90 - Fachada do prédio da ETFRN (1984)



Figura 91 - Construção do Laboratório de Estradas (1988)



Figura 92 - Construção do Auditório (1988)



5.5.2 Atividades da gestão relacionadas à Professora Luzia Vieira de França

Figura 93 - Reunião Pedagógica conduzida pela Professora Luzia Vieira, no DPAD²⁰²



Figura 94 - Reunião do diretor Marcondes Mundim, dezembro de 1979, Gabinete da direção geral



²⁰² Departamento de Pedagogia e Apoio Didático.



Figura 95 - Inauguração da sala dos professores em 23 de setembro de 1979²⁰³.



²⁰³ Visualização da representatividade das professoras, da direita para a esquerda: Magda Silva Néry, Luzia Vieira de França, Eleucia Bandeira Luz Monteiro Santos, Maria Emília e outras professoras cuja identificação não foi possível devido ao ângulo da foto.

Figura 96 - Encerramento do Projeto Caxias²⁰⁴ com visita às instalações da ETFRN (1979)²⁰⁵



Figura 97 - Inauguração do Clube do Leitor, na área de lazer da ETFRN (1985)



²⁰⁴ A ETFRN passou também a oferecer diversos cursos profissionalizantes, através de convênios firmados, um deles se chamava Projeto Caxias. Este trabalho visava complementar as instruções militares, de modo a qualificar o homem, dando-lhe uma profissão, para que possa integrar, mais fácil e adequadamente, o mercado de trabalho, após ter prestado o serviço militar. Esse projeto tinha convênio com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, PIPMO, do Ministério do Trabalho.

²⁰⁵ Presentes na foto: Diretor Marcondes Mundim Guimarães (à frente, de gravata marrom); alguns militares; e, a professora Luzia Vieira de França.

Figura 98 - Sequência de fotografias tiradas durante o período da campanha para a Direção (1986)

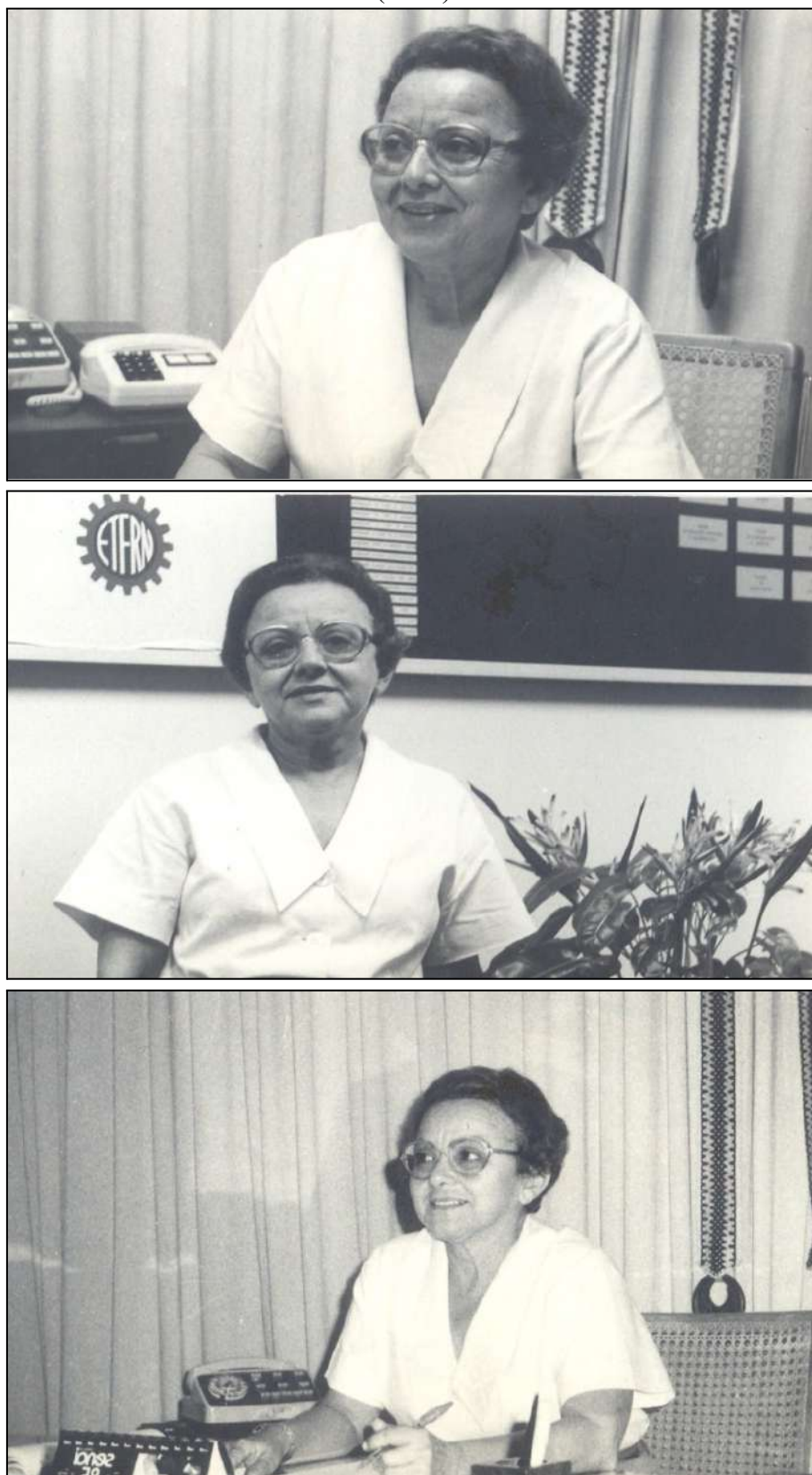




Figura 99 - Debates entre os candidatos à Direção da ETFRN, como parte do processo eleitoral de 1987²⁰⁶



²⁰⁶ Em outubro de 1986, a ASETFRN e o Grêmio Estudantil Djalma Maranhão foram os organizadores desses debates, os quais ocorreram em dois locais distintos, respectivamente: na Sala de Projeções I e no campo de futebol da instituição, proporcionando um ambiente plural para discussões e apresentações das propostas dos concorrentes.



Figura 100 - Cerimônia de posse da Diretora Luzia Vieira de França para o mandato de quatro anos, de 1987 a 1991. Data: 13/05/1987. Local: Delegacia do Ministério da Educação no Rio Grande do Norte (DEMEC/RN)









Figura 101 - Diversas atividades solenes realizadas durante a gestão de Luzia Vieira



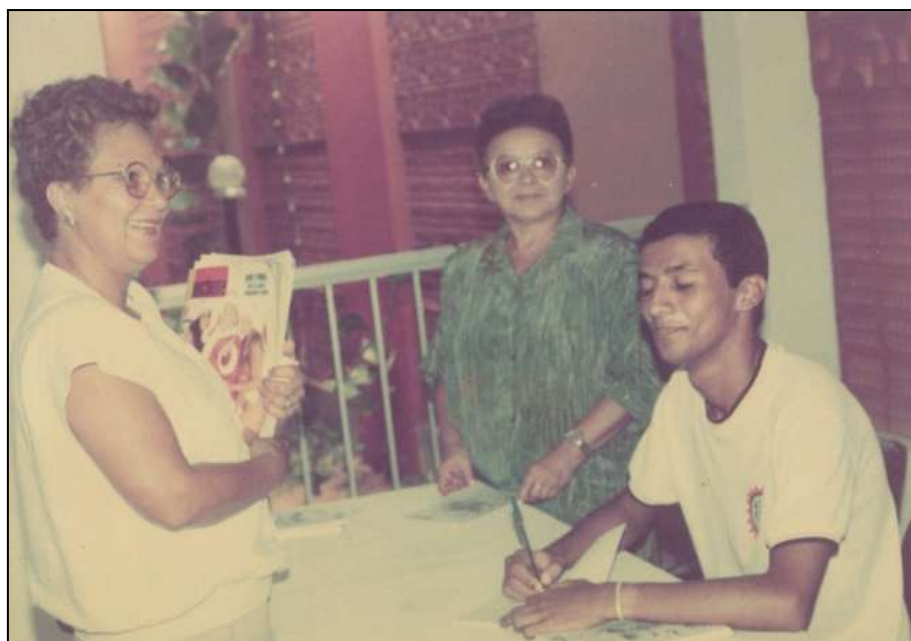






Figura 102 - Visita do secretário da SESG (Secretaria de Ensino de Segundo Grau), João Azevedo (camisa clara e de gravata) nas dependências da ETFRN, em companhia da professora Luzia Vieira França e Venâncio Nogueira de Farias²⁰⁷ (camisa preta), em março de 1988



²⁰⁷ Professor Venâncio, aposentado desde fevereiro de 1992, foi chefe do Departamento de Ensino durante a gestão da professora Luzia Vieira de França. Embora tenha lecionado química, sua formação original foi em direito, área na qual exerceu sua profissão por alguns anos (IFRN, 2024).





Figura 103 - Atividades diversas no exercício como Diretora da ETFRN





Figura 104 - Assinatura de convênio da ETFRN com o Departamento de Relações Empresariais (Ano: 1988. Local: Gabinete da Direção)²⁰⁸



²⁰⁸ Não há identificação dos participantes da reunião, em 1988, no gabinete da Direção.

Figura 105 - Entrevista para o jornal local durante a Cerimônia de Colação de Grau dos alunos (1988)



Figura 106 - Encerramento do curso para Secretárias Escolares, em maio de 1989, na Sala de aula da ETFRN





Figura 107 - Reunião da Diretora Luzia Vieira de França com pais de alunos, na Sala de Projeções (1988)





Figura 108 - Comemoração Natalina dos funcionários da EMBRATEL²⁰⁹, em dezembro de 1985, na Área de Lazer da ETFRN



²⁰⁹ Empresa brasileira de telecomunicações, fundada em 1965.

Figura 109 - Sequência de fotos que retratam a eleição do representante docente junto ao Conselho Consultivo de Professores (CCP), debate entre os candidatos e entrevista coletiva junto ao CCP, em março de 1986







Figura 110 - Instalação do Conselho Superior da ETFRN, em abril de 1988, no Gabinete da Direção Geral





Figura 111 - Assinatura de convênio ETFRN com a Empresa SPERB²¹⁰, em abril de 1988, no gabinete da Direção Geral



²¹⁰ A empresa SPERB do Nordeste S/A Indústria Têxtil, com sede atual em Parnamirim (RN), município da Região Metropolitana da capital Natal, tem como principal foco de atuação a preparação e fiação de fibras de algodão.



Figura 112 - Assinatura de convênio entre a ETFRN e a Fundação SESP²¹¹, em junho de 1988, no gabinete da Direção Geral



²¹¹ Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP). Em 1986, o Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública (FSESP) iniciaram ações para o controle das doenças sexualmente transmissíveis, implementando um projeto-piloto em dez estados. Com a reforma administrativa do governo Collor, a Fundação Nacional de Saúde foi estabelecida pela Lei nº 8.1 de 6 de dezembro de 1990, resultante da fusão da FSESP com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (BASE ARCH, 2024).



Figura 113 - Sequência de fotos sobre reunião com a Diretora Luzia Vieira de França, o professor Francisco Mariz e o Prefeito de Currais Novos, José Dantas, para discutir o terreno destinado à construção da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da ETFRN, na cidade de Currais Novos (RN), ocorrida em 1988, no gabinete da Direção Geral







Figura 114 - I CONET (Congresso Internacional de Educação Tecnológica), realizado em setembro de 1989, em João Pessoa (PB)²¹²



Figura 115 - Encerramento do Curso de Sobrevivência nas Selvas, realizado em dezembro de 1989, na sala de projeções²¹³



²¹² Na foto, estão presentes: Diretora Luzia Vieira de França, professores Aécio Flávio e Antônio Fernandes. A quarta pessoa (da esquerda para direita) não foi possível identificá-la.

²¹³ Personagens: Professores Mário Tavares, Carlos Guedes Alcoforado, Antônio Fernandes, representantes do Exército e alunos.



Figura 116 - Inauguração do Laboratório de Estradas, em 18 de outubro de 1989²¹⁴



²¹⁴ Personagens: Diretora Luzia Vieira de França, professores Carlos Guedes Alcoforado, José Eurico de Queirós, Francisco Mariz, Aécio Flávio, Francisco Bernardino de Souza, Antônio Fernandes e alunos.



Figura 117 - Encerramento do Curso de Especialização em Administração Escolar, em 12 de junho de 1990, no Miniauditório da ETFRN



Figura 118 - Participação da Professora Luzia Vieira de França no II CONET (Congresso Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) e estande da ETFRN, realizado em setembro de 1990, em Salvador (BA)²¹⁵



²¹⁵ Personagens: Professor Janilson Dias de Oliveira e alunos.

Figura 119 - Reunião do Conselho de Dirigentes das Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), no período de 09 e 10 de maio de 1991, no Hotel Vila do Mar, Natal (RN)²¹⁶



²¹⁶ Pela fotografia, podemos inferir que a professora Luzia estava conduzindo a reunião, pois estava posicionada na cabeceira da mesa. Além disso, observamos que ela era a única mulher ocupando um cargo de alta gestão, na condição de Diretora.

Figura 120 -Visita às instalações da ETFRN do Secretário do MEC, João Manoel Peil²¹⁷, em 09 de maio de 1991²¹⁸



²¹⁷ João Manoel de Sousa Peil foi também Diretor Geral da ETFPEL (Escola Técnica Federal de Pelotas), entre 1986 e 1990.

²¹⁸ Personagens: João Manoel de Sousa Peil, Diretora Luzia Vieira de França, Marcondes Mundim Guimarães, Francisco Assis de Oliveira.





Figura 121 - Sequência de fotografias sobre a solenidade de posse do Diretor da ETFRN, Francisco Das Chagas De Mariz Fernandes, em 13 de maio de 1991, no Auditório Pedro Silveira e Sá Leitão²¹⁹



²¹⁹ Personagens: Ministro da Educação Carlos Chiarelli (Ministro de Educação, 1990-1991), José Agripino Maia (Governador do Rio Grande do Norte, 1991-1994), Marco Maciel (senador, 1991-1994), professora Luzia Vieira de França, Severino Ramo de Brito, Thelma Rabelo, Enilda de Sá Leitão, Enilson Araújo Pereira, Lailson Almeida e alunos.







Figura 122 - Solenidade de transmissão de cargo: posse do professor Francisco Mariz











Figura 123 - Entrevista com a Professora Luzia Vieira de França, outubro de 2022²²⁰



Fotografia: Glacio Gley

²²⁰ Na data de 14 de outubro de 2022, foi realizada a entrevista com a professora Luzia Vieira de França, conduzida pelas pesquisadoras Daniella Lago (à esquerda) e Francinaide Nascimento (orientadora, à direita). A entrevista ocorreu no estúdio do IFRN, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD).

Finalizamos essa seção, através deste caderno de imagens, com a ideia central de construir uma memória imagética independente do uso de palavras. As fotografias constituem os elementos principais, com legendas servindo como complementos. A apresentação visual foi cuidadosamente planejada e sequenciada de modo a comunicar de maneira eficaz a atuação da professora Luzia. Além disso, a seção facilita o acesso a essa mensagem, pois as fotografias, que estariam armazenadas no Arquivo Geral do IFRN e, portanto, seriam menos acessíveis ao público em geral, agora estão disponibilizadas de forma mais ampla. As imagens funcionam também como uma guarda visual dessa memória, versátil e semelhante a um álbum tradicional de fotografias.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizem que fomos silenciosas historicamente. Mentira, fomos silenciadas.
(Cármem Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal, 2024)

Neste momento, consideramos essencial ressaltar que a tese se concentra na gestão da Professora Luzia na instituição, reconhecendo-a como a única mulher a assumir o posto de maior relevância na gestão institucional em suas diferentes identidades até o presente momento. Tanto como docente quanto como diretora, a Professora Luzia Vieira de França desempenhou papel significativo na promoção de princípios democráticos e na consolidação da identidade institucional da ETFRN, deixando assim sua marca na história e na memória.

Por essa razão, é crucial destacar o protagonismo feminino personificado pela diretora Luzia Vieira de França na construção da história da ETFRN, especialmente diante do contexto de redemocratização no Brasil. Ao longo da pesquisa, investigamos uma variedade de aspectos relacionados ao desenvolvimento institucional da ETFRN, por meio da análise de diversos acervos e fontes, bem como sua interligação com o processo de redemocratização política no país.

Inicialmente, descrevemos no Quadro 2 o processo de transição das institucionalidades da Escola, desde sua origem como Escola de Aprendizes Artífices, em 1910, até o período delimitado para nosso estudo, a ETFRN (Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte), referente aos anos de 1968 a 1999. Destacamos sua importância no contexto da oferta de Educação Profissional tanto em nível local quanto nacional, especialmente durante um período marcado por intensas transformações políticas. Esse processo não apenas refletiu as mudanças sociais e políticas em curso, mas também impactou no desenvolvimento da própria instituição.

Posteriormente, investigamos como o processo de redemocratização política no Brasil se manifestou na sociedade, particularmente nas políticas educacionais adotadas na própria instituição. A abertura democrática trouxe consigo novos desafios e oportunidades para a ETFRN. Entre essas oportunidades, destacam-se os processos de consulta da comunidade escolar à direção geral, a ampliação do acesso feminino aos cursos profissionalizantes, a celebração de convênios com empresas para estágios dos alunos, a modernização dos espaços escolares por meio de novas construções arquitetônicas, da informatização dos setores e da implementação de propostas de ensino relacionadas ao uso de computadores. Estas medidas,

alinhadas às necessidades educacionais, incluíram a expansão de laboratórios, a construção do auditório e a expansão da biblioteca, impulsionando a instituição a se tornar uma referência na oferta de Educação Profissional.

Ao correlacionar o período de construção institucional da ETFRN com a história de atuação da Prof^a. Luzia Vieira de França, destacamos seu papel crucial como gestora. Suas duas gestões como diretora, especialmente a segunda, eleita por voto direto, demonstraram não apenas sua capacidade de liderança, mas também sua dedicação ao desenvolvimento institucional da escola, a promoção da excelência acadêmica e pelo fortalecimento dos princípios democráticos e da identidade institucional, deixando um legado que perdura até os dias de hoje.

Também incorporamos a perspectiva dos servidores contemporâneos e egressos da ETFRN em relação à gestão da diretora Luzia Vieira de França, o que nos permitiu validar a importância de sua atuação tanto para a comunidade acadêmica quanto para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Durante a análise das entrevistas, foi possível sistematizar três categorias-temáticas que nos proporcionaram uma compreensão mais abrangente desses aspectos, que são: a ETFRN como instituição, a gestão institucional e a questão de gênero.

Cada entrevistado, foi atuante de diferentes maneiras durante a gestão da professora Luzia. Compartilharam suas memórias para complementar o panorama histórico construído nessa tese. Entre os diretores do período, destacam-se Marcondes Mundim, diretor indicado na época da ETFRN, e Luzia Vieira França, que inicialmente atuou como assessora de Marcondes, depois o substituiu em sua gestão e, posteriormente, foi eleita diretora por meio de consulta à comunidade escolar. O professor Francisco das Chagas de Mariz Fernandes atravessou diversas funções institucionais: foi aluno da ETFRN, funcionário, chegou a ser Coordenador de Planejamento na gestão de Luzia, e assumiu a direção durante o período de transição entre ETFRN e CEFET-RN.

Thelma Maria Franco Rabelo Araújo Pereira iniciou sua trajetória como aluna da instituição, tornando-se, mais tarde, servidora técnico-administrativa na área de comunicação social, e, depois, foi docente. Já Pablo Moreno Paiva Capistrano trouxe suas memórias da época em que foi aluno durante o período da ETFRN e lembranças sobre a gestão e a figura de Luzia como diretora; atualmente, ele é servidor docente. A professora Maria das Graças Baracho foi coordenadora pedagógica na gestão da professora Luzia e docente das disciplinas de orientação educacional.

Todos os entrevistados contribuíram, de alguma forma, com suas percepções sobre a professora Luzia e sua gestão. Cada um ajudou a recontar a história e a memória tanto da professora-diretora quanto da ETFRN, entrelaçando suas trajetórias. A figura de Luzia, em diversos momentos, representou a sigla ETFRN, assim como a ETFRN foi fundamental na formação da profissional que Luzia se tornou.

As categorias-temáticas foram organizadas após a transcrição das entrevistas. Porém, durante a construção do roteiro, dividimos as questões de forma a facilitar a categorização em blocos, abrangendo temas como 'ETFRN', 'questões de gênero' e 'gestão'.

A primeira categoria-temática foi explorada com perguntas sobre quando os entrevistados começaram a trabalhar e/ou estudar na ETFRN, com o objetivo de compreender a trajetória deles dentro da instituição. Também foram feitas perguntas sobre se eles haviam acompanhado as mudanças nas estruturas físicas da Escola, se os entrevistados poderiam relembrar e descrever esse período na ETFRN, bem como o que a instituição significou para cada um. Caso os entrevistados mencionassem a sigla da Escola, o nome completo ou partes, ou ainda usassem sinônimos como 'escola', 'instituição', 'organização', entre outros, essas variações foram usadas para acessar e interpretar discursivamente o texto transcrito, facilitando a análise.

Na segunda categoria, que aborda questões de gênero, perguntamos, por exemplo, sobre a participação das mulheres na instituição durante o período, se lembravam aproximadamente do número de professoras e alunas, e se poderiam relatar o envolvimento das mulheres na gestão. A partir do material transcrito, eram realçados quando os entrevistados mencionavam o nome 'Nelma Suely' (a primeira aluna do curso regular na ETFRN) ou faziam referência a ela, mesmo sem se lembrarem de seu nome. Além disso, quando os entrevistados citaram a primeira gestora, professora Luzia, ou descreviam mudanças físicas, como a adaptação inicial dos banheiros femininos, e questões institucionais relacionadas à aceitação de mulheres na escola, como editais de seleção que permitiam a inscrição de mulheres, essas informações foram exploradas.

Na terceira categoria, que abordava questões de gestão, foram feitas perguntas direcionadas aos ex-gestores sobre a trajetória que os levou a assumir a função de diretor(a) da Escola, como foi o processo de escolha para o cargo de gestão, e se houve algum acontecimento durante os anos de gestão que tenha marcado suas carreiras profissionais. Além disso, pedimos que descrevessem os aspectos positivos e negativos do trabalho na gestão, assim como os maiores desafios enfrentados para fazer a instituição funcionar. Na

análise do material transcrito, destacamos quando os entrevistados mencionaram sua própria gestão, gestores anteriores ou a condução dos processos internos da instituição.

No caso dos entrevistados egressos, as categorias-temáticas permaneceram as mesmas, mas o direcionamento das perguntas variava de acordo com suas perspectivas. Os entrevistados foram alunos da instituição, como o Prof. Pablo Capistrano e a Prof^a Thelma, que mais tarde retornaram como servidores, e a Prof^a Graça, que já atuava como servidora próxima à gestão daquele período. As perguntas se concentraram nos maiores desafios e nas lembranças que tinham da ETFRN, na participação das mulheres na instituição durante o período, e se eles recordam da gestão daquela época.

Um dos aspectos originais da pesquisa foi a entrevista com a própria Luzia Vieira de França, realizada poucos dias antes de seu falecimento. Na ocasião, as categorias-temáticas mencionadas foram analisadas por ela à luz das questões apresentadas.

Em sua percepção, a Escola foi um grande aprendizado para lidar com as pessoas. Ela reconheceu a importância da instituição em sua vida, que a fez crescer profissionalmente e proporcionou uma boa qualidade de vida. A gestão foi aberta ao diálogo com a equipe docente, servidores, figuras políticas, assim como nas reuniões com o Grêmio, e sempre buscou recursos para investimento na instituição.

A professora Luzia não parecia reconhecer plenamente a importância do espaço que havia conquistado. Inicialmente, pode-se pensar que, por ser uma mulher idosa, essas questões não eram centrais em sua trajetória de vida. A condição de mulher idosa não implica automaticamente uma consciência de gênero. Ela ressalta que não buscava favorecimento em razão do cargo. É notório que a professora Luzia alcançou posição e feitos por mérito próprio. Independentemente de seu reconhecimento pessoal acerca dessas questões, as ações e a imagem que projetou evidenciam claramente a inserção em um espaço predominantemente masculino.

Por exemplo, lembro da ênfase dada ao uso do carro institucional que a levava exclusivamente de casa para o trabalho e vice-versa. Também destacou a disponibilidade de tempo necessária para estar à frente do cargo, onde tinha a hora de chegar, mas não tinha hora de sair. De certa forma, isso a levou a se doar bastante à Escola.

Comparando-a aos demais diretores, eles mantinham a relação de direção, mas possuíam uma trajetória familiar à parte. Talvez estejamos diante de uma situação em que, na condição de mulher, ela precisou se desdobrar para ser reconhecida em um cargo de gestão.

Estou ciente de que nenhuma pesquisa pode ser considerada finalizada, especialmente ao abordar um tema tão relevante como a história das mulheres, cuja participação na

sociedade tem sido frequentemente marcada por silenciamentos e invisibilidades. A contínua investigação e inclusão de novas perspectivas são essenciais para enriquecer nosso entendimento e reconhecer plenamente as contribuições das mulheres ao longo da história.

Essa realidade pode explicar a escassez de estudos abrangentes sobre a professora Luzia Vieira e a ETFRN. Este fato pode suscitar novas questões que podem elucidar outros aspectos relacionados aos já abordados. A pesquisa também contribui com a organização de fontes diversas (documentais e orais), dos indícios dos fatos. Para a compreensão dos eventos, foi desafiador elaborar uma cronologia. Para isso, foi operacionalizado o cruzamento de diversas fontes, como fotografias, documentos escolares - Relatórios e Planos de Atividades de gestão -, periódicos locais acessados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, circulares internos, como a Agenda ETFRN e o Boletim Informativo, além das entrevistas.

A tese, por si só, constitui como produto acadêmico. Mesmo assim, pretendemos explorar outros desdobramentos. As fontes visuais utilizadas no caderno de imagens e os arquivos de mídia, permitirão, futuramente, a instalação da exposição visual e a produção do vídeo-documentário.

Em resumo, é inegável a conexão entre a trajetória da ETFRN e a da Prof^a. Luzia Vieira de França. Sua liderança e comprometimento com a educação deixaram um legado à história e à memória da instituição. Esperamos que este estudo contribua para valorizar e preservar o legado dessa importante figura na educação profissional.

Figura 124 - Despedida. Último registro da entrevista, realizada em 14 de outubro de 2022, no estacionamento do IFRN, *Campus Natal-Central*.



Fotografia: Ricardo França

REFERÊNCIAS:

AGENDA ETRN. **ETFRN: 78 anos**. Seção “Retrospectiva”. Edição Especial, nº 141, 23 de setembro de 1987.

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALVES, Patrícia Ferreira (Org). **Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. 2014. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistemica-integrativa.pdf. Acesso em 06 mar 2022.

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. **Onde os laços se atam**: sociabilidade e política nos relatórios das viagens pedagógicas do intelectual norte-rio-grandense Nestor dos Santos Lima (1913-1923). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 89-105, maio/agosto de 2017. ISSN 2526-2378. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i2.51164>. Acesso em 10 jul 2023.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006. 592 p. (Coleção História).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 de agosto de 1924 [Texto Original]. **Aprova o regulamento do ensino primário**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/6655/1924/>. Acesso em: 16 out 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12a Edição. HUCITEC. 2006.

BARACHO, Maria das Graças. **Depoimento em 15 set 2023**. Entrevistadores: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio e Francinaide de Lima Silva Nascimento. Duração da entrevista: 1h 27min 30s. Local: Estúdio do IFRN, *Campus Natal-Zona Leste* (EaD).

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 3ª reimp. da 1ª edição de 2016. São Paulo, Edições 70, 2016.

BARROS, José D’Assunção. **Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica**. *História Unisinos*, 26(3):588-604, Setembro/Dezembro 2022, Unisinos. DOI: 10.4013/hist.2022.263.15. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/21514/60749274>. Acesso em 18 set 2023.

BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2019.

BASE ARCH. Casa de Oswaldo Cruz. **Fundação Serviços de Saúde Pública**. Disponível em: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-sesp>. Acesso em 29 mar 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL. **Hemeroteca digital**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 21 set 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Marisa. **A política educacional nos anos de 1980 e 1990**: qual a proposta de democratização da gestão escolar? Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME FURB, v. 7, n. 1, p. 143-174, jan./abr. 2012. ISSN 1809-0354.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Dados das Teses e Dissertações da Pós-Graduação 2017 a 2020**. Disponível em: <https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/203>. Acesso em: 16 out 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Arquivos**. Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em 09 jan 2023.

BRASIL. **Decreto 27 de janeiro de 1987**. Posse de Luzia Vieira como Diretora. Diário Oficial da União, p.414, Seção II, 28/01/1987.

BRASIL. **Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Criação nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Decreto de 18 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1999/Dnn7933.htm. Acesso em 07 ago 2023.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 11 out 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996**. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1916.htm. Acesso em 07 ago 2023.

BRASIL. **Decreto nº 21.358, de 28 de Junho de 1946.** Publicado no Suplemento do Diário Oficial - Seção I - de 9-VII -946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21358-28-junho-1946-323862-retificacao-41221-pe.html>, acesso em 23 fev 2023.

BRASIL. **Decreto nº 77642, de 19 de maio de 1976.** Dispõe sobre a Composição das Categorias Direção Superior da Tabela Permanente da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/assessoramento-superiores-tecnica-34207056>. Acesso em 25 jun 2023.

BRASIL. **Decreto nº 85.843, de 25 de Março de 1981.** Dispõe sobre a reorganização do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85843-25-marco-1981-435402-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 de abril de 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 ago 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.> Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 11 out 2021.

BRASIL. **Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Lei n. 378, de 13/01/1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-norma-pl.html>. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em 12 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm#:~:text=L11892&text=LEI%20N%C2%BA%2011.892%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202008.&text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 2017.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 09 jan 2023.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-norma-actualizada-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.552%2C%20DE%2016,Cultura%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15524.htm. Acesso em 21 abr 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6297-15-dezembro-1975-357263-norma-pl.html>. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em 10 jul 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 13 out 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em 21 abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8315.htm. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 06 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em 10 jul 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. **III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980/1985).** Brasília, MEC/CCS, 1982. 2ª ed. rev. aum. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001497.pdf>. Acesso em 23 ago 2023.

BRASIL. **Parecer nº 45/72.** Fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional. (ou conjunto de habilitações afins) no ensino de 2º grau. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.45-1972_a_qualificacao_para_o_trabalho_no_ensino_de_2o._grau.pdf. Acesso em 13 out 2023.

BRASIL. **Portaria n.º 432, de 19 de julho de 1971.** Normas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II. Disponível em: http://siaue.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/port432_71.htm. Acesso em 14 out 2023.

BRASIL. **Portaria nº 523, de 15 de outubro de 1987.** O Ministério da Educação resolve que fica instituído, em cada Escola Técnica Federal ETF, o Conselho Superior. Diário Oficial, 16 de outubro de 1987, seção I, nº17121.

BRASIL. **Projeto de Lei (CD) nº 1258/1988.** Fixa diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:projeto.lei;plc:1993;101>. Acesso em 13 out 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Aluizio Alves - biografia.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/133958/biografia>. Acesso em 18 set 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Djalma Maranhão - biografia.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130747/biografia>. Acesso em 18 set 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Tarso Dutra.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131370/biografia>. Acesso em 24 abr 2022.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPISTRANO, Pablo Moreno Paiva. **Depoimento em 28 jun 2023.** Entrevistador: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio. Duração da entrevista: 1h 20min 20s. Local: Estúdio do IFRN, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD).

CASTRO, Elenice de. **Terminologia, palavras-chave, descritores em saúde:** qual a sua utilidade? Jornal Brasileiro de AIDS - Janeiro/Fevereiro/Março, 2001, Vol. 02, Número 01. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/P/Artigo.pdf>. Acesso em: 03 set 2021.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. **Mulheres e letras :** representações femininas em revistas e romances das décadas de 1960 e 1970. Natal : IFRN, 2011. 155p. : il.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** A arte de fazer: Petrópolis: Vozes. 2002.

CIAVATTA, Maria et al. **A fotografia como fonte de pesquisa:** da história da educação à história de trabalho-educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

CIAVATTA, Maria. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In: **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento:** a historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2015. Pp. 32-53.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens:** a fotografia como fonte histórica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino profissional:** o grande fracasso da ditadura. Cadernos De Pesquisa, nº 44, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142913>. Acesso em 10 jul 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo** [online]. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. ISBN 978-85-393-0302-1. Edição do Kindle.

Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: http://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf. Acesso em 27 set 2023.

DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette; FRAISSE, Geneviève; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; LAGRAVE, Rose-Marie; PERROT, Michelle; PÉZERAT, Pierrette; RIPA, Yannick; SCHMITT-PANILL, Pauline; VOLDMAN, Danièle. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana.M. Alves Soares, Suely Gomes Costa. **A história das mulheres**. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG V.2- N. 1. Niterói: EdUFF, 2001, p. 7-30.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a História. Topói, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.

DOMÍNIO PÚBLICO. **Documento REVISÃO DO PARECER CFE 2127/78**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003520.pdf>. Acesso em 16 jan 2023.

DOMÍNIO PÚBLICO. **Resolução nº 02/69, anexada ao Parecer nº 252/69**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003520.pdf>. Acesso em 16 jan 2023.

EME. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 008/EME**. Cria o Curso de Coordenação Pedagógica (CCP) e extingue o Curso de Técnica de Ensino (CTE). Disponível em: http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp. Acesso em 31 jul 2023.

ETFRN. **Diretor da ETFRN toma posse**. Boletim Informativo Interno, Natal, ano IV, n.55, 20 maio 1983.

ETFRN. **Luzia de França assume direção da ETFRN**. Boletim Informativo Interno, Natal, ano VI, n.95, 08 maio 1985.

ETFRN. **Organização Didática**. 1984. Disponibilizado pelo Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal Central*. Acesso em 24 out 2022.

ETFRN. **Projeto de aperfeiçoamento do ensino da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. 1986. Disponibilizado pelo Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal Central*. Acesso em 04 out 2022.

ETFRN. **Proposta Curricular**. 1995. Disponibilizado pelo Arquivo Geral do IFRN - *Campus Natal Central*. Acesso em 24 out 2022.

EUSTÁQUIO, Daniella Lago Alves Batista de Oliveira; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **La presencia de la mujer en la educación profesional: breve análisis de los**

espacios conquistados. PARADIGMA, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 363-382, 2022. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2022.p363-382.id1274. Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/1274>. Acesso em: 8 abr. 2023.

FATOS E FOTOS DE NATAL ANTIGA. **Liceu Industrial e Escola Industrial de Natal.** Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/liceu-industrial-e-escola-industrial-de-natal/>. Acesso em 06 ago 2023.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil.** 1. ed. São Paulo: Ed. USP, 2022.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Conexões e desconexões:** em 105 anos de educação profissional no Brasil. Natal: IFRN, 2017. 272 p : il. color. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1491>. Acesso em: 02 out 2021.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Depoimento em 28 fev 2023.** Entrevistadores: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio e Francinaide de Lima Silva Nascimento. Duração da entrevista: 02h 19m 53s. Local: Estúdio *Campus* EaD-IFRN Zona Leste.

FIERN. **Galeria de Presidentes.** Disponível em: <https://www.fiern.org.br/galeria-de-presidentes/#:~:text=Joaquim%20Vitor%20de%20Holanda&text=Foi%20deputado%20estadual%20e%20prefeito%20de%20S%C3%A3o%20Gon%C3%A7alo%20do%20Amarante>. Acesso em 26 jun 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001 Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em 21 mar 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª edição. Edições Loyola: São Paulo, Brasil. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, Pp. 61-138. 2001.

FRANÇA, Luzia Vieira de França. **Depoimento em 14 out 2022.** Entrevistadores: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio e Francinaide de Lima Silva Nascimento. Duração da entrevista: 1h 46 min 1s. Local: Estúdio do IFRN, *Campus* Natal-Zona Leste (EaD).

G1 RN. **Morre aos 88 anos o jornalista e colunista social Paulo Macedo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/07/05/morre-aos-88-anos-o-jornalista-e-colunista-social-paulo-macedo.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

G1 RN. **MEC nomeia reitor do IFRN professor que não concorreu à eleição.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/04/20/mec-nomeia-reitor-do-ifrn-professor-que-nao-concorreu-a-eleicao.ghtml>. Acesso em 18 set 2023.

GINZBURG, Carlo. **A microhistória e outros ensaios.** São Paulo: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.249 – 293.

GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, Pp. 169 – 178.

GUIMARÃES, Marcondes Mundim. **Depoimento em 15 set 2022.** Entrevistadores: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio e Francinaide de Lima Silva Nascimento. Duração da entrevista: 1h 27min 53s. Local: Sala 136 da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPI) do IFRN.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo(SP): 1990.

HEMEROTECA DIGITAL. **139 mulheres são aprovadas: ETFRN.** Jornal Diário de Natal, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22etfrn%22&pagfis=18099. Acesso em 30 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **A ETFRN contribui para o desenvolvimento do país.** Jornal Diário de Natal, 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_02&pasta=ano%20197&pesq=%22ETFRN%22&pagfis=26187. Acesso em 04 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Eis o listão dos aprovados na Escola Técnica Federal.** Jornal Diário de Natal, 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22etfrn%22&pagfis=18102. Acesso em 30 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Escola Técnica vai indicar hoje seu novo diretor.** Jornal Diário de Natal, 1986. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_03 & pasta=ano% 20198 & pesq=%22ETFRN% 22 & pagfis=22996. Acesso em 04 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Mais de 600 mulheres inscritas na antiga escola só de homens.** Jornal O Poti, 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_03&Pesq=%22mulheres%20etfrn%22&pagfis=5707. Acesso em 29 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Questão Social (coluna).** Jornal Diário de Natal, 1985. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22ETFRN%22&pagfis=17477. Acesso em 04 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Escola Industrial vai reunir pais de alunos.** Diário de Natal, 1969. Edição 08430 (1), p.4. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20196&pesq=Mudan%C3%A7a%20ETFRN&pagfis=25362. Acesso em 08 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Escola Técnica quebra tabu no Rio G. do Norte.** Diário de Pernambuco (PE), 1975. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=etfrn&pasta=ano%20197&pagfis=76690. Acesso em 29 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Escola Técnica será mista próximo ano.** Diário de Natal (RN), 1975. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22etfrn%22&pagfis=17511. Acesso em: 29 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Escola terá diretor por eleição direta.** Jornal Diário de Natal, 1986. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22ETFRN%22&pagfis=20596. Acesso em 06 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Marcondes Mundim é reconduzido para a direção da ETFRN.** Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22ETFRN%22&pagfis=10931. Acesso em 05 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Menos dois na corrida pela ETFRN.** Jornal O Poti, 1986, Edição 00039 (1), p.12. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_04&Pesq=%22Luzia+Vieira+de+Fran%C3%A7a%22&pagfis=11621. Acesso em 07 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Mulheres ganham mais uma. Vão para a ETF.** Diário de Natal (RN), 1975. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&Pesq=%22etfrn%22&pagfis=17522. Acesso em: 29 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Mulheres na ETFRN.** Diário de Natal (RN), 1973. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22mulheres%20etfrn%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=9442. Acesso em 29 jul 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Na reta final, esquentam a sucessão na Escola Técnica.** Jornal Diário de Natal, 1986, Edição 00207, p. 11. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22etfrn%20diploma%20alunos%22&pagfis=22966. Acesso em 06 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Nomeada.** Diário de Natal, 1987, Edição 00024 (1), p. 4. Disponível

em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22LUZIA%20VIEIRA%20DE%20FRAN%c3%87A%22&pagfis=24016. Acesso em 06 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Troca de favores e caça ao voto.** Jornal Diário de Natal, 1986, Edição 00189 (1), p.12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22Luzia%20Vieira%20de%20Fran%c3%a7a%22&pagfis=22691. Acesso em 06 ago 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. **Denunciado "casuísmo" na sucessão da ETFRN.** Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_03&Pesq=%22etfrn%20mulheres%22&pagfis=22436. Acesso em 05 ago 2022.

IFRN. **Campi.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/#:~:text=O%20IFRN%20%C3%A9%20composto%20por,Norte%2C%20Nova%20Cruz%2C%20Parellhas%2C>. Acesso em 06 out 2024.

IFRN. **CONIF.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/rede-federal-implementara-plano-de-desenvolvimento-profissional-dos-servidores-do-pcetae/>. Acesso em 14 ago 2023.

IFRN. **Conselho Superior.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/governanca/conselhos-e-colegiados-superiores/consup/>. Acesso em 14 ago 2023.

IFRN. **De Escola de Aprendizizes Artífices a Instituto Federal.** Disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico>. Acesso em 05 set 2021.

IFRN. Gestão. **Reitor José Arnóbio é empossado oficialmente pelo Ministro da Educação.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/reitor-jose-arnobio-e-empossado-oficialmente-pelo-ministro-da-educacao/#:~:text=Como%20gestor%2C%20exerceu%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o,o%20terceiro%20reitor%20do%20IFRN>. Acesso em 06 out 2024.

IFRN. **Histórico.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/historico.html>. Acesso em: 11 out 2021.

IFRN. **Institucional.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/>. Acesso em 11 out 2023

IFRN. Nota de pesar. **Faleceu na manhã de hoje, 9 de julho, o professor Venâncio Nogueira Farias.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/noticias/faleceu-na-manha-de-hoje-9-de-julho-o-professor-venancio-nogueira-farias/>. Acesso em 22 mar 2024.

IFRN. Notícias. **Campus Natal-Central publica nota de pesar pelo falecimento da professora Luzia Vieira de França.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/noticias/campus-natal-central-publica-nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-luzia-vieira-de-franca/>. Acesso em 22 fev 2024.

IFRN. Notícias. **Justiça determina que reitor eleito pela comunidade do IFRN seja empossado.** Disponível em:

<https://portal.ifrn.edu.br/campus/sao-paulo-do-potengi/noticias/justica-determina-que-reitor-e-leito-pela-comunidade-do-ifrn-seja-empossado/>. Acesso em 06 ago 2023.

IFRN. Notícias. **Morre o ex-diretor da ETFRN, professor João Faustino Ferreira Neto.** Disponível em:

<https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/morre-o-ex-diretor-da-etfrn-professor-joao-faustino-ferreira-neto/>. Acesso em 30 jul 2023.

IFRN. Notícias. **Wyllys Farkatt Tabosa é empossado reitor do IFRN.** Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/wyllys-farkatt-tabosa-e-empossado-reitor-do-ifrn/#:~:text=Wyllys%20Abel%20Farkatt%20Tabosa%20%C3%A9,doutor%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20pela%20UFRN>. Acesso em 20 out 2024.

IFRN. Portal da Memória. **Depoimentos.** Luzia Vieira de França — Ex-diretora da ETFRN. [Documentário breve sobre a Professora Luzia]. Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/depoimentos/luzia-vieira-de-franca.flv/view>. Acesso em 23 set 2022.

IFRN. **Publicada nomeação de diretores-gerais para mandato de quatro anos.** Disponível em:

<https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/noticias/publicada-nomeacao-de-diretores-gerais-dos-campi-para-mandato-de-quatro-anos/>. Acesso em 24 out 2023

IFRN. **Regimento Interno do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.** Arquivo Geral do IFRN. 2022.

IFRN. **Relatório de Gestão 2022.** Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/5542/Relatorio_de_Gestao-IFRN2022.pdf. Acesso em 24 jan 2024.

IFRN. **Resolução nº 31/2016-Consup.** Estrutura Organizacional de Referência do IFRN. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/7599/Anexo_a_Resolucao_no_31_2016-CONSUP_-_EXO_II_-_Organograma.pdf. Acesso em 18 out 2023.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. KARSBURG, Alexandre (org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração.** São Leopoldo: Oikos, 2016, Pp. 32-52.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 4ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. Os tempos da fotografia. In: **O efêmero e o perpétuo.** Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 7ª. Ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990. Coleção Repertórios.

LEI Nº 800, DE 27 DE SETEMBRO DE 1920. In: Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Imprensa oficial, 1920.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira Leite. **Teoria, metodologia e possibilidades**: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*, Vol. 7, n.1, 2015, p. 3-17.

LEMOS, Fernanda Lemos. **Entrevista com Joan Scott**. *Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013. Pp. 161-164.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. VENDRAME, M. I. **Micro-história e história da imigração**: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267 - 288, 2018. DOI: 10.5965/2175180310252018267. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018267>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. KARSBURG, Alexandre (org.). **Ensaio de Micro-história**: trajetória e migração. São Leopoldo: Oikos, 2016, Pp. 246- 262.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. Pp. 133-161.

LIMA, Ana Paula Marinho de. **A reforma da Educação Profissional dos anos 1990 e sua aplicação no currículo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN, 2020.101f.:il. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5583>. Acesso em: 05 out 2021.

LIMA, Nestor dos Santos. **O celibato pedagógico**. Tese apresentada pela lente de Pedagogia da Escola Normal de Natal à 1ª Conferência Nacional de Educação. Natal. Typografia Commercial - J. Pinto & C. In: *Pedagogium*, Natal, v. 1, 1927. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/3609/1/O%20Celibato%20Pedag%c3%b3gic%20Feminino.%20LIMA%2c%20Nestor.%201927c%c3%b3pia.pdf>. Acesso em 04 jul 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª. Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf. Acesso 25 out 2023.

MACHADO, M.L.B. **Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930-1960): Uma Análise à Luz das Reflexões Teórico-Metodológicas de Lucie Tanguy.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista, EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Justino. A História das Instituições Educacionais em Perspectivas (Cap. II). In: **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (Orgs.). Campinas, SP: Autores Associados. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. Coleção memória da educação. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5306/1/2.pdf>. Acesso em 25 out 2023.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez, 1991.

MANSO JÚNIOR, Hugo. **Contextos político e educacional no Campus Natal** – Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: da ETFRN ao IFRN, passando pelo CEFET/RN. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24435?mode=full>. Acesso em: 03 out 2021.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **Feminismos e Memória.** Gênero (Niterói) , v. 15, p. 123-138, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v15i1.638>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31205>. Acesso em: 10 jul 2023.

MATOS, Maria Izilda Matos; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova História das mulheres no Brasil.** Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1. ed., 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.** Natal: IFRN, 2011. 156 p. Il. color. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1061>. Acesso em: 02 out 2021.

MELLO E SOUZA, Antonio José de Mello e Souza; CAMARA, Joaquim Soares Raposo da. **Lei nº 249, de 22 de novembro de 1907.** Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 39, n. 25, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4024>. Acesso em: 12 set. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Educação Profissional.** http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 06 mar 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em 09 mai 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-d>

a-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil#:~:text=1927%20%2D%20O%20Decreto%20n%C2%BA%205.241,129. Acesso em 23 out 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Leis da educação profissional e tecnológica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/67731-leis-legislacao-e-atos-normativos-setec>. Acesso em 07 mar 2022.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar. Arquivos escolares e pesquisa histórica: novas fontes para o estudo do ensino técnico no Estado de São Paulo. In: NASCIMENTO, Adalson; CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do Ensino Técnico no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p.47-74.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; LIMA SILVA, Francinaide de. **História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920)**. Rev. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 267-278, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3568/3484>. Acesso em 06 mar 2022.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional**: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13). UFRN: Natal, RN, 2005. 165 p. : il.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 14 out 2021.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro; SCORSOLINE, Ailton Bueno; SANCTIS, Ricardo José Orsi de. **Grêmios estudantis**: desafios e impasses na construção da cidadania. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: Anais do HISTDBR, 2006.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030**: Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em 17 out 2023.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 235-290.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. Mulheres no magistério. In: **A escola normal de Natal**: Rio Grande do Norte, 1908-1971. Editora IFRN: Natal, 2018. Pp. 166-192.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Caminhos de Natal**. ilustrações, Urban Sketchers Natal. Dados eletrônicos (arquivo PDF). 2ª. ed. – Natal, RN : IPHAN, 2020. 125 p.; 25 x 23 cm : il.

NETA, Olivia Moraes de Medeiros; LIMA, Aline Cristina da Silva. **História e memória**: a doutrina de segurança nacional e a cultura escolar da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985). Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. X, p. 01-22,e020115, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1435>. Acesso em: 05 out 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, João Paulo Gama (org.). **Acervos e fontes**: diferentes caminhos para o ensino de história. ISBN: 978-65-86413-50-2. EDUPE. 1ª edição, julho de 2021. Pp.5-15.

OLIVEIRA, Rinaldo Medeiros Alves de; PEREIRA, Yákara Vasconcelos; DEMOLY, Karla Rosane do Amaral; COSTA, João Henrique de Paiva. **Processo de formação de estratégias**: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/6230/pdf>. Revista de Gestão do Unilasalle, 2020. Acesso em 11 mar 2022.

PAPO CULTURA. **Memória do RN**. Rua Padre João Manuel, o caminho da Ribeira que vai pelo Rosário (2021). Disponível em: <https://papocultura.com.br/caminhosdenatal-rua-padre-joao-manuel-o-caminho-da-ribeira-qu-e-vai-pelo-rosario/>. Acesso em 18 out 2024.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda - Corpo, prazer e trabalho. In: **Nova História das mulheres no Brasil**. Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1. ed., 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Thelma Maria Franco Rabelo Araújo. **Depoimento em 12 mai 2023**. Entrevistadores: Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio e Francinaide de Lima Silva Nascimento. Duração da entrevista: 1h 51m 22s. Local: Estúdio *Campus* EaD-IFRN Zona Leste.

PEREIRA, Ulisséia Ávila. **Políticas de educação profissional técnica e de ensino médio no Brasil**: a implementação no CEFET-RN (1998 – 2008). Natal, 2010. 308 f.

PEREIRA, Ulisséia Ávila; FRANÇA, Magna. **Novas diretrizes educacionais e novos projetos pedagógicos – (ETFRN E CEFET-RN)**: entre o pensar e o fazer. HOLOS, Ano 31, Vol. 6. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3351>. Acesso em: 05 out 2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru(SP): EDUSC. Coleção História. 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PLANALTO. **Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971, p.6377, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 05 mai 2022.

PLANALTO. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 09 mai 2022.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Trad. Dora Rocha Flaksman. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 02, nº.3, 1989, p.3-15.

PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN. **Ingresso de mulheres nos cursos da ETFRN.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/atos-e-fatos/ingresso-de-mulheres-nos-cursos-da-etfrn>. Acesso em 29 jul 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN. **João Faustino Ferreira Neto.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/joao-faustino-ferreira-neto>. Acesso em 10 mai 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN. **Luzia Vieira de França.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/luzia-vieira-de-franca>. Acesso em 10 mai 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN. **Marcondes Mundim Guimarães.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/marcondes-mundim-guimaraes>. Acesso em 10 mai 2022.

PORTAL DA MEMÓRIA DO IFRN. **Sebastião Fernandes de Oliveira.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/sebastiao-fernandes-de-oliveira>. Acesso em 04 abr 2023.

PORTAL DA MEMÓRIA IFRN. **Pedro Martins de Lima.** Disponível em: <https://centenario.ifrn.edu.br/ex-diretores/pedro-martins-de-lima>. Acesso em 22 jan 2022.

PORTAL MEC. **Criação das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito nas capitais do país.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em 06 mar 2022.

QUEIROZ, Karla da S.; SOUZA, Francisco das Chagas S. **Implantação da UNED/ETFRN em Mossoró:** a primeira expansão da educação profissional federal no Rio Grande do Norte. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. V.2 Nº13 (2017). Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6329>. Acesso em: 05 out 2021.

QUEIROZ, Karla da Silva. **A Unidade de Ensino Descentralizada da ETFRN em Mossoró/RN:** contextualização histórica e práticas de formação. Dissertação. 2017. Natal: IFRN. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1404?show=full>. Acesso em: 04 out 2021.

REIS, José Roberto Franco. *O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país.* In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê (Org.). **Na corda bamba de sombrinha:** a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPJSV, 2010, Pp. 219-236.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. 96p.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (Tomo 1). Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas (SP): Papirus, 1994.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916**. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional, no Estado. Atos Legislativos e Decretos do Governo. Natal: Typografia d'A República, 1917

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Editorial estampa. Lisboa. 1998

SAKS, Flávia do Canto. **Busca booleana**: teoria e prática. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48319/TCC%2020Flavia%20do%20Canto%20Saks%20-%20Monografia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 out 2021.

SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica [livro eletrônico]. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SANTOS, Elza Ferreira et al. **Relações de gênero e educação profissional**: a presença das mulheres. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 30, n. 63, e22, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13561>. Acesso em: 10 jul 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, UFMG, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade Porto Alegre. Gênero e Educação. V.20. nº.2. jul-dez.1995. Pp 71-101.

SCOTT, Joan Wallach. **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Pp 11-30.

SCOTT, Joan Wallach. **Os usos e abusos do gênero**. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

SENADO FEDERAL. **José Agripino - biografia**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/biografia?grupo=senadores&id=jose-agripino>. Acesso em 18 set 2023.

SILVA, José Moisés Nunes da; CABRAL NETO, Antônio. **Concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN**: especificidades e (des)continuidades. HOLOS, vol. 5, 2015, pp. 201-212 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547288018.pdf>. Acesso em: 11 out 2021.

SILVA, MARIA DA GUIA DE SOUSA. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968).** / Maria da Guia de Sousa Silva. – Natal, RN, 2012. 225p.; il.

SINASEFE SEÇÃO SINDICAL NATAL. **Quem somos.** Informações disponíveis em: <https://www.sinasefern.org.br/quemsomos/>. Acesso em 02 jan 2023.

SOIHET, Rachel. (2013). **História das mulheres e história de gênero: um depoimento.** Cadernos Pagu, (11), 77–87. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>. Acesso em 11 abr 2023.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a Fotografia.** Rio de Janeiro, Arbm; 1981.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. issn 0102-6801. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313>. Acesso em: 17 out 2021.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos **A pesquisa e a produção de conhecimentos.** In: PINHO, Sheila Zambello de (Org.). Cadernos de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. Volume 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 3, p. 111-148.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Editora do IFRN, 2010. 281 p.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra.. A história está nos detalhes. In: **Partiu minha diretora** (2023). Disponível em: <https://historianosdetalhes.com.br/necrologio/partiu-minha-diretora/>. Acesso em 16 fev 2024.

VIÑAO FRAGO, Antonio. “Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada”. In: BENSCOTA, Marcus Levy (org.). **A história da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo, Cortez. 2005

WALTER, Benjamin. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXOS**ANEXO I - QUESTÕES PARA OS GESTORES E A GESTORA**

1. Qual é o seu nome completo e a sua idade?
2. Qual sua formação acadêmica? Quando começou a trabalhar na ETFRN?
3. Quantos anos o/a senhor/a trabalhou como docente de uma disciplina antes de exercer a função de Diretor/a? Quais as disciplinas que ministrou antes de ser gestor/a?
4. Exerceu outras funções administrativas? Por quanto tempo?
5. Foram quantos anos de experiência trabalhando como Diretor/a na Escola?
6. Quando e como foi a trajetória para exercer a função de diretor/a da Escola? Como foi a eleição na disputa para o cargo de gestão?
7. Quais aspectos positivos no trabalho de Diretor/a?
8. Quais aspectos negativos no trabalho de Diretor/a?
9. Como era a participação das mulheres na instituição no período? Havia um quantitativo significativo de professoras e estudantes mulheres? E na gestão, como era a participação das mulheres?
10. O/a senhor/a participaram do processo de mudança de institucionalidade, seja de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIRN) para ETFRN; ou, ETFRN para CEFET/RN? Ou participou de ambas as mudanças?
11. Comente como foi a sua gestão: quais foram seus maiores desafios para fazer a instituição funcionar?
12. Na sua trajetória na ETFRN, quais foram, em sua opinião, suas maiores realizações, tanto no campo de construção (parte física), como no campo pedagógico?
13. Senhor/a lembra se existia meta atribuída em relação ao quantitativo de alunos a serem matriculados? Aproximadamente, quantos funcionários administrativos e de professores havia naquela época?
14. Com as mudanças societárias e políticas, ocorreram o crescimento da oferta de ensino e a procura de alunos? Como acontecia o processo de admissão dos alunos na ETFRN?
15. Como o/a senhor/a descreveria a relação entre a ETFRN e o que ela representou para a Educação Profissional (nacional e local)?
16. Existe algum acontecimento durante esses anos de gestão que o/a senhor/a tenha marcado sua carreira profissional?
17. O/o senhor/a chegou acompanhar as mudanças de estruturas físicas da Escola? É possível lembrar e descrever como foi esse período? Saberria responder quem foi a construtora responsável ou o nome de algum responsável pela obra? Se havia muitos funcionários na obra? Como ocorriam a disponibilidade e o repasse desses recursos?
18. Sabemos que a Educação Profissional atende às demandas do mercado de trabalho. Como eram feitos os convênios e as parcerias com as empresas e a ETFRN naquele período?
19. Por ser uma Escola Federal, qual era a relação entre as demais escolas (seja particular ou pública) da cidade?
20. Naquele momento, qual era o órgão responsável e regulador para administrar avaliar a ETFRN? Como funcionava essa relação com a Escola?

21. Havia algum órgão avaliador externo? Se sim, o governo utilizava esses dados para demonstrar o desempenho da ETFRN?
22. A ETFRN possuía algum documento em que os professores avaliavam a gestão? Como era a relação entre comunidade escolar (professores, servidores e alunos) com a Direção?
23. Qual a sua opinião sobre a Instituição atualmente?
24. Senhor/a gostaria de acrescentar mais alguma informação? Teria alguma fotografia, carta, material didático ou outro tipo de documento de recordação dessa época que poderia nos mostrar?
25. Senhor/a gostaria de deixar alguma mensagem sobre a ETFRN? O que ela significou para senhor(a)?

ANEXO II - QUESTÕES PARA OS ALUNOS EGRESSOS

1. Qual é o seu nome completo e a sua idade?
2. Qual sua formação acadêmica?
3. Como ocorreu sua forma de ingresso na ETFRN? Você participou de exame de admissão na sua época?
4. Qual o curso que fez na ETFRN?
5. Em que período estudou na ETFRN?
6. Qual a sua profissão?
7. Há relação entre a sua ocupação e a formação profissional recebida na ETFRN?
8. O/a senhor/a poderia relatar como foi sua experiência como aluno/a da Escola?
9. Como foi o ingresso na Escola e a escolha do curso?
10. O/a senhor/a participou do processo de mudança de institucionalidade, seja de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIRN) para ETFRN; ou, ETFRN para CEFET/RN? Ou participou de ambas as mudanças? O/a senhor/a poderia descrever as suas impressões desse período?
11. Quais foram seus maiores desafios na ETFRN?
12. Na sua trajetória na ETFRN, quais foram, em sua opinião, suas melhores lembranças?
13. O/a senhor/a relembra quantos alunos, aproximadamente, tinha na sua turma? Como era o público (maioria de homens ou de mulheres)?
14. Como era a participação das mulheres na instituição no período? Havia um quantitativo significativo de professoras e estudantes mulheres? E na gestão, como era a participação das mulheres?
15. Com as mudanças societárias e políticas que aconteceram naquele momento, o/a senhor/a percebeu se houve crescimento pela oferta de ensino e pela procura de alunos?
16. Na condição de aluno/a, como senhor/a descreveria a relação entre a ETFRN e o que ela representou para a Educação Profissional (nacional e local)?
17. Existe algum acontecimento durante esses anos na condição de aluno/a que tenha marcado sua carreira profissional?
18. O/o senhor/a chegou acompanhar as mudanças de estruturas físicas da Escola? É possível lembrar e descrever como foi esse período?
19. Sabemos que a Educação Profissional atende às demandas do mercado de trabalho. O/o senhor/a lembra como eram feitos os convênios e as parcerias com as empresas e a ETFRN? O/a senhor/a chegou a participar de algum desses convênios e/ou parcerias?
20. Por ser uma Escola Federal, o/a senhor/a lembra qual era a relação entre as demais escolas (seja particular ou pública) da cidade?
21. O/o senhor/a participou do grêmio estudantil?
22. Participava de reuniões com a Direção?
23. Participava de algum processo de avaliação da gestão?
24. Qual é a sua avaliação da gestão naquele momento? Os recursos e as oportunidades eram suficientes para atender as necessidades dos alunos? O/a senhor/a teria alguma experiência para relatar?

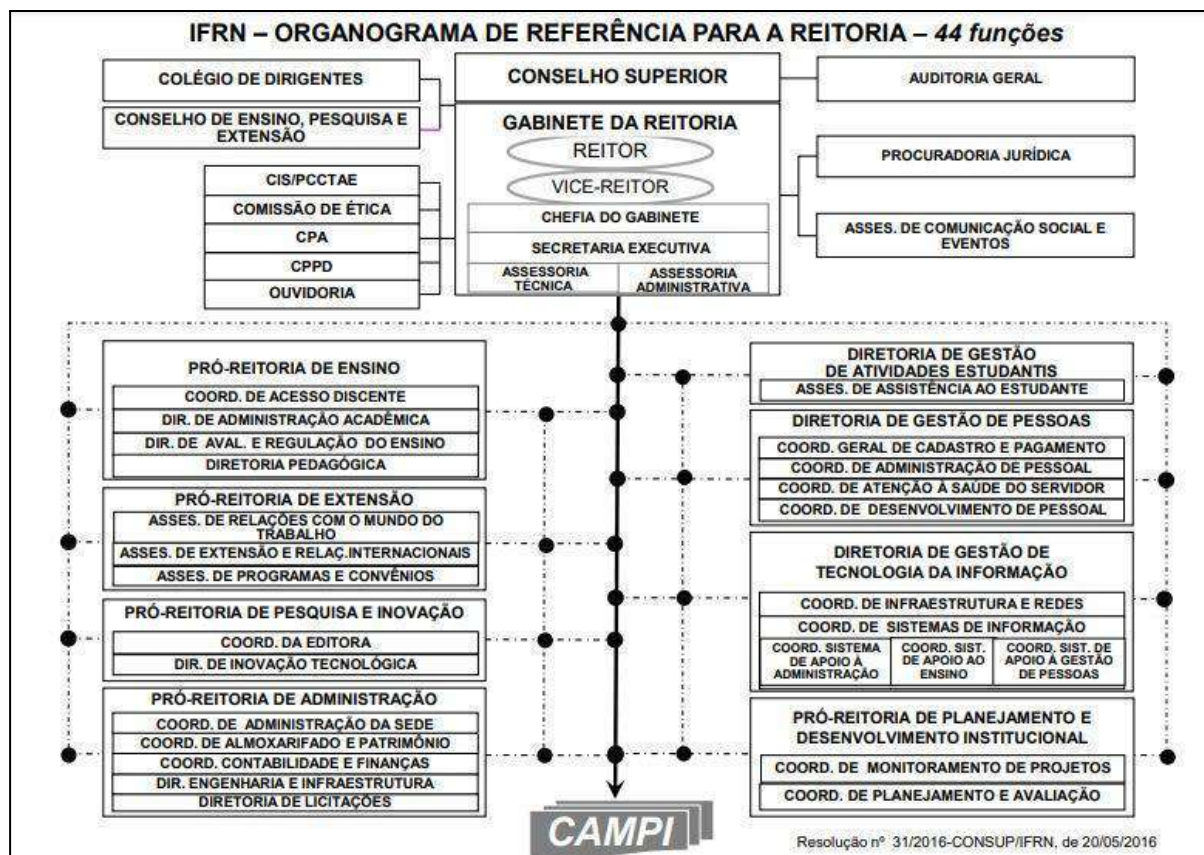
25. Como era a relação entre comunidade externa (pais e responsáveis dos alunos) com a Direção? Aconteciam reuniões pedagógicas para término ou início de semestre ou ano letivo?
26. Qual a sua opinião sobre a Instituição atualmente?
27. Sendo aluno/a egresso/a, retornou à Instituição como estudante? Se sim, em qual curso e período?
28. Sendo aluno/a egresso/a, retornou à Instituição como servidor? Se sim, qual sua função e período?
29. Caso positiva a resposta anterior, como senhor/a considera sua participação na vida da Instituição? Quais contribuições sociais têm trazido?
30. Senhor/a gostaria de acrescentar mais alguma informação? Teria alguma fotografia, carta, material didático ou outro tipo de documento de recordação dessa época que poderia nos mostrar?
31. Senhor/a gostaria de deixar alguma mensagem sobre a ETFRN? O que ela significou para senhor(a)?

ANEXO III - QUESTÕES PARA OS SERVIDORES E AS SERVIDORAS

01. Qual é o seu nome completo e a sua idade?
02. Qual sua formação acadêmica?
03. Como ocorreu seu ingresso funcional? Foi no período da ETFRN? Era um concurso público? Como ocorria na sua época?
04. Como ocorreu seu enquadramento funcional? Qual a sua função? Permanece na mesma função até hoje?
05. Sendo aluno/a egresso/a, , há relação entre a sua ocupação e a formação profissional recebida na ETFRN?
06. Sendo aluno/a egresso/a, , o/a senhor/a poderia relatar como foi sua experiência como aluno/a da Escola?
07. Sendo aluno/a egresso/a, como foi o ingresso na Escola e a escolha do curso?
08. Sendo aluno/a egresso/a, o/a senhor/a participou do processo de mudança de institucionalidade, seja de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIRN) para ETFRN; ou, ETFRN para CEFET/RN? Ou participou de ambas as mudanças?
09. O/a senhor/a poderia descrever as suas impressões desse período?
10. Quais foram seus maiores desafios na ETFRN?
11. Na sua trajetória na ETFRN, quais foram, em sua opinião, suas melhores lembranças?
12. O/a senhor/a lembra quantos alunos, aproximadamente, tinha na sua turma? Como era o público (maioria de homens ou de mulheres)?
13. Como era a participação das mulheres na instituição no período? Havia um quantitativo significativo de professoras e estudantes mulheres? E na gestão, como era a participação das mulheres?
14. Com as mudanças societárias e políticas que aconteceram naquele momento, o/a senhor/a percebeu se houve crescimento pela oferta de ensino e pela procura de alunos?
15. Se estudou na ETFRN, na condição de aluno/a, como senhor/a descreveria a relação entre a ETFRN e o que ela representou para a Educação Profissional (nacional e local)?
16. Se estudou na ETFRN, existe algum acontecimento durante esses anos na condição de aluno/a que tenha marcado sua carreira profissional?
17. O/o senhor/a chegou acompanhar as mudanças de estruturas físicas da Escola? É possível lembrar e descrever como foi esse período?
18. Sabemos que a Educação Profissional atende às demandas do mercado de trabalho. O/o senhor/a lembra como eram feitos os convênios e as parcerias com as empresas e a ETFRN? O/a senhor/a chegou a participar de algum desses convênios e/ou parcerias?
19. Por ser uma Escola Federal, o/a senhor/a lembra qual era a relação entre as demais escolas (seja particular ou pública) da cidade?
20. Se estudou na ETFRN, o/a senhor/a participou do grêmio estudantil?
21. Participava de reuniões com a Direção?
22. Participava de algum processo de avaliação da gestão?

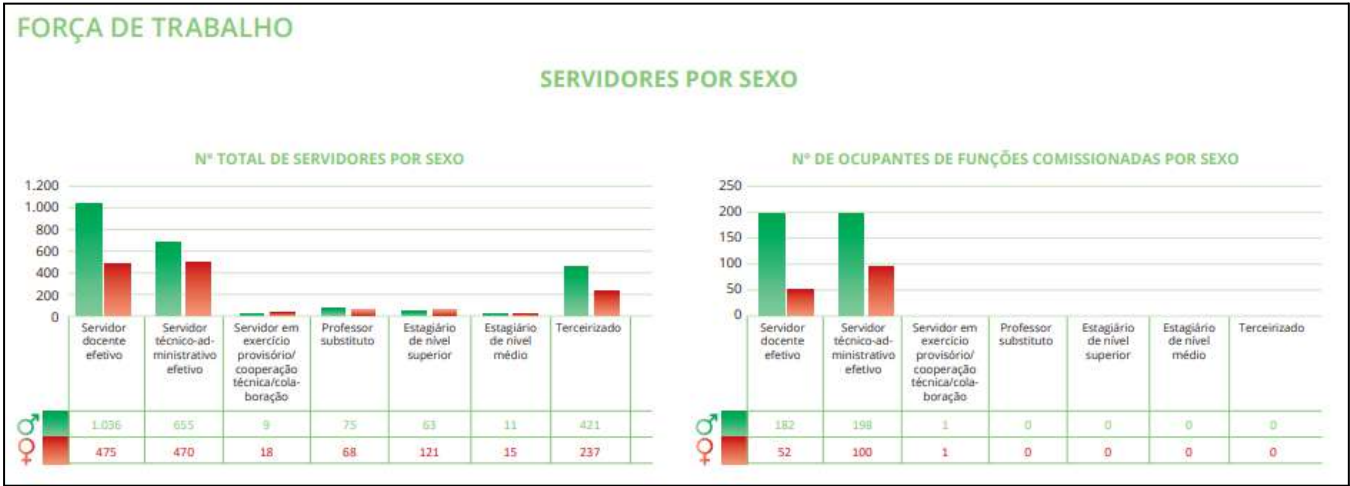
23. Qual é a sua avaliação da gestão naquele momento? Os recursos e as oportunidades eram suficientes para atender as necessidades dos alunos? O/a senhor/a teria alguma experiência para relatar?
24. Como era a relação entre comunidade externa (pais e responsáveis dos alunos) com a Direção? Aconteciam reuniões pedagógicas para término ou início de semestre ou ano letivo?
25. Qual a sua opinião sobre a Instituição atualmente?
26. Sendo aluno/a egresso/a, retornou à Instituição como estudante? Se sim, em qual curso e período?
27. Sendo aluno/a egresso/a, retornou à Instituição como servidor? Se sim, qual sua função e período?
28. Caso positiva a resposta anterior, como senhor/a considera sua participação na vida da Instituição? Quais contribuições sociais têm trazido?
29. Senhor/a gostaria de acrescentar mais alguma informação? Teria alguma fotografia, carta, material didático ou outro tipo de documento de recordação dessa época que poderia nos mostrar?
30. Senhor/a gostaria de deixar alguma mensagem sobre a ETFRN? O que ela significou para senhor(a)?

ANEXO IV - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA PARA A REITORIA
(RESOLUÇÃO Nº31/2016-CONSUP/IFRN, DE 20/05/2016)



Fonte: IFRN (2023)

ANEXO V - GRÁFICO SOBRE A FORÇA DE TRABALHO POR SEXO (CONFORME RELATÓRIO DE GESTÃO 2022)



Fonte: SUAP (2022)

